



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
Departamento de Geografia e Planeamento Regional

BRUNO MIGUEL PEREIRA MARQUES



**INICIATIVAS LOCAIS DE
DESENVOLVIMENTO**
O CASO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD

LISBOA

2008

Licenciado

BRUNO MIGUEL PEREIRA MARQUES

**INICIATIVAS LOCAIS DE
DESENVOLVIMENTO**
O CASO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD

*Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
GESTÃO DO TERRITÓRIO, área de especialização
em TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO,
realizada sobre a Orientação Científica da Professora
Catedrática Doutora Regina Salvador.*

LISBOA

2008

“Ode Triunfal”

«À dolorosa luz das grandes lâmpadas eléctricas da fábrica
Tenho febre e escrevo.
Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,
Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos.
Ó rodas, ó engrenagens, r-r-r-r-r-r eterno!
Forte espasmo retido dos maquinismos em fúria!
Em fúria fora e dentro de mim,
Por todos os meus nervos dissecados fora,
Por todas as papilas fora de tudo com que eu sinto!
Tenho os lábios secos, ó grandes ruídos modernos,
De vos ouvir demasiadamente de perto,
E arde-me a cabeça de vos querer cantar com um excesso
De expressão de todas as minhas sensações,
Com um excesso contemporâneo de vós, ó máquinas!
Em febre e olhando os motores como a uma Natureza tropical --
Grandes trópicos humanos de ferro e fogo e força --
Canto, e canto o presente, e também o passado e o futuro,
Porque o presente é todo o passado e todo o futuro
E há Platão e Virgílio dentro das máquinas e das luzes eléctricas
Só porque houve outrora e foram humanos Virgílio e Platão,
E pedaços do Alexandre Magno do século talvez cinquenta,
Átomos que vão de ir ter febre para o cérebro do Ésquilo do século cem,
Andam por estas correias de transmissão e por estes êmbolos e por estes volantes,
Rugindo, rangendo, ciciando, estrugindo, ferreando,
Fazendo-me um excesso de carícias ao corpo numa só carícia à alma.
Ah, poder exprimir-me todo como um motor se exprime!
Ser completo como uma máquina!
Poder ir na vida triunfante como um automóvel último-modelo!
Poder ao menos penetrar-me fisicamente de tudo isto,
Rasgar-me todo, abrir-me completamente, tornar-me passento
A todos os perfumes de óleos e calores e carvões
Desta flora estúpida, negra, artificial e insaciável!
Fraternidade com todas as dinâmicas!
Promiscua fúria de ser parte-agente
Do rodar férreo e cosmopolita
Dos comboios estrénuos,
Da faina transportadora-de-cargas dos navios,
Do giro lubrifico e lento dos guindastes,
Do tumulto disciplinado das fábricas,
E do quase-silêncio ciciante e monótono das correias de transmissão!

(...)

Mas, ah outra vez a raiva mecânica constante!
Outra vez a obsessão movimentada dos ónibus.
E outra vez a fúria de estar indo ao mesmo tempo dentro de todos os comboios
De todas as partes do mundo,
De estar dizendo adeus de bordo de todos os navios,
Que a estas horas estão levantando ferro ou afastando-se das docas.
Ó ferro, ó aço, ó alumínio, ó chapas de ferro ondulado!
Ó cais, ó portos, ó comboios, ó guindastes, ó rebocadores!

(...)

Nem sei que existo para dentro. Giro, rodeio, engenho-me.
Engatam-me em todos os comboios.
Içam-me em todos os cais.
Giro dentro das hélices de todos os navios.
Eia! eia-bô eia!
Eia! sou o calor mecânico e a electricidade!
Eia! e os rails e as casas de máquinas e a Europa!
Eia e hurrah por mim-tudo e tudo, máquinas a trabalhar, eia!

Galgar com tudo por cima de tudo! Hup-lá!

Hup-lá, hup-lá, hup-lá-hô, hup-lá!
Hé-lá! He-hô Ho-o-o-o-o!
Z-z-z-z-z-z-z-z-z-z!
Ah não ser eu toda a gente e toda a parte!

Londres, Junho de 1914
Álvares de Campos»

AGRADECIMENTOS

A concretização da Dissertação de Mestrado marca o fim dum ciclo da vida. Ao longo deste período houve necessariamente pessoas que se destacaram pela sua presença e pelo seu apoio incondicional. Impõem-se desta forma, não por mera formalidade, mas por imperativos morais e de justiça, proceder a alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Regina Salvador os preciosos conselhos e a infinita paciência que permitiram levar este trabalho a bom rumo, contribuindo não só para reforçar os meus conhecimentos ao nível da Geografia Económica e do Desenvolvimento Regional e Local, mas principalmente para o meu “*Desenvolvimento Pessoal*”.

Ao Professor Doutor José Lúcio agradeço a indicação e empréstimo de muitas das referências bibliográficas utilizadas, assim como o companheirismo e a boa-disposição que tem vindo a demonstrar desde os primórdios da minha Licenciatura, no já “longínquo” ano de 1998.

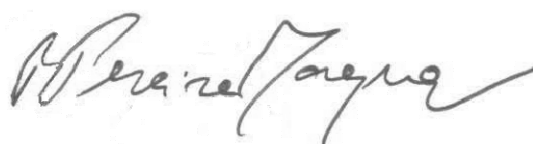
Quero deixar uma palavra especial a minha família, nomeadamente à minha mãe e ao meu pai pelos momentos familiares perdidos ao longo deste período.

Agradeço também a todos os meus amigos e colegas de Mestrado que souberam acompanhar-me nos bons e (principalmente) nos maus momentos. Neste sentido, permitam-me destacar o Ricardo Correia Fernandes, cujo percurso comum já vem desde os tempos da Licenciatura.

Por fim gostaria ainda de agradecer ao Rui Carvalho a ajuda na pesquisa e selecção de alguns dos projectos apresentados no capítulo prático.

Remeto a todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Lisboa, Janeiro de 2008



Bruno Miguel Pereira Marques

RESUMO

O centro da geografia económica brasileira variou de posição ao longo dos séculos, em função dos diversos ciclos de produção-exportação de produtos primários. Pelo que, foi apenas no século XIX que São Paulo, graças à importância do cultivo do café, começou a ganhar a relevância que actualmente tem a nível económico e demográfico no Brasil.

Porém foi apenas nas décadas de 30 e, principalmente, de 50, que São Paulo (e a sua Região Metropolitana) surgiu como o principal pólo industrial do Brasil. Foi precisamente o “*Plano de Metas*” do Presidente Juscelino Kubitschek que, na década de 50, levou à introdução massiva de indústrias transformadoras, com destaque para a indústria automóvel, na periferia industrial localizada a sudoeste de São Paulo conhecida como ABCD e correspondente aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

São Paulo é a maior metrópole da América Latina e uma “*Cidade Global*”, nomeadamente se considerarmos as suas infra-estruturas modernas, a oferta de serviços de padrão mundial e a concentração de funções de coordenação e comando associadas a empresas transnacionais. Não obstante, é também a “*Metrópole das Desigualdades*”, com um processo de urbanização caótico, um parque habitacional maioritariamente degradado e com elevados índices de pobreza e exclusão social.

Com as crises petrolíferas, ocorridas na década de 70, começa a esboçar-se no ABCD um processo de reestruturação produtiva que tem conduzido a que algumas indústrias abandonem esta área. No entanto, se o processo de reconversão industrial permitir uma exploração mais eficaz das “*economias de aglomeração*”, julgamos estarem reunidas as condições para o fomento de estratégias territoriais de Desenvolvimento baseadas em factores locais e endógenos.

De facto, as mais recentes teorias e políticas de Desenvolvimento Regional e Local parecem privilegiar as medidas em que o poder político local/regional interage e estabelece parcerias com outros actores intervenientes no território: Governo, empresas, instituições financeiras, associações empresariais, cooperativas, organizações não-governamentais e movimentos cívicos.

Neste sentido, a presente dissertação apresenta um conjunto de iniciativas locais de desenvolvimento, referentes à área em estudo, capazes de contribuir para a resolução dos problemas detectados.

Palavras-Chave: Brasil, São Paulo, ABCD, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Endógeno.

ABSTRACT

The centre of Brazilian economic geography changed over the centuries, depending on the several production-exportation cycles of primary products. For that, it was only in the 19th century that São Paulo, thanks to the importance of coffee production, began to have the current relevance in economic and demographic terms in Brazil.

But it was only in 30's and, especially, in the 50's, that São Paulo (and its Metropolitan Region) became the main industrial hub of Brazil. It was precisely the "*Plano de Metas*" of President Juscelino Kubitschek that, in the 50's, led to the introduction of mass manufacturing industries, with emphasis on the automobile industry, located in the southwest industrial periphery of São Paulo known as ABCD and corresponding to the municipalities of Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires and Rio Grande da Serra.

São Paulo is the biggest city in Latin America and a "*Global City*", particularly considering its modern infrastructure, the provision of world standard services and the concentration of coordination and command functions associated with transnational corporations. Nevertheless, it is also the "*Metrópole das Desigualdades*", with a chaotic process of urbanization, a largely dilapidated housing and with high levels of poverty and social exclusion.

With the oil crises, which occurred in the 70's, the ABCD starts a process of productive restructuring that has led to some industries leaving the area. However, if the process of industrial reconversion allows a more efficient exploitation of the "*economies of agglomeration*", we believe that the conditions are met for the promotion of territorial development strategies based on local and endogenous factors.

Indeed, the latest Regional and Local Development theories and policies, seem to give priority to measures where the local/regional political power interacts and establishes partnerships with other territorial actors: government, companies, financial institutions, business associations, cooperatives, non-governmental organizations and civic movements.

Therefore, this dissertation presents a series of local development initiatives, concerning the studied area, able to contribute to the resolution of the identified problems.

Keywords: Brazil, São Paulo, ABCD, Local Development, Endogenous Development.

RESUMÉ

Le centre de la géographie économique du Brésil a change au cours des siècles, en fonction des différents cycles de production et d'exportation des produits primaires. C'est seulement au 19^{ème} siècle que São Paulo, grâce à l'importance de la culture du café, a commencé à gagner la relevance économique et démographique qu'il avait aujourd'hui au Brésil.

Toutefois, c'est seulement dans les années 30 et, surtout, les 50, que São Paulo (et sa Région Métropolitaine) devient le principal centre industriel du Brésil. C'est précisément le "*Plano de Metas*" du Président Juscelino Kubitschek qui, dans les années 50, a conduit à l'introduction massif de l'industrie manufacturière, surtout l'industrie automobile, dans la banlieue industrielle au sud-ouest de São Paulo, connue comme ABCD et qui correspondre à les communes de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires et Rio Grande da Serra.

São Paulo est la plus grande ville d'Amérique Latine et une "*Ville Globale*", en particulier grâce à ses infrastructures modernes, l'offre de services de niveau mondial et à la concentration des fonctions de commandement et de coordination associées avec les sociétés transnationales. Néanmoins, il s'agit également d'une "*Metrópole das Desigualdades*", avec une urbanisation chaotique, une grande partie des logements délabrés et avec des niveaux élevés de pauvreté et d'exclusion sociale.

Avec les crises pétrolières, qui ont lieu dans les années 70, commence à se dessiner dans l'ABCD un processus de restructuration productive qui a obligé certaines industries à quitter la zone. Cependant ce procès peu conduire a une exploration plus efficace des "*économies d'agglomération*", on pense que ça peut créer des conditions pour l'apparition des stratégies de développement fonde en facteurs locaux et endogènes.

En effet, le plus récents theories et politiques de Développement Local et Régional privilégient les mesures ont le pouvoir politique local/régional établisse des partenariat avec autres acteurs territoriales: Gouvernement, entreprises, institutions financières, associations de entreprises, coopératives, organisations no gouvernementales et mouvements civiques.

En resume, cette thèse présente une série d'initiatives locales de développement, se référant à la zone d'étude, capables de contribuer à la résolution des problèmes identifiés.

Mots-clés: Brésil, São Paulo, ABCD, Développement Local, Développement Endogène.

RESUMEN

El centro de la geografía económica brasileña cambió de posición a largo de los varios siglos, en función de los distintos ciclos de producción-exportación de productos primarios. Fue sólo en el siglo XIX que São Paulo, gracias a la importancia del cultivo del café, empezó a tener la relevancia que tiene hoy al nivel económico y demográfico en Brasil.

Pero fue sólo en los años 30 y, especialmente, 50, que São Paulo (y su Región Metropolitana) se asume como el principal centro industrial de Brasil. Fue precisamente el “*Plano de Metas*” del Presidente Juscelino Kubitschek que, en la década de 50, llevó a la introducción masiva de las industrias manufactureras, con énfasis en la industria del automóvil, en la periferia industrial localizada en el suroeste de São Paulo conocida como ABCD e al que corresponden los municipios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires y Rio Grande da Serra.

São Paulo es la mayor ciudad de América Latina y una “*Ciudad Global*”, sobre todo teniendo en cuenta su moderna infraestructura, la prestación de servicios de nivel mundial y la concentración de funciones de coordinación y comando asociadas a las empresas transnacionales. Sin embargo, también es la “*Metrópole das Desigualdades*”, con un caótico proceso de urbanización, un parque de habitaciones mayoritariamente degradado y con altos niveles de pobreza y exclusión social.

Con la crisis del petróleo, que se produjo en la década de 70, comienza a surgir en el ABCD un proceso de reestructuración productiva que ha llevado algunas industrias a salir de la zona. Sin embargo, si el proceso de reconversión industrial permite una explotación más eficiente de las “*economías de aglomeración*”, creemos que se cumplen las condiciones para la promoción de estrategias de desarrollo territorial basadas en factores locales y endógenos.

De hecho, las últimas teorías y las políticas de Desarrollo Regional y Local procuran privilegiar las medidas en que el poder político local/regional interactúa y establece parcerías con otros actores protagonistas en el territorio: Gobierno, empresas, instituciones financieras, asociaciones empresariales, cooperativas, organizaciones no-gubernamentales y movimientos cívicos.

Por lo tanto, esta tesis presenta una serie de iniciativas locales de desarrollo, en referencia al área en estudio, capaces de contribuir a la resolución de los problemas detectados.

Palabras-Clave: Brasil, São Paulo, ABCD, Desarrollo local, Desarrollo endógeno.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
RESUMÉ.....	iv
RESUMEN.....	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADOS	x
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	1
1.2. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.3. OBJECTIVOS E METODOLOGIA	2
II. OS NOVOS PARADIGMAS DA GEOGRAFIA ECONÓMICA E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	5
2.1. CIÊNCIA REGIONAL: ENTRE A GEOGRAFIA E A ECONOMIA	5
2.1.1. Introdução	5
2.1.2. Os “percursores”: de Cantillon a Isard	8
2.2. A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS ESPACIAIS DO DESENVOLVIMENTO.....	13
2.2.1. Introdução	13
2.2.2. Paradigma Funcionalista	16
2.2.3. Paradigma Territorialista	20
2.2.4. Paradigma Inter-Territorialista	36
2.3. EMPREENDEDORISMO TERRITORIAL E NOVA GESTÃO DO TERRITÓRIO	46
2.4. RESUMO.....	53
III. ENQUADRAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO-TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD.....	57
3.1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E A AFIRMAÇÃO DE SÃO PAULO COMO PRINCIPAL PÓLO ECONÓMICO DO PAÍS.....	57
3.1.1. De 1500 a 1930.....	57
3.1.1.1 O Período Pré-Industrial.....	57
3.1.1.2. Os primórdios do processo de industrialização.....	58
3.1.2. De 1930 até a actualidade.....	62
3.1.2.1. O papel de Vargas	62
3.1.2.2. O papel do “Plano de Metas” de Kubitschek	64
3.2. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE SÃO PAULO	66
3.2.1. História e Evolução do Estado e do Município de São Paulo	66
3.2.2. São Paulo como “Cidade Global”	76
3.2.3. Caracterização dos Municípios de São Paulo e do ABCD.....	90
3.3. RESUMO.....	110
IV. INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD.....	115
4.1. INTRODUÇÃO	115
4.2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	118
4.3. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC.....	132
4.3.1. Enquadramento institucional	132
4.3.2. Planeamento Regional Estratégico	133
4.3.3. Projectos no Âmbito do Planeamento Regional Estratégico.....	136

4.4. MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.....	147
4.5. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	154
4.6. MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL.....	161
4.7. MUNICÍPIO DE DIADEMA	167
4.8. MUNICÍPIO DE MAUÁ	174
4.9. MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES.....	180
4.10. MUNICÍPIO DE RIO GRANDE DA SERRA	187
4.11. RESUMO	192
V. NOTAS FINAIS.....	203
BIBLIOGRAFIA.....	209

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Os Cinco Níveis de Participação dos Actores Locais no Desenvolvimento	26
Figura 2 – Acções para melhorar a resposta local	29
Figura 3 – “Diamante” da Competitividade de Porter	35
Figura 4 – Evolução histórico-geográfica dos ciclos económicos no Brasil (1500-1930)	58
Figura 5 – Localização da área em estudo no contexto do Brasil e do Estado de São Paulo.....	68
Figura 6 – Localização da área em estudo no contexto da Região Metropolitana de São Paulo	68
Figura 7 – Povoado de São Paulo de Piratininga em 1560	69
Figura 8 – Expansão da área urbanizada na Região Metropolitana de São Paulo.....	75
Figura 9 – Os “Centros” da Cidade de São Paulo	80
Figura 10 – Aspecto da Paisagem Urbana do Centro de São Paulo.....	81
Figura 11 – Avenida Paulista	81
Figura 12 – Avenida Paulista	82
Figura 13 – Avenida Faria Lima	82
Figura 14 – Avenida Luiz Carlos Berrini.....	83
Figura 15 – Pólo terciário moderno ao longo da Marginal Pinheiros	83
Figura 16 – Pólo terciário moderno ao longo da Marginal Pinheiros	84
Figura 17 – Centro Empresarial na Marginal Pinheiros.....	84
Figura 18 – Plano de Avenidas de Prestes Maia de 1935.....	88
Figura 19 – “Via dos Imigrantes” na fronteira entre Diadema e São Bernardo do Campo	91
Figura 20 – Exemplos de fábricas em Diadema.....	91
Figura 21 – Prefeitura de Diadema	92
Figura 22 – Grande superfície comercial em Diadema.....	92
Figura 23 – Fábrica de material de construção civil em Diadema.....	92
Figura 24 – Sub-prefeituras do Município de São Paulo.....	122
Figura 25 – Hortas Comunitárias em Itaím Paulista.....	123
Figura 26 – Plano Estratégico de Qualificação (Procuras Estruturais).....	142
Figura 27 – Cursos mais solicitados pelos trabalhadores desempregados na região do ABCD, na Central de Trabalho e Renda	142

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução das Teorias de Desenvolvimento Regional.....	13
Quadro 2 – Mudanças na Política de Desenvolvimento Regional e Local.....	29
Quadro 3 – Principais Características do Desenvolvimento Endógeno.....	30
Quadro 4 – Síntese comparativa entre os modelos de “Distrito Industrial”, “Meio Inovador” ou “Região Inteligente” e “Sistema Regional de Inovação”	45
Quadro 5 – População Residente e Densidade Populacional nos Municípios em estudo em 2001	93
Quadro 6 – População Residente nos Municípios em estudo entre 2001 e 2004.....	94
Quadro 7 – Rendimento médio mensal das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade nos municípios em estudo em 2001	95
Quadro 8 - Número de Empresas, Pessoal Ocupado e Valor Acrescentado das Empresas Transformadoras implantadas entre 1990-96 no Estado de São Paulo, por sector de actividade ..	96
Quadro 9 – Número de Unidades e Pessoal Ocupado na Indústria Transformadora nos Municípios em estudo em 2004.....	97
Quadro 10 – Importância relativa do VAB industrial em diferentes contextos territoriais (1960-85)....	98
Quadro 11 - Mecanismos de “Guerra Fiscal” entre Estados brasileiros com vista à atracção da indústria automóvel	101
Quadro 12 – Pólos da Indústria Automóvel no Brasil	104
Quadro 13 – Nível de Instrução da População empregada na RMSP em 1998	109
Quadro 14 – Número de Matrículas nos diferentes níveis de ensino e Estabelecimentos de Ensino Superior referente aos municípios em estudo	109
Quadro 15 – Número de Indivíduos beneficiados pelo Programa MOVA entre 1995 e 2006.....	144
Quadro 16 – Comparativo do desempenho do Banco do Povo entre 1998 e 2003	149
Quadro 17 – Créditos atribuídos, por valor, entre 1998 e 2003.....	149
Quadro 18 – Créditos atribuídos por género entre 1999 e 2003.....	150
Quadro 19 – Créditos atribuídos por sector entre 1999 e 2003	150
Quadro 20 – Número de Botequins apoiados entre 2002 e 2006	151
Quadro 21 – Acções empreendidas pelo Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda	151
Quadro 22 – Exportações dos Municípios do ABCD.....	152
Quadro 23 – Evolução do número de visitantes da Vila Turística de Paranapiacaba.....	154
Quadro 24 – Criação de empresas durante o 1.º semestre de 2007	155
Quadro 25 – Criação de emprego durante o 1.º semestre de 2007	158
Quadro 26 – Quantidade de Alunos do Curso Técnico em Química, 1998 – 2001	177
Quadro 27 – Quantidade de Alunos dos Cursos Técnicos em Informática e de Administração, 2003 – 2006.....	177
Quadro 28 – Quantidade de Alunos da FATEC Mauá, 2003 – 2006	177
Quadro 29 – Quadro-Síntese das iniciativas analisadas	193

SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADOS

ABCD: Santo André, São Bernando do Campo, São Caetano do Sul, Diadema (, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra)
 ABIHPEC: Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos
 ACIAM: Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mauá
 ACIARP: Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ribeirão Pires
 ACISA: Associação Comercial e Industrial de Santo André
 ACISCS: Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul
 ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
 APAS: Associação Paulista de Supermercados
 APEX: Agência de Promoção às Exportações
 APL: Arranjo Produtivo Local
 APS: Projecto de Arranjo Produtivo Social
 ASEAN: *Association of the South East Asia Nations*
 BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
 CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
 CAT: Centro de Apoio ao Trabalho
 CDISP: Comité para Democratização da Informática em São Paulo
 CEETEPS: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 CEPAL: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
 CETEMO-RS: Centro de Tecnologia do Mobiliário do RS
 CID's: Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento
 CIESP: Centro de Indústrias do Estado de São Paulo
 CIT's: Centrais de Informação Turística
 COMDEMA: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 COMTUR: Conselho Municipal de Turismo
 CPETR: Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda
 DADE: Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
 EDAP: Escola de Diadema de Administração Pública
 EE: Eixos Estruturantes
 EFAP Paulo Freire: Escola de Formação em Administração Pública Paulo Freire
 EJA: Projecto Educação de Jovens e Adultos
 ETE: Escola Técnica Estadual
 ETN's: Empresas Transnacionais
 EUA: Estados Unidos da América
 FAELT: Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Turismo
 FAMA: Faculdade de Mauá
 FAPESP: Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo
 FATEC: Faculdade de Tecnologia de São Caetano do Sul
 FEIRAMA: Feira de Artesanato de Mauá
 FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
 FINAME: Financiamento de Máquinas e Equipamentos
 FINEP: Financiadora de Estudos e Projectos
 FUNDETEC: Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia, Educação e Comunicação
 FUTUR: Fundo Municipal de Turismo
 GNV: Gás Natural Veicular
 GREMI: *Groupe de Recherches sur les Milieux Innovateurs*
 IEPS: Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária
 IMES: Universidade Municipal de São Caetano do Sul
 IMT: Instituto Mauá de Tecnologia
 Intecope: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

IPTU: Imposto Territorial Predial e Urbano
 ISI: Industrialização por Substituição de Importações
 ISS: Imposto Sobre Serviços
 ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
 ITBI: Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
 ITE-SCS: Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul
 MAEX: Mauá Apoio à Exportação
 Mercosul: Mercado Comum do Sul
 MOVA: Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos
 MUDES: Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Económico e Social
 OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
 OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 PAT's: Postos de Atendimento ao Trabalhador
 PEA: População Economicamente Activa
 PED: Pesquisas de Emprego e Desemprego
 PIB: Produto Interno Bruto
 PIM: Parcelamento de Imposto Municipal
 Planteq: Plano Territorial de Qualificação Profissional do Município de São Paulo
 PLANTEQ-ABC: Plano Territorial de Qualificação do Grande ABC
 Platum: Plano Municipal do Turismo
 PME's: Pequenas e Médias Empresas
 PNMT: Programa Nacional de Municipalização do Turismo
 PNQ: Plano Nacional de Qualificação
 PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PPA: Plano Plurianual
 PPP's: Parcerias Público-Privadas
 Prismma: Projecto de Inclusão Social da Moradia do Município de Mauá
 ProAlfa: Programa de Alfabetização de Adultos
 PROMAC: Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania
 RMSP: Região Metropolitana de São Paulo
 SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
 SAMA: Saneamento Básico do Município de Mauá
 SARC: Sistema Administrativo de Recuperação de Crédito
 SAX: Sistema de Apoio à Exportação
 SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
 SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SECEX: Secretaria do Comércio Exterior do Governo Federal
 SEJA: Serviço de Educação de Jovens e Adultos
 SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SERT: Secretaria da Empresa e Relações do Trabalho
 SESI: Serviço Social da Indústria
 SIG: Sistema de Informação Geográfica
 SISEM: Sistema de Informações Socioeconómicas
 SPC: Serviço de Protecção ao Crédito
 SPTuris: São Paulo Turismo
 TIC's: Tecnologias de Informação e Comunicação
 UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
 UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo
 Unitrabalho: Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
 USD: Dólares norte-americanos

I. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho constitui a Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Regina Salvador e intitulada: “*Iniciativas Locais de Desenvolvimento: o caso dos Municípios de São Paulo e do ABCD*”.

A escolha de um tema de investigação é, forçosamente, influenciada pelos percursos pessoais em termos académicos.

Neste sentido, a opção por um estudo de caso noutra país e noutra continente, além de causar óbvias dificuldades ao nível da pesquisa e do trabalho de campo, pode também causar alguma estranheza. Contudo, o facto de se ter efectuado um trabalho final de licenciatura intitulado “*Factores de Localização do Investimento Directo Estrangeiro Português no Brasil*” e uma Pós-graduação/Especialização em “*Estudos Avançados sobre a América Latina*” na Universidade Complutense de Madrid, traduzem já alguns conhecimentos e alguma reflexão crítica acerca destas questões.

Por outro lado, num mundo crescentemente globalizado, o interesse por territórios longínquos tende a tornar-se um imperativo.

1.2. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O centro-motor da economia brasileira conheceu várias mudanças ao longo dos últimos 500 anos. Deste modo, nas primeiras etapas de afirmação de um núcleo produtivo autónomo, teve particular importância a região do Nordeste e o ciclo da cana-de-açúcar. Posteriormente, com o ganho de importância das produções de café e cacau, as regiões do Sudeste começaram a afirmar-se no contexto global da economia do País. De facto, foi apenas no século XIX que, graças ao café, São Paulo começou a ter a importância que actualmente tem a nível económico e demográfico no Brasil.

Não obstante teríamos que esperar até aos anos 30 e, principalmente, 50, para que São Paulo (e a sua Região Metropolitana) surgisse como o principal pólo industrial do Brasil. Foi precisamente na década de 50 que o “*Plano de Metas*” apresentado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, permitiu o crescimento considerável da indústria, nomeadamente automóvel, na periferia industrial localizada a sudoeste de São Paulo conhecida como **ABCD**, que correspondente aos municípios de Santo **A**ndré, São **B**ernardo do Campo, São **C**aetano do Sul, **D**iadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Apesar de São Paulo ser uma das maiores cidades do mundo e a maior da América Latina, constituindo mesmo uma “*Cidade Global*” é também a, designada, “*Metrópole das Desigualdades*”, com um processo de urbanização caótico, um parque habitacional inadequado e com elevados índices de pobreza e exclusão social.

Face às crises do petróleo, registadas nos anos 70, os processos de reestruturação produtiva ocorridos no ABCD têm levado à saída de algumas indústrias. Não obstante é nossa convicção que, se o processo de reconversão industrial permitir uma exploração mais eficaz das “*economias de aglomeração*”, existe um forte potencial para a implementação de novas estratégias territoriais de Desenvolvimento, alicerçadas em factores locais e endógenos.

O “*Estado da Arte*” das Teorias e Políticas de Desenvolvimento Local e Regional e Local privilegia as acções em que as autarquias interagem e constituem parcerias com outros actores intervenientes no território, quer estes sejam o Governo, empresas privadas, bancos, associações empresariais, cooperativas, organizações não-governamentais ou movimentos de cidadania.

Considerando estes factores, o presente trabalho procura apresentar uma selecção de iniciativas locais de desenvolvimento, consideradas extremamente relevantes para a possível solução dos problemas detectados na área em análise.

1.3. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Este trabalho pretende, modestamente, lançar algumas luzes acerca das iniciativas locais de desenvolvimento que estão ser lançadas nos oitos municípios em análise, nomeadamente a sua relação com todo um conjunto de teorias que colocam o ênfase no desenvolvimento do potencial local, através de meios próprios (endógenos) e da cooperação e concertação entre os vários actores que interagem num determinado território.

A pesquisa e posterior selecção deste conjunto de projectos, acções e iniciativas foi feita exclusivamente através da *Internet*, com destaque para os *sites* dos órgãos político-administrativos dos oito municípios em análise e de organismos supra-municipais (Agência e Consórcio Intermunicipal do Grande ABC).

Em termos de estrutura esta obra está organizada em três capítulos principais:

II. *Os Novos Paradigmas da Geografia Económica e do Desenvolvimento Regional e Local* – neste capítulo procuraremos expor as principais teorias, os seus objectivos e as estratégias de actuação subjacentes. A evolução dos principais paradigmas de Desenvolvimento (Funcionalista, Territorialista, Inter-Territorialista) e a emergência de novas práticas relacionadas com o Empreendedorismo Territorial e a Nova Gestão do Território;

III. *Enquadramento Sócio-Económico-Territorial dos Municípios de São Paulo e do ABCD* – apresentação do processo de industrialização no Brasil e da afirmação de São Paulo e do ABCD nesse contexto, o processo de metropolização de São Paulo e a sua evolução no sentido de constituir uma “*Cidade Global*”, caracterização dos municípios em análise e identificação dos principais problemas, desafios e potencialidades existentes;

IV. *Iniciativas Locais de Desenvolvimento nos Municípios de São Paulo e do ABCD* – componente prática da dissertação que, partindo dos problemas e potencialidades detectados no capítulo II e das teorias e políticas de Desenvolvimento comentadas no capítulo I, apresenta um conjunto de medidas, iniciativas e projectos delineados na área em estudo e relevantes para o Desenvolvimento Local.

II. OS NOVOS PARADIGMAS DA GEOGRAFIA ECONÓMICA E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

2.1. CIÊNCIA REGIONAL: ENTRE A GEOGRAFIA E A ECONOMIA

2.1.1. Introdução

Durante muito tempo Geografia e Economia percorreram percursos díspares, no entanto, a pouco e pouco, as suas evoluções respectivas têm vindo a aproximá-las. Assim, «(...) a Geografia, como nota Boudeville (1972), tem vindo a buscar na Economia fundamentos empíricos e justificações teóricas, como seja, por exemplo, a dos “efeitos de contiguidade” (economias externas). O pensamento geográfico tem igualmente caminhado no sentido de uma complexidade crescente, em especial quando o objecto de análise é a região. “O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco além de fronteira políticas ou administrativas da região. (...) Para o economista, pelo contrário, a região seria tributária de outros espaços”, afirma Bourdieu (1989, pg. 108-109). Mas, até por imposições de natureza política (regional e local), os geógrafos estão cada vez mais atentos à articulação entre o local e o global (...). Todo o corpo de pensamento geográfico ligado aos “meios inovadores”, ao “planeamento estratégico”, à “competitividade territorial”, ao “marketing das cidades”, à importância dos centros urbanos para garantir a massa crítica necessária (economias de escala) necessária ao arranque do processo de desenvolvimento resulta desta abertura ao paradigma da complexidade das ciências sociais, em geral e aos conceitos da Ciência Económica em particular.» (SALVADOR, 1999: 143)

A Economia foi a primeira ciência social a desenvolver modelos matemáticos capazes de explicar os fenómenos. Contudo, a excessiva modelização matemática conduziu a Economia a um desfasamento da realidade, onde as variáveis não-económicas, entre as quais as geográficas, eram negligenciadas por dificilmente poderem ser modeláveis. Esta situação levou ao que Walter Isard, fundador da Ciência Regional¹, classificou como “*wonderland of no spatial dimensions*”, para se referir ao tipo de raciocínio seguido pela maioria dos economistas. (referido em: SALVADOR, 1997: 235 e 1999: 136; BENKO, 1999: 28; PONTES e SALVADOR, 2002: 264; entre outros)

¹ Área multidisciplinar na encruzilhada da Economia, da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Criada em 1954 no seio da *Regional Science Association* dirigida por Walter Isard. O seu campo de actuação confunde-se como a Economia Regional e Urbana, a Geografia Económica, o Desenvolvimento Regional e Local e o Ordenamento e Planeamento do Território (para mais desenvolvimentos consultar BENKO, 1999).

Neste mesmo sentido escreve William Coffey, *«tout comme la géographie, l'économie doit être subdivisée en un nombre de sous-disciplines: (...) l'économie urbaine, l'économie régionale (parfois traitées ensemble sous la dénomination d'économie urbaine et régionale) et l'économie spatiale. A l'exception de ces trois dernières sous-disciplines, qui représentent une très petite fraction du vaste domaine de la science économique, l'analyse économique ignore complètement le rôle que peut jouer l'espace en influençant les comportements et le résultat des processus économiques. Si on se limite à des concepts spatiaux comme l'offre, la demande, les prix et les fonctions de production, la science économique classique traite le monde comme s'il était localisé sur la tête d'une épingle, c'est-à-dire comme si l'espace n'existait pas»* (COFFEY, 1992: 143)

Aliás, Paul KRUGMAN (1995), um dos principais responsáveis pela inclusão da variável “espaço” nos modelos económicos e considerado como um dos fundadores da “Nova” Geografia Económica² defende que a principal barreira que impediu a Economia de assumir plenamente a variável Espaço foi a dificuldade de modelação da mesma. Refere também que assim se justifica o “fracasso” da Geografia Económica e do Desenvolvimento Regional em integrar o *main-stream* da Ciência Económica, pois para esta o que não se consegue modelar, ignora-se.

Em antítese, a Geografia permaneceu uma ciência indutiva, virada para *«o pequeno, o particular, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição – por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc.»* (BOURDIEU, 1989: 104 *apud* SALVADOR, 1999: 135)

Segundo René GENDARME (1976 *apud* BENKO, 1999: 13), *«O geógrafo agarra-se porventura demasiado àquilo que se vê, ao passo que o economista tem de se agarrar àquilo que não vê.»* Também o conhecido geógrafo francês, laureado com a Medalha Vautrin Lud³, Paul Claval, refere que *«Espaço introduz nos mecanismos económicos uma viscosidade que os afasta das condições ideais definidas pela teoria»*. (CLAVAL, 1987: 265)

Não obstante, *«a década de cinquenta observou uma inversão de perspectivas: a passagem de uma Geografia retrospectiva para uma Geografia prospectiva corresponde a uma procura de respostas para os vários desafios (...) que, de um modo global, se enquadram nas questões associadas ao ordenamento das actividades.»* (LÚCIO, 1997: 13-14)

A convergência entre Geografia e Economia é recente e tem ainda um longo caminho a percorrer, *«plusieurs facteurs sous-tendent l'interaction grandissante entre géographie et économie dans la second moitié du vingtième*

² Segundo dois dos mais iminentes teóricos da “Nova” Geografia Económica, Masahisa Fujita e Paul Krugman, *«the goal of the new economic geography, is to devise a modelling approach, a story-telling machine that lets one discuss things like the economics of New York in the context of the whole economy. That is, in general equilibrium, it should allow us to talk simultaneously about the centripetal forces that pull economic activity together and the centrifugal forces that push it apart. Indeed, it should allow us to tell stories about how the geographical structure of an economy is shaped by tension between these forces. And it should explain these forces in terms of more fundamental micro decisions»* (FUJITA e KRUGMAN, 2004: 141).

³ Prémio Internacional de Geografia, considerado como o “Nobel” da Geografia, atribuído a nomes como: Peter Haggett, Allen Scott, Torsten Hagerstrand, Milton Santos, David Harvey, Yves Lacoste, entre outros.

siècle. En économie, les développements politiques après la deuxième guerre mondiale amènent à une préoccupation croissante pour le développement des pays et des régions, fondamentalement des entités spatiales. (...) Le champ de la géographie, lui aussi, connaît des changements fondamentaux au cours de cette période, changements qui facilitent le rapprochement des deux disciplines. (...) Cette nouvelle ligne d'investigation prend de l'ampleur durant les années 1960 grâce à la révolution théorique et quantitative qui, comme sous-produit, rend la géographie plus acceptable aux yeux de l'économie et d'autres disciplines. En plus de sa complexité croissante, la "nouvelle géographie" change l'approche des phénomènes spatiaux. Plutôt que de se concentrer sur des régions spécifiques comme objets d'analyse, la nouvelle géographie adopte ce qu'on allait appeler une "approche systématique"» (COFFEY, 1992: 146-147).

Mas os economistas fazem Geografia Económica sem saber, como reconhece Paul Krugman «(...) *I have spent my whole professional life as an international economist thinking and writing about economic geography, without being aware of it.*» (1991: 1 *apud* PONTES e SALVADOR, *idem*)

De acordo com PONTES e SALVADOR (*ibidem*), a introdução das variáveis geográficas na análise económica pressupõe que a concorrência perfeita e os rendimentos constantes à escala deixem de ser considerados como fundamentos básicos da teoria económica.

Aliás, a concentração geográfica da actividade económica é uma evidência clara da presença de rendimentos crescentes à escala, ou economias de escala, situação que conduz necessariamente a mercados de concorrência imperfeita. «*Esta concentração (...) é o caso mais evidente da geografia económica.*» (PONTES e SALVADOR, 2002: 264). Ou recorrendo a um exemplo, «*a la vuelta de la esquina de la Ópera Nacional de Inglaterra se encuentra St. Martin's Court, una calle pequeña ocupada principalmente por vendedores de libros e grabados antiguos. (...) Entonces, ¿por qué han elegido los dueños de estas tiendas esta ubicación? Simplemente para estar próximos unos a otros. (...) Los clientes potenciales van a St. Martin's Court porque allí esperan encontrar una variedad de establecimientos en donde ver y hojear libros y grabados; y las tiendas están en ese lugar porque saben que es el sitio idóneo de clientes potenciales. El fenómeno que ilustra St. Martin's Court a pequeña escala se encuentra en todas las economías. La aglomeración – la concentración de la actividad económica, originada y sostenida por una especie de lógica circular (...)*» (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 2000: 11)

SALVADOR (1997: 139) fala da “evolução” da Geografia Económica para a Geoeconomia. Segundo a autora, o enfraquecimento do poder do Estado-Nação, aliado à preponderância do poder económico das empresas transnacionais (ETN's), das organizações económicas e financeiras internacionais (ex.: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e dos blocos regionais de integração económica (ex.:

União Europeia, Mercosul, ASEAN, ALCA⁴, etc.), conduzirá ao «*surgimento da «Economia-Mundo» [que] marcaria o início da contradição entre geopolítica e geoeconomia.*»

PONTES e SALVADOR (2002: 266) referem três grandes motivos para a importância da Geografia Económica no mundo actual:

1. **o processo de globalização**, aliado ao papel crescente das ETN's e à crescente mobilidade da produção, conduz ao surgimento de uma estrutura renovada que marca a ruptura com a velha fórmula “*Estado=Território=Riqueza*”, (re)assumindo a Geografia uma maior importância no conjunto das ciências sociais;

2. **a tradicional divisão entre economia internacional e economia regional** tende a desaparecer em muitas zonas do mundo, fruto da proliferação de blocos regionais de integração económica, cujo exemplo mais importante e de maior sucesso é, sem dúvida, a União Europeia;

3. **o estudo da localização das actividades económicas** continua a ser um ponto central da “Velha” (Cristaller, Lösch, Vön Thünen, Weber, etc.) e da “Nova” (Becattini, Benko, Castells, Fujita, Garofoli, Krugman, Lipietz, Markusen, Porter, Sassen, Venables, etc.) Geografia Económica.

De facto, esta crescente interligação entre Geografia e Economia constitui «*(...) un área de intersección e interés mutuo que há permitido en las últimas décadas el desarrollo de una economía espacial o regional y de una geografía económica cada vez más próximas e interrelacionadas, hasta constitui uno de los ámbitos más dinámicos y prometedores en el contexto general de las ciencias sociales.*» (MÉNDEZ, 2004: 3)

De facto, desde os «*(...) os anos cinquenta e sessenta [que] a grande preocupação dos “Geógrafos Quantitativos” foi a modelização dos comportamentos dos agentes económicos e o seu enquadramento em princípios gerais de explicação (leis) que atendiam a postulados de maximização do lucro e do acesso e compreensão perfeita da informação disponível.*» (LÚCIO, 1997: 21)

2.1.2. Os “percursores”: de Cantillon a Isard

Segundo SIMÕES LOPES (2002: 39), o estudo pioneiro que relacionou Espaço e Economia foi o de Richard Cantillon (“*Essai sur la nature du commerce em général*” de 1755), o qual atribuía às economias de

⁴ ASEAN: Association of the South East Asia Nations, ALCA: Área de Livre Comércio das Américas, Mercosul: Mercado Comum do Sul.

tempo e de transporte uma clara definição na organização espacial da sociedade, bem como na interdependência económica, aspecto este visualizado por Cantillon ainda antes do trabalho de François Quesnay (*“Tableau économique des physiocrates”* de 1758).

Fica também subjacente ao modelo de Cantillon a importância das economias de aglomeração e até das economias de escala. Antes inclusive da obra clássica de Walter Christaller (*“Die zentralen orte in süddeutschland”* de 1933), já aparece no trabalho de Cantillon a ideia de uma organização espacial assente em aglomerados populacionais com funções de centros hierarquizados e com as respectivas áreas de influência.

A relação dos fluxos e das variações dos preços com a distância, que conduz a que só possam ser objectos de troca produtos cujos raios de venda ou alcance sejam suficientemente grandes para atingir mercados urbanos, é outro aspecto antecipado por Cantillon e que só muito depois, seria retomado pela teoria dos lugares centrais. Demonstrou ainda que os preços determinam a distribuição das culturas ao redor dos aglomerados populacionais, sob influência dos custos de transporte.

Outro trabalho pioneiro referido por SIMÕES LOPES (2002: 40), é o de Sir James Stuart (*“An inquiry into the principles of political economy”* de 1767) que explica a distribuição espacial da população pela via do emprego, com base na disponibilidade de recursos e a sua localização, o que dá abertura ao surgimento de cidades de diferentes dimensões. Quando a procura externa adiciona à procura interna, outros factores podem influenciar na localização dos aglomerados populacionais, como os factores naturais ou de natureza geográfica. A obra de Sir James Stuart permite ainda discutir o tamanho dos aglomerados e as vantagens e desvantagens dos centros de grande dimensão, o que pode considerar-se como uma introdução às economias (e deseconomias) de aglomeração.

Por economias de aglomeração entende-se os «(...) *ganhos de produtividade que são atribuíveis à aglomeração geográfica das populações ou das actividades económicas. Como a fonte dos ganhos de produtividade se situa no exterior das empresas, no meio que as rodeia, fala-se de economias externas ou externalidades*» (POLÈSE, 1998: 77).

Deste modo, o conceito de externalidade está directamente vinculado à noção de espaço geográfico. Existem, em qualquer local, externalidades positivas e externalidades negativas. Quando a externalidade é positiva surge como uma fonte de economia externa, também chamada de efeito de vizinhança (*neighbourhood*). Quando a externalidade é negativa, torna-se uma fonte de deseconomia externa, normalmente relacionada com aspectos ambientais ou com acessibilidades.

Do mesmo modo que as economias de escala, de natureza interna às empresas, as economias externas possibilitam ganhos de produtividade, associados a uma determinada localização, ou seja, menores custos de produção; há ainda a vantagem de que a empresa não assume a totalidade dos custos (pode assumir uma parcela) em que o sistema económico incorre para gerar tais economias externas, as externalidades positivas.

Segundo Mário Polèse, as economias de aglomeração podem assumir duas formas principais: “*economias de localização*” ou de justaposição e “*economias de urbanização*”. (POLÈSE, 1998: 86)

As “*economias de localização*” ou de justaposição representam ganhos de produtividade específicos de uma indústria, ou de um conjunto de empresas relacionadas com origem na sua localização. Para Polèse, «*as economias de localização ou de justaposição são internalizadas ao nível da indústria, embora sejam externalidades para as empresas que delas beneficiam. (...) Para designar os conjuntos geográficos de estabelecimentos conexos deste tipo usa-se, por vezes, a expressão complexos industriais (onde frequentemente os outputs de uma empresa são os inputs de uma outra). As economias de localização a realizar neste caso não assentam apenas na partilha dos custos fixos mas também na redução dos custos de interação espacial e na multiplicação das possibilidades de troca. Por outras palavras, a aglomeração geográfica torna possível a maximização dos ganhos da especialização resultantes da valorização das vantagens comparativas*» (POLÈSE, 1998: 86- 89).

Em qualquer indústria, a natureza das “*economias de localização*” dependerá, antes de mais, do nível de desenvolvimento tecnológico, mas também dos factores que possam modificar as vantagens competitivas de diversas localizações.

A diferença entre economias de *localização* e de *urbanização*, reside em que as primeiras respeitam aos efeitos sobre uma indústria, enquanto as segundas se referem aos ganhos de produtividade decorrentes da aglomeração de indústrias em áreas urbanas. As “*economias de urbanização*” correspondem às externalidades positivas que as indústrias propiciam, pelo simples facto de se localizarem em uma determinada cidade. Elas são internas à região urbana, mas externas às empresas ou indústrias que delas beneficiam.

Os ganhos de produtividade decorrentes da produção de bens públicos constituem um elemento fundamental das economias de urbanização: «*por bens públicos entende-se os equipamentos ou os serviços cuja produção dificilmente pode ser assegurada de modo privado, devido ao peso das externalidades ou à importância das indivisibilidades ou outros custos fixos. Do lado dos grandes equipamentos, pode-se pensar nos portos de mar, estradas, aquedutos, aeroportos, esgotos e redes de electricidade. Do lado dos serviços, pode-se mencionar a administração pública, a educação, a saúde, a justiça e a ordem pública*» (POLÈSE, 1998: 95).

Outro precursor da Economia Regional foi Joahann Heinrich Von Thünen (*“Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalokonomie”* de 1826), que desenvolveu uma série de estudos teóricos sobre a formação e a estruturação do espaço agrícola. «Para muitos, Thünen, é antes do mais, o fundador da análise económica espacial pela sua teoria (...) que constitui um poderoso paradigma da modelização espacial, inspiradora de inúmeros estudos sobre a localização das actividades no espaço urbano desenvolvidos a partir dos anos 1960» (ALBERGARIA, 2002: 61)

Outro autor pioneiro e de importância central na análise da localização das indústrias foi Albert Weber (*“Uber den standort des industrien”* de 1909), que defendeu existirem três factores determinantes na localização industrial: o custo de transporte, os custos do trabalho e as vantagens associadas à aglomeração (economias de aglomeração).

Outro investigador destas temáticas, já referido anteriormente, foi Walter Christaller (*“Die zentralen orte in süddeutschland”* de 1933), que veiculou a ideia de que as actividades económicas e as populações se distribuem no espaço de forma ordenada, dando origem a hierarquias, redes ou sistemas urbanos.

Uma empresa procura, normalmente, localizar-se no centro geográfico do seu mercado, dado o princípio da centralidade geográfica. Empresas que concorram para fornecer as mesmas populações, mesmo que com produtos diferentes, têm interesse em se agrupar. Desse modo, empresas que tenham áreas de mercado comparáveis, irão agrupar-se, formando um lugar central. Quanto maior for a população a ser abastecida e de mais longe vierem os clientes, maior importância terá o lugar central.

No caso, por exemplo, do comércio a retalho é, em geral, o consumidor que assume ou internaliza os custos de transporte envolvidos nos deslocamentos que realiza para se abastecer, o que determina e fixa um limite muito bem definido para as possíveis áreas de mercado. O custo real dos deslocamentos, incluindo o custo de oportunidade, será influenciado pela frequência do consumo e pela importância da despesa correspondente no orçamento do consumidor. O consumidor percorrerá distâncias maiores para adquirir determinados produtos e serviços que outros. Decorre daí, que nem todos os produtos e serviços têm a mesma importância, sendo então possível, estabelecer-se uma hierarquia entre eles.

Christaller considera que os bens e serviços podem ser hierarquizados de acordo com a sua importância. Quanto menor for a velocidade ou o ritmo de consumo de um produto mais elevado ele se situará na hierarquia, e vice-versa. No caso do consumo ser frequente, os produtores tendem a localizar-se próximo dos consumidores, formando regiões complementares aos lugares centrais, de reduzida dimensão. No caso do consumo ser de carácter ocasional, os produtores localizar-se-ão a uma

maior distância média dos consumidores e entre si. Neste caso, definir-se-ão regiões complementares, que se apresentarão com uma maior dimensão.

Christaller refere igualmente que, quando a produção de produtos e serviços é realizada em lugares centrais, a importância dos lugares será tão maior quanto maior for a importância dos produtos e serviços situados em posição hierárquica elevada e que sejam fornecidos a partir desses lugares centrais. Há, portanto, uma relação directa entre a relevância dos lugares centrais e a importância dos produtos e serviços por eles disponibilizados. (ALVES, 2002: 127-128)

Outro estudioso da localização das actividades económicas foi August Lösch (*“The economics of location”* de 1967, edição original em alemão de 1939). A sua teoria dedica especial atenção à definição das áreas de mercado, em que o determinante da escolha da localização é a maximização do lucro dos produtores. Diverge neste ponto de Christaller, para quem o determinante é a minimização dos custos de transporte dos consumidores. Lösch entende que existem economias de aglomeração que tendem a agrupar as empresas que produzem bens para diferentes mercados, o mesmo sucedendo com os custos de transporte, por efeito da redução das distâncias a percorrer. *«O primeiro [Lösch] privilegiou a análise dos sistemas de produção industrial; o segundo [Christaller] os sistemas de distribuição; no entanto e relativamente ao problema colocado, o ponto de vista de cada um é coincidente»* (ALVES, 2002: 127)

Outro nome de destaque entre os “percursores” da Ciência Regional é o de Walter Isard (*“Location and space-economy”* de 1956), que teve o mérito de integrar os contributos da escola alemã com a análise microeconómica da minimização de custos ou da maximização do lucro. *«Motivado por sua inconformidade com a economia neoclássica auto-confinada à “wonderland of no spacial dimensions”, Isard criou a Ciência Regional (Regional Science⁵), uma construção de carácter interdisciplinar que obteve uma considerável importância prática no âmbito do planeamento regional»* (MONCAYO JIMÉNEZ, 2001: 14).

Após esta breve síntese da relação entre Geografia e Economia na formação conceptual da Economia Regional (ou Ciência Regional, na perspectiva de Isard) e da apresentação dos autores e teorias pioneiras nestes campos de análise, passaremos a apresentar os diferentes paradigmas do Desenvolvimento Regional e Local que têm surgido desde os anos 50 do século XX.

⁵ Walter Isard criou, em 1956, o primeiro Departamento de Ciência Regional na Universidade da Pensilvânia. Em 1960, William Alonso (*“Location and Land Use”*, 1964) foi o primeiro aluno a concluir o Doutoramento. Contudo, se *«the 1950s, 60s and 70s were good years for regional science [,] in the 1980s “thinking regionally” was replaced by “thinking globally” and spatial planning was succeeded by liberalism. In the years since 1980 we have witnessed the closure of regional science’s flagship department at Penn, the closure of the spatial economics unit at Rotterdam, and the closure of some departments friendly to regional science.»* (BAILY e GIBSON, 2004: 130)

Ainda que o presente capítulo não procure realizar uma análise exaustiva dos diferentes paradigmas do Desenvolvimento Regional, a verdade é que o surgimento de vários paradigmas e teorias associadas, confere ao Desenvolvimento Regional, ou se preferirmos, à Ciência Regional, uma complexidade teórica e semântica assinalável que, se por um lado demonstra a “pujança” intelectual desta área do saber, por outro lado revela um enquadramento no campo das ciências ainda pouco consolidado. «*The disciplines of physics, French and economics change over time but at the end of the day (or decade), they are still physics, French or economics. Regional science is unique in that it is continuously reinterpreted. Most regional scientist enter this multidisciplinary field after having received advanced training in a traditional discipline such as economics or geography. (...) The appeal of regional science arises in part from its emphasis on spatial approaches to problem solving and from the expectation that regional scientists will stretch beyond their own traditional disciplines (...)*» (BAILY e GIBSON, 2004: 128)

2.2. A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS ESPACIAIS DO DESENVOLVIMENTO

2.2.1. Introdução

A evolução dos paradigmas subjacentes ao Desenvolvimento Regional e Local e à Geografia Económica nos últimos cinquenta anos, pode, de uma forma simplificada, ser sintetizada no quadro seguinte, que expõe as teorias dominantes, seus objectivos e estratégias de actuação. A análise dos paradigmas espaciais do Desenvolvimento e das teorias subjacentes, efectuada ao longo do texto, estará longe de ser exaustiva devido ao carácter exploratório subjacente a uma dissertação de Mestrado, conforme referido anteriormente.

Quadro 1 – Evolução das Teorias de Desenvolvimento Regional

Período	Teorias	Objectivos	Actuação
Anos 50	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria das fases do crescimento • Teoria do crescimento equilibrado 	<ul style="list-style-type: none"> • Acelerar o processo de crescimento regional • Prioridade ao sector industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a dotação em infra-estruturas físicas • Atrair capitais e investimentos do exterior • Planear o reforço das ligações intersectoriais • Aumento da despesa em educação e especialização profissional
	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria da base de exportação • Multiplicador I-O 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a base de exportação local • Aproveitar os efeitos de arraste 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos e apoios às actividades exportadoras já existentes • Atracção de grandes empresas exteriores com capacidade exportadora • Analisar e apoiar o aproveitamento dos efeitos positivos na construção e serviços locais
Anos 60	<ul style="list-style-type: none"> • Teorias neoclássicas do crescimento • Teorias do comércio internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridade aos mecanismos de mercado • Mobilidade inter-regional de factores 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos/ausência de barreiras à mobilidade da mão-de-obra • Incentivos ao capital para superar a falta de atracção das regiões subdesenvolvidas • Corrigir/equilibrar as imperfeições do mercado de trabalho • Medidas de apoio às áreas menos favorecidas que sacrifiquem ao mínimo o mercado e a atribuição de recursos

	<ul style="list-style-type: none"> • Teorias nekeynesianas • Teorias do crescimento cumulativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Correção do mercado • Compensação das desvantagens das regiões pobres face às regiões industrializadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos ao investimento em áreas mais atrasadas • Investimentos empresariais do sector público • Dotação de infra-estruturas e serviços colectivos nas regiões pobres • Transferência dos rendimentos para as famílias • Barreiras ao desenvolvimento e localização de empresas e serviços nas grandes áreas metropolitanas
	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria dos pólos de crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Forçar os desequilíbrios em favor das áreas atrasadas • Criar focos de crescimento através de indústrias chave e/ou uma maior concentração industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização de grandes complexos industriais em áreas atrasadas • Actuação selectiva de apoio a centros urbanos com potencial de desenvolvimento industrial • Apoio ao aproveitamento local dos efeitos de polarização
Anos 70	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento endógeno 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar e explorar o potencial próprio de crescimento • Descentralizar a política regional • Criar políticas locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a iniciativas empresariais locais • Incentivos à criação local de novas empresas • Incentivos reais à criação local de emprego • Formação profissional; aumento da despesa em educação • Difusão de novas tecnologias
	<ul style="list-style-type: none"> • Centro/Periferia 	<ul style="list-style-type: none"> • Romper ou minorar o distanciamento real do centro 	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a acessibilidade aos mercados e à informação
• Anos 80 e 90	<ul style="list-style-type: none"> • Teorias sobre a difusão da inovação tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculação do desenvolvimento à mutação tecnológica • Eleição de prioridades tecnológicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoios à introdução e difusão de novas tecnologias • Subsídios à inovação e educação • Criação de ambiente favorável à inovação • Oferta de serviços tecnológicos • Desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação
	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria sobre meios inovadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os elementos favoráveis da inovação e formação de redes 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio às sinergias internas. Impulso à cooperação e interacção entre os diversos sectores • Desenvolvimento de redes de cooperação externas • Vincular os desenvolvimentos tecnológicos com as capacidades e potencialidades locais • Incentivos em forma de “pacote integrado” • Plena participação local nas iniciativas e programas de desenvolvimento

Fonte: CUADRADO-ROURA (1995: 27) *apud* JULIÃO (2001: 34)

No ponto de vista de Rafael Barbosa e Beatriz Mioto, também o conceito de Desenvolvimento pode ter acessões diferentes, consoante a escala de análise e a interacção com o território:

1. **Desenvolvimento Territorial:** é a acepção mais ampla do desenvolvimento. Dentro das três possíveis características de complexidade – território natural; território intervindo e território organizado – apenas o terceiro tipo é passível de intervenções promotoras do Desenvolvimento. O território organizado possui actividades mais complexas, tem uma comunidade que se reconhece a partir dele, apresenta um tecido político, administrativo e institucional. Deste modo, surge a ideia de que o território contém e não a de que ele está contido. É uma parte dele que interessa quando olhamos o Desenvolvimento, apenas a parte organizada.
2. **Desenvolvimento Regional:** a complexidade desse tipo de Desenvolvimento está na combinação das dimensões espacial, social e individual. O Desenvolvimento de uma região deve-se então, à transformação do território num sujeito colectivo, um processo de fortalecimento da sociedade civil, entendida como comunidade, indivíduos e região.

3. **Desenvolvimento Local:** a noção de local é colocada quando olhamos de cima. Por exemplo, no caso do Brasil, um Estado pode ser olhado como local se visto desde a perspectiva nacional, ou um Município é local se perspectivado desde um Estado. Nesse caso, ao invés de a localidade conter, – como ocorre com o território – ela está contida. Há várias dúvidas sobre o conceito, a sua noção pode muitas vezes passar mais pelo intuitivo do que pela definição em si. A confusão sobre esse termo não se esgota aqui. Há mais dois motivos pelos quais o conceito de Desenvolvimento Local é confuso: por ser uma “prática sem teoria”, pois o termo já é usado na prática, sem antes ser um substantivo teórico propriamente dito; pelo conceito abarcar três matrizes de origem distintas:
- a. **Da lógica de regulação horizontal:** onde o território tem como origem um sistema fechado, que encontra em si mesmo fontes para a sua reprodução.
 - b. **Da resposta à crise macroeconómica e ao ajuste:** que causou a reestruturação industrial e as deslocalizações da produção. Esse problema está ligado à esfera institucional, pois o Estado nacional debilita-se com problemas macroeconómicos e de ajuste estrutural e a esfera local passa a assumir as responsabilidades referentes ao Desenvolvimento.
 - c. **Do processo de globalização estimulado pela dialéctica global/local:** pois o Desenvolvimento Local está inscrito na racionalidade globalizante do mercado, onde as capacidades locais procuram estruturar-se e mobilizar-se para esse mercado.
4. **Desenvolvimento Endógeno:** tem como ideia-chave a convergência e a interacção. É um processo onde o território – no sentido amplo do termo – actua activamente na formação de estratégias que influenciam a sua dinâmica económica. Por exemplo, ele não é apenas um receptor passivo das vontades das grandes empresas. A interacção entre os actores públicos e privados é fundamental para gerar a sinergia necessária para o processo de Desenvolvimento. Juntamente com isso, o papel dos actores locais e as formas de capital intangível também têm importância relevante. É um projecto colectivo de Desenvolvimento, que se articula dentro de um território, daí a ideia de “*Desenvolvimento Endógeno*”. (conforme BARBOSA e MIOTO, 2007)

A evolução das teorias de Desenvolvimento Regional e Local radica em duas perspectivas diferenciadas do território: a perspectiva funcionalista e a perspectiva territorialista.

Na perspectiva funcionalista, que segue uma abordagem de “cima para baixo” (*top-down approach*), o território é visto como “apenas” o suporte físico para a implementação da estratégia de desenvolvimento. Havendo uma “diferenciação” excludente dos territórios em função da sua especialização produtiva – lógica subjacente aos “*Pólos de Crescimento*” de François Perroux, em que a área de localização do pólo exerce uma acção centrípeta sobre a periferia envolvente, impedindo ou

limitando o seu desenvolvimento. Tendo em consideração estas premissas pode apresentar-se o caso do ABCD paulista como uma situação que reflecte, pelo menos em parte, os resultados subjacentes à aplicação do paradigma funcionalista no Brasil.

Mais recentemente, a partir dos anos 70, surgiu a perspectiva territorialista⁶, com uma abordagem de “baixo para cima” (*bottom-up approach*), onde a articulação entre os diversos factores locais é condição *sine qua non* para a promoção do Desenvolvimento. Neste sentido, o Desenvolvimento tem origem na (inter)acção dos agentes locais e regionais, situação que está subjacente à emergência de conceitos como “*Sistema Produtivo Local*” e “*Cluster*”, os quais iremos desenvolver mais adiante.

Já na década de 90, surge um novo paradigma ou uma evolução do paradigma territorialista, o paradigma inter-territorialista. Este propõe uma abordagem mais flexível e ajustada à realidade actual, privilegiando os aspectos da inter-relação entre diferentes territórios e da organização de estruturas em rede adaptadas ao actual contexto de globalização, conforme definido por Manuel CASTELLS (2003)

Nos próximos pontos abordar-se-ão algumas das teorias de Desenvolvimento Regional subjacentes aos paradigmas enunciados, sempre no pressuposto de que este texto assume um carácter exploratório.

2.2.2 Paradigma Funcionalista

O Paradigma Funcionalista pode ser associado à primeira geração de políticas de Desenvolvimento Regional e tem por pressuposto a ideia de que o crescimento económico é a base de todo o desenvolvimento. Nesta perspectiva é o crescimento centrado nos sectores e territórios mais competitivos que possibilitará, numa fase posterior e através de mecanismos de redistribuição, a promoção do desenvolvimento, «*durante décadas manteve-se que o desenvolvimento era sinónimo de industrialização e de urbanização. O modelo prevalecente de crescimento e mudança estrutural caracterizava-se pela produção em massa, em grandes áreas urbanas, que podiam beneficiar das economias internas de escala e das economias de aglomeração. A grande empresa organizava as suas actividades e as suas funções de forma hierárquica, condicionava e determinava a gestão do mercado de trabalho e integrava fontes estratégicas de investigação e desenvolvimento.*» (CABUGUEIRA, 2000: 117)

Estas políticas de Desenvolvimento surgiram numa época de elevado crescimento económico (período compreendido entre a II Guerra Mundial e a crise petrolífera da década de 70, conhecido como os “*gloriosos trinta*”), que facilitava a implementação de políticas de redistribuição. Conforme explica

⁶ Para uma síntese da Perspectiva Territorialista, ver SANTOS (2002b).

Georges Benko, «o crescimento do pós-guerra é essencialmente imputável a dois factores excepcionais. De um lado a intervenção do Estado (Estado-empresário, Estado-providência), sob a influência dos princípios Keynesianos, em domínios específicos (P&D, sector nuclear, espaço), sustentou as actividades económicas; de outro, a liberação das trocas internacionais facilitou a expansão da área de difusão da inovação, aumentando assim as possibilidades de crescimento de progresso técnico. O contexto internacional favoreceu igualmente a explosão ao estabelecer uma regulação geral (instituições, regras monetárias, etc.)» (BENKO, 1995: 27)

Neste sentido, as políticas económicas, inspiradas pelo *Neo-Keynesianismo*, fomentaram a intervenção estatal na economia através de:

- Apoios e subvenções aos sectores menos competitivos;
- Investimentos públicos no tecido produtivo, através da criação de empresas públicas e/ou participação no capital de empresas privadas;
- Captação de investimento exteriores às regiões, sobretudo através de investimentos públicos em infra-estruturas, transportes e energia.

O Estado procurou também intervir de forma directa na promoção do desenvolvimento das regiões menos favorecidas, nomeadamente através da transferência de capitais. Perroux elaborou a Teoria da Unidade Económica Dominante que, após alguns anos e aprofundamentos, passou a ser conhecida como Teoria dos Pólos de Crescimento. Surgem assim os “*Pólos de Crescimento*”, de que François PERROUX (1971) foi o autor mais destacado⁷. Os pólos teriam um efeito de propagação, dinamizando as áreas periféricas e menos desenvolvidas. «[O Pólo de Crescimento] surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos factores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização» (ANDRADE, 1987: 58).

Podemos considerar que «os trabalhos iniciados por Perroux, Hirschman e Myrdal, continuados nas décadas seguintes por diversos autores e desenvolvidos em várias versões, completam um ciclo que conciliou numa “ciência regional” a teoria económica espacial, a teoria do crescimento económico e um quadro normativo para a intervenção das autoridades públicas na promoção do desenvolvimento regional.» (CABUGUEIRA, 2000: 108)

⁷ Não obstante «a produção teórica de Perroux é contemporânea de outras análises (Myrdal, 1957; Hirschman, 1958), que desenvolvem a mesma perspectiva.» (CABUGUEIRA, 2000: 108)

De destacar ainda a teoria do “*centro-periferia*” enunciada por John Friedmann⁸ e que apresenta um modelo que se enquadra num processo em que a economia, evoluindo para a industrialização, regista transformações espaciais profundas; estas vêm agravar os desequilíbrios, porque a tendência para a industrialização conduz à concentração do investimento em número reduzido de áreas, originando e incrementando uma estrutura do tipo dualista. A um *centro* com crescimento intensivo e rápido opõe-se uma *periferia* cuja economia se encontra em estagnação ou mesmo em declínio, ainda que relativos. (CABUGUEIRA, 2000: 113)

Considerava-se que uma determinada empresa ou indústria se destacaria das restantes pelas suas capacidades de criação e expansão e que, posteriormente, influenciaria outras empresas (e outras regiões) conseguindo um efeito catalisador do crescimento económico.

As inovações, no sentido de Joseph Alois Schumpeter (“*The theory of economic development*” de 1934), desempenham relevante papel na Teoria dos “*Pólos de Crescimento*” pois, segundo Perroux, a influência desestabilizante das indústrias motrizes gera ondas de inovações. Conforme refere TOLOSA (1972: 199), «(...) *as indústrias motrizes são comumente indústrias novas (industries nouvelles), porém nada impede que mudanças tecnológicas ou de demanda causem a aceleração do crescimento de setores já implantados, de modo a torná-los motrizes (...)*».

Mas, o conceito de inovação adoptado por PERROUX (1978), na sua análise sobre a formação dos complexos industriais, assume algumas diferenças em relação a Schumpeter. «*Este último [Schumpeter] fixou unilateralmente a sua atenção sobre o papel dos empresários privados e especialmente dos grandes empresários privados; mas os poderes públicos e as suas iniciativas, assim como as pequenas inovações de adaptação, não podem ser esquecidas. (...) J. Schumpeter elabora a sua teoria para um regime de concorrência perfeita (ou aproximada); a presente análise engloba as numerosas formas de concorrência monopolística no mais alto sentido do termo (monopólios, oligopólios e combinações de monopólios e oligopólios)*» (PERROUX, 1978: 105).

Perroux aceita a distinção clássica entre os conceitos de Crescimento e de Desenvolvimento. Para ele Desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, o seu produto global. Assim, na sua formulação teórica, “*Pólo de Crescimento*” não se identifica, necessariamente, com *Pólo de Desenvolvimento*.

⁸ As ideias sobre as relações “*centro-periferia*” são utilizadas para explicar o crescimento das regiões. Nesta perspectiva, a periferia constitui, ela mesma, um obstáculo ao seu desenvolvimento, uma vez que é difícil aceder ao mercado (*input-output*), à informação e aos activos inovadores. John Friedmann, inspirado nas ideias desenvolvidas por W. Isard na década de 50, apresentou um modelo de Desenvolvimento que passa pela exploração das relações Centro-Periferia. Trata-se de um modelo inspirado, de certa maneira, nas ideias de F. Perroux, que apresenta como grande inovação a tentativa de encontrar uma lógica de desenvolvimento integrando todo o território. Neste sentido ver, por exemplo, SALVADOR, JULIANO e FERREIRA, (1999).

O “*Pólo de Crescimento*” é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência seja realmente exercida em toda a sua dimensão, o pólo precisa de canais que o liguem à região. As estradas, os meios de transporte ou de comunicação, desempenham esta função, possibilitando o crescimento dos pólos principais, pela formação do que Perroux chama de “*nós de tráfego*” e de “*zonas de desenvolvimento*”.

Em termos espaciais, estes fenómenos seriam concentrados nos referidos “*Pólos de Crescimento*” que teriam um efeito difusor na economia. Os “*Pólos de Crescimento*” seriam então áreas de actividade económica concentrada e altamente interdependente que exerciam uma influência decisiva no ritmo de desenvolvimento dos sistemas produtivos, verdadeiros centros para a criação e difusão espacial das inovações e do Desenvolvimento.

A dinâmica de Desenvolvimento Regional seria então liderada por um “*Pólo de Crescimento*”, indústria ou sector industrial localizado, por iniciativa estatal, numa região menos desenvolvida. A existência do referido pólo ou unidade industrial ou sector industrial promoveria o desenvolvimento de uma série de efeitos polarizadores e indutores do Desenvolvimento Regional.

A teoria dos “*Pólos de Crescimento*” afirmava que seria ineficiente e ineficaz tentar pulverizar os investimentos sobre todo o território nacional. Ao contrário, deviam ser seleccionados centros urbanos chave (preferencialmente aqueles que ajudassem a perfazer uma hierarquia urbana ‘racional’) para concentrar os programas de investimento que beneficiariam de economias de escala e de economias externas de aglomeração. (conforme HANSEN, 1981: 32).

Contudo, na prática, os “*Pólos de Crescimento*” tiveram precisamente um efeito contrário, um efeito centrípeto, “*esvaziando*”, económica e demograficamente, os territórios envolventes menos desenvolvidos: «*a política de pólos de desenvolvimento ficou aquém do esperado na dinamização das periferias, gerando mesmo, frequentemente, efeitos perversos, dado que os efeitos negativos induzidos (polarization effects ou backwash effects) se sobrepuseram aos efeitos positivos (trickling down effects ou spread effects)*» (SANTOS, 2002b: 219).

Conforme referido anteriormente, esta linha de pensamento funcionalista surgiu numa época de pleno crescimento da economia mundial, onde a concepção dominante era a de que o Estado deveria intervir no sentido de corrigir as assimetrias regionais internas. Contudo, este modelo de desenvolvimento funcionalista-keynesiano-fordista deixou de ser economicamente (e até ambientalmente) sustentável,

sofrendo um “rude golpe” nos anos 70 com as “crises do petróleo”⁹. Para Georges Benko *«dans le domaine industriel, cette crise apparaît comme celle d’un modèle de production et d’organisation basé sur l’extension progressive du fordisme. (...) Cette situation a amené les acteurs économiques vers un nouveau modèle de développement, qui a des effets importants sur le mode de spatialisation du système productif. Les producteurs profitent de cette période transitoire et réorganisent leurs méthodes de travail, ils saisissent aussi les nouvelles opportunités géographiques et technologiques qui leur sont offertes.»* (BENKO, 1990: 12).

2.2.3. Paradigma Territorialista

Conforme temos vindo a referir ao longo do texto, a crise económica motivada pelas crises petrolíferas de 1973 e 1979 provocou um conjunto de efeitos e desequilíbrios de carácter económico e social ao nível dos vários países e regiões. De facto considerando que *«o desenvolvimento polarizado justificara a intervenção centralizada na época das reconstruções nacionais do pós-guerra e estivera associado ao crescimento espectacular das regiões centrais, sem que os efeitos de difusão fossem maciços. De igual forma impunha-se agora uma reflexão sobre a promoção do desenvolvimento regional para os tempos de crise e para os espaços “restantes” nos países centrais, aos quais se juntava o “espaço restante”, a nível mundial, em que habitava a maior parte da população.»* (CABUGUEIRA, 2000: 109)

Na Europa, estes desequilíbrios tiveram reflexos ao nível da reconversão de alguns sectores industriais tradicionais, como o carvão e o aço, provocando importantes crises nas regiões em que estes sectores eram dominantes (regiões siderúrgicas e mineiras da Inglaterra e Alemanha, por exemplo). De facto esta reconversão passou quer pelas imprescindíveis mudanças tecnológicas, quer por reestruturações do quadro de pessoal das empresas e deslocalizações que aumentaram a taxa de desemprego nestas regiões.

Neste contexto aumentou a importância dos serviços no sector produtivo e surgiram novas tendências de localização e funcionamento das empresas industriais.

Face à escassez dos recursos financeiros, as Políticas de Desenvolvimento Regional até aí preconizadas tiveram de ser abandonadas ou restringidas. As condições macroeconómicas adversas impunham políticas de contenção orçamental e ajuste conduzindo à crise e falência de vários projectos desenvolvidos à luz de políticas regionais baseadas no paradigma funcionalista cessante¹⁰.

⁹ *«O paradigma chegou ao fim nos princípios dos anos 70, quando entrou em crise o modelo fordista e surgiram modelos de especialização flexível como formas mais desejáveis de acumulação.»* (CABUGUEIRA, 2000: 117)

¹⁰ O exemplo clássico do “fracasso” da implementação de um Pólo de Crescimento de inspiração funcionalista em Portugal é a criação do pólo industrial-portuário de Sines.

STÖHR e TODTLING (1977) *apud* SANTOS (2002b), chamavam a atenção para o facto de que as disparidades espaciais nos níveis de vida, num elevado número de países desenvolvidos, ao invés de diminuírem, por via da aplicação de políticas regionais, aumentaram ou, pelo menos, estagnaram.

Com a crise dos modelos redistributivos de inspiração Keynesiana no contexto de crise económica das décadas de 70 e 80¹¹, o Espaço passa a ser considerado numa acepção de “Território”, assumindo-se que, para além da sua componente física, são sobretudo, os indivíduos, as colectividades locais e a sua interacção com o meio que poderão potenciar o Desenvolvimento. Na óptica de BENKO, «*ao longo dos anos 70 e 80, os Estados viram agravar os seus déficits públicos, facto que os incitou a conduzir políticas de descentralização. A gestão de inúmeros bens colectivos locais, tais como a educação, a formação, as infraestruturas de transportes, as ajudas sociais foram, a partir de então e com frequência, regionalizados. Foi a ocasião de descobrir que a densidade das relações entre os actores locais (empresas, universidades, colectividades territoriais, sindicatos, etc.) pode exercer um papel determinante na competitividade das actividades económicas*» (2001: 8)

Face à nova realidade económica «*os teóricos das teorias alternativas à Teoria da Polarização que se distanciou da perspectiva difusionista e cuja classificação tem assente essencialmente em três designações: “territorialista” (c.f. Friedmann e Weaver, 1979; Pecqueur, 1987; Henriques, 1990); “endógena” (Greffé et. al., 1986); “a partir da base” (Stöhr e Taylor, 1981).*» (CABUGUEIRA, 2000: 104)

Com a crescente dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento, dada a sua inexistência ou insuficiência, «*a questão fundamental para o desenvolvimento regional deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projectos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas*» (BAPTISTA, 1985 *apud* SANTOS, 2002b: 220).

A partir dos anos 80 constata-se que algumas das regiões “resistiram” melhor à crise, grande parte das regiões mais bem sucedidas da Europa e EUA apresentavam um padrão de crescimento económico semelhante: domínio das Pequenas e Médias Empresas (PME’s); baixos níveis de desemprego e concentração geográfica das actividades. A análise efectuada demonstrou igualmente a presença de uma liderança apoiada em actores de base marcadamente territorial (por exemplo, as Autarquias Locais), como garante dos interesses regionais e locais e o envolvimento activo dos principais actores com influência na dinâmica sócio-económica destes territórios, como condição para a mobilização integral

¹¹ De facto, «*a literatura sobre a industrialização difusa surgiu, a partir de meados dos anos 70 e primórdios dos anos 80, refletindo sobre a emergência de modelos de desenvolvimento industrial baseados nas pequenas empresas e em regiões consideradas “periféricas” (BECATTINI, 1975; 1989; 1990; GAROFOLI, 1978; 1981; FUÁ; ZACCHIA, 1983). O principal desafio teórico desses autores foi explicar as possíveis combinações de pequenas empresas, capazes de gerar modelos alternativos de desenvolvimento pela superação de problemas clássicos como acesso ao crédito e a recursos competitivos estratégicos*». (TAPIA, 2005: 133)

dos seus recursos e capacidades de iniciativa. Neste sentido ganhou relevância o surgimento do conceito de “Governância” ou “Governança” (*Governance* em inglês), como «(...)uma leitura mais ampla do conceito de governo (enquanto estrutura política formal e institucionalizada de base territorial), muito embora se constate uma considerável diversidade de definições que lhe conferem ainda alguma instabilidade nos planos teórico e prático.» (FERMISSON, 2005: 46). Este termo surgiu na sequência da expansão do liberalismo ocorrido na década de 80, que se caracterizou pela crescente privatização e desregulamentação de serviços públicos. Deste modo «(...) a crescente relutância dos governos em atacar assuntos mais problemáticos e a permanente escassez de recursos públicos (...) tem vindo a favorecer a participação de múltiplos actores. (...) As novas formas de governância pressupõem, assim, a inclusão de múltiplos actores, recursos e acções independentes, objectivos comuns e fronteiras difusas entre público e privado, formal e informal, estado e sociedade civil. No entanto, a sua eficácia depende da coordenação e da capacidade de negociação e construção de consensos, funções que cabem aos actores públicos, únicos representantes legítimos do interesse público.» (BRANCO, 2006: 136)

Pelo que a “Governância Territorial” procura «“não só, o mero governo do território, mas todo o sistema de relações entre instituições, organizações e indivíduos, que assegura as escolhas colectivas e a sua concretização»” Assumimos, neste contexto, que a governância requer a “capacidade de ampliação dos recursos em conhecimento disponíveis e de geração de contextos de aprendizagem colectiva onde possam ser desenvolvidas, partilhadas e vertidas em visões estratégicas as novas formas de entendimento das dinâmicas espaciais”». (FERMISSON, 2005: 50)

Não obstante a existência desse potencial devemos considerar que «*creating new jobs and developing human capacity are not easy tasks. Local institutions have little authority and few resources (...). Clearly, subnational policy makers have little capacity to intervene in a new, globally based economic structure. But they can work to align human and natural resources of their community to match both global and regional markets, and they can strive to create new jobs that fit both the people and the place.*» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 24)

De entre as regiões “ganhadoras”, o caso mais famoso foi sem dúvida o da Terceira Itália, aquela região que nem era o Norte industrial nem o Sul agrícola (*Mezzogiorno*) e subsidio-dependente. Ora, precisamente a região “mais esquecida” pelo poder central surgia como a região mais rica e com maior taxa de crescimento na Europa Comunitária. Conforme observou Paul CLAVAL, «*des aires industrielles dynamiques se développent souvent dans des régions qui ont connu un développement pré-industriel notable: elles sont les héritières de zones où les ateliers se dispersaient dans le plat pays, autour de centres dont les “fabricants” organisaient le travail, achetaient les matières premières et commercialisaient les articles manufacturés (...)* La théorie des districts industrielles permet d’intégrer, comme l’a fort bien montré Allen Scott, une partie des résultats apportés par les analyses empiriques des géographes et des historiens, ainsi que les apports des sociologues que fascine l’épanouissement d’activités industrielles dynamiques dans des régions apparemment demeurées très rurales» (1990: 42, 46)

O surgimento dos “*Distritos Industriais Marshallianos*”¹² (ou “*Sistemas Produtivos Locais*” ou “*Clusters*”¹³) da Terceira Itália remonta aos anos 50. No seu ponto de partida caracterizavam-se pela abundância de PME’s e pela ausência de grandes unidades industriais¹⁴. Aproveitando as vantagens da concentração geográfica (“*economias de vizinhança*” ou “*economias de aglomeração*”), apostaram em sectores tradicionais: tecidos (Veneza e Florença), produtos alimentares (Parma) ou produtos metálicos (Bolonha).

BRUSCO (1982) aponta três factores explicativos para o sucesso da “*Terceira Itália*”: combinação entre concorrência e cooperação, por parte das empresas; combinação entre conflito e participação; combinação entre conhecimento local ou prático e conhecimento científico. Estes factores apontam a necessidade da emergência de instituições e políticas favoráveis (associações empresariais; acção concertada entre entidades públicas e privadas; encomendas das empresas às Universidades) e afirmam que o desenvolvimento depende do factor catalisador dos actores locais.

Outras regiões noutros países (Baden-Wurttemberg na Alemanha; Catalunha e Valência em Espanha; Rhone-Alpes e Provence-Alpes-Côte d’Azur, em França; Silicon Valley, Route 128 de Boston e “*Sun Belt*” nos EUA) assinalam também modelos semelhantes, baseados nas “*economias de proximidade*”.

Estas regiões demonstraram possuir um dinamismo próprio e não dependerem dos efeitos da redistribuição. Esta constatação foi um dos fundamentos para a adjectivação do desenvolvimento como endógeno. Constata-se que a natureza do processo de desenvolvimento é específica de cada território e de origem local. Neste sentido BECATTINI (1994) define “*Distrito Industrial*” como uma «*entidade socio-económica de uma comunidade de pessoas e de um conjunto de empresas que se concentram num dado espaço geográfico e histórico*» (1994: 36).

Segundo o geógrafo Georges Benko, estes novos desenvolvimentos teóricos «(...) – *sur le rôle des coûts de transaction, des économies d’échelles, des avantages à l’intégration verticale, du renouveau du “district industriel”, etc. – sont considérés comme les éléments clés dans la recomposition de la carte du développement économique régional: le succès relatif de ces différentes économies régionales dépendait de leur réussite en tant que centres de ces nouveaux secteurs de*

¹² Alfred Marshall (“*Principles of economics*” de 1890 e “*Industry and trade*” de 1919) foi o primeiro investigador a descrever e analisar o funcionamento das aglomerações económicas inglesas do século XIX, com base em dois centros industriais têxteis, Manchester e Sheffield, os quais qualificou de “*distritos industriais*”, avançando com a formulação dos conceitos de “*economias externas*”, “*economias de aglomeração*” e “*atmosfera industrial*”. Marshall argumentou que a concentração industrial e a especialização sectorial, induz à concentração de mão-de-obra qualificada e promove a circulação de informação e de *know-how* entre as empresas, o que economias portadoras de vantagens empresariais.

¹³ Tratam-se de uma série de conceitos próximos, mas que recebem diferentes nomes consoante os autores.

¹⁴ Neste sentido, DE GROOT *et al.* (2001: 249) referem que «*an alternative to the traditional neo-classical growth theory as developed by Solow (1956) and Swan (1956) was established. There was no longer a need to rely on exogenous factors to explain long-run economic growth. In the new theories of economic growth, concepts related to knowledge development, knowledge accumulation and knowledge diffusion feature prominently*».

croissance, et de leur organisation économique et sociale sur laquelle reposait leur vitesse d'ajustement aux tendances du marché. (BENKO, 1990: 26)

Segundo SANTOS (2002c), Becattini permite perspectivar alguns elementos estruturantes do conceito, principalmente na sua vertente produtiva: a pequena escala empresarial, a especialização por fases da cadeia produtiva, a existência de reduzidas barreiras de entrada e o papel dinamizador dos serviços de apoio à produção. «(...) *o distrito industrial marshalliano é constituído por uma população de pequenas e médias empresas independentes assentes num sector de especialização e num processo de divisão do trabalho industrial à escala local, apoiando-se numa miríade de unidades fornecedoras de serviços à produção e de trabalhadores ao domicílio, orientada, através do mercado de encomendas, por um grupo aberto de empresários puros (os *impannatori*)*» (BECATTINI, 1989, *apud* SANTOS, 2002c: 288).

Nos “*distritos industriais*” as empresas são partes integrantes do território. Esta perspectiva *marshalliana* expressa a ideia de “*embeddedness*” para explicar o funcionamento dos “*distritos industriais*”: um enraizamento na matriz sócio-cultural local que constitui a base de gestação e sustentação de “*economias de aglomeração*” propiciadoras de vantagens empresariais. Neste sentido, «(...) *scholars emphasise the relationship between firm clustering and new business formation. Because needed assets, skills, inputs and staff are often readily available at a location, they can be assembled more easily for a new enterprise*» (OERLEMANS *et al.*, 2001: 339).

Nesta perspectiva, um “*distrito industrial*” constitui uma grande concentração de pequenas e médias empresas, autónomas, integradas horizontalmente, altamente especializadas, actuando numa dada fase do processo produtivo e desenvolvendo vastas redes de subcontratação, com elevada capacidade dinâmica de adaptação às modificações da procura.

Na mesma linha de raciocínio, José Reis argumenta que: «*para além de um indicador pertinente de identificação (a sua especialização) e de uma certa relevância quantitativa (uma rede industrial e uma quota apreciável de produção ou das exportações do sector de especialização), um sistema produtivo local [conceito semelhante ao de distrito industrial] supõe um processo longo de consolidação técnica – uma história industrial durante a qual se formou uma cultura produtiva local – e uma [organização] produtiva de base local criadora de sinergias: um sistema de interdependências industriais*» (REIS, 1992, *apud* SANTOS, 2002c: 288).

A peculiaridade da organização produtiva dos “*Distritos Industriais*”, portanto, advém do progressivo enraizamento de actividades económicas num determinado território, e não da indução de fenómenos de polarização por empresas de grande porte.

Também o papel dos pactos territoriais reafirmou dois princípios básicos da nova modalidade de política de desenvolvimento descentralizada: o local como unidade básica do desenvolvimento sócio-económico e a opção por uma estratégia concertada de tipo *bottom-up*, que mobiliza o conjunto de actores sociais pertencentes ao território. «Com isso as células subnacionais – municípios, passaram a ser o foco do desenvolvimento local, com a interação entre os agentes da sociedade civil organizada, empresas e poder público municipal, formado assim, uma nova cultura empreendedora.» (LOPES e SILVA, s.d: 1). De facto, no referido caso da “Terceira Itália” foi o entendimento entre as Autarquias governadas pelo Partido Comunista Italiano, as Associações Empresariais e, em parte, a Igreja Católica, que permitiu consolidar os “Sistemas Produtivos Locais”.

Nesse contexto, a produção de consensos seria uma estratégia vital, «vista como do tipo win-win capaz de reduzir as incertezas e de assegurar um acordo mínimo sobre os grandes temas da agenda do desenvolvimento. Particularmente, as experiências de concertação descentralizada ou de pactos territoriais correspondem a processos de institucional building fortemente ancorados na ação concertada, envolvendo uma pluralidade de atores sociais, públicos e privados. Esses atores coletivos têm sido responsáveis pela construção simultânea de instituições e de policíes.» (TAPIA, 2005: 135)

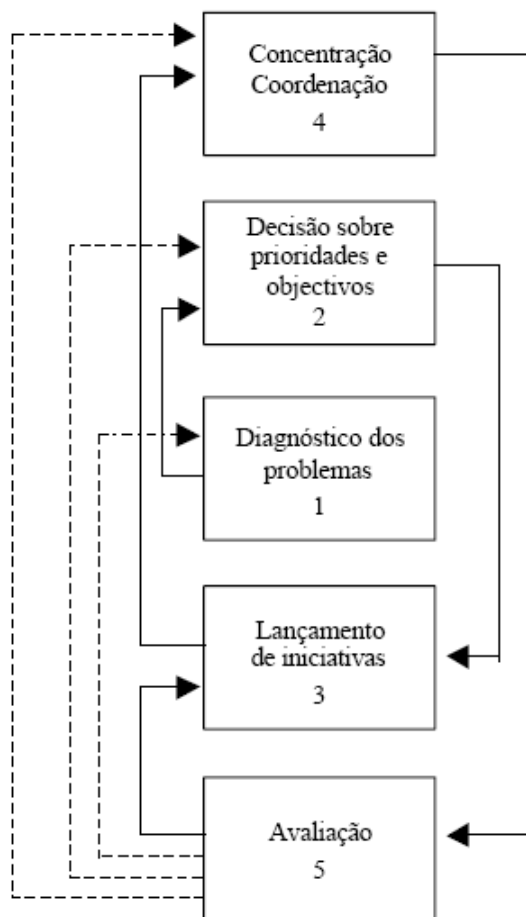
Neste sentido as iniciativas empresariais locais devem seguir os seguintes passos:

- 1º - Acordo tácito ou expresso dos agentes públicos ou privados que têm interesses no território sobre a conveniência de empreender ações no sentido de melhorar a competitividade do sistema produtivo.
- 2º - Diagnóstico da economia local (identificação dos problemas e potencialidades/ oportunidades).
- 3º - Fixação de objectivos e metas.
- 4º - Definição das ações.» (VÁSQUEZ BARQUERO, 1993: 230 *apud* CABUGUEIRA, 2000: 127)

Pelo que os actores locais podem ser chamados a intervir:

- «no diagnóstico dos problemas que os afectam ou que afectam a colectividade;
 - no processo de decisão relativo às prioridades e aos objectivos do desenvolvimento local;
 - no lançamento de iniciativas, projectos e programas a nível local;
 - na concertação, coordenação e integração dessas iniciativas e projectos;
 - na avaliação dos resultados obtidos e do impacto das ações locais sobre o bem-estar e o futuro da colectividade».
- (CABUGUEIRA, 2000: 133)

Figura 1 – Os Cinco Níveis de Participação dos Actores Locais no Desenvolvimento



Fonte: NÓVOA *et al.* (1992) *apud* CABUGUEIRA (2000: 134)

De facto, é importante destacar que é condição fundamental para o Desenvolvimento, que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio rumo. «*Estas práticas devem traduzir-se em novas formas de coordenação entre os actores locais, conduzindo, a médio prazo, a hábitos de parceria, capazes de facilitar a ultrapassagem da lógica vertical e centralizadora das instituições. Por parceria queremos significar a cooperação contratual entre os múltiplos parceiros locais em torno de projectos comuns ou convergentes.*» (CABUGUEIRA, 2000: 130)

Para COURLET e DIMOU (1995) *apud* SANTOS (2002c), os “*Distritos Industriais*” resultam de um amplo conjunto de iniciativas, de relações de cooperação e de redes locais, que lhes propiciam vantagens específicas através do surgimento de vários tipos de economias externas de aglomeração, a saber: “**economias de especialização**”, ligadas ao aprofundamento da divisão do trabalho; “**economias do trabalho**”, resultantes da formação e acumulação de *know-how* específico; e “**economias de informação**” e comunicação, provenientes da capacidade de inovação e de sua difusão. De facto, «*the competitive advantage of firms in the new economy is greater specialization. However, this results in more interdependency with other firms, organizations, and suppliers. Business is no longer conducted by companies working alone. When leading-edge firms need specialized skills, they outsource to another organization in a related field or even in the same field.*

Many companies hire partner companies and form “virtual corporation” that combine for one product, then recombine with entirely different sets of collaborators for another product.» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 7)

Essas vantagens, em conjunto, exercem um efeito centrípeto e aglutinador da pequena e média empresa, num contexto marcado pela socialização de processos industriais comuns e pelo aprofundamento da integração entre economia e sociedade. Assim, «*o território regional pode ser caracterizado, em primeiro lugar, como um espaço de comunicações para a integração de know-how e produção cultural. Ele se constitui, notadamente, a partir da inserção dos actores locais em redes de inovação e externalidades que associam diferentes papéis de excelência da região (...). O território regional é também um quadro de vida partilhado e uma vivência colectiva das vantagens da amenidade específica oferecida pela região (...)*» (BENKO, 1995: 79)

Nos “*distritos industriais*” a inovação procede da mobilização territorial dos agentes que interagem sistematicamente. O seu desenvolvimento não se baseia na procura de saltos tecnológicos – adopção de tecnologias radicalmente diferentes dos conhecimentos técnico-profissionais acumulados ao nível local – e sim no saber e no “*saber-fazer*” tácito que caracteriza a região. A análise da inovação nos “*distritos industriais*” está, portanto, distante da abordagem *neo-schumpeteriana* que associa a dinâmica capitalista ao impacto de um conjunto de inovações radicais e revoluções tecnológicas, «*donde los nuevos desarrollos de la teoría del crecimiento han dado un importante paso adelante es en su intento de endogeneizar el progreso técnico y superar las limitaciones que provocaba la interpretación del residuo de la ecuación de Solon*» (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002: 94)

De acordo com Ricardo Méndez e Inmaculada Caravaca, «*(...) un número cada vez mayor de firmas se ven impulsadas, por voluntad o necesidad, a adentrarse en una senda de innovación que suele verse potenciada o limitada en función de determinadas condiciones internas (recursos disponibles, cultura empresarial, motivaciones...) y externas (entorno competitivo, política de apoyo a la innovación...), y que puede revestir diversas formas, resumidas en tres tipos esenciales según su objeto o destino. (...) a) Innovaciones de proceso (...) b) Innovaciones de producto (...) c) Innovaciones gerenciales (gestión y estructura empresarial)*» (MÉNDEZ e CARAVACA, 1999: 163-164)

Segundo BELUSSI (1996) *apud* SANTOS (2002c), a abordagem dos “*distritos industriais*”, na perspectiva *marshalliana*, estabelece uma análise económica territorializada que se consolida nas externalidades associadas à proximidade e que depende do potencial de competências locais do qual as empresas extraem os seus recursos produtivos – a proximidade espacial das empresas e o “caldo cultural” comum aumentam as probabilidades de difusão de informação e de aprendizagem, o que lhes possibilita defender sua posição competitiva recorrendo à inovação contínua e incremental.

Na década de 70 um novo conceito de Desenvolvimento ganhou destaque, assente em duas ideias fundamentais: local e endógeno. Nos anos 80, o Desenvolvimento Local *ganhou* um novo fôlego, em especial devido ao aparecimento de iniciativas locais de auto-emprego que tinham como objectivo reduzir as taxas de desemprego das economias locais¹⁵. Pelo que os processos de reestruturação produtiva ocorridos nos anos 80 e 90 levaram a adopção de estratégias de Desenvolvimento em que as iniciativas locais instrumentalizavam-se através de novas organizações, como são, por exemplo, as Agências de Desenvolvimento. De facto, as experiências europeias mostram que as Estratégias de Desenvolvimento Local ganham em efectividade se forem realizadas através de Agências Locais/Regionais de Desenvolvimento, que gozem de autonomia operativa e de flexibilidade na gestão. (CABUGUEIRA, 2000: 116, 132).

Os objectivos finais são o aperfeiçoamento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria do nível de vida da população. A nova política de Desenvolvimento Territorial pretende separar os desequilíbrios através da promoção do Desenvolvimento de todos os territórios com potencial competitivo. Baseia-se numa teoria que propõe que o crescimento não tem que ser necessariamente *polarizado*, mas que pode ser *difuso* e propõe-se desenvolver um território, utilizando o potencial existente nele próprio.

VÁZQUEZ BARQUERO (1993) *apud* CABUGUEIRA (2000: 126) apresenta cinco vértices indispensáveis para a concretização das iniciativas de Desenvolvimento Local:

«O Hardware do desenvolvimento local é formado por todas as infra-estruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo (transportes, comunicações, hospitais, escolas);

o software do desenvolvimento local é formado por factores qualitativos que são necessários para o crescimento e que têm um carácter imaterial (o “know-how” tecnológico e inovador, a capacidade empreendedora);

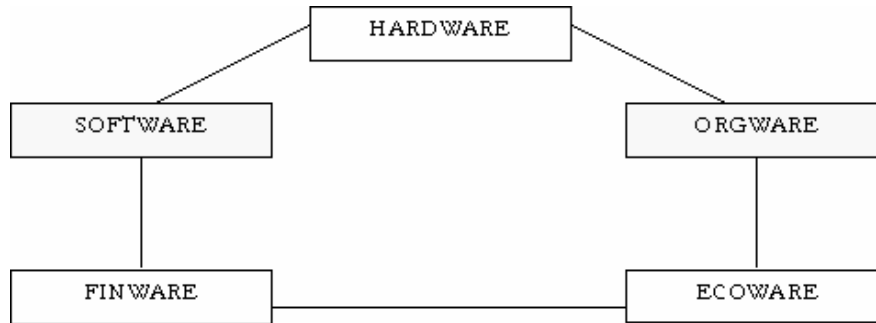
o orgware do desenvolvimento é a capacidade de organização que existe na região e que permite dar uma resposta eficaz aos desafios que apresenta a competitividade;

o finware do desenvolvimento local é formado pelo conjunto de instrumentos financeiros que se utilizam para o desenvolvimento estratégico de um território;

o ecoware do desenvolvimento local consiste no conjunto de instrumentos que organizam o uso adequado dos recursos naturais existentes (as acções dirigidas para deter a deterioração do meio-ambiente e proteger a qualidade dos recursos naturais – água, ar e solo – têm adquirido, progressivamente, um valor estratégico no desenvolvimento local).»

¹⁵ Na perspectiva de Edward J. Blakely e Ted K. Bradshaw, «(...) locally based economic development and employment generation is more likely to be successful if initiated at the community and local level than elsewhere.»(BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 25)

Figura 2 – Acções para melhorar a resposta local



Fonte: VÁZQUEZ BARQUERO (1993) *apud* CABUGUEIRA (2000: 126)

Uma das prioridades da estratégia actual de Desenvolvimento Regional e Local é, portanto, o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente em que a incerteza e a turbulência são grandes. Desta forma, é necessário fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do sistema produtivo. No capítulo IV da presente dissertação apresentaremos um conjunto de iniciativas locais, que julgamos enquadrarem-se nesta perspectiva e que contribuem para o Desenvolvimento da área em análise.

Quadro 2 – Mudanças na Política de Desenvolvimento Regional e Local

	Política tradicional	Políticas novas
Estratégia dominante	Desenvolvimento polarizado Visão funcional	Desenvolvimento difuso Visão territorial
Objectivos	Crescimento quantitativo Grandes projectos	Inovação, qualidade, flexibilidade Espírito empreendedor Projectos numerosos
Mecanismos	Redistribuição Mobilidade de capital e do trabalho	Mobilização do potencial endógeno Utilização dos recursos locais e externos
Organização	Gestão Centralizada Financiamento a empresas Administração pública dos recursos	Gestão local do desenvolvimento Prestação de serviços Organizações intermédias

Fonte: VÁZQUEZ BARQUERO (1993) *apud* CABUGUEIRA (2000: 118)

A questão central passou a ser a do “*Desenvolvimento Endógeno*”, que pressupõe o controle territorial das economias regionais visando o aumento da eficiência de todos os factores produtivos, com a sua estratégia a basear-se na utilização de PME’s, que devem surgir por iniciativa de agentes locais, de modo a possibilitar a retenção do valor acrescentado. Na opinião de Vázquez Barquero «*el desarrollo endógeno se puede conceptualizar como un proceso, cuyo nacimiento, desarrollo y maduración se apoya en una combinación de causas que van desde el estado de necesidad hasta la disponibilidad de recursos naturales y locacionales, con fuerte demanda en el mercado. Todos estos procesos contienen, al menos, dos dimensiones: una económica (...); otras, sociocultural (...)*» (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002: 103)

Conforme SANTOS (2002b), a teoria do desenvolvimento de base territorial e endógena procurou responder ao paradigma funcional até então dominante, cujos pressupostos eram:

- a subalternização dos aspectos estruturais do desenvolvimento, como os políticos, sociais e ambientais;
- uma visão economicista do desenvolvimento, assentada em processos de acumulação concentrada de capital;
- a prioridade à mobilidade espacial de capitais;
- a preferência por investimentos em infra-estruturas pesadas, sem atender aos aspectos qualitativos dos mercados locais de emprego;
- uma grande aposta nos sistemas de grande escala e altamente consumidores de energia;
- o recurso a estratégias exógenas às economias locais para definição dos recursos a explorar;
- a imposição de mecanismos de decisão centralizados.

De facto, o novo paradigma conceptual do Desenvolvimento Regional, de base territorialista e endógena, pressupõe que o desenvolvimento só será alcançado pela mobilização integral dos recursos dos diferentes territórios para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações. O seu argumento central é que o poder económico funcional, sem um controle de um ente territorial, tende a acentuar as disparidades sociais e económicas características do desenvolvimento polarizado.

Quadro 3 – Principais Características do Desenvolvimento Endógeno

Características	Implicações
Primazia do <i>particular</i> e do <i>específico</i>	Reconhecimento de que cada região, cada colectividade, tem potencialidades e problemas próprios. Definição do desenvolvimento como processo múltiplo vindo “de baixo”, e não como resultado de políticas centralizadas e uniformes. Perspectiva do desenvolvimento como um processo que se baseia na acção dos actores locais e na valorização dos recursos das colectividades.
Predominância da acção e da <i>auto-organização</i> dos actores locais	Valorização dos actores locais mais do que dos instrumentos e das políticas. Reforço das estratégias de informação, de formação e de comunicação. Importância da coordenação entre as iniciativas e projectos dos actores locais, numa perspectiva de interacção e sinergia. Promoção de estratégias de auto-organização dos actores em torno de iniciativas, empreendimentos e projectos comuns ou convergentes.
Tónica na valorização dos <i>recursos qualitativos locais</i>	Estímulo prioritário à qualificação profissional, à investigação (ligação às Universidades locais/regionais) e à inovação. Valorização da empresa e do espírito de empreendimento, de risco, de experimentação, de avaliação e de acompanhamento das acções e iniciativas. Ênfase nas relações interactivas (redes, comunicações, informação).
Perspectiva do desenvolvimento como um <i>processo participado e negociado</i>	Transferência de poder do nível central para os níveis local e regional. Aumento da capacidade de iniciativa, de organização e de representação da colectividade face aos poderes públicos. Criação de hábitos e práticas de parceria, ou seja, de cooperação contratual entre os parceiros locais em torno de projectos comuns.

Fonte: NÓVOA *et al.* (1992) *apud* CABUGUEIRA (2000: 119)

O “*Desenvolvimento Endógeno*” corresponde à endogeneização do progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização dos factores convencionais de produção, assentando a sua base conceptual na consideração do aumento do *stock* de conhecimentos como sendo o verdadeiro motor do crescimento, prioritariamente à acumulação de capital físico ou humano. «*Na problemática da competição global, a capacidade de inovação e a capacidade de gerar conhecimentos e competências susceptíveis de fazer evoluir o sistema territorial de produção são essenciais. Trata-se, portanto, de dar atenção ao processo de inovação e não simplesmente à organização dos recursos produtivos*» (MAILLAT, 2002: 14)

O conhecimento é um bem público: portanto, apresenta as características de não rivalidade – o seu consumo por um agente não afecta a quantidade disponível para os outros agentes, e - da não exclusão – nenhum agente pode excluir os demais de consumi-lo ao mesmo tempo. De facto, «*la información en general, y el conocimiento en particular, son bienes de carácter intangible y público*» (MUÑIZ OLIVERA, 2002: 115).

A característica da não rivalidade associada ao conhecimento, torna-o uma potencial fonte de rendimentos crescentes à escala: «*Imagine-se que um dado produtor afecta uma dada quantidade de recursos à produção de conhecimento novo, tendo em vista a produção de um dado bem. Para produzir uma dada quantidade deste último, ele necessitará, para além dos recursos gastos a produzir o conhecimento novo, de dadas quantidades de outros inputs (trabalho, capital, etc.). Se agora considera-se que, num momento subsequente, N produtores terão acesso gratuito ao conhecimento criado pelo produtor pioneiro, então a produção poderá ser multiplicada por N apenas multiplicando por esse mesmo factor N as quantidades utilizadas de capital, trabalho, etc., mas sem necessidade de se afectar recursos adicionais a criar novos conhecimentos. Este resultado decorre potencialmente do carácter não rival do conhecimento mas exige ainda que ele, conhecimento, apresente tendencialmente a característica da não exclusão, a fim de poder ser utilizado por outros produtores que não o pioneiro*» (SILVA e SILVA, 2002: 178).

Nos modelos de “*Desenvolvimento Endógeno*”, o conhecimento é visto como objecto de uma difusão instantânea por todos os agentes de um sistema económico, desde quando não existam barreiras jurídicas, a exemplo da propriedade intelectual e de patentes. Apesar de reconhecer-se o conhecimento como o motor do aumento da eficiência e do crescimento económico, a sua difusão, no entanto, ainda não é um processo automático e democrático. Dessa forma, as condições existentes que possibilitam uma efectiva apropriação de conhecimento novo por um número cada vez maior de agentes económicos passam a ser uma parte relevante da explicação do diferenciado - e desigual - nível de crescimento económico de países e regiões.

A partir da década de 80, intimamente relacionado com a teoria do crescimento endógeno, desenvolveu-se a teoria do capital social.

Segundo KLIKSBERG (1999), o Banco Mundial considera a existência de quatro formas básicas de capital:

- o **capital natural**, constituído pela dotação de recursos naturais de um país ou região;
- o **capital construído**, aquele gerado pelo ser humano, incluindo as infra-estruturas, os bens de capital, os capitais financeiro e comercial, etc.;
- o **capital humano**, determinado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população; e
- o **capital social**, recentemente “descoberto”, que pode vir a constituir-se em valiosa ferramenta de análise do crescimento e do desenvolvimento de base local ou regional.

«Alguns estudiosos atribuem às duas últimas formas de capital [humano e social] uma participação maioritária no desenvolvimento económico das nações verificado em fins do século XX, indicando que nelas existem chaves decisivas para o progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentado, o bom governo e a estabilidade democrática» (KLIKSBERG, 1999: 87).

Não existe ainda, segundo Kliksberg, uma definição consensual sobre o conceito recente de capital social. Apesar das actuais imprecisões, os estudiosos das teorias do desenvolvimento consideram que, ao investigar-se o capital social, incorpora-se ao espectro de conhecimentos dessas teorias, um número de importantes variáveis que até o momento não tinham sido objecto de enquadramento no âmbito convencional das referidas teorias, *«el capital social es imprescindible para el mantenimiento y mejora de los bienes públicos, pero su propia naturaleza implica que solo pueda ser suministrado mediante mecanismos de cooperación y confianza. (...) Una característica central del Capital Social es que está arraigado a la historia de cada localidad. No se construye en un solo día, sino que requiere el paso del tiempo, el cumplimiento continuado del código adoptado» (MUÑIZ OLIVERA, 2002: 124)*

Uma das características específicas do capital social, entendido como confiança, normas e cadeias de relações sociais, é que ele geralmente surge como um bem público – tal como o conhecimento na teoria do crescimento endógeno –, ao contrário do capital “convencional” que é tipicamente de carácter privado.

Deste modo, o objectivo das Políticas de Desenvolvimento Regional passou a ser o da mobilização colectiva da comunidade local, dando vida aos processos de difusão do conhecimento e inovação¹⁶.

¹⁶ De acordo com João FERRÃO, *«a inovação é hoje por muitos considerada como o factor principal que permite às sociedades e às economias tornarem-se mais desenvolvidas. A designada “new growth theory”, e as criticas por ela*

Assim, «a política regional não se vai interessar mais pelas empresas enquanto tais, mas pelo sistema territorial de produção e pelos mecanismos endógenos susceptíveis de criar sinergia e pelas inter-relações entre os actores com vista a estimular as suas capacidades de inovação e de adaptação.» (MAILLAT, 1995: 21).

De facto o aspecto diferencial do paradigma de “Desenvolvimento Endógeno” está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios actores locais, «e não mais pelo planeamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autónomas por parte dos atores locais.» (AMARAL FILHO, 1996: 37-38).

Neste sentido, a participação democrática dos actores locais nessa nova concepção de desenvolvimento resulta da “Governância”¹⁷ da actividade produtiva e, cabe à gestão pública, a construção das infra-estruturas organizacionais e físicas para a cooperação nesse processo, ou seja, nas relações de poder que ocorrem ao longo das cadeias de produção e distribuição de mercadorias. (LOPES e SILVA, s.d: 7-8).

Os defensores dos “clusters” ou “Distritos Industriais” defendem que as regiões só são competitivas no mercado global se apostarem não na produção em massa, mas no “capitalismo molecular”. Para BECATTINI (1994), uma política de crescimento económica só será bem sucedida se as relações técnico-económicas não ignorarem as relações socio-culturais e institucionais. Os “Distritos Industriais” são de formação lenta e complexa, cuja especificidade deve ser reconhecida, conservada e fortalecida.

Michael Porter, professor na Universidade de Harvard e “guru” da gestão de renome mundial, trouxe um novo dinamismo às questões da competitividade territorial, lembrando que a concentração geográfica reforça a vantagem competitiva.

PORTER (1993) desenvolveu o modelo do “diamante” (Figura 3) para definir as quatro “pontas” que é preciso analisar para definir e avaliar a competitividade de uma região:

- **As condições dos factores** ou dotação da região em recursos físicos (clima, minérios, solo arável), humanos, de infra-estruturas, de capital, de conhecimento.
- **As condições da procura**, baseadas preferencialmente na existência de um mercado local de consumidores sofisticados, que incentivam as empresas a manterem um elevado nível de inovação e a lançar no mercado produtos de alta qualidade.

proporcionada, vieram, de facto, colocar a inovação no centro de um novo modelo de crescimento económico e de desenvolvimento, em que a capacidade de produzir, disseminar, absorver e recombina conhecimentos ocupa um papel-chave» (2002: 17)

¹⁷ Para uma definição do conceito de Governância, ver FERMISSON (2005: 45-56).

- **Os sectores conexos e de apoio**, isto é, a existência de empresas correlacionadas, capazes de criar redes de empresas que trabalham em conjunto.
- **A estratégia, estrutura e rivalidade entre as empresas**, isto é, um tecido empresarial denso, constituído por empresas em permanente concorrência mas que, quando necessário (contratos de grande dimensão, campanhas publicitárias junto de mercados externos) conseguem cooperar.

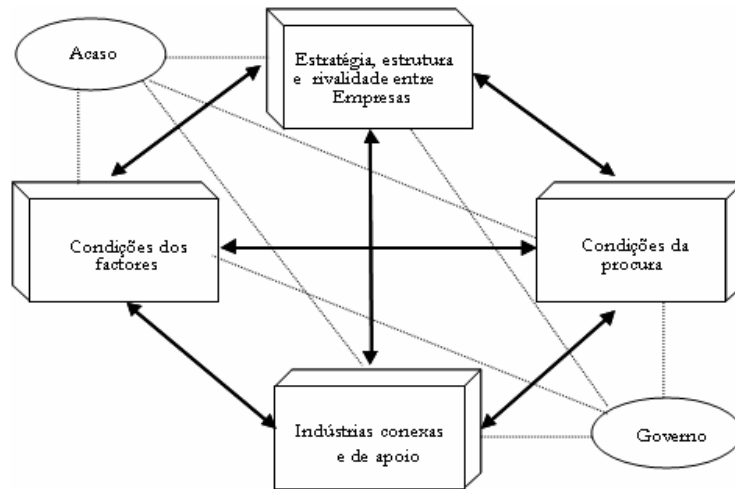
Porter considera que existe uma quinta e uma sexta ponta do diamante, referentes respectivamente às políticas públicas e à história do território. Porter também defende o papel do “acaso”, ou da história na formação da competitividade dos territórios.

As vantagens competitivas, conforme enunciadas por Porter, são vantagens construídas, do ponto de vista social e económico, e não as vantagens comparativas, “naturais”, definidas por David Ricardo. Nestes tempos inexoráveis da globalização, os recursos fundamentais para a competitividade baseiam-se em «*historically accumulated social and political structures*» (SCOTT, 1998: 35) e em elementos de natureza imaterial como as “*economias de vizinhança*” ou “proximidade”, o *know-how*, a informação, a cultura regional e as relações que se estabelecem entre os actores económicos e sociais que operam no território.

Na perspectiva de Jair do Amaral Filho, «*como diz Porter (1991), ao contrário dos fatores tradicionais, geradores de vantagens (comparativas) estáticas, os novos fatores são responsáveis pelas vantagens (competitivas) dinâmicas; isto é, fatores que permitem a geração de diferenciações realmente competitivas e, principalmente, permitem à região ou à economia local o desenvolvimento endógeno de inovações pioneiras e rápidas, o que permite, segundo Schumpeter (1982), a apropriação dos bons resultados do ineditismo inerentes à autoria de uma inovação.*» (AMARAL FILHO, 1996: 62)

Segundo PORTER (1999: 21), na era da globalização, as vantagens competitivas são dinâmicas: devemos partir «*da premissa de que a competição é dinâmica e evolui*».

Figura 3 – “Diamante” da Competitividade de Porter



Fonte: PORTER (1993).

Frequentemente, os factores de localização de um determinado sector ou de uma determinada empresa estão relacionados com alguma situação ou acidente histórico. Desta forma, a explicação para a especialização regional pode não residir necessariamente na dotação actual em factores produtivos (capital, trabalho, recursos humanos, etc.), mas sim em situações ou acontecimentos passados e até, tantas vezes, de ordem exclusivamente pessoal.

Paul KRUGMAN (1991: 35 *apud* SALVADOR, 1999: 141-142) apresenta o seguinte exemplo: «*Em 1895, uma adolescente de nome Catherine Evans vivendo na pequena cidade de Dalton, na Geórgia, fez uma coberta como prenda para um casamento. Tratava-se de uma coberta original para a época, pois era acolchoada; a arte dos acolchoados tinha-se vulgarizado nos séculos XVIII e inícios do século XIX, mas tinha caído em desuso à época. Consequência directa dessa prenda de casamento, Dalton emergiu, depois da 2ª. Guerra Mundial, como o principal centro de alcatifas dos EUA. Seis das vinte maiores empresas de alcatifas do país localizam-se em Dalton; as restantes, localizam-se nos arredores; e o sector das alcatifas, em Dalton e vizinhança, emprega mais de 19.000 trabalhadores.*»

Como é óbvio, o factor inicial que presidiu à instalação de uma determinada indústria pode desaparecer, o que interessa é a natureza do processo cumulativo que permitiu que tais “episódios históricos” tivessem efeitos tão duradouros. E, na linha iniciada por Marshall, para quem a abundância de mão-de-obra e a oferta de “*inputs*” são os factores fundamentais para a especialização produtiva, a maioria dos autores considera que os recursos produtivos, a tecnologia e as externalidades são determinantes.

2.2.4. Paradigma Inter-Territorialista

No final da década de 80 acentuam-se as tendências de globalização da economia mundial. Perante este novo enquadramento, as regiões valorizam-se, não apenas pelos seus recursos, pelas suas capacidades produtivas, mas principalmente pelas suas capacidades de inovação e de inserção no mercado global. O paradigma inter-territorialista *«(...) não levantando obstáculo à crescente internacionalização da economia, elege como instrumento estratégico a inovação, nessa primeira fase ainda com uma vertente marcadamente tecnológica. Neste novo quadro competitivo argumenta-se que as regiões que estarão melhor colocadas na batalha pela sobrevivência, numa época em que as mudanças estruturais se processam a ritmos vertiginosos e são cada vez mais imprevisíveis, serão as que puderem compensar a retração dos mercados tradicionais pela conquista de novos mercados devido quer à introdução de modificações tecnológicas nos respectivos processos produtivos, quer à fabricação de novas gamas de produtos»* (SANTOS, 2002b: 223).

Nos anos 90, a relevância da temática do Desenvolvimento Local e das políticas descentralizadas cresceu em função da estratégia europeia de reforço dos programas de descentralização para as regiões, do aumento da competição entre elas e das próprias dificuldades dos sistemas económicos locais.

Deste modo considera-se que os principais factores que concorreram para a mudança são:

- «- o aprofundamento do processo de globalização capitalista e a incorporação da produção flexível, provenientes das grandes empresas multinacionais, que impuseram novos desafios ao modelo de desenvolvimento endógeno dos distritos industriais;*
- a política regional europeia, que procurou estimular o desenvolvimento local não mais como resgate de situações históricas bem-sucedidas, mas como o resultado da adoção de novas orientações de políticas públicas e de arranjos institucionais e de interação estratégica entre o público e o privado;*
- o surgimento de problemas de saturação no interior dos distritos industriais ligados a questões ambientais, ao aumento do individualismo em detrimento de estratégias coletivas, à necessidade de desenhar estratégias inovadoras ante os impactos da globalização e das grandes empresas multinacionais no território.»* (TAPIA, 2005: 132)

Com a globalização *«o que importa não é apenas o bom funcionamento interno do sistema territorial de produção, mas as suas relações com o exterior, a sua capacidade de perceber as transformações do seu ambiente tecnológico e de mercado, mas também e sobretudo a evolução dos outros sistemas territoriais de produção.»* (MAILLAT, 1995: 25). Neste sentido, a articulação entre dois níveis espaciais da economia: - o global e o local -, levou à criação do neologismo “glocalização”, por parte do geógrafo francês Georges BENKO (1999), para designar esta articulação dos territórios locais à escala mundial. Segundo as palavras do autor, *«a “glocalização”, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenómenos económicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios*

prognósticos, os territórios – com as suas especificidades – não foram apagados sob os fluxos económicos da mundialização» (BENKO, 2001: 9)

Com o desenvolvimento dos processos de globalização económica e financeira e a consequente necessidade de reequacionar as teorias de Desenvolvimento Regional surge um novo paradigma, com uma concepção mais abrangente do território, o Paradigma Inter-Territorialista. De facto, os paradigmas anteriores eram mais “limitados” porque analisavam o território de uma forma menos abrangente:

- como um espaço físico de suporte às actividades empresariais, no caso da perspectiva funcionalista;
- como um território possuidor de recursos materiais e imateriais, capaz de por si só gerar uma dinâmica de desenvolvimento, no caso da perspectiva territorialista.

No quadro das mais recentes teorias de Desenvolvimento Regional, a “riqueza das regiões” é em grande parte medida pelos recursos do seu território. Referimo-nos não apenas aos recursos naturais, mas também a sua população, empresas e instituições, ou, numa acepção mais lata, ao capital social. É pois neste sistema complexo de recursos e das suas inter-relações que se forma a diferenciação territorial.

Desta forma o necessário combate às disparidades territoriais já não pode assentar numa lógica ultrapassada de busca do equilíbrio ou uniformidade entre regiões, mas sim numa lógica de equidade e coesão social e territorial. A diferenciação territorial passa pela exploração das oportunidades que a complementaridade entre territórios oferece.

Os territórios devem passar a ser vistos de uma forma integrada e não parcelar. Um dos aspectos essenciais a esta nova visão do território é a da articulação em rede de cada território e dos conjuntos de territórios numa perspectiva global, ou numa “sociedade em rede” conforme enunciado por CASTELLS (2003). Desta forma, uma das soluções para o fomento do Desenvolvimento radica na exploração das especificidades internas de cada território e, numa escala superior, na integração numa perspectiva inter-territorial, explorando essas mesmas especificidades.

Desta forma, um dos elementos-chave da perspectiva inter-territorialista é o conceito de “rede”. Conceito este aplicável a vários níveis e várias escalas: actualmente, falar de Desenvolvimento implica, necessariamente, falar de rede urbana, rede de conhecimentos, rede empresarial, rede de comunicações, rede de infra-estruturas e rede de territórios.

Alguns autores defendem que existe uma pluralidade de organizações territoriais adaptadas à globalização e que o “*Distrito Industrial*” “tradicional” não permite por si só ultrapassar a crise do sistema de produção fordista. Isto porque o sucesso do “*Distrito Industrial*” se baseou na flexibilidade das PME’s mas, cada vez mais, as grandes empresas transnacionais conseguiram também elas tornar-se flexíveis, graças à subcontratação, transformando-se em empresas organizadas em rede à semelhança das pequenas empresas.

O aspecto que permite a diferenciação entre o “*Distrito Industrial marshalliano*” e os novos modelos de organização territorial é o facto de que, nestes últimos, as economias externas não só são dinâmicas como são provocadas conscientemente por uma acção conjunta ou de parceria da comunidade local. Por outras palavras, os novos modelos de organização territorial reivindicam a representatividade do novo paradigma de Desenvolvimento Endógeno.

Além do funcionamento em rede, a capacidade de inovação regional é fundamental. De facto, se até à década de 80 as questões ligadas à tecnologia e à inovação ocuparam um papel significativo na explicação das diferenças de crescimento entre as diferentes regiões, nesta década a inovação, ao nível dos produtos e dos processos produtivos, constitui-se como um factor determinante para o êxito dos territórios.

Desta forma, o carácter cumulativo dos processos de inovação justifica-se pelas economias externas e pelos efeitos expansivos da mão-de-obra qualificada e dos conhecimentos dentro de uma determinada área que possibilitam uma dinâmica inovadora mais acentuada. Assim, e conforme JULIÃO (2001), seria possível classificar as regiões em função da sua capacidade inovadora:

- *«Regiões inovadoras. São as regiões centrais, onde o fácil acesso à informação, à mão-de-obra qualificada, aos conhecimentos tecnológicos e científicos e a uma procura potencial elevada, permitem um dinâmica inovadora.*
- *Regiões adaptativas. São áreas onde se verifica uma adaptação das tecnologias em função das características próprias da estrutura industrial local. A fusão dos melhores elementos tecnológicos com as práticas industriais locais garante um processo de desenvolvimento sustentado.*
- *Regiões dependentes. Estas regiões têm acesso à inovação através das sucursais de empresas exteriores que se instalam no território. Não se verifica uma integração da tecnologia com os processos produtivos tradicionais, pelo que a dependência nas decisões, na técnica e nas práticas produtivas, pode ser insustentável a prazo.» (2001: 56)*

Uma das teorias mais interessantes acerca do papel da inovação no Desenvolvimento Regional é a teoria do “*Meio Inovador*” ou “*Milieux Innovateurs*”, desenvolvida pelo grupo de trabalho “*Groupe de Recherches sur les Milieux Innovateurs*” (GREMI), fundado por Aydalot em 1986. A linha de pesquisa deste

grupo orientou-se na procura da aptidão diferenciada dos meios para fazer nascer e difundir a inovação. Neste sentido emergem as noções de “*Regiões Inteligentes*” e de “*Sistemas Regionais de Inovação*”.

Aparecem nesse cenário, como instrumentos de desenvolvimento regional, os tecnopólos, os parques de ciência e tecnologia¹⁸, os centros de excelência, entre outros. Os objectivos principais referem-se ao fomento da inovação tecnológica através do reforço dos mecanismos de difusão da informação e à promoção da dinamização das áreas periféricas. Ricardo MÉNDEZ salvaguarda que «*no obstante, antes de abordar su estudio debe señalarse la existencia de una cierta confusión terminológica en la que conceptos como medio innovador, tecnópolis, tecnopolo, parque tecnológico, etc., se utilizan con significados no siempre coincidentes, lo que dificulta también el establecimiento de una tipología de espacios innovadores a partir de criterios precisos*» (2004: 169).

É importante salientar que as políticas regionais não deverão voltar-se única e exclusivamente para o surgimento e dinamização de novas tecnologias mas, também, direccionarem-se para uma actuação sobre as indústrias tradicionais no sentido de apoiar os seus processos de reestruturação operacional que visem dotá-las de modernos factores de competitividade.

A teoria do “*Meio Inovador*”, à semelhança da teoria do Desenvolvimento Endógeno, parte da ideia de que o Desenvolvimento tem uma origem local. Ocorre em regiões específicas, em virtude de um complexo sistema de factores e relações que se manifestam no seu interior. Esta teoria destaca-se pela atenção que dá aos processos de inovação, para além dos outros factores de eficiência das economias locais, enquanto veículo fundamental para catalisar o processo de desenvolvimento.

Podemos definir “*Meio Inovador*” como «*um conjunto territorializado dotado de uma forte densidade de fluxos de transacções multilaterais (redes de contactos mais ou menos institucionalizadas), de uma diversificação de competências e experiências profissionais e de uma rede de instituições de forte componente informacional, criativa e de inovação*» (BECATTINI, 1992 *apud* DOMINGUES, 1996: 40).

O conceito de “*Meio Inovador*”, segundo MAILLAT *et al.* (1993) *apud* SANTOS (2002c), refere-se a um capital relacional que agrupa coerentemente um sistema de produção, uma cultura técnica e um conjunto de actores que não constitui um universo fechado mas, pelo contrário, está em interacção permanente com o seu ambiente circundante, dando lugar a processos de aprendizagem colectiva. O “*meio*” é um «*conjunto sócio-territorial reticularmente integrado de recursos materiais e imateriais, dominado por uma cultura historicamente sedimentada, vector de saber e de saber-fazer, que repousa sobre um sistema relacional do tipo cooperação-concorrência dos actores locais*» (LECOQ, 1991 *apud* SANTOS, 2002c: 294).

¹⁸ Neste sentido ver, por exemplo, MELO e BAPTISTA (2002).

O “meio” pode ser considerado como um activo intangível para a empresa, de acordo com Maillat *«já que os territórios lhes fornecem o apoio logístico essencial para o seu desenvolvimento (externalidades, efeitos de proximidade, etc.), as empresas têm todo o interesse em participar no jogo da integração e do enriquecimento do seu “meio”»* (MAILLAT, 1992, *apud* POLÈSE, 1998: 233).

Conforme MAILLAT *et al.* (1993) *apud* SANTOS (2002c), os elementos constitutivos do “meio” são:

- **uma envolvente espacial**, enquadrada por uma certa homogeneidade de comportamento dos actores sociais e uma mesma cultura técnica, não se confundindo, porém, com o conceito de região, nem possuindo fronteiras físicas pré-determinadas;
- **um conjunto de actores**, dotados de autonomia de decisão e fortemente ancorados na realidade socioeconómica local (empresas, instituições de formação, centros de [P&D], etc.);
- **elementos materiais** (as empresas, os equipamentos, as infra-estruturas) e **elementos imateriais** (as normas e valores, os fluxos de informação, o saber-fazer), bem como **elementos institucionais** (as formas de organização do poder público e da sociedade civil);
- **uma lógica de interacção**, ou seja, um capital relacional regulador do comportamento dos actores e promotor de dinâmicas locais de valorização dos recursos existentes;
- **uma lógica de aprendizagem**, capacitando os actores para redefinirem e reconfigurarem os seus comportamentos, ajustando-os à medida que se transforma a envolvente externa, nomeadamente ao nível dos mercados e da tecnologia.¹⁹ (MAILLAT *et al.*, 1993 *apud* SANTOS, 2002c: 294).

Na opinião de Olivier Crevoisier, *«os meios inovadores articulam-se ao redor de três eixos particularmente importantes do ponto de vista das transformações actuais: a dinâmica tecnológica, a transformação dos territórios e as mudanças organizacionais. (...) Nesse sentido, o meio inovador é um conceito integrador, uma ferramenta sintética de análise e compreensão das transformações económicas actuais. A articulação do geográfico, do técnico-económico e do organizacional, não provém de uma disciplina académica particular, mas de uma axionomia original»* (CREVOISIER, 2003: 16-17)

A diferença existente entre os conceitos de “Meio Inovador” e de “Sistema Produtivo Local” fundamenta-se na dimensão-chave da intangibilidade: *«o meio não é uma categoria particular de sistema produtivo local mas uma unidade cognitiva de que depende o funcionamento do próprio sistema»* (COURLET, 1988, *apud* SANTOS, 2002c:

¹⁹ O **bold** é nosso.

294), constituindo, assim, uma matriz organizacional através da qual se projecta o potencial de autonomia e de iniciativa dos sistemas de produção localizados.

Com o objectivo então, de descrever os comportamentos inovadores no seio dos sistemas produtivos locais, os investigadores do GREMI criaram o conceito de “*Meio Inovador*”. Um Sistema Produtivo Local, desde que dotado de propriedades emergentes, pode evoluir para um patamar superior de organização, correspondente a um “*Meio Inovador*”, pela criação, gestão eficaz e constante renovação de recursos, principalmente de natureza imaterial (saber, “*saber-fazer*”, processos de aprendizagem colectiva, conexões reticulares de cooperação, canais de informação, etc.). Nessas circunstâncias, em certos meios podem gerar-se, sistematicamente, «(...) *externalidades positivas específicas que asseguram uma vantagem comparativa aos actores locais na prossecução de um processo cumulativo de inovação competitiva, (...) desenvolvendo uma convenção territorial de inovação (...) [correspondente ao estágio de “meio inovador”]* (PLANQUE e GAUSSIER, 1998, *apud* SANTOS, 2002c: 295).

Portanto, um “meio” constitui-se em “*Meio Inovador*”, «*quando desenvolve a capacidade de apreender as transformações do seu ambiente tecnológico e de mercado, bem como a evolução dos outros sistemas territoriais de produção, ligando-se às dinâmicas internacionais mais significativas, mas conservando a sua coerência global e a sua identidade*» (MATTEACCIOLI, 1998, *apud* SANTOS, 2002c: 296).

Desse modo, consegue-se processar recombinações técnico-produtivas dos recursos endógenos existentes, de modo a garantir configurações produtivas inovadoras valorizadas pelos mercados.

Os “*Meios Inovadores*” são diferentes dos ambientes cognitivos próprios dos “*Distritos Industriais*”. Nos meios inovadores, a inovação decorre de um arranjo organizacional e de uma coordenação institucional *ex-ante*; já nos “*Distritos Industriais*”, ela surge mais ligadas a aspectos casuais e menos formais.

Ao participar em redes de interacção, uma empresa contribui para reforçar a sinergia do meio. Essas redes ultrapassam as transacções mediadas pelo mercado, estendendo-se a uma ampla gama de relacionamentos envolvendo sistemas de formação e educação, administrações públicas, instituições financeiras, organizações sindicais, entre outros. Cria-se, dessa forma, um ambiente que maximiza as oportunidades de interacção e de inovação dos agentes económicos. «*A rede de inovação constitui assim uma dimensão organizacional necessária para a complexidade da deflagração da inovação. (...) O meio inovador participa da constituição de redes de inovação e intervém no seu dinamismo*» (MAILLAT, 2002: 14)

Existe uma clara e directa correspondência entre as capacidades de inovação e de desenvolvimento das empresas e as externalidades positivas que o ambiente lhes oferece, aumentando suas possibilidades de êxito. PERRIN (1991) *apud* POLÈSE (1998) faz menção a ambientes de inovação, “*milieu d’innovation*” ou

a tecnópolis. Num ambiente dinâmico desta natureza, os custos de informação e de transacção são mais baixos, há mais facilidade para as comunicações inter-pessoais e uma maior confiança entre os seus diversos actores, «definido desta maneira, o conceito de *milieu* (que pode corresponder ao inglês *community*) inclui noções como “tecido social e sociedade”: é o conjunto dos valores e das relações que dão a um território uma cultura local, uma identidade, uma cultura de empresa e uma cultura técnica que lhe são próprias» (POLÈSE, 1998: 234).

Esta lógica de comportamento, que privilegia interesses sectorizados, acaba por criar uma teia de relações institucionais que se torna um factor estrutural subjacente a iniciativas que requerem um acentuado sentido de parceria, integração, coesão, associativismo e cooperativismo, a exemplo geral do “*Meio Inovador*”.

As redes de interacção e de inovação, para terem condições de sucesso, precisam de ter objectivos e mecanismos de acção vinculados à lógica de funcionamento dos empreendimentos privados:

- esquemas financeiros para partilhar e diversificar riscos;
- instituições comuns de formação profissional;
- organizações e associações profissionais para reduzir os custos de difusão da informação;
- projectos conjuntos de I&D contemplando a protecção dos direitos de exploração dos resultados;
- redes de compras, de distribuição e de colocação no mercado;
- infra-estruturas comuns como rede de distribuição de gás ou combustíveis, parques industriais, etc.;
- negociações em grupo, patronato-sindicatos, contratos colectivos de trabalho ou outros acordos.

Na maioria dos exemplos acima referidos, trata-se da institucionalização das economias de escala próprias de uma indústria, ou das economias de localização. Quando se refere aos tecnopólos ou aos complexos industriais a participação motora dos poderes públicos está na base da sua implementação, podendo envolver a disponibilização de uma área ou até mesmo de um parque tecnológico e, inclusive, actividades de promoção.

Ou seja, para se poder “criar” um “*Meio Inovador*” é necessária a conjugação de uma série de factores num quadro de proximidade geográfica e de homogeneidade económica, social e cultural que diferenciam um território.

Os factores principais são, sobretudo, a existência de economias externas que permitem reduzir os custos e melhorar os processos de inovação para as empresas locais; as economias de proximidade que

reforçam os efeitos anteriores, através da redução dos custos de transacção, designadamente, em termos da circulação de informação e de contactos pessoais; e a capacidade de gerar sinergias locais. *«Esta perspectiva considera a inovação como o resultado de processos interactivos de aprendizagem colectiva. Nesta concepção, é tão importante conhecer as características de cada organização como as do meio envolvente, tanto imediato (externalidades de proximidade) como distante. (...) Em muitos casos, uma parte significativa da produção de novos conhecimentos beneficia da existência de externalidades positivas de proximidade: economias de aglomeração, acumulação de competências técnicas específicas ao nível local, implantação de actividades complementares, etc.»* (FERRÃO, 2002: 19)

Em resumo, a teoria dos “meios inovadores” *«propõe uma visão geral do desenvolvimento económico territorializado que se caracteriza por: uma concorrência pela inovação e não pelos custos de produção; uma organização do sistema produtivo em redes e não sobre mecanismos de mercado ou hierárquicos; a concorrência entre territórios e não entre empresas»* (CREVOISIER, 2003: 19)

Por outro lado, o conceito de “Região Inteligente” reforça e amplia o alcance da análise de teor organizacional-institucional que marca os estudos do GREMI, adequando o mesmo ao novo paradigma produtivo emergente fundamentado nas tecnologias de informação, telecomunicações e computação, bem como aos desafios da economia do conhecimento.

Foi Richard FLORIDA (1995) *apud* SANTOS (2002c) quem primeiro sugeriu o conceito de “região inteligente” para caracterizar aqueles territórios capazes de funcionarem como colectores e repositórios de conhecimentos e ideias e de proporcionarem o ambiente a as infra-estruturas facilitadoras dos fluxos de conhecimento e de aprendizagem. Essas regiões constituem contextos territoriais privilegiados de interacção, aprendizagem e inovação, já que consubstanciam quadros aglomerativos e plataformas cognitivas favoráveis à existência de espaços relacionais entre actores que se interceptam e conectam por afinidades culturais e económicas.

Este novo conceito, conforme referido por João FERRÃO (1997) *apud* SANTOS (2002c: 301), *«(...) atribui uma centralidade ainda maior à capacidade colectiva e permanente de aprendizagem e adaptação (defensiva e ofensiva), como estratégia-chave de desenvolvimento regional (...).»*

Por um lado, existe a percepção de que o conceito de “Região Inteligente” é ainda muito vago e abstracto, necessitando amadurecer o seu corpo conceptual e instrumental para se afirmar e se diferenciar de outros conceitos próximos, principalmente o de “Meio Inovador”. Por outro lado, o conceito de “Região Inteligente” oferece uma perspectiva de maior adequação ao novo paradigma teórico-produtivo baseado na utilização das modernas tecnologias da informação e comunicação e da informática, o qual condiciona toda a estrutura e funcionamento da “nova economia”, abrindo oportunidades inéditas de competição e inovação.

As “*Regiões Inteligentes*” correspondem basicamente a um patamar superior de transformação dos “*Sistemas Produtivos Locais*”, dotando-os de capacidades reforçadas para competir eficaz e sustentadamente à escala internacional.

A noção de “*região inteligente*” apresenta **quatro** aspectos relevantes para o aprofundamento da relação entre inovação e desenvolvimento territorial:

- centra o debate em torno das condições territoriais de desenvolvimento, complementando as visões que valorizam a óptica dos impactos territoriais;
- cria uma matriz que permite integrar grande parte do património recente das diversas teorias de desenvolvimento regional, assegurando uma coerência e uma finalidade claras;
- defende uma análise preocupada em entender, de forma sistémica, as práticas dos diversos actores (individuais e colectivos) no quadro de comunidades territoriais específicas;
- fornece argumentos favoráveis ao reforço da importância das políticas de base territorial. (FERRÃO, 1996, *apud* SANTOS, 2002c: 303-304).

A competitividade e a sustentabilidade regionais de longo prazo têm menos a ver com a eficiência de custos e mais a ver com a capacidade das empresas e instituições para inovar, isto é, para incrementar a respectiva base de conhecimentos. Assim, a inovação é ditada pela boa gestão e eficiente utilização dos fluxos estratégicos de informação e criação de conhecimento.

Segundo SANTOS (2002c), a palavra-chave do conceito de sistema regional de inovação parece ser “interacção” ou “*networking*” entre empresas, entre empresas e instituições da envolvente de apoio, entre estas próprias instituições. Subjacente à noção de sistema regional de inovação está a ideia de que a indução de padrões empresariais mais inovadores, qualificados e competitivos, é função dos arranjos organizacionais e institucionais que estruturam um determinado território numa entidade de coordenação policêntrica.

Distinguem-se, analítica e politicamente, dois tipos de “*Sistemas Regionais de Inovação*”: um que é resultante da regionalização do sistema nacional de inovação, e outro que decorre da existência de uma abordagem mais endógena e territorializada da promoção de uma política de inovação regional. Neste sentido, ASHEIM e ISAKSEN (1997), sugerem que: «(...) *por um lado, encontramos sistemas de inovação que são partes de um sistema nacional de inovação regionalizado, ou seja, partes da base produtiva e da infra-estrutura institucional localizadas na região, mas funcionalmente integradas em, ou equivalentes a, sistemas nacionais (ou internacionais) de inovação, que são baseados numa abordagem centralista e no modelo linear de inovação; por outro lado, podemos identificar sistemas de inovação constituídos por partes do tecido produtivo e da esfera institucional que se*

encontram verdadeiramente ancorados e integrados numa determinada região, derivando, portanto, de uma abordagem territorialista de desenvolvimento e de um modelo interactivo de fomento da inovação. cremos que, no âmbito terminológico, pelas razões já aduzidas, se pode passar a distinguir um do outro, denominando o primeiro de sistema regionalizado de inovação e o segundo de, esse sim, sistema regional de inovação ou sistema territorial de inovação» (ASHEIM e ISAKSEN, 1997, *apud* SANTOS, 2002c: 306-307).

Actualmente, e cada vez mais, o conceito de “Sistema Regional de Inovação” assume um papel eminentemente instrumental, muito associado às políticas de inovação e à implementação de estratégias regionais de inovação, diferenciando-se, por essa dimensão operativa, das abordagens anteriores de modelos de Crescimento e Desenvolvimento regional. O objectivo principal deste modelo, segundo SANTOS (2002c), é reforçar os patamares territoriais de competitividade, tornando os “meios” mais “inovadores” e as “regiões” mais “inteligentes”.

O quadro seguinte apresenta uma comparação entre as principais características dos modelos de “Distrito Industrial”, “Meio Inovador” ou “Região Inteligente” e “Sistema Regional de Inovação”.

Quadro 4 – Síntese comparativa entre os modelos de “Distrito Industrial”, “Meio Inovador” ou “Região Inteligente” e “Sistema Regional de Inovação”

	Distrito Industrial	Meio inovador / região inteligente	Sistema regional de inovação
Surgimento	Espontâneo; como sistema produtivo local	Espontâneo/induzido; como entidade cognitiva	Induzido; como entidade organizacional
Clima predominante	Atmosfera industrial	Cultura empresarial	Cultura empresarial e científica
Sistema produtivo	Industrial; especialização produtiva numa óptica de divisão sectorial do trabalho; PME; verticalmente desintegrado; autocentrado	Industrial e terciário; diversificação produtiva numa óptica de divisão intra-sectorial do trabalho; grandes e PME; integração quase-vertical; aberto	Industrial e terciário; diversificação produtiva numa óptica de divisão intra-sectorial do trabalho; grandes e PME; integração quase-vertical; aberto
Relações não mercantis entre as empresas	Intensidade das relações extra-produção; redes interpessoais informais de circulação de informação; forte mobilidade horizontal e vertical da mão-de-obra	Intensidade das relações extra-produção; importância e diversidade das relações não-mercantis formalizadas (redes de cooperação, parcerias estratégicas, etc.)	Intensidade das relações extra-produção; importância e diversidade das relações não-mercantis formalizadas (redes de cooperação, parcerias estratégicas, etc.)
Relações das empresas com a envolvente institucional de apoio especializado	Baixa intensidade de contactos; casuísticas	Elevada intensidade de contactos; estratégicas	Elevada intensidade de contactos; estratégicas
Relações com o exterior	Abertura ao exterior via fornecedores e clientes	Forte abertura ao exterior; inserção nos circuitos internacionais de transferência de informação e conhecimento	Forte abertura ao exterior; inserção nos circuitos internacionais de transferência de informação e conhecimento
Estruturas reticulares	Compactas; redes sem centro estratégico	Compactas, com empresa-líder ou com empresa- <i>pivot</i>	Como empresa- <i>pivot</i> ou instituição- <i>pivot</i> (universidade, centro tecnológico, etc.)
Lógica	Comunitária; de	De parceria; criação de	De parceria; arquitectura

	sobrevivência; evitar que as respectivas economias se restrinjam a meros locais de inscrição de movimentos exógenos de integração organizados completamente do exterior	mecanismos colectivos de aprendizagem como motor da renovação competitiva da base produtiva; fomento do potencial de inovação	institucional como alavanca da competitividade empresarial e territorial; fomento do potencial de inovação; afirmação de uma estratégia regional de inovação
Formas dominantes de conhecimento	Tácito; contextual	Codificado; global	Codificado; global
Formas dominantes de aprendizagem	<i>By doing, by using, by interacting</i>	<i>By doing, by interacting, by networking</i>	<i>By searching, by networking</i>
Modalidades dominantes de inovação	Incremental; adaptativa; do produto e do processo	Incremental e radical – <i>first of its kind</i> ; do produto, do processo e organizacionais	Incremental e radical – <i>first of its kind</i> ; do produto, do processo e organizacionais
Dinâmica de crescimento	Concorrência-emulação-cooperação; assente numa mobilização social alargada; risco empresarial amparado socialmente	Concorrência-cooperação; induzida pela activação dos circuitos de difusão de informação e conhecimento; risco empresarial amparada institucionalmente	Fertilização cruzada; fortemente induzida pelo universo institucional de apoio; ajustamento dinâmico entre as esferas empresarial e institucional; risco empresarial amparado institucionalmente
Riscos potenciais	<i>Lock-in</i> sócio-tecnológico; barreiras à entrada e à informação; crescimento dos fenómenos de hierarquização empresarial; comportamentos desviantes	<i>Locks-in</i> relacional e tecnológico; barreiras à saída	<i>Locks-in</i> relacional e tecnológico; barreiras à saída; esclerose institucional; estatização das redes de cooperação

Fonte: SANTOS (2002c: 312-313)

2.3. EMPREENDORISMO TERRITORIAL E NOVA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Várias maneiras têm sido encontradas pelos territórios de forma a conciliar a concorrência territorial pela atracção de capitais públicos e privados, com os ideais da democracia (crescentemente) participativa e do desenvolvimento humano das comunidades.

Face ao temos referido ao longo do presente capítulo, actualmente considera-se que as Autarquias Locais têm vantagens comparativas em relação ao Estado Central no que se refere à criação de condições favoráveis à produtividade e competitividade das empresas. De facto, «*as Câmaras Municipais tendem a ser cada vez mais vistas como agências que podem intervir para levar os municípios na trilha do desenvolvimento sustentável (económico, social, ambiental e político)*» (SALVADOR, 2006: 327)

De facto, se considerarmos que as edilidades têm uma maior flexibilidade institucional, quando comparada com o governo central, e uma maior capacidade de representação e legitimidade política, os municípios podem ser mais eficientes na atracção e dinamização de actividades económicas no seu território, pelo que «*el gobierno local capaz de dar respuesta a los actuales desafíos urbanos y de construir un proyecto de ciudad y liderarlo debe ser un gobierno promotor*» (BORJA e CASTELLS, 1997: 151)

Deste modo, desde os anos 90 que o poder local, um pouco por todo o mundo, tem assumido o “protagonismo” ao nível do crescimento económico (infra-estruturas, desburocratização, participação crescente do sector privado e racionalidade empresarial na gestão pública, busca de consensos em torno de prioridades “estratégicas”, etc.), *«levando autores a defender que se estaria a criar um novo tipo de gestão do território, designado por Archer de “empreendedorismo urbano”, por Harvey de “gestão pública urbana”, por LeGalès de “governança urbana” ou ainda por Fainstein de “mercantilismo local”.*» (SALVADOR, 2006: 327)

Neste aspecto e conforme tivemos oportunidade de referir anteriormente, surge como extremamente importante o conceito de “Governância”, entendida como a gestão dos assuntos públicos, em articulação com associações de cidadãos e as suas organizações, numa perspectiva abrangente de convergência entre os interesses do Estado e dos seus cidadãos, vistos nesta perspectiva como “accionistas” de uma empresa, *«(...) estamos convencidos de que un gobierno local promotor no puede funcionar según las formas de gestión y de contratación propias de la administración tradicional.»* (BORJA e CASTELLS, 1997: 162-163)

O “discurso” do empreendedorismo vem deste modo justificar novas práticas políticas e relações sociais, bem como uma agenda determinada pela competitividade urbana e pela exigência de uma máquina administrativa, crescentemente, eficiente.

Por outro lado, face à dispersão geográfica das Empresas Transnacionais e ao aumento dos fluxos comerciais e de capitais, as funções de gestão, controlo e inovação tendem a concentrar-se nas grandes cidades, *«a globalização – com abertura de mercados, tendência para o comércio livre a nível mundial, revolução tecnológica e nos transportes – veio trazer uma nova tensão entre o global e o local. Um traço fundamental desta tensão é o fenómeno da “metropolização” (...).»* (SALVADOR, 2006: 327)

Deste modo surgem as “Cidades Globais” como pontos nucleares da organização espacial e da articulação dos mercados²⁰. Estas cidades desempenham funções diferenciadas na nova Divisão Internacional do Trabalho, constituindo-se como centros financeiros, centros de Investigação & Desenvolvimento, sedes de instituições internacionais, centros de negócios, nós de transportes, entre outras (SASSEN, 1991).

Na perspectiva de Manuel CASTELLS (2003) o aumento de importância destas cidades deve-se ao novo modelo de sociedade em rede, em que o principal elemento da produtividade se baseia no conhecimento e na velocidade e tratamento da informação.

²⁰ No capítulo III teremos oportunidade de definir com mais pormenor o conceito de “Cidade Global” e a sua aplicação à Cidade de São Paulo.

Para Saskia SASSEN (1991) o processo de dispersão das actividades produtivas e de concentração dos processos de tomada de decisão deve-se ao facto de que as funções terciárias de nível superior tendem a concentrar-se nas “*ciudades globais*”.

A perspectiva vai no sentido de que a crise do Estados-Nação conduzirá à criação de uma rede internacional de governos locais interdependentes e interligados. (BORJA e CASTELLS, 1997). Nesta linha de raciocínio, a Globalização surge como resultado de uma reestruturação internacional liderada pelos países desenvolvidos, que passaram a aceitar uma disciplina comum e que a impõem também aos países em desenvolvimento.

Os Estados-Nação são pois, simultaneamente, demasiado “grandes” para resolver os problemas locais e demasiado “pequenos” para resolver os “novos” problemas económicos e sociais resultantes do processo de Globalização. Nas palavras de Jordi Borja e Manuel Castells, «*sus competencias no son suficientes para controlar los flujos globales y su organización suele ser demasiado rígida para adaptarse a los cambios constantes del sistema mundial*» (BORJA e CASTELLS, 1997: 31)

Não obstante, os Estados-Nação deverão continuar a existir, nem que seja por uma questão de “*economias de escala*”, e a garantir os serviços públicos que pelo seu custo ou pela sua complexidade técnica (forças armadas, justiça, diplomacia, etc.), superam os meios financeiros e políticos das Autarquias Locais.

Deste modo, assume-se que os Estados-Nação deverão manter com os governos locais uma relação de carácter mais descentralizado, mais contratual, menos hierárquico, «*la reconstrucción de un estado flexible y dinámico, articulado entre sus diferentes niveles, parece la única posibilidad histórica de superar las tendencias disolventes de la sociedad de la información inscritas en la dicotomía entre los flujos de poder y el particularismo de la experiencia, al introducir una nueva perspectiva en la gestión de las ciudades.*» (BORJA e CASTELLS, 1997: 31).

Não obstante esta perspectiva, não devemos também deixar de considerar que todo este papel de reestruturação do Estado-Nação representa uma desregulamentação, no sentido de libertar os governos centrais de boa parte das suas competências e responsabilidades sociais, transferindo-as para os municípios.

Conforme tivemos oportunidade de explanar ao longo do presente capítulo, desde a década de 70, com a dinamização dos “*Sistemas Produtivos Locais*”, os “*Clusters*” ou “*Distritos Industriais*”, entre outros, que a componente “local” tem vindo em vindo a ganhar uma crescente importância em termos de desenvolvimento económico, «*as cidades são a “riqueza das nações”, cuja competitividade deve ser potenciada.*

[Tem] *havido uma transferência de arena onde os conflitos sociais se [desenvolvem] – o território das nações – para o território das cidades. Assim as cidades seriam não apenas centros da economia mundial, mas também os novos protagonistas políticos.*» (SALVADOR, 2006: 330)

Uma das vantagens desta componente “local” relaciona-se com o facto de que a capacidade de inovação depende não só de um sistema educativo adequado às necessidades, mas também da existência de determinados equipamentos, centros de pesquisa e serviços urbanos ligados a questões como a habitação, a cultura, o ambiente e a saúde, capazes de atrair a necessária mão-de-obra qualificada.

Deste modo, desde o fim da década de 70, início da década de 80, têm surgido novos instrumentos metodológicos como é o caso do Planeamento Estratégico, do Marketing Territorial²¹, das Agências de Desenvolvimento, das Parcerias Públicos-Privadas, entre outros, e que se podem configurar naquilo a que se tem chamado de “*Nova Gestão do Território*”.

Não sendo de longe o objectivo desta dissertação estudar profundamente estas “novas” formas de intervenção no território, não podemos deixar de apresentar uma breve apresentação e definição dos mesmos, nomeadamente se consideramos que muitos dos projectos e iniciativas desenvolvidos na área em estudo, que iremos apresentar no capítulo IV, se enquadram nestas tipologias.

O Planeamento Estratégico surgiu nos anos 60 como uma ferramenta do sector empresarial destinada a melhorar a organização interna e o funcionamento das empresas.

Na década de 80, nos Estados Unidos, várias cidades (São Francisco, Filadélfia, Mênfis) e Estados (Califórnia, Ohio, Wiscosin) começaram a elaborar planos estratégicos com vista à atracção de investimento, promoção do crescimento económico ou reabilitação urbana, criando o Planeamento Estratégico Territorial, reproduzindo a lógica do planeamento estratégico empresarial, «*strategic planning is the most appropriate approach for all communities. This is a future-oriented approach that builds a local economy on the basis of local needs. (...) The strategic style of planning thus boils down to doing the everyday business of local government with one additional long-term objective firmly in mind: economic development.*» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 93-94)

²¹ Segundo G. Rosa e J. Lúcio, «o Planeamento Estratégico, e, mais recentemente, o Marketing Territorial, definem-se como “ferramentas” a que se pode recorrer para conhecimento e delineação de estratégias que visam a promoção do território». (ROSA e LÚCIO (2002: 156)

A aplicação do Planeamento Estratégico às Cidades e às Regiões consubstancia um esforço ordenado para produzir decisões e acções fundamentais que levem uma determinada “organização” territorial (Municípios, Regiões, Países) a alcançar os objectivos previamente propostos.

De facto, «perante o novo contexto de planeamento, um dos desafios que se coloca no processo de planeamento é a integração das dimensões das mudanças sócio-territoriais num quadro de referência estratégico e a tradução de princípios estratégicos em critérios de decisão adequados (...). A formulação de trajetórias de desenvolvimento do território requer um esforço de cooperação multidisciplinar e de construção de consensos em torno das ideias chave do projecto de desenvolvimento (...).» (FERNANDES, 2006: 43)

A ênfase colocada na “acção” advém da preocupação de evitar a incongruência entre objectivos e meios de operacionalização verificada frequentemente no planeamento tradicional. O “carácter participativo e interactivo” procura incorporar um amplo espectro de actores no processo decisório, de forma a congregar esforços e atingir consensos.

A relevância atribuída à participação dos actores, mais do que relacionado com razões éticas, surge do pressuposto de que o poder é, efectivamente, partilhado entre actores com estratégias próprias que convém compatibilizar.

ASCHER (1995) considera que as cidades têm grandes semelhanças com as empresas:

- Enfrentam a concorrência internacional;
- O seu desenvolvimento depende de factores económicos;
- O edil é, cada vez mais, um gestor e não o “proprietário” da cidade.

O Marketing Territorial pode ser considerado como uma abordagem ao Desenvolvimento Regional e Local, baseada num conjunto de técnicas de marketing e comunicação que visam a criação de uma “Marca”, estabelecer o posicionamento no “mercado” de determinada entidade territorial e a promoção publicitária dos factores económicos, sociais ou ambientais, capazes de atrair turistas, investidores ou novos habitantes, «(...) *“Vender a cidade converteu-se numa das funções básicas dos governos locais e num dos principais campos de negociação público-privada”. Trata-se pois de um conjunto integrado de políticas destinadas a impulsionar o crescimento económico, que englobam a totalidade da agenda pública voltada para a competitividade dos territórios.*» (SALVADOR, 2007: 336)

O Marketing Territorial pode ser usado para:

- Melhorar a imagem e a atractividade de um local;
- Desenvolver o seu tecido económico;

- Construir e dinamizar uma rede de actores locais numa lógica de desenvolvimento integrado e sustentado.

O Marketing Territorial integra acções de investigação e pesquisa sobre o território a promover, nomeadamente os desejos, as motivações e as necessidades dos seus habitantes e dos investidores, podendo também integrar operações de dinamização das redes e negócios dos actores económicos locais²². Não obstante, «(...) o marketing territorial não se mede à luz de critérios quantitativos, como sejam as quotas de mercado. Com efeito, o marketing territorial está submetido a critérios qualitativos, como a satisfação dos residentes ou a atractividade do território. (...) Por outro lado, o marketing territorial é sensivelmente diferente do marketing político. Este último procura convencer os eleitores, num determinado momento. Pelo contrário, o marketing territorial dirige-se tanto ao público existente como ao público potencial (...). É conveniente distinguir o marketing territorial do marketing das colectividades territoriais. De facto, o marketing das colectividades territoriais respeita apenas a um actor, institucional, enquanto que o marketing territorial implica a intervenção de actores privados e/ou públicos, cujas acções visa coordenar.» (BENKO, 2006: 12)

A crescente necessidade do Marketing Territorial decorre do facto de todos os territórios competirem entre si pela atracção de investimentos e de capital humano qualificado, para tal necessitam de desenvolver acções de promoção sobre algo que tenham para “oferecer”, único e apelativo. Pelo que «marketing a community is very much like marketing a product. Product and market research are employed to determine what type of assets a community has to offer, in what markets, and to what type(s) of clients» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 292)

Uma Agência de Desenvolvimento Regional/Local é uma estrutura operativa que procura a identificação dos problemas de desenvolvimento territorial ou sectorial existentes em determinada região, socorre-se de um conjunto de medidas com vista à concretização de projectos adaptados às especificidades próprias de cada território.

Podemos considerar as «agências de desenvolvimento como sendo organizações de mediação entre o Estado, o mercado e a sociedade, através das quais se instrumentaliza a estratégia de desenvolvimento local. (...) As agências de desenvolvimento podem realizar várias funções, nomeadamente: prestar assessoria pontual aos gestores locais na tomada de decisões; os seus técnicos podem diagnosticar o estado da situação dos projectos e propor medidas para os ajustar aos objectivos que as organizações locais pretendem; podem promover, impulsionar e coordenar a realização de investimentos em matéria de transportes e comunicações; podem estabelecer mecanismos que permitam a reestruturação produtiva de carácter selectivo, necessária para fortalecer a competitividade local.» (CABUGUEIRA, 2000: 132)

²² Sobre a utilização do GeoMarketing em acções de Marketing Territorial ver ROSA e LÚCIO (2002: 156).

De facto, os programas de Desenvolvimento Regional e Local organizados por governos centrais, nem sempre apresentam modelos compatíveis com as realidades locais, uma vez que baseiam-se em estratégias políticas próprias e, normalmente, não levam em consideração os interesses da comunidade local. Neste ponto de vista, considera-se que o desenvolvimento ideal visa a integração da comunidade local em processos de desenvolvimento económico e social sustentado, com vista a adequar as suas capacidades produtivas às tendências do mercado.

Neste processo a acção empresarial individual não pode agir isolada, sendo necessário a formação de grupos de trabalho, envolvendo os actores públicos e privados locais de forma concertada, com vista à criação de novos modelos de produção, comércio e serviços. Surge, nesse momento, o “embrião” da Agência de Desenvolvimento Local, *«development corporations, or “joint power” organizations, that involve government as well as business and community are the most used form of organization because such organizations continue to enjoy government and private support. In some instances, however, the organization is given too little power or responsibility from either the private sector or government agencies.»* (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 347)

Em certos casos, são as Parcerias Público-Privadas (PPP's) que se apresentam como a metodologia mais eficiente de promoção do Desenvolvimento Local. De facto, *«une attention particulière doit être portée à la dimension “locale” des projets conduisant à des partenariats public-privé. D’abord, la plupart de projets partenariaux public-privé ont dans les faits une dimension territoriale très marquée. Ils mettent souvent en oeuvre des collectivités territoriales; leurs effets s’inscrivent dans des espaces géographiques circonscrits; c’est même dans le nombre de cas cet effet géographiquement sélectif qui est recherché (projets dits de “développement local”).»* (GILBERT, 2002: 191)

As PPP's caracterizam-se por instituir uma relação de longo-prazo entre entidades públicas e privadas com vista a instituir um determinado serviço, podendo, ou não, exigir a concepção, financiamento e construção de infra-estruturas públicas para esse efeito, *«la notion de partenariat public-privé recèle en effect une idée nouvelle, par rapport aux institutions que l’on vient d’évoquer, celle d’une association et d’une solidarité entre les associés. En ce sens, elle s’oppose à la représentation traditionnelle que donnent les doctrines libérales des rapports entre l’État et l’économie, et qui est fondée sur l’idée de leur séparation.»* (MARCOU, 2002: 14)

Sendo uma relação de longo-prazo, permite ao parceiro público transferir para o parceiro privado o risco de concepção do projecto, uma vez que competirá ao parceiro privado garantir a provisão do serviço contratado por todo o prazo da parceria. Pelo que *«la première fonction du PPP est donc d’établir une interdépendence et une solidarité entre l’engagement de la puissance publique et celui du secteur privé. Cette solidarité est le support d’une mutualisation des risques.»* (MARCOU, 2002: 37)

Esta transferência de riscos para o parceiro privado implica que o parceiro público não pode sempre definir os requisitos necessários ao desenvolvimento do projecto, sendo o seu papel centrado apenas na definição dos resultados a alcançar e do nível de qualidade pretendido.

Uma parceria só será justificável se os ganhos de eficiência conseguidos forem suficientemente amplos para compensarem os custos financeiros. A obtenção desses ganhos de eficiência implica o estabelecimento de uma parceria que permita conceber e implementar o projecto de forma eficiente, livre de restrições que não as estritamente necessárias para a satisfação do interesse público. Para avaliar a justificação de uma parceria é assim indispensável o desenvolvimento de um modelo financeiro que permita a obtenção de um custo público comparável, *«the hallmark of the U.S. experience in local economic development – whether in government or in the neighbourhood – is the combination of the resources of the public and private sector in just the correct balance to attain objectives neither could attain alone.»* (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 97)

Os projectos passíveis de serem enquadrados em PPP's são extremamente diversos: gestão de equipamentos, prestação de serviços colectivos, planeamento estratégico, marketing territorial, contratos-programas (cooperação com o governo central), projectos de urbanismo (em substituição do tradicional conjunto legal e urbanístico de gestão do território e da regulação sobre uso e ocupação do solo). De facto, nalguns casos as PPP's *«(...) tornaram-se a base da política urbana: os incentivos fiscais de base local às actividades privadas em construção – empréstimos públicos, isenções fiscais, financiamento em leasing - aumentaram exponencialmente. Também se divulgaram as práticas de contrapartidas em terrenos ou infraestruturas.»* (SALVADOR, 2007: 329)

No fundo a perspectiva vai no sentido de que *«(...) el gobierno local tenga competencia y medios – en colaboración con otros actores públicos y privados pero com iniciativa propia – para desarrollar zonas de actividades empresariales, para crear bancos com líneas de capital-riesgo, para promover empresas públicas y mixtas competitivas com el sector privado (...).»* (BORJA e CASTELLS, 1997: 157).

2.4. RESUMO

Independentemente das diferentes reflexões teóricas sobre o papel da concentração geográfica no Desenvolvimento Regional – “*Sistemas Productivos Locais*” para Becattini e Garofoli, “*Clusters*” para Porter, “*MilieuX Innovateur*” para Castells e a GREMI, “*Learning Regions*”, etc. – é de notar que os diferentes autores recuperam sempre alguns aspectos da investigação de Alfred Marshall sobre as questões da

localização, «*according to an old saying of regional economist, there are only three important variables in regional growth: location, location and location!*» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 62)

«*In regional science different theoretical frameworks are used to study the formation of networks in geographical space. Some refer to old theoretical approaches like the Marshallian industrial district and externalities (Becattine 1989), and some refer to more recent developments like the innovative milieu approach (Aydalot and Keeble 1988; Maillat 1991), the “New Industrial Spaces” (NIS) approach (Scott and Storper 1992; Storper 1997), the network approach of innovation (Lundvall 1992; Gregersen and Johnson 1997; Morgan 1997). Despite the distinct theoretical starting points, there is general agreement on the importance of geographical space for innovation among these authors (...)*» (OERLEMANS *et al.*, 2001: 340)

Não obstante toda esta “panóplia” de designações e perspectivas, mais ou menos, diferenciadas entre si, «*muitas controvérsias foram se misturando ao debate desencadeado pelos pioneiros estudos italianos. (...) E os resultados dessa vasta produção científica ainda não explicam satisfatoriamente as razões do maior ou menor dinamismo económico de cada território, dificultando muito qualquer tentativa de síntese*» (VEIGA, 2002: 8).

O importante é que as vantagens competitivas regionais e a especificidade dos territórios deverão continuar a ser determinantes no futuro. A dúvida consiste em saber até que ponto a inovação, a especialização flexível e o funcionamento em rede, poderão manter o funcionamento dos “novos” (e “velhos”) “Distritos Industriais”, independentemente das novas designações ou “roupagens” teóricas que venham recuperar as ideias de Marshall²³. A dúvida consiste em saber até que ponto os “*Distritos Industriais*” constituem mesmo a estrutura territorial melhor adaptada aos desafios da globalização.

Desta forma, para “sobreviverem” e se afirmarem na globalização as regiões necessitam de (re)descobrir novas formas de vantagens competitivas, baseadas não só nos aspectos puramente económicos mas também na interacção entre o social, o histórico, o cultural e o económico. Não esquecendo que «*(...) the new economy, like the old one, has losers as well as winners. Whereas some sectors, communities, and populations have benefited, many others have been left behind.*» (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 9)

Assim, é de supor que a região do ABCD, como uma das mais antigas e a mais importante área industrial do Brasil, possa constituir, pelo menos parcialmente, um “*Mega-Distrito Industrial*”, ou “*Mega-Cluster*”, conforme teremos oportunidade de dissertar no presente trabalho.

²³ Nesta perspectiva João FERRÃO refere que «*a imensa bibliografia actualmente disponível sobre “novos espaços industriais”, “meios inovadores”, “regiões inteligentes (learning regions)” ou “sistemas regionais de inovação”, atesta bem o vigor e a diversidade interna desta nova perspectiva*» (2002: 17)

Neste sentido devemos considerar o “*Mega Cluster*” como «*um conjunto de actividades distintas, mas cuyos bens ou serviços satisfazem a procura de uma mesma grande Área Funcional da Procura Final, recorrendo a competências básicas complementares e podendo explorar vantagens de interligação e articulação em rede, entre si e com outras entidades, nomeadamente as que permitem a acumulação do “capital imaterial” para o conjunto das empresas envolvidas.*» (CHORINCAS, MARQUES e RIBEIRO, 2001: 46)

Não obstante não devemos esquecer que «*el concepto de distrito industrial no deja de ser un modelo ideal surgido a partir del estudio inicial de Marshall y actualizado por la experiencia más reciente de la Tercera Italia, que después se ha intentado generalizar para describir e interpretar formas de organización industrial existentes en territorios muy distintos bajo la denominación genérica de sistemas productivos locales. Pero esa misma difusión, unida a su indudable éxito, ha favorecido una utilización a veces abusiva del concepto, aplicado ahora a áreas de pequeñas empresas más o menos especializadas (...), cuyas características socioculturales, junto con la escasa o nula integración entre las empresas existentes, resultan poco compatibles con los supuestos originarios.*» (MÉNDEZ e CARAVACA, 1999: 222)

Por outro lado, como teremos oportunidade de ver no capítulo seguinte, os Municípios de São Paulo e do ABCD caracterizam-se por ter uma série de problemas, nomeadamente relacionados como a pobreza, a exclusão social e com um urbanismo e um parque habitacional desadequados, que têm sido agravados pelo processo de reestruturação industrial que a região tem vindo a conhecer nos últimos vinte a trinta anos. Neste sentido, no capítulo IV, apresentaremos um conjunto de projectos e de iniciativas relevantes para o desenvolvimento e para a melhoria geral das condições de vida da população da região, que podem ser enquadrados nas metodologias descritas no ponto 2.3. - Empreendedorismo Territorial e Nova Gestão do Território.

III. ENQUADRAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO-TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD

3.1. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E A AFIRMAÇÃO DE SÃO PAULO COMO PRINCIPAL PÓLO ECONÓMICO DO PAÍS

3.1.1. De 1500 a 1930

3.1.1.1 O Período Pré-Industrial

O centro-motor da economia do território brasileiro variou ao longo dos vários séculos da sua história²⁴ (ver figura 4). Assim, nas primeiras etapas de afirmação de um núcleo produtivo autónomo, teve particular importância a região do Nordeste, onde se instalaram os “*senhores de engenho*”²⁵ e que desencadearam o ciclo da cana-de-açúcar. Posteriormente, com o ganho de importância das produções de café e cacau, as regiões do Sudeste Brasileiro começam um processo de afirmação no contexto global da economia do país.

Em pleno século XX, as várias etapas de industrialização, em particular a que correspondeu à consolidação de um importante sector industrial ligado aos sectores da maquinaria e do material de transporte, localizado maioritariamente na Região Metropolitana de São Paulo e com destaque para o ABCD²⁶, conduzem a um padrão territorial de desenvolvimento marcado pelo desequilíbrio. Às regiões Norte e Nordeste com menores índices de desenvolvimento, em particular industrial e de serviços, opõem-se os Estados do Sudeste, com especial destaque para São Paulo, em que o modelo económico garante a formação de níveis elevados de produto e uma maior diversidade de ramos competitivos.

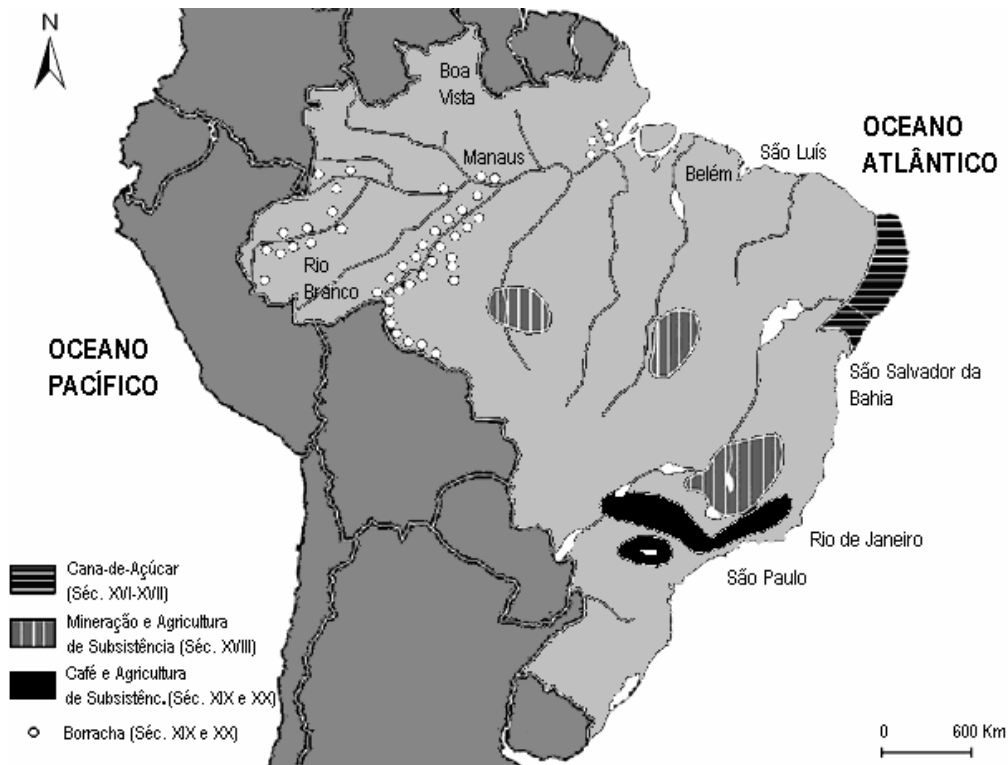
²⁴ Para uma análise detalhada da evolução da história económica do Brasil ver, por exemplo, LÚCIO (2003: 166-194) e SALVADOR (2004a: 13-54).

²⁵ Para uma análise da organização social e familiar nos engenhos de açúcar ver a obra clássica de Gilberto Freyre “*Casa Grande e Senzala*” (FREYRE, 1938 [1933]).

²⁶ Conforme referimos no Capítulo I. Introdução, ABCD resulta da conjugação das primeiras letras do nome dos Municípios de Santo **A**ndré. São **B**ernardo do Campo, São **C**aetano do Campo e **D**iadema. Mais tarde os municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra passaram também a ser considerados como parte do ABCD.

Mauá deriva o seu nome do título nobiliático de Irineu Evangelista de Sousa, Barão e, posteriormente, Visconde de Mauá, foi um destacado empresário, industrial, banqueiro e político brasileiro do século XIX, responsável pela construção da primeira linha de caminho-de-ferro brasileira, a “*estrada de ferro Mauá*”, no Estado do Rio de Janeiro. De origens simples, ascendeu socialmente pelos próprios méritos e iniciativa, sendo considerado um dos homens mais importantes do país na sua época.

Figura 4 – Evolução histórico-geográfica dos ciclos económicos no Brasil (1500-1930)



Adaptado de: ADDAS (2002: 52)

Usando uma metáfora podemos dizer que houve uma transferência de poder do “*Senhor do Engenho*” para o “*Capitão da Indústria*”. Deste modo a reconfiguração da estrutura produtiva do país levou igualmente a profundas mudanças numa sociedade, em que a formação da riqueza repousava estritamente no sector agrícola, para um modelo de economia nacional baseado na indústria transformadora.

3.1.1.2. Os primórdios do processo de industrialização

A actividade industrial, ainda que incipiente, nos principais países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México) iniciou-se antes do “choque” resultante da “*Grande Depressão*” de 1929 e mesmo antes da I Guerra Mundial.

A implantação das primeiras indústrias viradas para a produção interna de bens de consumo (agro-alimentar, têxteis, vestuário, calçado, etc.) iniciou-se no último quartil do século XIX, num período de crescente integração das economias latino-americanas num esquema de Divisão Internacional do Trabalho imposta pelos países capitalistas “centrais”, com a Grã-Bretanha “vitoriana” à cabeça²⁷. Por

²⁷ Ver neste sentido um dos principais trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-Presidente do Brasil, “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”(CARDOSO e FALETTO, 1970).

outro lado, «alguns dos autores que interpretam o desenvolvimento brasileiro como inerentemente dependente exageraram o papel da economia internacional. Na verdade, seria possível argumentar que o problema do século XIX era eminentemente falta, e não excesso, de integração internacional» (FISHLOW, 2004: 24).

Evidências da incipiente industrialização brasileira no século XIX, consistem no facto de que «em 1850, por exemplo, começou a funcionar uma das empresas de Mauá (...). A empresa era de fundição de ferro e bronze, galvanização e construção naval. (...) Neste mesmo ano surgiu em São Paulo a primeira fábrica têxtil movida a vapor. (...) Em 1852 um relatório do presidente da Província de São Paulo referia a existência de 5 fábricas: uma fiação, uma fundição, uma fábrica de vidros, uma fábrica de velas e uma usina de potassa. (...)» (RIBEIRO, 1988: 21)

Esse fomento da actividade industrial foi possível graças às condições criadas pela expansão do sector primário-exportador, que forçou à criação de uma rede de transportes e outras infra-estruturas, que distribuiu internamente os rendimentos monetários que alimentaram mercados internos suficientemente amplos e atractivos e que proporcionaram o capital necessário para a aquisição de bens de equipamento, sem os quais não teria sido possível desenvolver a actividade industrial.

No caso do Brasil, foi precisamente na região cafeeira Rio de Janeiro-São Paulo que surgiram as primeiras indústrias ligeiras, com destaque para o têxtil²⁸. Para Avelãs Nunes «esta coincidência geográfica do desenvolvimento do complexo exportador cafeeiro (incluindo neste as actividades produtivas e as actividades comerciais, financeiras, serviços de transportes, etc.) e das actividades industriais, logo indicará uma forte conexão entre a sorte do sector exportador primário e o incremento da indústria» (NUNES, 1982: 264)

Quando a produção de café iniciou a sua grande expansão, milhares de emigrantes europeus vieram para o Brasil, até porque a escravatura tinha acabado de ser abolida. Inicialmente em pequenos contingentes, como foi o caso dos açorianos e dos alemães e, posteriormente, em grandes vagas de emigrantes “mediterrâneos”, nomeadamente italianos, espanhóis e portugueses.

A imigração forneceu também grande número dos novos empresários industriais e uma quota substancial dos operários qualificados, ao mesmo tempo que reforçou o processo de crescente urbanização (arrastado pelo próprio desenvolvimento do sector exportador), para o que contribui, além de outros factores, a dificuldade de acesso à propriedade da terra, praticamente monopolizada desde o período colonial. «Esses pequenos produtores agrícolas tornaram-se não só mão-de-obra disponível como os principais fornecedores de alimentos para os mercados de Rio de Janeiro e São Paulo, à medida que com eles se articularam através

²⁸ Segundo Nelson Rosas Ribeiro «este tipo de indústria [o têxtil] teve sua instalação facilitada pela existência da cultura do algodão no país. O segundo ramo industrial em ordem de importância era a indústria de alimentação» (RIBEIRO, 1988: 24)

das linhas ferro-rodoviárias.» (BECKER e EGLER, 1992: 71). O afluxo de mão-de-obra europeia à região de São Paulo constituiu, finalmente, um factor importante de ampliação do mercado interno de bens de consumo corrente.

Na perspectiva de Regina Salvador, «*as cidades dos países em desenvolvimento surgem e desenvolvem-se graças ao êxodo rural, às migrações regionais sobretudo para a Capital ou para as cidades capitais de província. As teorias clássicas das migrações campo → cidade consideram que as suas principais causas residem nos efeitos dos factores de repulsão e atracção dos campos e das cidades (...). De modo inverso, os níveis mais elevados de rendimento urbano constituem um importante factor de atracção que a cidade exerce sobre as populações rurais (...)*» (SALVADOR, 2004b: 228-229)

A expansão do sector primário-exportador permitiu a acumulação do capital necessário para investir na indústria, «*a acumulação do capital industrial foi ainda facilitada pelas entradas líquidas de capital estrangeiro, quer proveniente de empréstimos contraídos pelo Estado, para financiar os seus investimentos em infraestruturas, quer proveniente de investimentos directos estrangeiros em ambos os casos em relação com actividades induzidas pelo auge do sector exportador*» (NUNES, 1982: 268-269)

Contudo, este modelo de “crescimento para fora” pressupunha a especialização dos países latino-americanos na produção de bens primários destinados à exportação, admitindo que o desenvolvimento do sector externo seria capaz de criar um mercado interno de bens de consumo corrente capaz de sustentar um sector industrial destinado a satisfazer a procura de tais bens. Infelizmente, o exemplo dos países latino-americanos demonstrou que as indústrias cuja implantação foi induzida pela expansão das exportações primárias, juntamente com o sector de subsistência, revelaram-se incapazes – dada a sua tecnologia incipiente, a sua baixa produtividade, a desigual distribuição da propriedade, da riqueza e do rendimento e a inexistência de uma classe média – de viabilizar um dinamismo próprio da indústria nacional. Para Celso Furtado era necessário «*réfléchir sur la situation des sous-ensembles économiques intégrés au système capitaliste international (...), qui se sont maintenus comme exportateurs de matières premières (...). Dans ces économies, les augmentations de productivité résultent fondamentalement du développement des exportations et non de l'accumulation et des avantages technologiques qui s'associaient, au centre du système, à cette accumulation*» (FURTADO, 1976a: 26)

Apesar de tudo, durante muitos anos, o café (e outros produtos primários) foram os principais produtos de exportação do Brasil. Na primeira década do século XX, contudo, a procura mundial de café começou a exceder a oferta e os preços começaram a cair rapidamente²⁹. O governo brasileiro

²⁹ «*A elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, que caracterizavam os países produtores de café, constituíam clara indicação de que os preços desse artigo tenderiam a baixar a longo prazo (...)*» (FURTADO, 1986: 177)

tentou proteger as exportações comprando as colheitas e retendo-as até conseguir obter um preço razoável no mercado internacional³⁰.

Conforme refere Boris Fausto, «(...) o governo compraria o café com a receita derivada do imposto de exportação, e do confisco cambial, ou seja, de uma parte da receita das exportações, e destruiria fisicamente uma parcela do produto. Tratava-se assim de reduzir a oferta e sustentar os preços. (...) A destruição de café só terminou em Julho de 1944.» (FAUSTO, 1997: 334).

Assim, podemos concluir que «*Le Brésil a été jusqu'à la crise de 1929 un pays de mono-exportation primaire; le café était presque son unique source de devises (...). La crise des années 30 qui coupait le pays – et son café – de ses marchés traditionnels, joint à des mouvements politiques internes, a facilité un changement d'orientation; le Brésil allait s'industrialiser. (...) Un «sentiment développementiste» naît au Brésil, facilité par la prise du pouvoir de Getúlio Vargas (...)*» (TAÏEB e BARROS, 1989: 21)

Na perspectiva de Avelãs Nunes, «*não parece, porém, quer no que se refere ao Brasil, quer no que respeita à América Latina em geral, que possa caracterizar-se como processo de industrialização (e muito menos como revolução industrial) o crescimento industrial registado a partir das décadas de 80/90 do século [XIX]. (...) Com efeito, o desenvolvimento industrial que ocorreu até finais da década de vinte, durante a fase do crescimento para fora, não passou de um crescimento horizontal, baseado no aumento da capacidade de produção das indústrias tradicionais já existentes, mediante a criação de novas unidades de produção a partir da importação dos equipamentos necessários. Não houve uma diversificação significativa das estruturas produtivas industriais (uma grande parte da procura interna de bens de consumo industrial continuava a ser satisfeita pela importação), e muito menos se registou qualquer tentativa séria de produção interna de bens de produção (ao contrário do que se verificou nos países que passaram por verdadeiras revoluções industriais)*» (NUNES, 1982: 275-276).

Na mesma linha de pensamento Albert Fishlow opina que «*apesar dos esforços iniciais de substituição de importações realizados nos anos 1890 e a despeito do veloz crescimento manufatureiro subsequente, entre 1906 e 1912, às vésperas da Primeira Guerra Mundial o Brasil possuía uma estrutura industrial ainda primitiva. Continuava importando produtos têxteis e dependia de fontes externas para mais de um terço de seu consumo nesse segmento*» (FISHLOW, 2004: 16)

³⁰ «(...) au moment de la crise mondiale de 1929-1932 la production brésilienne atteignait le chiffre colossal de 1,8 millions de tonnes et elle ne se vendit pas (...) les grains de café servient parfois à cahffer les locomotives.» (DEMANGEOT, 1972: 61)

3.1.2. De 1930 até a actualidade

3.1.2.1. O papel de Vargas

Foi neste contexto que na década de 30 subiu ao poder um dos políticos que mais fortemente irá marcar a história brasileira do século XX, Getúlio Vargas: «*Subindo ao poder em Outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indirecto e ditador. Deposto em 1945, voltaria à presidência pelo voto popular em 1950 não chegando a completar o mandato por se suicidar em 1954.*» (FAUSTO, 1997: 331)

Conforme referido anteriormente, com vista a solucionar a grave crise no sector do café devida à superprodução, o governo foi obrigado a queimar os *stocks* de café³¹. A ideia era manter o preço de venda em valores minimamente rentáveis para os produtores. Importa referir que, a despeito da industrialização por que o Brasil passou nas décadas de 30 e 40, até à década de 50, o café continuou a ser a principal produção e exportação do país.

O esforço de centralização «*estendeu-se também ao campo económico. O governo Vargas não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em Maio de 1931, o controle dessa política passara (...) para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC) (...). O CNC ficava porém sob a influência direta dos interesses cafeeiros, pois era constituído por delegados dos Estados produtores.*» (FAUSTO, 1997: 333)

No plano económico Vargas era nacionalista, ao mesmo tempo que procurava atrair capital estrangeiro, tentava “controlar” as empresas estrangeiras, colocando entraves à saída de capital estrangeiro e exigindo a transferência de tecnologia para o Brasil³². Foi nesse período também que aumentou a intervenção estatal na economia. O Governo Federal passou a actuar como uma entidade de planeamento económico, controlando grandes empresas e participando na economia como investidor. Na perspectiva de Celso Furtado, «*government action in the whole of the economic sphere began to be acceptable when the need for counter-cyclical policy was recognized*» (FURTADO, 1963: 310). Deste modo foi plenamente aceite que «*a burguesia brasileira disponha de um poderoso instrumento de defesa, o Estado e vai utilizá-lo não apenas*

³¹ «*A destruição de estoques de café foi equivalente, em 1931, a cerca de 10% da safra de 1931-32, aumentando na década até alcançar, em 1937, o equivalente a mais de 40% da safra de 1937-38. [Ao todo] Foram destruídas mais de 70 milhões de sacas entre 1931 e 1943.*» (ABREU, 1990: 79)

³² «*A política económica do segundo Governo de Getúlio Vargas tem sido frequentemente apresentada como resultado seja de uma estratégia abrangente e bem definida de desenvolvimento económico que tivesse como finalidade um modelo alternativo para o capitalismo brasileiro, seja como consequência do confronto entre estratégias distintas (“ortodoxia versus nacionalismo”) e/ou posições antagónicas no interior do governo (pastas da Fazenda e do Exterior versus assessoria económica da Presidência).*» (VIANNA, 1990: 123)

na política económica mas em todos os sentidos onde julga necessário, desde os investimentos directos nos ramos para os quais não dispõe de recursos, até ao controle do mercado de força de trabalho e das organizações de classe do operariado que cresce a cada ano» (RIBEIRO, 1988: 52)

Vargas realizou a expansão da Siderúrgica Nacional³³, a criação da hidroeléctrica de Paulo Afonso, a fundação do BNDES e a ELETROBRÁS, entre outras empresas³⁴. Em 1953, surge a PETROBRÁS, frustrando as multinacionais do petróleo em explorar o combustível fóssil do subsolo brasileiro, apesar das crescentes pressões do governo norte-americano. Pode-se dizer que *«a acção do Estado será decisiva durante o período em estudo, particularmente durante o governo Vargas (1950/54). Em 1949 a instalação da empresa estatal CHESF (Companhia Hidroeléctrica do São Francisco), vem quebrar o monopólio de produção de electricidade que estava nas mãos das empresas estrangeiras. A 3 de Outubro de 1953 é instalada a PETROBRAS, a companhia estatal para a extração e refinação do petróleo e actividades correlativas, tendo como resultado o aumento da produção de óleo cru (...))» (RIBEIRO, 1988: 57)*

Neste contexto, *«l'action de l'État visait désormais moins à susciter une croissance déjà bien engagée qu'à l'orienter. (...) l'État devait participer au développement, l'industrie étant le fer de lance, la planification économique le moyen d'organiser les effets d'entraînement, et le capital privé l'indispensable allié.» (THÉRY, 2000: 221)*

No começo dos anos cinquenta, *«o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento económico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. (...) Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE), directamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial.»³⁵ (FAUSTO, 1997: 409)*

Em 1953, o ritmo da industrialização nacional entrou num impasse: para crescer precisava de recursos, internos e externos. Internos, com a expansão do crédito, financiamento, aumentos salariais e, infelizmente, inflação. Externos, com o aumento das importações, agravamento das taxas de câmbio e aproximação aos EUA.

³³ *«A construção de Volta Redonda significou um passo importante para a industrialização brasileira e esboçou uma nova forma de relacionamento com o capital estrangeiro, pois este veio financiar um projecto de envergadura, visando a instalação da indústria de base.» (CORSI, 2002: 11)*

³⁴ Sobre uma visão global da estratégia de industrialização no II Governo Vargas, ver LEOPOLDI (2002).

³⁵ *Foram criados «(...) inúmeros órgãos, institutos e comissões que apontavam não só para o intervencionismo estatal, mas também para os compromissos com os interesses desenvolvimentistas. (...) Este foi o caso da criação do BNDE, em 1952 (...)» (FONSECA, 2002: 23)*

3.1.2.2. O papel do “Plano de Metas” de Kubitschek

Porém o grande “salto” da industrialização brasileira resultou da implementação do “Plano de Metas”, sintetizado no *slogan* “crescer cinquenta anos em cinco” do governo de Juscelino Kubitschek (frequentemente referido como JK)³⁶ que, na segunda metade dos anos cinquenta, deu à região do ABCD o perfil de periferia industrial da Metrópole de São Paulo. Deste modo, o ABCD iria configurar-se como uma das áreas mais dinâmicas do território brasileiro, sobretudo no domínio das actividades de transformação, com especial incidência na indústria metalomecânica pesada (sector automóvel), «*as empresas automobilísticas pelo fato de representarem o melhor exemplo de grande produtora de bens de consumo duráveis (...) [destacaram-se pelo] seu caráter motriz na industrialização brasileira*» (SCARLATO, 1996a: 371)

Não obstante, «*o país forjou seu crescimento económico segundo os princípios de planeamento de cima para baixo, efetuado por grupos técnicos profissionalizados, grandes plantas industriais, produção em massa, concentração de fábricas em áreas urbanas e acentuada participação de investimentos estatais na oferta de infra-estrutura e bens de capital. Era o modelo hegemónico de industrialização dos países retardatários, respaldado pelas experiências da França, Alemanha, Japão e União Soviética, dentre outras. (...) No caso brasileiro, a industrialização em marcha forçada, especialmente a partir do Governo Juscelino Kubitschek, contribuiu para acentuar desigualdades intra e inter-regionais na alocação de recursos, bem como no perfil de distribuição de renda entre os diferentes estratos sociais. Aliado a isso, a rápida urbanização concentrou pessoas e mazelas sociais, incrementando a demanda por habitação, transportes, saneamento, segurança e outros bens coletivos.*» (COSTA e CUNHA, 2002: 10)

Conforme explica Guido Mantega, «*a ideologia desenvolvimentista ganhava impulso no Brasil com a adesão de boa parte da esquerda, inclusive do Partido Comunista Brasileiro (...). Entretanto, a liderança do movimento ficou nas mãos de um grupo de intelectuais (...). Não foi por acaso que em 1955 esse grupo se transformaria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão do governo Kubitschek (...) encarregado de discutir os grandes problemas nacionais e de auxiliar na elaboração dos programas de governo. No ISEB reuniram-se os principais pensadores progressistas da intelectualidade brasileira que amadureceram (...) uma versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo na sua formulação cepalina, a ser praticado por um governo curiosamente muito liberal com o capital estrangeiro como o de Kubitschek. E foi justamente dessa tradição nacional-desenvolvimentista que surgiram os dois grandes pensadores dessa época no campo da economia política, Celso Furtado e Ignácio Rangel (...). A Celso Furtado cabe traçar as linhas mestras do “processo de substituição de importações” (...)*» (MANTEGA, 1987: 12-13).

³⁶ Apesar de ter sido a política “desenvolvimentista” e proteccionista de Getúlio Vargas que marcou o “arranque” definitivo da industrialização do Brasil, nomeadamente recorrendo à política de “Industrialização por Substituição de Importações” (ISI), não deixará de ser referido a importância da contribuição teórica-ideológica da CEPAL na formulação da Teoria Estruturalista e no fomento da indústria brasileira (e latino-americana) no pós-II Guerra Mundial.

Deste modo, se o Presidente Kubitschek foi o “rosto político” do “Programa de Metas”, o economista Celso Furtado foi o “rosto teórico” desse mesmo programa, «*nascido em Pombal, Paraíba, em 1920. Estuda [na] (...) Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), onde se diploma aos 24 anos. (...) Doutora-se em Economia pela Universidade de Paris, aos 27 anos. Estuda também em Cambridge, Inglaterra. Integra, com o economista Raul Prebisch, o núcleo original da Cepal, agência da ONU sediada em Santiago do Chile, que terá grande influência no pensamento econômico latino-americano. Em 1958, cria, com o presidente Juscelino Kubitschek, a (...) Sudene. Ministro do [Planeamento no] governo João Goulart (...). É autor (...) do clássico: Formação Econômica do Brasil, marco da historiografia brasileira.*» (COUTO, 1999: 194).

Uma importante característica da política econômica de Kubitschek era o apoio público ao desenvolvimento: «*O Governo Kubitschek caracterizou-se pelo integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento. (...) [A] formulação do Plano de Metas (...) constituiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira*»³⁷.» (ORENSTEIN e SOCHACZEWSKI, 1990: 171)

São realizados novos investimentos públicos com vista a ocupar uma mão-de-obra flutuante³⁸: construção de estradas, barragens e novas siderurgias. O capital estrangeiro é atraído para a indústria automóvel.

«*É neste estágio que se revelaria, por completo, o alcance da visão cepalina, pois ficaria claro que não bastaria a produção doméstica de artigos de consumo, mas também seria necessário estender a atividade manufatureira aos bens de produção – sobretudo máquinas e equipamentos – entendidos como o núcleo do progresso técnico em escala mundial.*» (COLISTETE, 2002: 126)

Desta forma, surgem as fábricas de automóveis Willis-Overland (americana), Ford (americana), General Motors (americana), Volkswagen (alemã) e Simca-Chambord (francesa), no futuro ABCD paulista, «*(...) mudando completamente a fisionomia daquela região. Entre outras conseqüências, a indústria automobilística passou a concentrar operários em proporções inéditas no país.*» (FAUSTO, 1997: 428)

Segundo Werner Baer, a administração de Kubitschek desenvolveu, na década de 50, vários programas dos quais o «*(...) mais bem-sucedido (...) foi o que se destinou a promover a indústria automobilística (...) que ofereceu grandes benefícios à importação de equipamento para fabricação e componentes automotivos durante um número limitado*

³⁷ Neste aspecto contribuíram grandemente as novas ideias e metodologias emanadas da revolução que afectou as ciências sociais imediatamente após a II Guerra Mundial, com destaque para a Geografia (“Nova Geografia”, “Geografia Quantitativa”) e a Economia (Econometria e Economia Regional), em que a tónica do pensamento teórico orientou-se para a reconstrução urbana e econômica, surgindo “novas” áreas de estudo como o Ordenamento do Território e o Desenvolvimento Regional. Neste sentido ver JOHNSTON (1979) e o Capítulo II da presente Dissertação.

³⁸ Uma óbvia política de inspiração Keynesiana.

de anos. Em troca, essas empresas se comprometiam a adotar uma política de substituição progressiva das importações por componentes de fabricação nacional.» (BAER, 2002: 82)

Neste sentido, forma-se, assim, uma elite dirigente convicta da necessidade do capital estrangeiro como dinamizador do crescimento industrial. Para essa elite, o subdesenvolvimento brasileiro devia-se ao antigo modelo agro-exportador herdado do colonialismo. Deste modo, seguindo as concepções empreendidas por Vargas desde os anos 30, havia pois que industrializar o País, para que o atraso brasileiro fosse ultrapassado. «*O desenvolvimento era pensado em termos nacionais, devendo ser conduzido preferencialmente pelos governos centrais, que não estavam sujeitos aos interesses particulares de grupos políticos regionais ou locais. Desenvolvimento era, acima de tudo, expandir a produção interna e a oferta de bens e serviços padronizados para o mercado doméstico, esperando que os efeitos multiplicadores dos investimentos sobre a geração de rendas e emprego produzissem os resultados desejados em termos de equidade.*» (COSTA e CUNHA, 2002: 2)

A persecução desse objectivo durante o período da Ditadura Militar³⁹ conduziu a elevado endividamento externo, desbocando numa grave “*crise da dívida*” na década de 80, conforme teremos oportunidade de aludir, brevemente, no resumo do presente capítulo.

3.2. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE SÃO PAULO

3.2.1. História e Evolução do Estado e do Município de São Paulo

O Estado de São Paulo localiza-se na Região Sudeste do País, sendo o mais importante em termos económicos. Apesar de ocupar apenas cerca de 3% do território brasileiro (248209 Km²), concentra 21,8%⁴⁰ da população total e 35,3%⁴¹ do Produto Interno Bruto (PIB).

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), criada em 1973 pela lei complementar n.º 14 de 8 de Junho, reúne o Município de São Paulo e 38 outras municipalidades⁴², constituindo um dos maiores

³⁹ O Golpe de 1964 significou o emergir de uma sangrenta e repressiva Ditadura Militar de direita que se manteve no poder cerca de 20 anos. Situação, aliás, comum à grande maioria dos países da América Latina, que devido à “fobia do comunismo”, viram surgir regimes militares e autoritários com a “bênção” dos EUA.

⁴⁰ Segundo o IBGE, Censo Demográfico 2000 (www.ibge.gov.br) e tendo em conta que a população residente, no momento censitário, era de 169799170 habitantes para o país e de 37032403 habitantes para o Estado de São Paulo.

⁴¹ Segundo AZZONI (2001: 135)

⁴² Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caeiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaperi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujutiba, Maiporã, Mauá, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São

aglomerados urbanos do mundo e o maior do Brasil, com 15444941 habitantes⁴³ em uma área de apenas 8051 Km². Em termos económicos, a Região Metropolitana contribui com mais de 50% do PIB estadual e cerca de 18,5% do PIB nacional, sendo o PIB *per capita*, cerca de 6,4 mil dólares americanos, quase o dobro da média nacional⁴⁴. «São Paulo, a Capital, é considerada metrópole nacional por possuir um território de influência que abraça todo o território nacional ocupando o primeiro lugar na hierarquia urbana e, assim, polarizando todo o território nacional» (LENCIONI, 2004: 153)

Na Região Metropolitana situa-se o ABCD paulista, uma cintura industrial que teve origem no desenvolvimento da indústria transformadora, principalmente automóvel no fim da década de 40, início de 50, nomeadamente graças à política de Getúlio Vargas, prosseguida por Juscelino Kubitschek e o seu “Plano de Metas”, de fomento industrial e substituição de importações⁴⁵.

Segundo Jefferson José da Conceição, «os principais motivos que levaram a região do ABC a concentrar tamanho parque industrial estão relacionados a um contexto nacional e internacional favorável (...). No âmbito nacional, a introdução de uma política governamental de incentivo à industrialização, particularmente a substituições de importações na área de bens de consumo duráveis e ao setor automobilístico (...). Os novos investimentos foram direccionados para essa região em virtude de um conjunto de fatores, tais como: proximidade com importante Porto de Santos e com o maior mercado consumidor nacional, que já na época era São Paulo; existência de uma rodovia como a Anchieta, (...) disponibilidade e atracção de trabalhadores, (...), etc.» (CONCEIÇÃO, 2004: 272)

É precisamente este território, o ABCD e o Município de São Paulo, que constitui o objecto de estudo da presente dissertação e cuja caracterização e análise procuraremos fazer ao longo do presente capítulo, analisando posteriormente no capítulo IV uma série de iniciativas de desenvolvimento local realizadas na área em estudo.

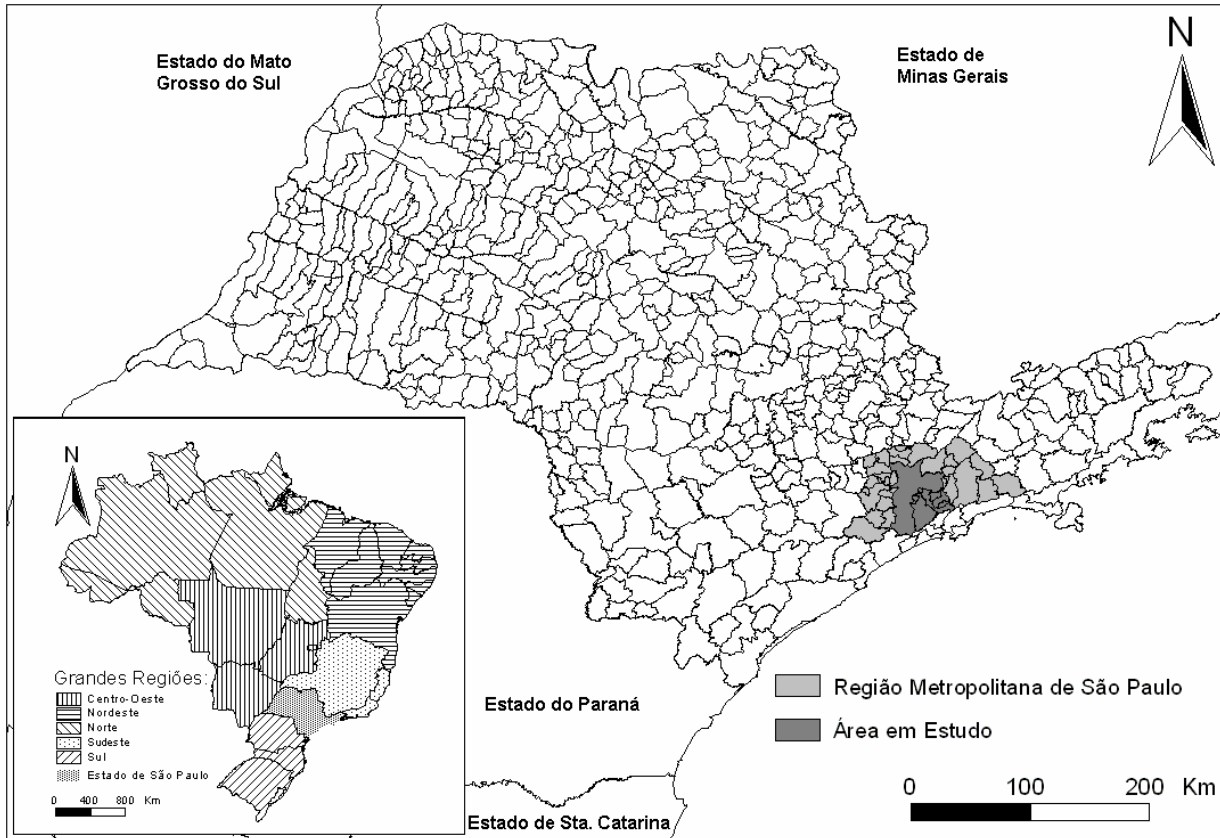
Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra e Virgem Grande Paulista. (Nota: os municípios do ABCD paulista estão assinalados a sublinhado).

⁴³ Segundo o IBGE, Censo Demográfico 2000.

⁴⁴ Dados do governo estadual de São Paulo, retirados de www.stm.sp.gov.br/rmsp.htm.

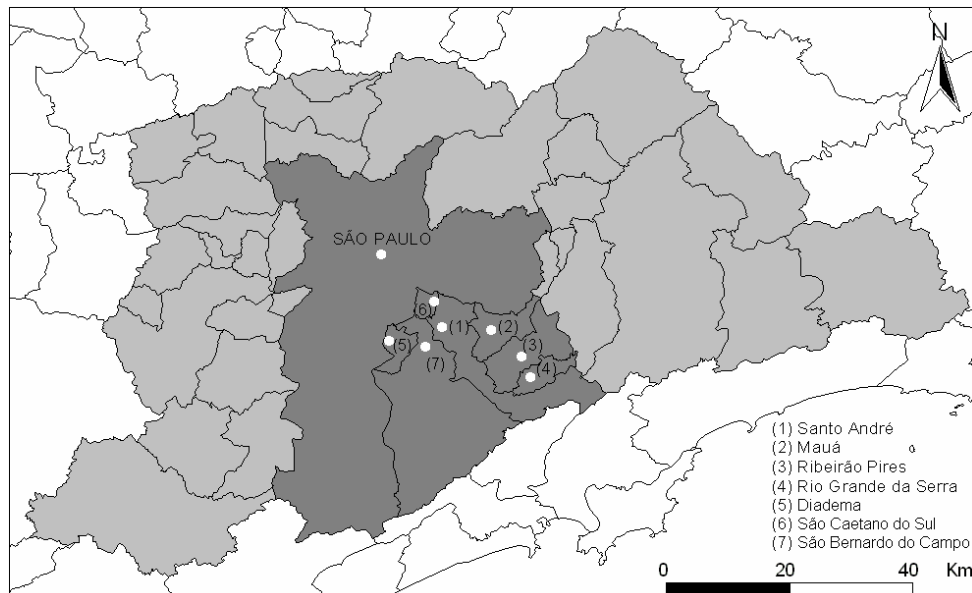
⁴⁵ Conforme tivemos oportunidade de explicar em mais detalhe no subcapítulo anterior.

Figura 5 – Localização da área em estudo no contexto do Brasil e do Estado de São Paulo



Fonte: Elaboração própria

Figura 6 – Localização da área em estudo no contexto da Região Metropolitana de São Paulo



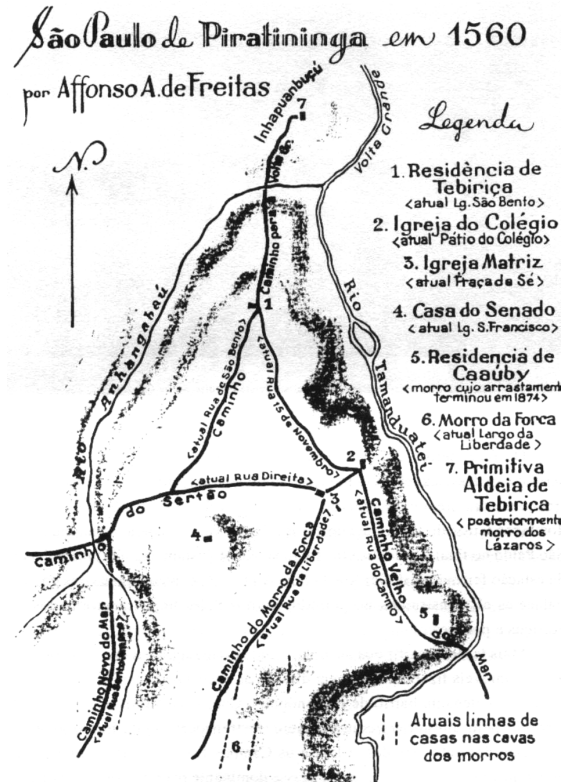
Fonte: Elaboração própria

A actual cidade de São Paulo⁴⁶ teve origem num colégio de padres jesuítas fundado em 25 de Janeiro de 1554, ao redor do qual se começaram a construir as primeiras casas de taipa, que deram origem a um

⁴⁶ Para uma análise sintética da evolução da cidade de São Paulo, dividida em 11 fases, ver SOUZA (1994: 49).

povoado chamado São Paulo de Piratininga. Do ponto de vista da localização topográfica, São Paulo apresentava enormes vantagens contra ataques por parte de tribos hostis, uma vez que se localizava numa colina alta e plana. Em 1560, a povoação ganhou o foral de vila.

Figura 7 – Povoado de São Paulo de Piratininga em 1560



Fonte: SCARLATO (1996b: 441)

É neste contexto que Caio Prado Júnior afirma que «a superioridade do sítio de São Paulo é incontestável, e é provável mesmo que os jesuítas o tivessem escolhido exatamente por isso. Em primeiro lugar, com relação à defesa contra as ameaças e ataques do gentio (...). A aldeia jesuítica possuía a este respeito uma posição estratégica esplêndida. Ocupava no alto de uma colina (...) um sítio naturalmente defendido por escarpas abruptas e acessíveis por um lado apenas.» (PRADO JÚNIOR, 1983: 16)

Nos primeiros anos da sua existência, os habitantes de São Paulo viviam da agricultura de subsistência, capturando índios para trabalharem como escravos na tentativa frustrada de implantar o cultivo da cana sacarina. Na segunda metade do século XVII, após a descoberta de ouro e metais preciosos, iniciaram-se as viagens de reconhecimento pelo interior do território, as chamadas “bandeiras”, expedições organizadas com o objectivo de aprisionar índios e procurar ouro ou outros metais preciosos nos sertões distantes, dando início à colonização do actual Estado de Minas Gerais.

No ano de 1681, São Paulo tornou-se capital de Capitania, que incluía então um território muito mais vasto que o do actual Estado de São Paulo. Apesar de, em 1711, São Paulo ter sido elevado à categoria de cidade, o sucesso das campanhas dos bandeirantes fez com que a Coroa dividisse a capitania, de forma a ter um controle mais apertado sobre a região de Minas. Deste modo, durante o século XVIII, São Paulo continuou a ser apenas o ponto de partida das “bandeiras” responsáveis pela ampliação do território brasileiro a sul e a sudoeste, além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Desta situação resultou uma estagnação, relativa, de São Paulo durante a época colonial, em virtude de não ter uma actividade económica lucrativa, como era o caso do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste. Também do ponto de vista da população, São Paulo viu-se desfalcado dos seus elementos mais válidos, que partiam para o sertão em busca de riquezas.

O facto histórico da *«descoberta de ouro em Minas Gerais (...) representa a meta final do esforço tenaz dos paulistas durante quase dois séculos, votado ao reconhecimento de todo o território que havia de constituir o Brasil de hoje (...). Realizado este fim São Paulo encerra sua obra e entra numa fase de prolongada estagnação. Não só interrompe sua expansão colonizadora, mas se despoeva. Seus habitantes, atraídos pelas minas cujo território, antes abrangido pela Capitania, vai sendo dela destacado sucessivamente, (...) no correr do século XVIII (...).»* (PRADO JÚNIOR, 1983: 32)

Durante os três primeiros séculos de colonização, o número de índios e mestiços superou em muito o de portugueses. Já após a Independência, em 1822, os africanos representavam cerca de 25% da população da cidade e os mulatos mais de 40%.

Só no fim do século XVIII, início do século XIX, quando as plantações de café começam a substituir as de cana-de-açúcar é que o Estado de São Paulo passou a desempenhar o lugar de primazia que ainda ocupa na economia brasileira.

Assim, no século XIX *«São Paulo n’était encore qu’une «boca do Sertão», un caravansérail d’aventuriers, alors que Rio de Janeiro vivait la fièvre du café et brillait de tous ses feux. Ce n’est qu’à la fin du XIX^e siècle que ces mêmes Paulistes découvrirent que leur région présentait des conditions naturelles très favorables pour la culture du café (...).»* (DEMANGEOT, 1972: 86). De facto, em oposição a *«Salvador and Rio de Janeiro, capitals of colonial and independent Brazil, and urban and political nuclei consolidated since the 17th and 18th centuries, São Paulo gained importance later on.»* (FIX *et al.*, 2003: 2)

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, fugindo ao avanço das tropas napoleónicas na Metrópole, o País conheceu algumas transformações determinantes que contribuíram para a sua independência. D. João VI iniciou uma série de reformas político-administrativas com vista a

tornar o Brasil a sede do Reino, pelo menos temporariamente, que prepararam as elites e a administração pública para a independência.

A cidade de São Paulo também beneficiou muito destas transformações. De facto, foi em território paulista que em 7 de Setembro de 1822, o príncipe Dom Pedro, o herdeiro do trono português, lançou o “*Grito do Ipiranga*” e declarou a Independência do Brasil.

Na segunda metade do século XIX⁴⁷, São Paulo passou a assumir um lugar de primazia na economia brasileira, com a expansão da cultura do café que encontrou na “*terra rossa*”⁴⁸ do norte do Estado o solo ideal para o seu cultivo. O desenvolvimento e expansão do cafezal exigiu a expansão do caminho-de-ferro, iniciando-se por volta de 1860 a construção da ferrovia entre São Paulo e o Porto de Santos. Em 1888, a escravatura é definitivamente abolida, iniciando-se a emigração de milhares de europeus para trabalhar nas plantações de café.

Em termos geográficos «*são as férteis terras, primeiro do norte, depois do oeste, (...) que vão constituir a zona de eleição do cafeeiro. E toda esta região que é por sua situação tributária de São Paulo, tem nesta cidade seu centro natural. (...) O sistema ferroviário que então se constitui amolda-se, como é natural, a tal estrutura, e é de São Paulo que vão irradiar as novas vias de comunicação.*» (PRADO JÚNIOR, 1983: 35)

São Paulo conheceu um enorme crescimento nessa época, deixando de ser uma capital da província, pouco mais do que um entreposto comercial, para se tornar na capital da nova elite económica agro-exportadora ligada ao café. De facto, quando se implanta a República em 1889, São Paulo era uma cidade com apenas 50 mil habitantes, enquanto que um século depois a sua população tinha sido multiplicada por mais de 200!

Por volta de 1860, a cidade de São Paulo já tinha perdido grande parte dos seus traços da época colonial, inclusive nos aspectos arquitectónicos. Surge a “*cidade burguesa*” por iniciativa dos “*barões do café*”, baseada no estilo neo-clássico e no novo traçado urbano de Paris, com amplas avenidas (“*boulevards*”), criado por iniciativa do Barão Haussmann. Neste sentido, em São Paulo, à semelhança de outras metrópoles, começa a surgir um conjunto de novos equipamentos urbanos tais como: iluminação e jardins públicos, todo um conjunto de edifícios estatais como a Assembleia, a Câmara, bem como escolas, quartéis, cadeias, igrejas, conventos e mosteiros.

⁴⁷ Para uma síntese da evolução da cidade de São Paulo entre 1840-1899, ver SOUZA (1994: 50).

⁴⁸ Argila descalcificada.

Também na arquitectura residencial ocorrem grandes transformações, com a construção de grandes mansões, alguns verdadeiros palácios, por iniciativa das oligarquias do café, que querem residir no centro da cidade para ter acesso privilegiado aos novos serviços e diversões urbanas (ópera, teatro, hipódromo, etc.). Deste modo, quando os “*barões*” tinham necessidade de voltar às suas propriedades agrícolas do interior do Estado de São Paulo, utilizavam o novo (e então rápido e confortável) meio de transporte, o caminho-de-ferro. Rapidamente, «*São Paulo became the coffee capital of Brazil, a wealthy city that tried to emulate Paris, building an elite neighbourhood, named “Champs Élisées” and a copy of the French capital’s “Opéra”.*» (FIX *et al.*, 2003: 2)

O desenvolvimento das «*estradas de ferro ainda tiveram outro efeito considerável sobre São Paulo. (...) elas atraíram para a capital as camadas abastadas da população paulista, os fazendeiros (...), que antes habitavam ou as suas próprias fazendas, ou as cidades mais próximas a elas. Com as estradas de ferro puderam estes fazendeiros, ao mesmo tempo que se mantinham em contato estreito com suas propriedades, aproveitar a vida mais confortável de um grande centro.*» (PRADO JÚNIOR, 1983: 36)

Por outro lado, também a população residente sofreu grandes mudanças, não só no aspecto quantitativo, mas principalmente no aspecto étnico. De facto, com a abolição da escravatura o Brasil viu-se na necessidade de acolher milhares de emigrantes, principalmente europeus⁴⁹, que além de permitirem resolver o problema da mão-de-obra da lavoura cafeeira, possibilitou uma melhor ocupação do interior do Estado.

Desta forma, surgiram as condições necessárias para que pequenas empresas, relacionadas com a torrefacção, comércio e exportação do café, dessem os primeiros passos no caminho da industrialização. Com o povoamento e colonização do interior, aliado ao rápido crescimento económico induzido pelo café, começou a surgir a necessidade de construção de novas estruturas viárias e ferroviárias, induzindo um círculo virtuoso de crescimento económico.

A abolição da escravatura em 1888 marcou o fim do Império. Em 1889 a reacção conservadora, apoiada pela burguesia latifundiária, promove um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca que implantou a República. Até 1930, data em que Getúlio Vargas conquistou o poder, a República é “governada” pelas oligarquias agrárias do Sudeste (i.e. Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). A importância económica do café produzido em São Paulo e do gado de Minas Gerais sustenta a política do “*café com leite*”⁵⁰, em que paulistas e mineiros, sustentados pelas respectivas

⁴⁹ «*A partir da década de 1870 estimulou-se a imigração europeia com o objectivo de obter trabalhadores assalariados para a expansão cafeeira em São Paulo.*» (BECKER e EGLER, 1993: 71)

⁵⁰ «*O “café-com-leite” exprime a ideia de que uma aliança entre São Paulo e Minas comandou, no período [da Primeira República], a política nacional.*» (FAUSTO, 1997: 265)

oligarquias agrárias, alternam na presidência da República. Contudo, São Paulo mantinha a primazia graças, precisamente, à consolidação da nova base económica do país, o café. Nas áreas urbanas, a industrialização avançava e abria caminho para o surgimento de novas classes sociais, o operariado e a classe média.

Ao mesmo tempo que a indústria assume cada vez maior importância, começa também a ganhar contornos preocupantes a precariedade da infra-estrutura urbana⁵¹ associada à industrialização, que aliás perdura no Brasil dos nossos dias.

Conforme refere Caio Prado Júnior, «*São Paulo é uma cidade que ainda espera para ser urbanizada, no sentido integral da palavra; espera ser organizada, que todas suas partes se integrem num sistema geral de comunicações e vias públicas, onde os melhoramentos e serviços, como seria elementar, se estendam homogeneamente sobre toda a área ocupada.*» (PRADO JÚNIOR, 1983: 76)

Depois da Revolução de 1930 o país viveu uma época conturbada que facilitou a implementação da ditadura do “*Estado Novo*”, que terminou após a II Guerra Mundial, dando origem a um período de democracia que duraria até 1964.

Entretanto, no campo económico, o café ultrapassou a crise provocada pelo *crash* de 1929, sendo estimulado pelos bons preços praticados durante a guerra, favorecendo a recuperação do Estado de São Paulo.

Contudo, as décadas de 40 e 50 marcaram o início do declínio relativo do café e o aumento da importância da indústria transformadora, dinamizada, entre outros motivos, pelos capitais deslocados da agricultura. Desde modo, e como já tivemos oportunidade de referir, as elites económicas e financeiras de São Paulo e do Brasil deixaram de ser os “*barões do café*”, para se tornarem nos “*capitães da indústria*”, «*Historically the relation between urbanization and modernisation in Brazil became relevant in 1930 (...). The economic crisis that reduced international trade at that time led to an “import substitution” policy, and the transfer of capital from agriculture to industry. São Paulo played a crucial role in this change.*» (FIX *et al.*, 2003: 1)

Porém, teríamos de esperar até aos anos 50 para que aparecesse a indústria automóvel, nomeadamente no ABCD, como o grande motor económico do Estado e, mesmo, do País, com o surgimento de um mercado de trabalho de dimensões amplas, uma vez que o processo de crescimento industrial, através

⁵¹ Para uma análise das infra-estruturas urbanas e das condições de habitabilidade no Município de São Paulo ver, por exemplo, LÚCIO (2003: 229-249). Para uma análise sintética deste e doutros problemas sociais no Brasil ver, por exemplo, SALVADOR (2004; 55-71).

dos seus efeitos multiplicadores levou também a um crescimento acentuado do sector terciário⁵². Desta forma, São Paulo aumentou a sua primazia económica a nível nacional, «*Desenvolveram-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) as condições que a capacitaram ao desempenho não apenas de núcleo principal da produção fordista periférica em nosso país (Lipietz, 1985), mas sobretudo, de ponto articulador e articulado do conjunto de “cidades mundiais”, centro básico do controle e acumulação do capitalismo ao nível internacional em nosso território.*» (CORDEIRO, 1994: 320-321).

Em termos migratórios, a década de 50 e, principalmente, a de 60 foram marcadas pelos enormes fluxos de êxodo rural, principalmente do Nordeste, em direcção ao “Eldorado” que representava São Paulo, «*During the entire period referred to as the Brazilian “National Development” (“desenvolvimentismo”), from 1930 to 1989, the process of urbanization accelerated greatly, with an intense process of migration from the countryside to the main industrial hub in the large metropolises.*» (FIX *et al.*, 2003: 1) Milton Santos resumiu o processo de ligação entre a evolução demográfica e o processo de urbanização das grandes metrópoles do sul referindo que «*Entre 1940 et 1980 se produit une véritable inversion de la localisation de la population brésilienne. En 1940, le taux d’urbanisation était de 26,35%; en 1980 il atteint 68,86%. Pendant ces quarante ans, la population totale du Brésil se multiplie par trois tandis que la population urbaine se multiplie par sept et demi. Aujourd’hui la population urbaine brésilienne approche des 75%.*» (SANTOS, 1992: 130)

Em resultado desta situação as áreas urbanizadas não pararam de crescer ao longo do caminho-de-ferro, sobretudo no início da década de 30 (“crescimento em forma de estrela”), e, desde os anos 50, ao longo das estradas (“crescimento em forma de mancha de óleo”) (ver figura 8). Deste modo, podemos dizer que «*one corollary of the phenomenon of metropolization⁵³ in Brazil was the significant process of “peripherization” of a large part of the Brazilian population*» (CUNHA, 2002: 16). No entanto, a situação presente demonstra que ocorreram algumas mudanças no processo de crescimento da metrópole paulista, «*O crescimento da aglomeração metropolitana paulista abrangendo um raio de cerca de 150 km a partir da capital (...) se estendendo ao longo dos principais eixos rodoviários, conforma uma paisagem metropolitana que se apresenta fragmentada, embora constitua uma unidade. Essa aparência de fragmentos tem levado a interpretações equivocadas baseadas na ideia de aglomeração metropolitana apenas na perspectiva da concentração. Se a (...) concentração industrial, é que estruturou o aglomerado metropolitano, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole de São Paulo.*» (LENCIONI, 1994: 198)

⁵² «*The industrial metropolis is gradually becoming a tertiary one reaching more than 75% in 1998.*» (JACOBI, 2001: 20).

⁵³ «*O termo “metropolização” desvela o processo de constituição da metrópole, hoje, um processo que contempla a extensão da constituição da sociedade urbana traduzida enquanto prática sócio-espacial*» (CARLOS, 2003: 78)

Aquele período ficou (...) *profundamente marcado pela forte concentração do dinamismo industrial na região Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo, que atraiu os grandes contingentes de migrantes vindos principalmente dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Ceará, motivados, em geral, pela possibilidade de rendimentos no mercado de trabalho formal e informal dinamizado pelas altas taxas de crescimento econômico verificadas no período.*» (ROLNIK e NAKANO, 2000: 106)

Actualmente o Estado de São Paulo e, nomeadamente, a sua Região Metropolitana, continua a ser a área economicamente mais dinâmica do país, com maior concentração de riqueza; contudo existem problemas que serão estudados e aprofundados em detalhe ao longo do presente capítulo.

Em síntese, concordamos com a afirmação de que a «*A cidade de São Paulo continua sendo (...) o pólo nacional. Todavia, enquanto ascendem as atividades terciárias e de serviço, a indústria continua crescendo em terra paulista, embora sua velocidade seja mais menor. São Paulo mantém sua posição hierárquica sobre a vida económica nacional. Se ela perde o seu poder industrial, aumenta o seu papel regulador graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões. É a conjugação desses três dados que permite à metrópole paulista renovar o seu comando em todo o território brasileiro.*» (SANTOS e SILVEIRA, 2001: 269)

3.2.2. São Paulo como “Cidade Global”

Conforme tivemos oportunidade de referir no anterior sub-capítulo, São Paulo, face ao seu “gigantismo” económico e demográfico, é a Metrópole brasileira por excelência. No entanto a importância da Cidade de São Paulo extravasa as fronteiras nacionais, assumindo-se como a Metrópole de maior importância ao nível de toda a América Latina e podendo constituir mesmo aquilo que se tem vindo a designar por “*Cidade Global*”.

“*Cidades globais*” são cidades que possuem um razoável grau de influência no mundo, segundo Saskia Sassen, pode-se considerar que algumas das características básicas das cidades globais são:

- Familiaridade internacional: uma pessoa diria *Paris*, e não *Paris, França*.
- Influência e activa participação em eventos internacionais. Por exemplo, a cidade de Nova Iorque é a sede da ONU, Bruxelas a sede da OTAN.
- Uma grande população, onde a cidade global é centro de uma área metropolitana de pelo menos um milhão de habitantes, muitas vezes de vários milhões de habitantes.
- Um aeroporto internacional de grande porte, que serve como base para várias linha aéreas internacionais.

- Um sistema avançado e eficiente de transportes que inclui vias expressas, auto-estradas e sistemas de transporte público.
- Sedes de grandes companhias, como conglomerados e multinacionais.
- Uma bolsa de capitais, que possua influência na economia mundial.
- Presença de redes multinacionais e instituições financeiras de grande porte.
- Multiculturalismo.
- Infra-estrutura avançada de comunicações.
- Presença de grandes instituições de arte como museus. (SASSEN, 1991)

Segundo Jordi Borja e Manuel Castells, a definição de “*Cidade Global*” deve considerar que «(...) *el requisito indispensable es la constitución de un nodo urbano de gestión de servicios avanzados organizados, invariablemente, en torno a un aeropuerto internacional; un sistema de telecomunicaciones por satélite; hoteles de lujo, con seguridad adecuada; servicios de asistencia secretarial en inglés; empresas financieras y de consultoría con conocimiento de la región; oficinas de los gobiernos regionales y locales capaces de proporcionar información e infraestructura de apoyo al inverso internacional; un mercado de trabajo local con personal cualificado en servicios avanzados e infraestructura tecnológica.*» (BORJA e CASTELLS, 1997: 37)

Segundo BEAVERSTOCK, SMITH e TAYLOR (2000), as “*ciudades globais*” podem ser hierarquizadas em três níveis: *alfa*, *beta* e *gama*:

- *Cidades globais alfa*: São as cidades mais influentes no cenário mundial. As atuais cidades alfa são Nova Iorque, Paris, Londres, Tóquio, Chicago, Frankfurt, Hong Kong, Los Angeles, Milão e Singapura.
- *Cidade globais beta*: Cidades que possuem um certo grau de influência no cenário mundial. São elas: Bruxelas, Madrid, Cidade do México, Moscovo, São Francisco, São Paulo, Seul, Sidney, Toronto e Zurique.
- *Cidades globais gama*: Cidades que possuem um limitado grau de influência no cenário mundial. São elas: Amsterdão, Atlanta, Bangcock, Barcelona, Berlim, Boston, Budapeste, Buenos Aires, Caracas, Copenhaga, Dallas, Dusseldorf, Estocolmo, Genebra, Hamburgo, Houston, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Kuala Lumpur, Manila, Melbourne, Miami, Minneapolis, Montreal, Munique, Osaka, Pequim, Roma, Santiago do Chile, Taipé, Varsóvia, Washington DC e Xangai.

O papel das “*ciudades globais*” pode ser interpretados sobre duas lógicas:

- «*Una lógica espacial, que distingue dos enfoques teóricos: el enfoque territorial, el cual interpreta la ciudad como un “lugar” dentro de un espacio bidimensional, y el enfoque de red, que interpreta la ciudad como nudo de una red global de relaciones transterritoriales; y*

- *Una lógica cognitiva, referida a las distintas racionalidades implicadas en el comportamiento de los agentes económicos (...): una racionalidad sustantiva que conlleva un enfoque funcional, para optimizar entre alternativas perfectamente conocidas, y una racionalidad “procesual”, que implica un enfoque simbólico, típico de una situación de información imperfecta y de incertidumbre planeando sobre las alternativas, sobre los movimientos de los actores y sobre los posibles resultados de las decisiones presentes. En esta última situación, las decisiones están vinculadas a rutinas establecidas, a la coordinación previa entre actores, a representaciones, códigos y símbolos comunes.» (CAMAGNI, 2002: 222-223)*

No entanto torna-se importante distinguir “*ciudades globais*” de “*megacidades*”. As primeiras são os centros nevrálgicos da parte globalizada da economia mundial. Já as últimas estariam excluídas dessa rede. As primeiras caracterizam-se pela concentração das funções de comando e/ou coordenação das empresas transnacionais e pela correspondente oferta de variados serviços de padrão mundial. As segundas, por seu lado distinguem-se pela concentração de grandes contingentes populacionais e por uma oferta precária de serviços e equipamentos de uso colectivo.

As “*megacidades*” predominam nos países em desenvolvimento. As “*ciudades globais*”, por sua vez, constituem um grupo selecto de centros urbanos, a maior parte deles localizada nos países desenvolvidos. Fazem parte da lógica da globalização, que dispersa e fragmenta o processo produtivo ao redor do globo e por isso mesmo exige a concentração das funções de comando e articulação em alguns pontos do planeta.

Posto isto, e face às suas características socio-económicas é possível que no caso de São Paulo, nela possam coexistir estes dois “tipos” de cidades.

São Paulo é a maior cidade do Brasil – a décima economia mundial – e a terceira maior metrópole do mundo, sendo a maior da América Latina. Em termos globais, podemos afirmar que «*São Paulo reproduz o modelo de crescimento pela desigualdade, embora seja a capital econômica do Brasil e o centro industrial mais importante da América Latina. (...) é também (...) a cidade dos contrastes, onde o sucesso, medido em termos de crescimento económico e de modernização, caminha junto com a acumulação de pobreza (...).*» (SACHS, 1999: 47). Também Jacobi refere que «*São Paulo’s growth has created urban patterns similar to those in other Latin American cities, characterized by large disparities in health, social and economic status.*» (2001: 20).

Para além destes problemas, São Paulo é também uma das cidades mais cosmopolitas do mundo, vivem nela pessoas provenientes ou descendentes da maior parte dos países e de várias raças. São Paulo é uma cidade plural do ponto de vista étnico, cultural, religioso, económico e político. O cosmopolitismo e

universalismo convivem e não anulam as singularidades e as especificidades de cada cultura, de cada raça, de cada religião.

A maior metrópole da América Latina permite que sobrevivam comunidades antigas e novas, identidades culturais específicas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras. A tensão entre a solidão individual e a vida colectiva, entre comunidade e indivíduo, cria uma ebulição cultural e psicológica que faz a cidade palpitar de forma ininterrupta.

A dinâmica urbana brasileira dos dias actuais não procura urbanizar espaços rurais ou desenvolver novas cidades, pelo menos de uma maneira semelhante à registada nas décadas de 60 e 70, fruto das migrações internas. Esse processo já está consolidado. A questão agora é “metropolizar” os espaços urbanos existentes: trata-se de imprimir-lhes características da metrópole uma vez que muitas actividades, até então exclusivas, necessitam de ser realizadas fora dela para que a reprodução do capital continue a verificar-se.

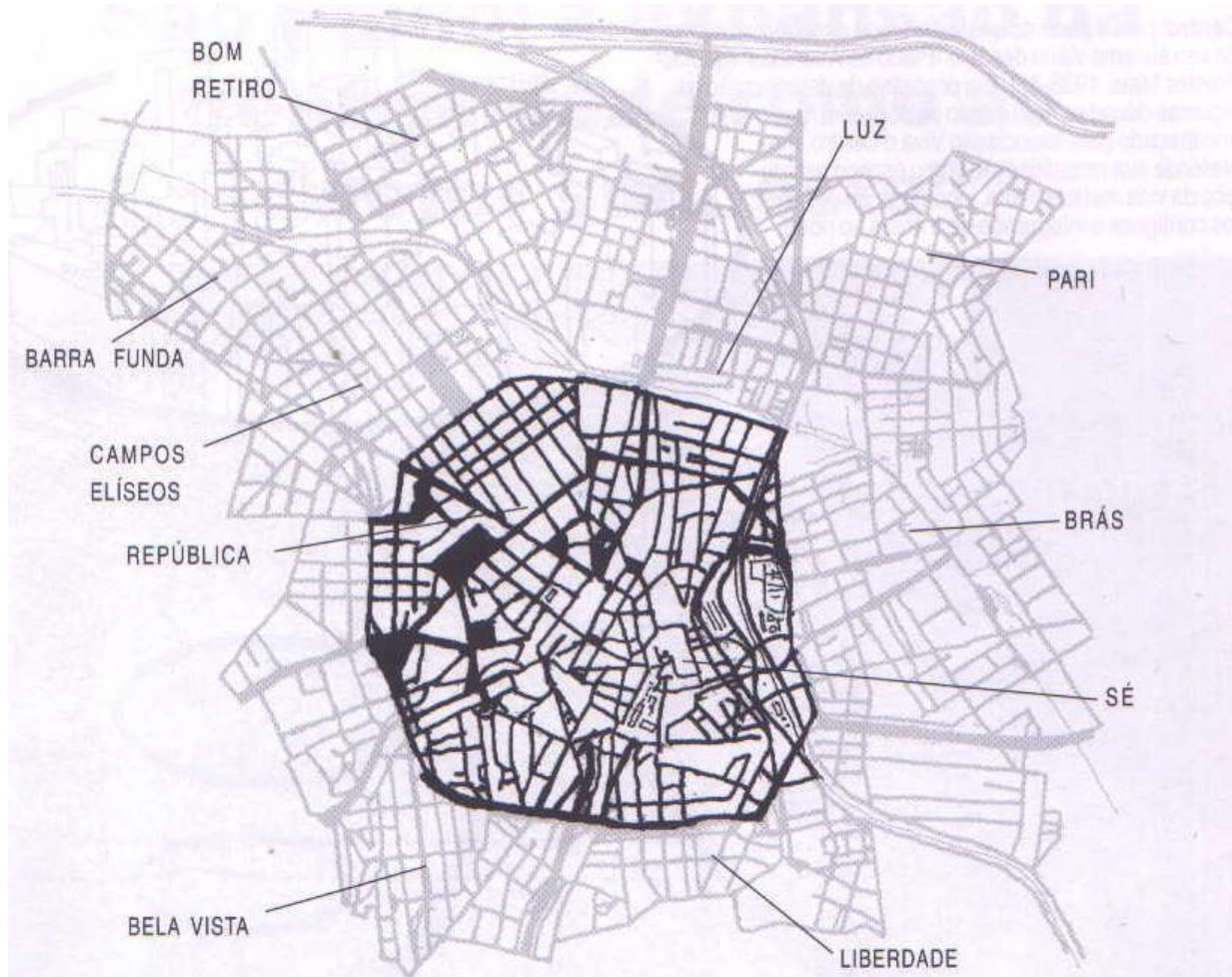
Em síntese, podemos afirmar que, pelo seu cosmopolitismo, pelo seu comércio, pelo vigor de seus sectores de serviços e indústria, pela diversificação e qualificação de sua mão-de-obra trabalhadora, pelo lazer, pela sua cultura, pelos seus agregados de saber, ciência e tecnologia e pelos seus centros financeiros, São Paulo é uma “*cidade global*”.

Mas ao ser uma “*cidade global*” não faz com que ela deixe de ser também uma síntese do Brasil. Aqui se condensam os históricos problemas urbanos das cidades brasileiras não planeadas. Multiplicam-se os graves problemas das favelas e da pobreza das grandes cidades. Agravam-se os problemas do trânsito automóvel e do transporte colectivo, ao mesmo tempo que se aprofundam os problemas da violência, do saneamento básico e da habitação⁵⁶.

São Paulo é considerada como uma “*cidade global*”, mas o seu território é limitado, a “*cidade global*” situa-se apenas em determinadas parcelas do município. Trata-se do território que concentra a maioria das sedes dos bancos e das multinacionais, actualmente concentrada em três eixos ou pólos principais: Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e Avenida Luiz Carlos Berrini/Marginal Pinheiros. Certamente que há outros pólos menores, e o próprio centro histórico, ao redor da Sé, também pode ser considerado como parte desta “*cidade global*” com os seus bancos e Bolsa de Valores.

⁵⁶ Para uma análise sintética destas problemáticas ver, por exemplo, a Dissertação de Doutoramento de LÚCIO (2003).

Figura 9 – Os “Centros” da Cidade de São Paulo



A área central de São Paulo englobando o Centro - distritos da Sé e República - e os bairros: Luz, Bom Retiro, Barra Funda, Campos Elíseos, Bela Vista, Liberdade, Brás e Pari.



O sub-centro da região da Av. Paulista



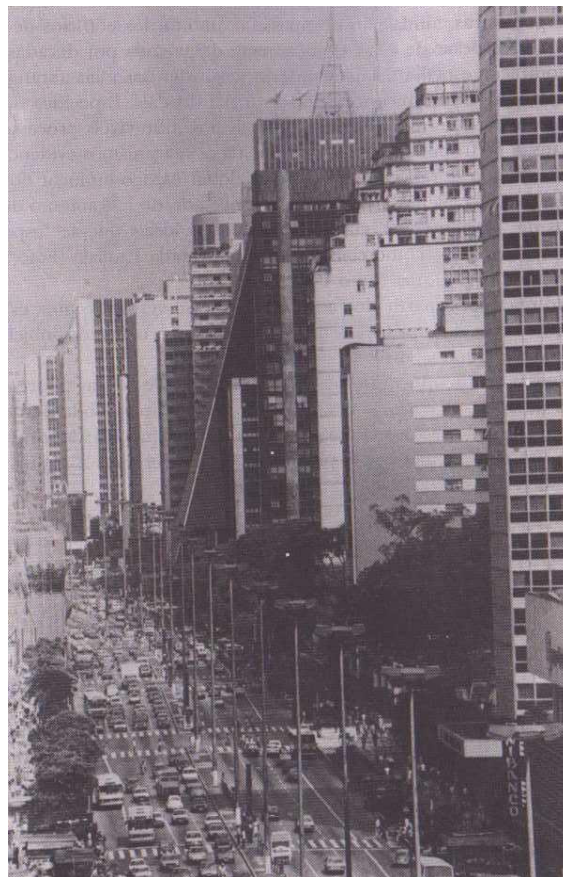
O sub-centro em torno da Av. Luiz Carlos Berrini e da Marginal Pinheiros

Figura 10 – Aspecto da Paisagem Urbana do Centro de São Paulo



Fonte: FRÚGOLI JR. (2000)

Figura 11 – Avenida Paulista



Fonte: SOUZA (1994: 120)

Figura 12 – Avenida Paulista



Fonte: FRÚGOLI JR. (2000)

Figura 13 – Avenida Faria Lima



Fonte: SOUZA (1994: 121)

Figura 14 – Avenida Luiz Carlos Berrini



Fonte: SOUZA (1994: 118)

Figura 15 – Pólo terciário moderno ao longo da Marginal Pinheiros



Fonte: FRÚGOLI JR. (2000)

Figura 16 – Pólo terciário moderno ao longo da Marginal Pinheiros



Fonte: FRÚGOLI JR. (2000)

Figura 17 – Centro Empresarial na Marginal Pinheiros



Fonte: SOUZA (1994: 117)

Os três territórios citados são emblemáticos porque concentram as funções e serviços característicos das “*ciudades globais*”. Contudo, eles são fruto de evoluções históricas diferenciadas.

A Avenida Paulista, sede dos casarões dos “*barões do café*” na primeira metade do século XX, aos poucos transformou-se em sede de serviços e no “centro cívico” da cidade, no lugar de maior visibilidade para todo o tipo de manifestações públicas, dos protestos políticos aos eventos culturais.

A Avenida Faria Lima ganha destaque no cenário da cidade a partir do final da década de 60, com a emergência do “*Shopping Center*” como o principal “templo” de consumo da classe média emergente, expresso na criação do Shopping Iguatemi. A Faria Lima foi impulsionada pela expansão dos escritórios, principalmente das empresas multinacionais que se instalaram no país após 1964.

A Avenida Luiz Carlos Berrini representa um outro momento histórico, nos anos 90, e um novo vector da expansão urbana paulista. A arquitectura arrojada de seus edifícios é “típica” das “*ciudades globais*”. Cada prédio é um “mundo próprio”, ligado com o resto do planeta via cabos e conexões multimédia e informáticas.

Contudo, nestes territórios também há pobreza, miséria ou fome, uma das características das “*ciudades globais*” é a coexistência, no mesmo espaço central, de profissionais “globalizados” e de excluídos, de empregados e desempregados. Olhando para além dos “*arranha-céus*” pós-modernos de São Paulo pode ver-se o bairro do Morumbi ou as Favelas do Real Parque do outro lado do Rio Pinheiros, a Favela Panorama e outras, num contraste que revela não apenas as diferenças sociais existentes no Brasil mas também as diferenças entre “*ciudades globais*” como São Paulo e Cidade do México e “*ciudades globais*” como Nova Iorque, Londres ou Tóquio⁵⁷.

De facto, muitos autores defendem que São Paulo, ainda que conectada marginalmente aos fluxos transnacionais de investimentos, pessoas e empregos, é uma “*cidade global*”.

De acordo com Zeuler Lima, a definição de “*cidade global*” de Saskia Sassen (SASSEN, 1991) traduz a expansão da economia empresarial numa escala transnacional. Ela exige a construção de centros económicos específicos, eliminando a representação tradicional da cidade, criando enclaves de concentração de recursos financeiros e tecnológicos. (LIMA, 2005). Estas áreas pontuais dentro do território de muitas das cidades contemporâneas materializam a dimensão local onde os processos globais ocorrem. Esses enclaves precisam de ser equipados como pontos ou nós estratégicos que concentram tanto a infra-estrutura física, de comunicação e de informação, como mercados qualificados de funcionários e de consumidores. Oferecem o cenário urbano de excelência, marcado por uma arquitectura empresarial neutra e internacional e uma arquitectura residencial e espaços urbanos altamente controlados e privatizados (i.e. condomínios privados).

⁵⁷ Não obstante, estas cidades também apresentarem elevados quantitativos de população pobre e indigente.

Na opinião de Zeuler Lima, o que a criação de enclaves urbanos globais significa, no final de contas, é que a rede heterogénea de cidades que controla a economia global requer uma distribuição territorial homogénea e semelhante de equipamentos e de elementos simbólicos para que ela possa funcionar eficientemente. Em outras palavras, nos enclaves globais, valoriza-se mais a relação entre eles do que a relação com o tecido urbano em que eles se inserem. A contextualização urbana, cultural e ambiental, cede lugar à reprodução de tipologias urbanas e arquitectónicas que respondem às necessidades de comando da economia global. (LIMA, 2005) Contudo, «*devemos ter em mente que a cidade tem a sua própria materialidade e que esta não pode ser reduzida simplesmente à questão da globalização.*» (SASSEN, 2004: 42)

Neste sentido, parece-nos que uma cidade, ao modernizar-se no sentido de caminhar para uma “*Cidade Global*”, corre o risco de perder parte da sua “identidade”, podendo mesmo caminhar no sentido de se tornar um “*não-lugar*”⁵⁸ de grande dimensão. Deste modo, cabe aos poderes políticos locais recorrer a instrumentos de intervenção territorial, como o Planeamento Estratégico, de forma a que os diferentes actores locais possam conciliar a modernização arquitectónica e infra-estrutural “exigida” pela “*Cidade Global*”, com a manutenção das características próprias de cada urbe e que lhe conferem um carácter específico e diferenciado.

A Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos finais dos anos 80, passou incorporar-se de forma mais nítida na dinâmica da globalização. As relações com o sistema urbano nacional tornaram-se relativamente mais fluidas, enquanto as relações estabelecidas com as redes internacionais de cidades passaram a assumir importância crescente⁵⁹. Essa nova situação cedo se fez acompanhar de mudanças profundas no interior da própria metrópole, tanto que algumas das actividades aí desenvolvidas parecem estar fora de qualquer relação com o território nacional, ligando-se directamente ao cenário global. Segundo Saskia Sassen, «*A economia global, na realidade, é uma rede de grandes cidades (...) especialmente, no plano das funções de coordenação e operação desses sistemas globais (...), ou seja, um espaço que exclui a grande maioria dos trabalhadores, a grande maioria das empresas, a grande maioria dos lugares, inclusive cidades. Essa geografia estratégica tem impactos que vão além de seus próprios limites, mas na realidade o processo de implementação é um*

⁵⁸ Trata-se de espaços sem história e sem identidade, por onde as pessoas passam como meros utentes, sem grande interacção com os mesmos. Salas de espera de aeroportos, bombas de gasolina, restaurantes de estrada e hotéis de passagem, com os seus quartos, recepção e a sala de estar uniformizados. Não obstante e paradoxalmente é aqui que um estrangeiro, perdido num país que não conhece, se encontra, uma vez que a “linguagem visual” é uniformizada e, portanto, universal.

⁵⁹ Neste sentido Philip Gunn e Daniel Van Wilberode afirmam que «*algumas cidades como Nova York, Tóquio, Londres, São Paulo, Rio de Janeiro, Toronto, Chicago, Sydney, entre outras, se desenvolveram em “espaços” de mercados internacionais. Vista a forma pela qual tais cidades progrediram, elas parecem, para alguns autores, ter mais em comum umas com outras do que com centros regionais nos seus próprios Estados-nação.*» (GUNN e VAN WILBERODE, 2004: 115)

processo muito estratégico quanto aos espaços geográficos, até mesmo em relação à geografia nacional.» (SASSEN, 2004: 46-47)

A formação destes enclaves urbanos em São Paulo torna certamente a cidade mais poderosa economicamente, mas também faz com que a segregação espacial e social se torne mais evidente. O desenvolvimento da área sul do rio Pinheiros e ao longo da Avenida Luiz Carlos Berrini é o caso mais claro desse processo na cidade, seguido pelas tentativas de renovar a Avenida Paulista e o centro histórico de São Paulo.

Segregação e isolamento espacial, assim como conflitos sociais, marcam crescentemente a imagem de São Paulo, em que violência urbana quotidiana é disso exemplo.

Contudo, devemos considerar que a segregação dá-se mais a nível da habitação, do que a nível “profissional”. De facto, áreas como a Avenida Paulista e o Centro Histórico, são frequentemente “invadidas” por vendedores ambulantes (“*camelôs*”), pedintes e sem-abrigo.

Não se trata pois de um fenómeno novo, exclusivo dos processos recentes de globalização. Conforme tivemos oportunidade de referir no presente capítulo, a inserção periférica do Brasil no sistema-mundo produziu discrepâncias internas entre as formas espaciais e sociais nas cidades brasileiras, particularmente em São Paulo.

Segundo Wagner Iglesias «(...) *reapresentam-se os conhecidíssimos esquemas que confundem negócios privados e a coisa pública (...). A construção da “nova cidade” que surge em São Paulo reúne a antiga prática da expulsão, pelo Estado, das populações de baixa renda estabelecidas em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário, a forma casuística de interpretação da legislação, de acordo com os grandes interesses, o aliciamento de lideranças populares, a aquiescência da mídia e a desinformação e/ou a indiferença da opinião pública.» (IGLESIAS, 2002: 166)*

O desenvolvimento sem planeamento urbanístico da Avenida Luiz Carlos Berrini demonstra um fenómeno tradicional da expansão urbana de São Paulo que é a criação de avenidas imobiliárias e verticalizadas. Esse fenómeno é, ainda, um resquício histórico do processo iniciado com a realização incompleta do Plano de Avenidas de Prestes Maia no final da década de 1930.

Segundo João Whitaker Ferreira, «*seria razoável supor que São Paulo aparecesse, quanto aos atributos característicos de uma “cidade-global”, ao menos entre as 20 mais importantes cidades do planeta. Entretanto, em classificações feitas pelos estudiosos das cidades-globais (...) seu aeroporto sequer era um dos 25 maiores do mundo (...), ela não aparecia entre os 25 mais importantes “pares” de origem-destino no tráfego internacional de passageiros, enquanto que metrópoles periféricas menores e de países de economia menor, como Cingapura, Bangkoc, ou o Cairo figuravam nessa lista. São Paulo tampouco estava entre os 25 maiores destinos dos fluxos mais intensos de telecomunicações, nem seu porto era um dos 25 maiores do mundo quanto ao volume de containers.*» (FERREIRA, 2003: 3).

Não obstante consideramos que, face à performance económica favorável do Brasil nos últimos anos, São Paulo melhorou significativamente os seus indicadores económicos, de transporte aéreo e de telecomunicações, de forma a ser considerada uma “*Cidade Global*” de pleno direito.

Por outro lado, o pressuposto de que as “*cidades globais*” são cidades orientadas para o terciário, nomeadamente o terciário superior (ou “*quaternário*”), não se confirma no caso de São Paulo, «*Embora seja inegável que ocorreu nas últimas décadas alguma diminuição da indústria na cidade de São Paulo, (...) não há indícios significativos para afirmar que a cidade esteja passando por um processo efetivo de transição para uma economia terciária, quanto menos “terciária de ponta”. (...) São Paulo, assim como ocorre em qualquer grande metrópole, sempre teve predominância dos setores de comércio e serviços, característicos de grandes aglomerados de pessoas. (...) por outro lado sempre se caracterizou por receber em seu território atividades terciárias “de comando”, simplesmente pelo fato da cidade ser, desde a mesma década de 50, o principal pulmão do crescimento económico do país e do continente. (...) e fica difícil entender qual a novidade – equiparando-se o peso que as inovações tecnológicas dos edifícios tinham em cada época – de uma concentração de edifícios terciários modernos na região da Marginal Pinheiros, nos dias atuais, em relação à concentração de novos e modernos (para a época) edifícios na avenida Paulista da década de 70, em grande parte ocupada, aliás, também por sedes de empresas multinacionais.*» (FERREIRA, 2003: 4)

A nova “*centralidade terciária*” de São Paulo na verdade não tem uma concentração significativa de empresas do terciário, o que existe é «*(...) o seu espraiamento na cidade. De fato, se considerarmos que as regiões da Paulista e da Marginal Pinheiros reúnem apenas 5,66% (3,46% + 2,20%) das empresas do “terciário avançado” situadas na cidade de São Paulo (...).*» (FERREIRA, 2003: 5). Também Philip Gunn e Daniel Van Wilberode constataram que «*nos anos 1980 e 1990 as novas formas de crescimento do comércio e dos serviços não são mais territorialmente restringidas mas se espalham ao longo dos vales do rio Pinheiros e do rio Tietê. Concomitantemente, mais uma nova centralidade surge ao longo da Avenida Luís Carlos Berrini e novas ilhas de consumo da classe média aparecem em diversos lugares policêntricos do tecido metropolitano*» (GUNN e VAN WILBERODE, 2004: 134)

Em resumo, podemos considerar que, não obstante alguns indicadores negativos, São Paulo é uma verdadeira “*cidade global*”. De facto, a cidade mais importante da América Latina tem vindo a apresentar

um fortalecimento significativo dos modernos sectores económicos ligados à economia global capaz de enquadrar plenamente nos “cânones” do modelo teórico das “*ciudades globais*” (SASSEN, 1991). Por outro lado, a tentativa de construir as infra-estruturas físicas necessárias à proclamada “*cidade global*” conduziu a expropriações, mais ou menos coercivas, das populações pobres, aumentando a exclusão social e a segregação territorial e reforçando a “complexidade desconexa” da metrópole paulista.

Não obstante, «*la ciudad global no es Nueva York, Londres o Tokio, aunque sean los centros direccionales más importantes del sistema. La ciudad global es una red de nodos urbanos de distinto nivel y con distintas funciones que se extiende por todo el planeta y que funciona como centro nervioso de la nueva economía, en un sistema interactivo de geometría variable al cual deben constantemente adaptarse de forma flexible empresas y ciudades. El sistema urbano global es una red, no una pirámide.*» (BORJA e CASTELLS, 1997: 43)

Na perspectiva de Sueli Ramos Schiffer, «*ainda que se constate que a cidade de São Paulo detenha a centralidade económica e financeira do Mercosul, podendo assim ser incluída entre as “ciudades globais”, a manutenção dessa situação requer investimentos públicos de porte, visando dotar de infra-estrutura e políticas sociais adequadas toda a Região Metropolitana de São Paulo, enfrentar questões como poluição, violência, trânsito, além de implementar projetos de revitalização de áreas específicas*» (SCHIFFER, 2004: 192).

3.2.3. Caracterização dos Municípios de São Paulo e do ABCD

No âmbito da presente Dissertação, e tendo em linha conta o enquadramento teórico e o caso de estudo, apresentaremos agora uma breve caracterização dos Municípios de São Paulo e do ABCD, que, conforme temos vindo a referir, compreende os Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

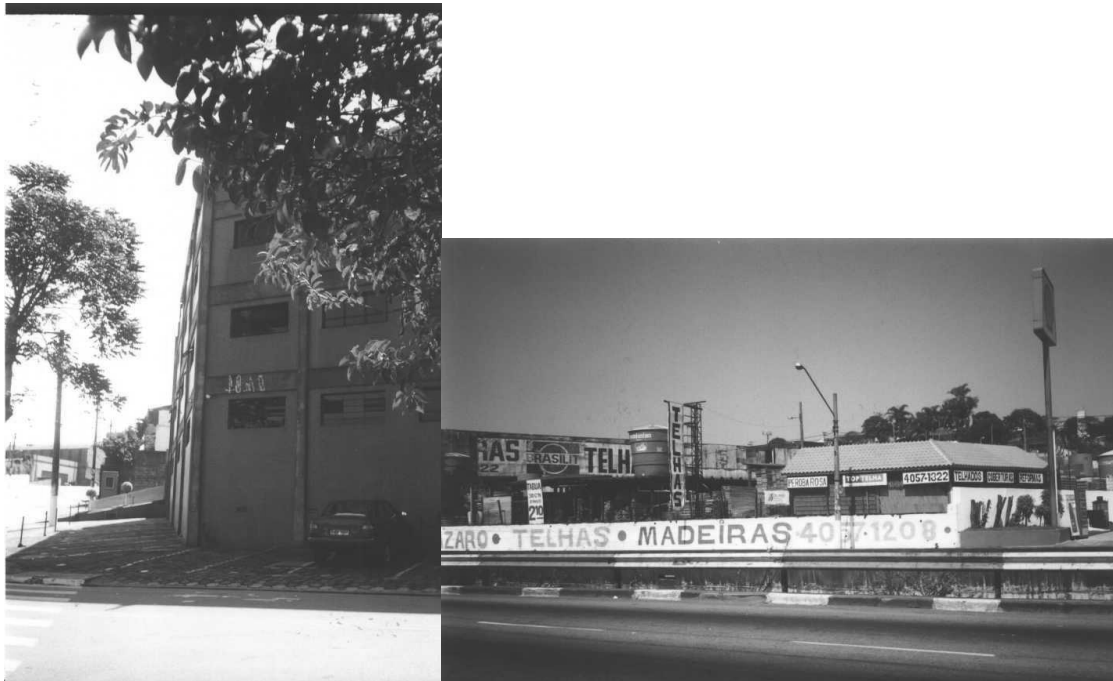
A evolução do crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo acompanhou, em linhas gerais, o seu desempenho económico. Conforme tivemos oportunidade de referir num sub-capítulo anterior, desde fins do século XIX até meados de 1970, regista-se uma crescente concentração de actividades produtivas, consequência de um processo que determinou a sua liderança no cenário económico nacional. Processo esse que foi iniciado com a produção cafeeira no século XIX e fortalecido com a implantação da industrialização pesada nos anos 1950 do século XX, no município de São Paulo e, principalmente, nos municípios vizinhos do ABCD.

Figura 19 – “Via dos Imigrantes” na fronteira entre Diadema e São Bernardo do Campo



Fonte: LÚCIO (2003)

Figura 20 – Exemplos de fábricas em Diadema



Fonte: LÚCIO (2003)

Figura 21 – Prefeitura de Diadema



Fonte: LÚCIO (2003)

Figura 22 – Grande superfície comercial em Diadema



Fonte: LÚCIO (2003)

Figura 23 – Fábrica de material de construção civil em Diadema



Fonte: LÚCIO (2003)

O Município de São Paulo representa 58,4% dos residentes na RMSP. Em conjunto com os sete municípios do ABCD abrange 71,5% da população residente na referida Região Metropolitana, com uma densidade populacional cerca de duas vezes e meia superior à média metropolitana.

Quadro 5 – População Residente e Densidade Populacional nos Municípios em estudo em 2001

	População residente em 2001	Área (Km²)	Densidade Populacional
Diadema	357064	31	11518,2
Mauá	363392	62	5861,2
Ribeirão Pires	104508	99	1055,6
Rio Grande da Serra	37091	37	1002,5
Santo André	649331	175	3710,5
São Bernardo do Campo	703177	406	1732,0
São Caetano do Sul	140159	15	9343,9
São Paulo	10435546	1523	6852,0
TOTAL	12790268	2348	5447,3
São Paulo (Reg. Metrop.)	17878703	8051	2220,7
São Paulo (Estado de)	37035455	248209,4	149,2

Fonte: IBGE – Censo 2000 e Sumário de Dados da Grande São Paulo, 1994 (www.ibge.gov.br)

Os dados mais recentes sobre a população residente são de 2004. No período em causa o único município em que se registou diminuição da população residente foi São Caetano do Sul, o que poderá estar relacionado com a reduzida dimensão do município e a sua elevada densidade demográfica que podem surgir como factores de repulsão da população. Os municípios em que se registaram maiores taxas de crescimento são precisamente os mais “recentes” e menos industrializados/urbanizados em termos do ABCD (Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e São Bernardo do Campo. No caso de São Bernardo da Serra não será de negligenciar o facto de ser este o município que possui uma das maiores bacias de emprego (potencial) da região, fruto de ai se localizarem a maioria das fábricas de automóveis.

Quadro 6 – População Residente nos Municípios em estudo entre 2001 e 2004

	População residente em 2001	Popul. (estimada.) em 2004	Variação da Pop. (2001-04) (%)
Diadema	357064	383629	7,4
Mauá	363392	398482	9,7
Ribeirão Pires	104508	114473	9,5
Rio Grande da Serra	37091	40780	9,9
Santo André	649331	665923	2,6
São Bernardo do Campo	703177	773099	9,9
São Caetano do Sul	140159	135357	-3,4
São Paulo	10435546	10838581	3,9
TOTAL	12790268	13350324	4,4
São Paulo (Estado de)	37035455	39825226	7,5

Fonte: IBGE – Censo 2000 e Estimativas da População (www.ibge.gov.br)

Por outro lado, os níveis de crescimento demográfico na RMSP não deixam de ser bastante menores do que aqueles que caracterizaram as décadas de 50 e 60. Com a queda do ritmo de crescimento demográfico, entre outras razões, surge um novo padrão de urbanização. Passa-se a ter um preenchimento de vazios urbanos, densificando e consolidando áreas urbanas já existentes, por oposição à “clássica” ocupação e incorporação de novas áreas na periferia da cidade. As maiores taxas de crescimento continuam a ser na periferia, mas essencialmente no interior da área já urbanizada, e não pela procura de áreas cada vez mais periféricas como anteriormente. Em consequência, existe uma tendência para a homogeneização, ou seja, para uma queda na diferenciação da estrutura urbana como um todo.

Considerando a componente rendimento e apesar da média de rendimento mensal dos oito municípios em estudo ser semelhante à média estadual, existem grandes diferenças entre os municípios em análise. É o caso de Rio Grande da Serra, cujo rendimento médio mensal de 493 Reais é quase três vezes inferior ao de São Caetano do Sul com 1366 Reais. Por outro lado, não se deve estranhar que São Paulo, apesar de ser a metrópole que referimos e com “aspiração” a “*cidade global*”, não tenha o rendimento médio mensal mais elevado. De facto devemos considerar as grandes “manchas” de pobreza existentes no município paulistano, nomeadamente se considerarmos o elevado número de habitantes que residem em “*favelas*” e “*cortiços*”⁶⁰.

⁶⁰ Para uma análise dos problemas e das condições de vida dos residentes nestas tipologias de habitação no município de São Paulo ver LÚCIO (2003: 229-249) e SALVADOR (2004a: 56-59).

Quadro 7 – Rendimento médio mensal das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade nos municípios em estudo em 2001

	Reais
Diadema	634,91
Mauá	632,55
Ribeirão Pires	771,08
Rio Grande da Serra	493,05
Santo André	986,09
São Bernardo do Campo	1027,08
São Caetano do Sul	1366,39
São Paulo	1175,52
MÉDIA	885,83
São Paulo (Estado de)	873,04

Fonte: IBGE – Censo 2000 (www.ibge.gov.br)

Enquanto enquadramento espacial da nossa análise apresentamos, de forma resumida, algumas características da indústria transformadora no Estado de São Paulo, com o objectivo de destacar algumas diferenças sectoriais da indústria neste território:

- 1) Por um lado, na «(...) *estrutura da indústria paulista: os setores de maior geração de valor não têm a mesma participação na ocupação, o que provoca um descompasso entre emprego e geração de riqueza.*» (ver quadro 8)
- 2) Outro aspecto reside no «(...) *porte das empresas: [uma vez que] há um grande distanciamento dos padrões tecnológico, de gestão dos recursos humanos, de inserção no mercado externo, desempenho inovador e participação do capital estrangeiro entre as empresas pequenas e médias e as grandes.*»
- 3) Em termos espaciais, «*o adensamento da atividade industrial na Região Metropolitana de São Paulo e na região localizada no seu entorno (...) faz com que este espaço detenha 90% do valor adicionado da actividade industrial. [Porém] este espaço não é homogêneo, já que a estrutura de cada região possui especificidades, como é o caso (...) do Município de São Paulo, com uma enorme concentração da indústria editorial e do vestuário; da indústria automobilística na região do ABC; da automobilística, química, têxtil e alimentícia em Campinas (...) e da química e metalúrgica em Santos. No interior do Estado, a preponderância é da agroindústria, importante para todas as regiões que compõem este espaço (...)*» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999a: 43)

Quadro 8 - Número de Empresas, Pessoal Ocupado e Valor Acrescentado das Empresas Transformadoras implantadas entre 1990-96 no Estado de São Paulo, por sector de actividade

	N.º de Empr. (%)	Valor Acresc. (%)	Pessoal Ocup. (%)
Indústria Extractiva	1,3	0,5	0,6
Alimentos e Bebidas	9,9	6,8	10,2
Têxtil	5,1	4,7	6,2
Vestuário e Acessórios	19,0	6,3	12,5
Couro e Calçados	4,0	1,8	4,7
Papel e Celulose	2,1	3,7	2,8
Edição, Impressão, Gravação	6,0	10,0	5,5
Refinação de Petróleo e Álcool	0,1	0,4	0,3
Produtos Químicos	4,0	11,9	5,5
Borracha e Plástico	6,1	9,3	7,8
Minerais Não-Metálicos	5,3	3,4	4,8
Metalurgia Básica	2,5	2,5	2,8
Produtos de Metal	9,8	7,9	8,2
Máquinas e Equipamentos	5,9	13,4	8,3
Máq. de Escritório e Equip. de Informática	0,3	1,3	0,7
Materiais Eléctricos	2,1	3,7	3,5
Material Electrónico e Comunicações	1,1	1,5	1,5
Eq. Ópticos, Médicos, de Autom. e Precisão	1,2	0,8	0,9
Automóveis	2,4	5,7	4,5
Outros Equipamentos de Transporte	0,4	0,5	0,6
Outras	11,4	3,9	8,1
TOTAL	100	100	100

Fonte: Fundação SEADE, *in* FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI (1999a: 40)

A percentagem do pessoal ocupado ao nível da indústria transformadora em relação à população residente é mais elevada nos Municípios de São Bernardo do Campo (onde se localiza a maioria das indústrias automóveis), de São Caetano do Sul e de Diadema (onde se localiza a maior parte das fábricas de componentes para automóveis), ou seja os municípios do núcleo mais “central”, mais “antigo” e mais consolidado do ABCD.

Quadro 9 – Número de Unidades e Pessoal Ocupado na Indústria Transformadora nos Municípios em estudo em 2004

	Ind. de transformação - n.º de unidades locais 2004	Ind. de transformação - pessoal ocupado total 2004	% do pessoal ocupado na ind. de transform. sobre popul. resid. 2004
Diadema	2019	56555	14,7
Mauá	870	21062	5,3
Ribeirão Pires	357	6809	5,9
Rio Grande da Serra	37	1124	2,8
Santo André	1984	32534	4,9
São Bernardo do Campo	2333	93398	12,1
São Caetano do Sul	1050	22685	16,8
São Paulo	52174	580801	5,4
TOTAL	60824	814968	6,1
São Paulo (Estado de)	155042	2429865	6,1

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2004 (www.ibge.gov.br)

No caso concreto do ABCD paulista e conforme se mencionou em subcapítulo anterior, «foi a implementação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos cinquenta, que deu à região o perfil de cinturão industrial da Grande São Paulo» (LEITE, 2000:88). Assim, o ABCD paulista irá configurar-se como uma das áreas mais dinâmicas do território brasileiro, sobretudo no domínio das actividades de transformação.

A concentração da actividade industrial na RMSP constitui um processo resultante de uma série de vantagens que passamos a mencionar:

- Existência de um mercado urbano mais evoluído, correspondente à Cidade e aos espaços periféricos de São Paulo;
- Presença de uma rede de comunicações com o exterior mais desenvolvida, de que é o exemplo o Porto de Santos⁶¹;
- Abundância de terreno disponível para implantação de estabelecimentos empresariais⁶²;
- Perfil de mão-de-obra com alguma qualificação e com baixos custos de reprodução.

Em consequência deste conjunto de vantagens⁶³, «instalou-se na região o parque industrial automotivo, constituído pelas montadoras de automóveis e suas fornecedoras de autopeças» (LEITE, 2000:88). Outro sector com,

⁶¹ De notar, porém, que o Município e o Porto de Santos já não se localizam na RMSP, mas sim na Região Metropolitana da Baixada Santista.

⁶² Actualmente fala-se muito de “Deseconomias de Escala” no ABCD, não tanto pela falta de terrenos livres em si, mas mais por questões relacionadas com o congestionamento rodoviário e a poluição.

«grande expressão no ABCD corresponde à indústria química, que gera mais de 15% do valor adicionado e 10% dos empregos na região.» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999a: 23)

A concentração de actividades produtivas neste centro, entre 1950 e 1970, foi de tal ordem que nesta última data a RMSP respondia por 42,2% do valor da transformação industrial nacional e por 74,6% do total estadual, cabendo ao município de São Paulo 64,0% do total metropolitano.

Quadro 10 – Importância relativa do VAB industrial em diferentes contextos territoriais (1960-85)

	RMSP no Brasil	Est. de S. Paulo no Brasil	RMSP no Est. de S. Paulo	Mun. de S. Paulo no Est. de S. Paulo	Mun. de S. Paulo na RMSP
1960	39,8	54,5	-	-	-
1970	42,2	56,6	74,6	46,6	64,0
1975	38,0	54,7	-	-	-
1980	32,9	52,4	-	-	-
1985	26,8	47,4	56,6	-	-

Fonte: SCHIFFER (2004) (org.), CD-ROM em anexo.

Tendo em conta o que temos vindo a enunciar, é possível afirmar que a reconfiguração espacial da economia brasileira, ocorrida entre as décadas de cinquenta e setenta do século passado, privilegiou um conjunto de espaços bem delimitados no território brasileiros correspondentes, em grande medida, aos oito municípios objecto de estudo. Em consequência deste padrão locativo de actividades, o Estado de São Paulo «representa, em 1980 aproximadamente 40% do produto nacional e abriga dos sectores mais modernos da economia do país» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999b: 3).

No período que decorre até ao final dos anos setenta, e num contexto de forte crescimento económico, «o ABC tornou-se o coração do milagre brasileiro, tendo como carro-chefe desse crescimento a indústria automobilística instalada na região que era responsável pela quase totalidade da produção nacional de automóveis.» (LEITE, 2000: 89)

Neste sentido, podemos considerar que a estruturação do ABCD paulista corresponde, pelo menos parcialmente, e tendo em consideração os contornos económicos e geográficos que assumiu no seu início e posterior desenvolvimento, ao desenvolvimento de um “distrito industrial”⁶⁴, com características próximas de uma “Mega Cluster” e com uma forte tendência para a localização e concentração de diversas actividades económicas que têm no fabrico de automóveis o seu sector “aglutinador”.

⁶³ Para uma análise das lógicas espaciais e imbricação do Projecto AutoEuropa em Palmela, Portugal, ver a Dissertação de Doutoramento de Mário Vale (VALE, 1999).

⁶⁴ Para considerações mais vastas acerca do conceito de “Distrito Industrial”, ver o Capítulo II da presente Dissertação.

No entanto, esta tese que defendemos não deve ser entendida como conclusão absoluta, isenta de debate e reflexão. Deste modo, o ABCD paulista poderá, também, ser considerado um pólo-motor de crescimento próximo de um conceito de inspiração *Keynesiana*. Neste sentido, a estruturação do ABCD corresponderia a uma área geográfica palco de grandes investimentos industriais, que despoletariam fenómenos de arrastamento intersectorial na malha produtiva da região. Nesta perspectiva, o ABCD poderá ser considerado como o elemento-chave de uma estratégia funcionalista na promoção do desenvolvimento, com uma aposta bem determinada em certos sectores produtivos e áreas geográficas⁶⁵.

Na sua génese, a formação do ABCD paulista beneficiou de vantagens territoriais compreendidas num modelo de organização de produção do tipo *fordista*, como sejam «*mão-de-obra abundante e barata, grandes volumes de recursos naturais e economias de escala*» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999b: 10). Deste modo, o poder atractivo desta região motivou a procura de espaços disponíveis para investimentos industriais. Em consequência, assistiram-se a alterações profundas nos padrões de uso do solo nos municípios envolvidos, com um aumento significativo de parcelas de território afectadas à indústria e à habitação.

A consolidação da nova estrutura territorial teve, no curto prazo, um conjunto de consequências positivas para a economia paulista, como seja a melhoria dos rendimentos e a modernização da actividade económica. No entanto, no longo prazo, este modelo de desenvolvimento «*será responsável pelo aparecimento de uma série de problemas ou desvantagens económicas (deseconomias de aglomeração) tais como: trânsito caótico, enchentes na época de chuvas, altos custos do porto de Santos, escassez e alto preço da água industrial, poluição ambiental, terrenos supervalorizados*» (LEITE, 2000: 89).

Assim, existem alguns elementos fragilizadores desta estrutura industrial e que contribuem para a incerteza que, nos dias de hoje, existe quanto às tendências de especialização do ABCD paulista:

- a) Em primeiro lugar, é importante referir o próprio quadro internacional em que as mudanças se estão a operar⁶⁶, isto é, nas décadas mais recentes, foi possível assistir-se à alteração da «*estrutura da paisagem económica, com a competitividade variável das actividades, nas diferentes regiões, a resultar em taxas de crescimento regional diferenciadas e num aumento das desigualdades espaciais*» (BENKO, 1996:126). Deste modo, embora o Estado de São Paulo mantenha «*diante das demais regiões brasileiras vantagens assinaláveis, como sejam: um parque produtivo já instalado; um mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada; infra-estruturas modernas, nomeadamente rodoviárias; concentração de universidades e centros de Investigação e*

⁶⁵ Face a esta estratégia, o ABCD poderia corresponder a uma área geográfica crucial para a estruturação de um núcleo-base irradiador de Desenvolvimento.

⁶⁶ De facto, «*nos últimos anos, com a consolidação do processo de abertura económica e a maior penetração de capitais estrangeiros na economia nacional, alguns segmentos passam a sofrer acirrada concorrência de produtos importados, o que levou a retrações na produção fiscal (...) [e] na estrutura produtiva paulista.*» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999a: 5)

Desenvolvimento; além uma rede de apoio à produção desenvolvida e consolidada.» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999b: 8), a repartição do investimento estadual com as restantes regiões administrativas do Estado de São Paulo parece estar a prejudicar o ABCD⁶⁷.

- b) Por outro lado, as “*deseconomias de aglomeração*”, associadas aos incentivos fiscais oferecidos por outros municípios paulistas e brasileiros⁶⁸ e à dificuldade crescente que os sindicatos têm vindo a colocar às empresas locais, “incentivam” a deslocalização de um número crescente de indústrias do ABCD⁶⁹ (LEITE, 2000: 89-90);

«Ao se percorrer as avenidas principais da região, percebem-se galpões vazios, onde já estiveram trabalhadores produzindo grande riqueza, ou espaços que, em vez de galpões, viraram hipermercados, shopping centers, lojas pequenas, etc. (...) Resta indagar se essa crise na região do ABC permanecerá. Acreditamos que não, pois se continuar seus efeitos serão desastrosos para a população local, já que o salário pago pelos supermercados, por exemplo, do setor terciário, é três vezes menor que um salário de um trabalhador semiqualficado numa montadora ou numa autopeças.» (CONCEIÇÃO, 2004: 278-279)

De facto, a questão das diferenças salariais entre os sectores de actividade é um problema acrescido, *«(...) os empregos criados no terciário não compensam quantitativamente em qualitativamente os perdidos na indústria (...) Há ainda uma questão séria ligada aos perfis profissionais, pois os requisitos para esse setor emergente não são os possuídos pelos desempregados oriundos do setor industrial.»* (ANAU, 2004: 285)

O seguinte quadro procura sintetizar alguns dos mecanismos de “*Guerra Fiscal*” utilizados pelos diferentes Estados de forma a atrair investimentos que conduzam à localização de fábricas de automóveis nos seus respectivos territórios. Não obstante esta competição pela atracção de

⁶⁷ Nos dias de hoje, utiliza-se a expressão “*custo ABC*” para designar as externalidades negativas que motivam uma retracção do investimento industrial nesta área. (LEITE, 2000: 89-90)

⁶⁸ Segundo o antigo Secretário-Adjunto do Teseouro Nacional, Marcelo Piancastelli *«existe portanto, um paradoxo importante: estados com situação financeira em sérias dificuldades, porém fazendo empréstimos para grandes multinacionais, em particular a indústria automobilística. Se atendermos esse procedimento para o contexto dos vários estados, teremos dezenas de exemplos.»* (PIANCASTELLI, 2004: 149)

Também do ponto de vista do Desenvolvimento Regional e Local a “*Guerra Fiscal*” demonstra ser ineficiente, *«dentre as razões para a ineficácia da renúncia fiscal como meio isolado para estimular o desenvolvimento endógeno sustentável, podem ser mencionadas: o reduzido efeito multiplicador sobre a economia local (...); o descompasso entre as taxas de rendimento dos novos empreendimentos e as das empresas já instaladas (...); a redução de expectativas quanto à estabilidade dos empreendimentos, pois muito dependem de subsídios governamentais que podem ser retirados (...) e, por fim, porém não menos relevante, os efeitos perversos sobre as finanças públicas regionais e locais, destruindo meios que poderiam ser utilizados na aplicação de outras políticas indispensáveis de desenvolvimento. (...) A guerra fiscal acaba, portanto, transformando-se em uma evidência contra a capacidade empreendedora dos governos regionais e locais. Ao invés de centrar esforços na criação de vantagens competitivas duradouras opta-se pelo caminho aparentemente mais fácil de cooptar investimentos em curto prazo, transferindo para o futuro os custos e as externalidades negativas.»* (COSTA e CUNHA, 2002: 6)

⁶⁹ Para uma análise dos processos de Reestruturação Industrial em Portugal e o seu impacto no emprego ver a Dissertação de Mestrado de Pedro Soares (SOARES, 2000).

investimento, conforme teremos oportunidade de referir, o ABCD continua a ser o principal pólo da indústria automóvel no Brasil.

Quadro 11 - Mecanismos de “Guerra Fiscal” entre Estados brasileiros com vista à atracção da indústria automóvel

Empresa	Local	Compromissos do Estado	Compromissos do município	Compromissos da Empresa	Compromissos do Estado e do município
VW	Resende-RJ	<ul style="list-style-type: none"> - construção de um centro de treinamento em Angra dos Reis; - extensão de um gasoduto até à fábrica; - remodelação do aeroporto de Resende; - melhoria dos acesso à fábrica; - concessão de terminal no porto de Sepetiba e áreas exclusivas no porto do Rio de Janeiro; - diferimento por 5 anos do ICMS, com redução de 40% na correcção monetária, sem juros. 	<ul style="list-style-type: none"> - isenção do IPTU, ISS e taxas por 10 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento de US\$ 250 milhões; - 50 mil camiões e autocarros por ano; - 1.500 empregos directos. 	
Toyota	Indaiatuba-SP		<ul style="list-style-type: none"> - oferta de terreno para a instalação de equipamentos de recepção de energia; - isenção de IPTU e demais impostos e taxas municipais por 10 anos; - a “montadora” pede a doação de mais um terreno de 250 mil m²). 		
Renault	São José dos Pinhais-PR	<ul style="list-style-type: none"> - participação de 40% do capital total da Renault do Brasil (o estado tornou-se sócio da empresa); - crédito (com valor não definido), vinculado ao faturamento da empresa com parcelas em 10 anos; - crédito (com valor não definido) vinculado ao investimento, com parcelas de 10 anos; - tecto dos empréstimos: US\$ 1,5 biliões; - desoneração do diferencial de alíquotas do ICMS na aquisição de bens de capital e ferramentas em outros estados; - diferimento de 100% do ICMS por 48 meses, sem juros e correcção pela Ufir, com validade também para fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> - isenção de IPTU por dez anos; - isenção do ISS por dez anos; - isenção de taxas por 10 anos; - isenções para os demais participantes do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - instalar a fábrica e cobrir 60% do capital; - gerar 1.500 empregos, após dois anos de funcionamento; - pagamento de US\$ 50 milhões pela desactivação da fábrica antes de 20 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - doação de terreno de 2,5 milhões de m²; - realização de obras de urbanismo e infraestrutura; - redução de 25% da tarifa de energia eléctrica; - construção de ramal ferroviário; - área exclusiva no porto de Paranaguá.

Fonte: ARBIX (2000) *apud* LIMONCIC (sem data)

c) Situação que se interliga com a lógica de decisão das principais empresas integradas no sector-chave da indústria regional. As empresas do sector automóvel, são caracterizadas pelo seu capital transnacional, onde o quadro de decisões produtivas e locativas são tomadas em função de uma leitura à escala continental e mundial⁷⁰. Deste modo, a região de São Paulo pode não representar

⁷⁰ Sobre a interligação entre economias regionais e economias internacionais ver, por exemplo, PONTES e SALVADOR (2002).

indefinidamente a melhor localização para este tipo de estabelecimentos. De facto, tem-se vindo a verificar que as novas empresas de grandes dimensões, instaladas de raiz⁷¹, procuram localizar-se no interior do Estado de São Paulo ou mesmo em outros Estados adjacentes, em oposição às PME's que optam por localizar-se no Estado de São Paulo, principalmente na RMSP (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999a: 39).

De facto não pode ser esquecido que *«existe um custo Brasil, um custo São Paulo e dentro deste, o custo ABC. Esse custo ABC seria uma composição de uma série de fatores negativos à produção local, desativando investir no ABC. Dentre os fatores negativos, (...) temos: impostos desiguais aos verificados em outras regiões (...); falta de terras para expansão das plantas industriais; problemas de transporte, uma vez que o Porto de Santos é caro, oneroso, e difícil para circular (...), alega-se sempre que o Porto de Santos é um “problema”»* (CONCEIÇÃO, 2004: 277)

A partir de meados dos anos 1970, observa-se o início da transferência de industriais da metrópole paulista para novos pólos industriais localizados nas mais importantes capitais regionais do Brasil, assim como no interior do próprio Estado de São Paulo. Desde os anos oitenta, iniciou-se um processo de desconcentração intra-estadual não só industrial, mas igualmente no sector do comércio, com destaque para o retalhista. O município de São Paulo passou a concentrar actividades de serviços avançados, incluindo as do sector financeiro, além de um comércio altamente especializado.

Segundo Sueli Ramos Schiffer, *«O processo de desconcentração industrial da RMSP deve ser analisado não com base em um ótica que considere decisões empresariais individuais quanto à localização de suas plantas industriais, mas com base em uma estratégia de classe (dominante) orientada a obter maior controle sobre sua lucratividade. Esse controle, desde o início dos anos 1970, encontrava-se afetado por alguns fatores, dentre os quais se destacam: o fim do “milagre económico” e a desativação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que afetaram o desempenho das indústrias; o fortalecimento sindical particularmente no ABC; e a difusão de novos parâmetros concorrenciais nos setores produtivos de âmbito internacional.»* (SCHIFFER, 2004: 169)

Em consequência, formou-se uma “*macrometrópole*”, compreendida pela Cidade de São Paulo, a sua região metropolitana e o chamado entorno metropolitano, que compõem um conjunto no qual se avolumam redes territoriais e sociais, bem como redes de transportes, de fibra óptica, de empresas, de infra-estruturas e de comunicações. Por meio dos inúmeros fluxos dessas redes e também pelos tradicionais fluxos de mercadorias e pessoas, a trama espacial dos fluxos redesenha e reterritorializa a metrópole de São Paulo, bem como reconverte, progressivamente, os espaços não-metropolitanos em espaços metropolitanos. *«A dinâmica metropolitana não é mais exclusiva da metrópole ou da região metropolitana*

⁷¹ Por vezes referidos como *Greenfield Investments*.

institucionalizada. Essa realidade impõe a necessidade de elaboração de um novo modo de pensar e de regionalizar o espaço.» (LENCIONI, 2004: 154)

Por outro lado, e conforme tivemos oportunidade de referir anteriormente no âmbito da análise da “*cidade global*” de São Paulo, a crescente concentração de sedes de instituições financeiras na cidade de São Paulo, particularmente nos anos 90, e das actividades mais avançadas, como corretoras de valores mobiliários e bancos comerciais, em especial os de capital estrangeiro, contribuem para ampliar a dualidade na estrutura urbana: áreas servidas por infra-estruturas e serviços de ponta convivem com áreas desprovidas de serviços básicos; aos salários mais altos do país contrapõem-se uma imensa massa de desempregados com baixa qualificação; edificações luxuosas (residenciais e comerciais) equipadas com a mais moderna tecnologia convivem com um número crescente de “*favelas*” e “*cortiços*”.

De facto, «*a Região Metropolitana de São Paulo, maior centro econômico do País, tem percebido dois movimentos distintos como decorrência do contexto econômico nacional. Por sediar o mais avançado parque industrial e as maiores empresas financeiras e de negócios, tem reagido com maior agilidade às mudanças econômicas, por um lado modernizando-se rapidamente e sendo o alvo principal dos investimentos externos, e por outro, sofrendo os efeitos perversos do processo em vigor como aumento do desemprego, da exclusão social e da violência urbana.»* (SCHIFFER, 2004: 173)

Concluindo, a “nova” geografia económica do Estado de São Paulo parece caracterizar-se pela “interiorização” de determinados investimentos, em desfavor das áreas centrais tradicionais como é o caso do ABCD. Neste pressuposto «*o novo fluxo de investimentos anunciados para o Estado volta-se para o interior, e dá continuidade à interiorização do desenvolvimento iniciada em meados dos anos 70. A tendência é homogeneizar as vantagens de localização entre a região metropolitana e parte do interior de São Paulo*⁷². Assim, pode-se dizer que os novos investimentos tendem a assumir a forma desconcentrada. Graças às suas condições estruturais (...) o interior tem atraído novos investimentos. Também pesam na decisão as deseconomias de aglomeração existentes na metrópole e ainda não presentes no interior.» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999b: 8)

De facto, considerando uma escala de análise nacional, «*a indústria automobilística brasileira vive nos dias de hoje um momento de expansão só comparável ao experimentado logo após sua instalação, no governo Juscelino Kubitschek. Nos últimos anos, grandes investimentos têm sido feitos tanto na modernização das plantas existentes quanto na abertura de novas, ocasionando um expressivo aumento da produção de veículos. No entanto, tais investimentos, (...) não só não têm resultado na geração de novos empregos como o número de postos de trabalho na indústria automotiva tem mesmo diminuído para além de eventuais oscilações negativas em razão de conjunturas económicas»* (LIMONCIC, sem data: 6)

⁷² A localização das novas empresas nas «(...) regiões administrativas situadas no entorno da RMSP (...) acabaram criando uma extensa região económica ou uma grande “metrópole expandida.”» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999a: 10-11)

Quadro 12 – Pólos da Indústria Automóvel no Brasil

Estado	Quadro Geral	Novos investimentos
São Paulo	O ABCD vive uma situação de desemprego estrutural no sector automóvel, por contar com uma oferta de mão-de-obra especializada não mais necessária em função dos novos processos de gestão e novas tecnologias. Por outro lado, a região possui uma estrutura sindical consolidada, que leva algumas empresas a evitar a instalação de novas fábricas ou a modernizar as existentes. Já nos anos 80 teve início um processo de investimentos em outras áreas do Estado, particularmente no Vale do Paraíba, nas cidades de Taubaté e São José dos Campos. O Estado de São Paulo concentra ainda 80% das fábricas de componentes para automóveis do país, mas não mais no ABCD. Estas fábricas têm-se transferido para o interior do Estado ou para Minas Gerais.	Toyota: nova fábrica em Indaiatuba, com capacidade para 30 mil veículos por ano, com investimentos na ordem de US\$ 150 milhões, com baixo índice de nacionalização. Contudo, como a fábrica tem uma estrutura organizativa horizontal, o aumento da produção pode levar à instalação de fornecedores na área envolvente; Honda: nova fábrica em Sumaré, região de Campinas, com investimento de US\$ 150 milhões, com baixo índice de nacionalização.
Minas Gerais	Em 1976, a Fiat instalou sua primeira fábrica em Minas Gerais. Hoje, Minas responde por quase 30% dos automóveis produzidos no Brasil e tem sido palco de crescentes investimentos na área dos componentes, particularmente de fábricas até então instaladas em São Paulo. Actualmente, o Estado conta com mais de 150 empresas de componentes e 30 mil trabalhadores no sector.	Fiat: os novos investimentos articulados à Fiat dizem respeito, principalmente, ao seu papel indutor, por procurar criar um cinturão de empresas de componentes nas cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Sete Lagoas, e outras da região metropolitana de Belo Horizonte e, também, no Sul de Minas, como em Pouso Alegre, Itajubá, Varginha. O Sul de Minas ainda se beneficia da proximidade com o Vale do Paraíba, onde também se expandem novas fábricas, como no caso das do Rio de Janeiro. Na década de 1980, apenas 26% das compras da “montadora” eram realizadas no Estado. Em 1999, este patamar deve atingir 75%; Iveco: subsidiária da Fiat, instalou-se em Sete Lagoas para produzir camiões. A fábrica tem capacidade para 30 mil unidades/ano, com investimentos de US\$ 220 milhões, incluindo uma fábrica de motores com capacidade para 35 mil unidades/ano. O índice de nacionalização ⁷³ deve atingir entre 70% e 80% no ano 2001. A fábrica concentrará as suas actividades nas áreas da carroçaria, pintura e montagem; Mercedes Benz: Investimentos de US\$ 820 milhões na fábrica de Juiz de Fora, com previsão de produção de 70 mil unidades no ano 2000, sendo que 15% deve dirigir-se ao Mercosul. Quando a fábrica estiver plenamente instalada, o índice de nacionalização deve atingir 70%. Do total de 140 fornecedores, 40% estão no estrangeiro, particularmente na Alemanha. Dentro do parque da Mercedes localizam-se 10 fornecedores, nas áreas de montagem de conjuntos roda/pneus, bancos, suportes de painel, interior da cabine, peças plásticas, vidros, chicotes eléctricos, escapes, suporte integral do motor e tubos de combustível.
Rio de Janeiro	Sendo o segundo Estado industrial do Brasil, o Rio de Janeiro tem participação modesta no novo ciclo de expansão da indústria automóvel. Apenas duas “montadoras” estão instaladas no estado, a VW e a Peugeot-Citröen, atraindo poucas empresas de componentes. A fábrica da VW, segundo o conceito de consórcio modular, atraiu alguns fabricantes para dentro de sua própria planta e a Peugeot-Citröen deverá atrair alguns fornecedores mundiais, como a Ecia e a Bertrand Faure.	Volkswagen: o fim da Autolatina deixou a VW sem uma linha de montagem de camiões. A fábrica de Resende veio suprir esta deficiência, utilizando um novo método de gestão, conhecido como consórcio modular. A empresa fez investimentos da ordem de US\$ 250 milhões e espera produzir 24 mil unidades/ano; Peugeot-Citröen: somente com o início do Mercosul a empresa decidiu-se a fabricar carros no Brasil. Até então a produção era limitada à Argentina. A empresa irá produzir, no município de Porto Real, veículos compactos e médios. Com investimentos de US\$ 600 milhões, planeia-se produzir 70 mil unidades/ano, das quais cerca de 20% serão exportadas para a Argentina. Em 2003 o índice de nacionalização seria de 75%. A fábrica da empresa concentrará as suas actividades nas áreas da carroçaria, pintura e montagem final. Tendo em consideração uma maior eficiência e especialização, os motores dos veículos serão fabricados pela Renault em São José dos Pinhais, Paraná.
Rio G. do Sul	Possui um importante parque metalo-mecânico, fábricas de veículos comerciais e máquinas agrícolas e uma indústria de componentes com 200 empresas, a maioria de pequeno e médio porte. Ainda assim, inicialmente, as novas fábricas, particularmente a GM, deverão manter seus fornecedores em São Paulo.	General Motors: investimento de US\$ 600 milhões para produzir 150 mil unidades/ano. A fábrica organiza-se segundo o conceito de condomínio industrial, ou seja, os principais fornecedores localizam-se no próprio terreno da fábrica, embora fisicamente separados. Com uma produção horizontalizada, a fábrica concentra as actividades de estamparia, pintura e montagem; Navistar International: Investimento de US\$ 68 milhões para produzir 1,2 mil camiões/ano. A fábrica apenas monta o veículo, com um baixo índice de nacionalização.

⁷³ Aqui entendido como a percentagem de componentes do automóvel produzida em território brasileiro.

Paraná	O Estado é um dos que mais tem atraído investimentos neste novo ciclo da indústria automóvel no Brasil, tanto no que se refere a novas “montadoras” como a fábricas de componente, predominando os novos métodos de gestão e tecnologias.	<p>Volvo: Investimento de US\$ 350 milhões na produção de camiões pesados. Além disso, a empresa procura investir também no desenvolvimento de um parque de fornecedores.</p> <p>Renault: Investimento de US\$ mil milhões, dentro de uma estratégia voltada para o Mercosul. No Uruguai, montará apenas o Twingo; no Chile, caixas de velocidades; na Argentina, fabrico do Clio I, R 19, Mégane, Trafic e Kangoo; no Brasil, fabrico dos modelos Mégane, Scénic e Clio II, além de motores. A capacidade inicial será de 120 mil unidades/ano, com alto grau de flexibilidade. As operações limitam-se a pintura e montagem, ao passo que a estamparia, a manutenção e montagem de subconjuntos são subcontratadas a fornecedores localizados nas proximidades. O índice de nacionalização deverá estar acima de 60% após a inauguração da fábrica de motores. De entre os 50 principais fornecedores, 20 são novos no Brasil;</p> <p>Chrysler: Investimentos de US\$ 315 milhões para a produção de 12 mil unidades/ano de <i>pick-ups</i>. A fábrica, inaugurada em 1998, utiliza o conceito de células de produção coordenadas, eliminando assim níveis hierárquicos e dando maior responsabilidade ao funcionário dentro do processo produtivo. A produção é bastante subcontratada, e a empresa realiza apenas as operações de pintura e montagem, com um volume significativo de importação de componentes. Junto com a BMW, a empresa está investindo em uma fábrica de motores a serem utilizados pelos automóveis Chrysler nos Estados Unidos e Rover na Inglaterra.</p> <p>Audi/VW: Investimento de US\$ 750 milhões para produzir 160 mil unidades/ano dos modelos Audi A3 e Golf. O projecto prevê a instalação de um parque de fornecedores junto à fábrica, que concentrará as actividades de estamparia, fechamento da cabine, pintura e montagem final. A concepção será a de um condomínio industrial. O índice de nacionalização deve atingir entre 70% e 75%.</p>
Bahia	Não possui qualquer tradição fabril na área de montagem ou de componentes.	Ford: Investimento de US\$ 1,3 mil milhões para produzir 250 mil unidades/ano.

Fonte: SANTOS e PINHÃO (1999) *apud* LIMONCIC (sem data)

Desta forma e partindo do pressuposto que o ABCD paulista constituiu um “*mega-cluster*” (ou “*super cluster*” segundo SCOTT, 2001), as condições de competitividade desta área encontram-se em mutação mais ou menos acelerada, sendo expectável que os processos de reestruturação produtiva conduzam a novos perfis de especialização. Ainda que seja provável que não ocorra uma “desindustrialização” total, uma vez que não se deve subestimar «*a importância dos factores não-económicos – muito em particular da história económica – como determinantes da localização e especialização económica*» (SALVADOR, 1999: 141).

De facto devemos considerar que, «*in the context of a world economy in which huge stocks of capital and labor are deployed, these conditions combine in such a way as to bring about the steady reconfiguration of national urban systems into an integrated world-wide mosaic of urban superclusters, i.e., global city-regions.*» (SCOTT, 2001: 8)

Neste sentido é relevante apresentar o seguinte exemplo: «*a alardeada desindustrialização do ABCD vem sendo, de fato, um processo muito mais complexo, combinando saídas significativas de empresas locais com reforço de investimentos em linhas estratégicas nas empresas líderes. A recente escolha de São Bernardo do Campo pela empresa alemão BMW para instalar a montadora de veículos Land Rover não representa exatamente uma inflexão do processo, mas indica quão complexo ele é. Ninguém esperava a instalação de nova montadora de veículos na região, nem mesmo os observadores mais otimistas*» (ANAU, 2004: 284)

Tendo em conta as ideias de Alfred Marshall, o “*distrito industrial*” deverá possuir uma determinada “*atmosfera empresarial*”, potenciadora de ganhos de produtividade devido às forças da concorrência que estimulam a novidade e a competição acrescida entre empresas (“*economias de aglomeração*”). De uma forma genérica, empresas do “*distrito*” apresentam elevado grau de relacionamento, derivado da consolidação de um conjunto de ligações caracterizadas pela concorrência e, em alguns casos, pela cooperação. Neste sentido, o ABCD, pelo grau tradicional de especialização que apresenta no sector automóvel aproxima-se de algumas condições definidas pela teoria e que permitem classificar determinada parcela de território como um “*distrito industrial*” ou “*mega-cluster*”⁷⁴.

Considerando este ponto de vista, surgiram na década de 90 alguns estudos que apontam no sentido de a noção de “*Distrito Industrial*” (Marshall) ter vindo a ser complementada com o conceito de “*Sistema Produtivo Local*” (Becattini) e, mais recentemente, de “*Cluster*” (Porter). Este último entendido como um conjunto de empresas e outras instituições que, partilhando de um mesmo espaço regional, estabelecem um grau de interligação muito elevado que possibilita o crescimento sustentado da produtividade e o aparecimento contínuo de inovações quer de produtos, quer de processos ou formas de gestão.⁷⁵

Tendo em conta esta situação parece ser adequado reflectir sobre o ABCD, nomeadamente no que concerne às previsíveis transformações que ocorrerão a médio prazo, à luz de conceitos como “*Distrito Industrial*”, “*Cluster*”, “*Sistema Produtivo Local*”, “*Meio Inovador*”, conforme foram referidos na parte teórica da Dissertação.

Por outro lado, e tendo em consideração o referido acima, não se deve esquecer a relação destes conceitos com os paradigmas da “*Nova Teoria do Crescimento*” ou “*Teoria do Crescimento Endógeno*” (Romer, Barro, Jones, Sala-i-Martin *apud* SILVA e SILVA, 2002) e da “*Nova Geografia Económica*” (Fujita, Krugman, Venables *apud* PONTES e SALVADOR, 2002).

Devemos considerar que «*a concentração geográfica da produção é uma demonstração clara da existência de rendimentos crescentes à escala (economias de escala) que leva inexoravelmente a mercados de concorrência imperfeita. Esta concentração (das actividades, dos recursos, das pessoas) é o traço mais evidente da geografia económica.*» (PONTES e SALVADOR, 2002: 264)

⁷⁴ Estes e outros conceitos foram tratados na parte teórica da Dissertação. Neste sentido, é importantíssima a referência às obra colectivas organizada por Georges Benko e Alan Lipietz “*Les Régions que Gagnent*” (“As Regiões Ganhadoras”) (BENKO e LIPIETZ (org.), 1994 [1992]) e “*La Richesse des Régions*” (“A Riqueza das Regiões”) (BENKO e LIPIETZ (orgs.), 2000).

⁷⁵ Sobre o conceito de “*cluster*” ver também Michael PORTER (1993) e o de “*Mega-cluster*” a OCDE (*apud* CHORINCAS, MARQUES e RIBEIRO, 2001).

Neste ponto de vista, os “*Distritos Industriais*”/“*Clusters*” promovem e facilitam a difusão do conhecimento técnico e científico relacionado com determinado sector produtivo, em função das relações de proximidade que asseguram, resultando naquilo a que se designa por “*economias de proximidade*” ou “*economias de aglomeração*”. Deste modo, a localização contígua das empresas permite, por um lado, reforçar a competição e, deste modo, induzir a integração de novidades e, por outro lado, promove a cooperação inter-empresarial, quando isso se justifica em função da dimensão ou da natureza do projecto.

Desta forma o papel da concentração geográfica é importantíssimo enquanto factor que induz o crescimento económico. As empresas beneficiam largamente das relações de proximidade uma vez que, entre outros aspectos, a circulação/disponibilidade da informação constitui um dos ganhos mais significativos resultantes deste padrão geográfico de repartição das actividades, da mesma maneira que os contactos entre fornecedores e vendedores são igualmente facilitados.

Contudo, para que a reestruturação produtiva presente no ABCD possa resultar num “*Meio Inovador*”⁷⁶ este deverá reunir o seguinte conjunto de condições, entre outras:

- a) «*Diversificação das competências da mão-de-obra;*
- b) «*Concentração de compradores e fornecedores, especializados e exigentes;*
- c) «*Circulação e acesso ao conhecimento facilitados;*
- d) «*Qualificação do emprego;*
- e) «*Presença de instituições capazes de assegurar o fornecimento da informação e das novidades relativas aos segmentos produtivos presentes no espaço em causa.*» (LÚCIO, 2003: 226-227).

Porém, os dados mais recentes sobre qualificações da mão-de-obra apontam para que, apesar do posicionamento favorável do ABCD em relação à média nacional, existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de tornar esta área num “*Meio Inovador*”, tal como é definido pela teoria. De facto, o aumento da produtividade no ABCD⁷⁷ dependerá, em grande parte, da capacidade de inovar⁷⁸, quer no domínio da produção, quer no domínio da gestão, por parte das empresas.

⁷⁶ Sobre o “*Meio Inovador*” ver, por exemplo, MAILLAT (1996) e (2002) ou POLÈSE (1998).

⁷⁷ Apesar dos problemas relacionados com a falta de produtividade da indústria automóvel no ABCD, não se pode esquecer que «*na década de 1990, no entanto, a produtividade voltou a crescer de forma acelerada, graças à introdução de uma série de inovações técnicas e organizacionais, como o sistema just in time, que busca minimizar a formação de estoques; a adoção de sistemas de informação tipo kanban, que gerenciam os fluxos de material e componentes; a formação de células de produção; a utilização de equipamentos automatizados, como máquinas-ferramenta CNC e computadores CAD/CAM; programas de qualidade total; a padronização de tarefas; a redução dos níveis hierárquicos e maior autonomia dos funcionários/grupos de trabalho etc. Por outro lado, tanto as antigas quanto as novas plantas têm buscado utilizar crescentemente a terceirização de atividades nas áreas de manutenção, ferramentaria e estamperia*» (LIMONCIC, sem data: 7).

Estas teorias apontam o factor *Conhecimento* como um aspecto crucial na explicação do crescimento económico e da produtividade⁷⁹, devido ao carácter potencialmente infinito da aquisição de novas técnicas e modos de produzir e gerir. Desta forma, enquanto pressuposto teórico, admite-se que o *Conhecimento* permite gerar constantemente inovações e que, no limite, este processo nunca terá um esgotamento⁸⁰.

É importante considerar a lógica territorial do ABCD, integrada na periferia da principal metrópole do Brasil e da América do Sul, e tudo o que isso representa ao nível do acesso à informação, às estruturas produtoras do *Conhecimento* (como é o caso das Universidades) e pela contiguidade ao principal mercado consumidor do Brasil. Deste modo, encontram-se reunidas algumas pré-condições para a afirmação do ABCD como um “*Meio Inovador*”, localizado no “coração” do Estado de São Paulo, ainda que existam bastantes factores condicionantes relacionados com a complexidade desconexa da própria metrópole⁸¹ (pobreza, analfabetismo, caos urbanístico e habilitacional, problemas de acessibilidades, entre outros).

Os dados disponíveis mais recentes sobre qualificações da mão-de-obra sugerem que, não obstante o posicionamento favorável desta área face aos valores médios nacionais, ainda existe um longo caminho a percorrer no sentido de o ABCD poder afirmar-se, no contexto do Estado de São Paulo, como um “*Meio Inovador*”, nas condições em que este é definido pela teoria (ver quadro 13). De facto, os ganhos sustentados de produtividade no interior do ABCD dependerão, em margem considerável, da capacidade de inovar, quer no domínio do produto, quer no que respeita a formas de gestão.

⁷⁸ Um importante óbice à capacidade de inovar reside no facto de que, «*Comparado ao perfil dos países desenvolvidos, ainda persiste, no Estado de São Paulo, um contingente expressivo de trabalhadores com baixa escolaridade*» (FÓRUM SÃO PAULO SÉCULO XXI, 1999d: 18).

⁷⁹ «*Comparado ao perfil dos países desenvolvidos, ainda persiste, no Estado de São Paulo, um contingente expressivo de trabalhadores com baixa escolaridade*.» (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999d: 18)

⁸⁰ Infelizmente o ABCD e o Estado de São Paulo apresentam algumas fragilidades a este nível dado que existe uma «(...) *pequena participação das divisões industriais tidas como fundamentais no novo paradigma tecnológico, chamadas de “intensivas em conhecimento” (...), que, somadas, representam [apenas] 7% do pessoal ocupado e 9% do valor adicionado da indústria paulista. Essas divisões, que são estratégicas para a inserção em um novo paradigma tecnológico, têm pequena relevância económica*» (FÓRUM SÃO PAULO SÉCULO XXI, 1999a: 8).

⁸¹ Esta complexidade desconexa da metrópole de São Paulo leva-nos a reflectir sobre o *motto* da Universidade Nova de Lisboa e concordar que “*Omnis civitas contra se divisa non stabit*” (“*Toda a cidade dividida contra si mesma, não permanecerá*”).

Quadro 13 – Nível de Instrução da População empregada na RMSP em 1998

Nível de Instrução	Porcentagem (%)
Fundamental Incompleto ⁽¹⁾	43,0
Fundamental Completo ⁽²⁾	19,5
Pelo Menos Médio Completo	37,5
Total	100

⁽¹⁾ Inclusive os analfabetos; ⁽²⁾ Inclusive Médio Completo

Fonte: SEP e PED, in FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI (1999d: 18)

A análise do seguinte quadro coloca em evidência o “*macrocefalismo*” do Município de São Paulo em termos do número de matrículas, o que de certa maneira é expectável, face aos quantitativos populacionais do próprio município, mas também à sua capacidade de atracção de estudantes. Neste último aspecto, os 146 estabelecimentos de ensino superior presentes no Município de São Paulo têm um papel fundamental, representando mesmo cerca de um terço (34,3%) do total de estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo. De ressaltar ainda a importância, a nível local, das faculdades e institutos presentes em Santo André e São Bernardo do Campo, permitindo que estes municípios tenham um número de matrículas no ensino superior bastante mais elevado do que o dos municípios adjacentes.

Quadro 14 – Número de Matrículas nos diferentes níveis de ensino e Estabelecimentos de Ensino Superior referente aos municípios em estudo

	Matrícula - Ens. Fundam. - 2006	Matrícula - Ens. médio - 2006	Matrícula - Ens. pré-escol. - 2006	Matrícula - Ens. superior - 2005	Escolas - Ens. superior - 2005
Diadema	62149	19713	14736	1491	2
Mauá	63885	19534	13466	1408	3
Ribeirão Pires	16145	5316	3333	887	1
Rio Grande da Serra	6075	1667	1251	n.d.	n.d.
Santo André	94793	32222	15100	34405	11
São Bernardo do Campo	114791	35965	26449	40170	10
São Caetano do Sul	20421	8795	4372	15109	6
São Paulo	1613435	488210	426206	429079	146
TOTAL	1991694	611422	504913	522549	179
São Paulo (Estado de)	6014209	1813795	1375043	1185028	521

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br), Fonte secundária: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

O tipo de alterações acima mencionado poderá ser conseguido através de melhorias contínuas na formação dos trabalhadores e mediante um esforço considerável nas áreas da gestão e organização da produção. Aliás, é conveniente recordar que um dos traços mais importantes dos modelos de acumulação alternativos ao *fordismo* corresponde, precisamente, às mutações estruturais na esfera da organização e gestão empresariais. A designada “*especialização flexível*”, por exemplo, baseia parte da sua construção conceptual numa perspectiva de introdução de inovações, que promovam a melhor e mais racional gestão das empresas, nomeadamente das PME’s (BOYER, 1994).

Conforme temos vindo a referir, a área em análise sofre de importantes problemas ao nível social, urbanístico e habitacional. Contudo, não é objectivo da presente dissertação estudar essas questões, uma vez que a mesma se centra nos factores potenciadores do desenvolvimento à escala local, pelo que, no presente capítulo, optamos por apresentar apenas indicadores referentes à estrutura produtiva e educacional da área em estudo. Para uma análise sistemática dos referidos problemas sociais, urbanísticos e habitacionais ver, por exemplo, a Dissertação de Doutoramento de José Lúcio (LÚCIO, 2003: 229-339).

3.3. RESUMO

A estratégia industrializadora e “desenvolvimentista”, tal como foi enunciada pelos investigadores da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tinha como objectivo a dinamização da economia e o progresso geral da sociedade, *«em alguns países como o Brasil, os acontecimentos levavam a supor, principalmente nos anos 50, que não eram infundadas as esperanças nas possibilidades de um desenvolvimento auto-suficiente e autónomo. De fato, o processo substitutivo de importações alcançou a fase de implantação de bens de capital [e de consumo duráveis, por exemplo o automóvel] que, por suas características, parecia implicar a instauração de uma etapa nova e de natureza irreversível da industrialização brasileira, pois o efeito multiplicador da produção de equipamentos costuma acarretar um forte dinamismo económico.»* (CARDOSO e FALETTO, 1970: 12-13)

Contudo Yves Lacoste aponta algumas das fraquezas e das ambiguidades da política “desenvolvimentista”: *«(...) à partir de la fin des années «50»(...), dans quelques pays d’Amérique latine [surtout au Brésil] (...), les importations de biens manufacturés furent peu à peu remplacées par des productions «nationales». Tout en propageant une idéologie de l’industrialisation, les gouvernements favorisèrent la création d’usines nouvelles, par des mesures de protection douanière, (...) tarifaires (...) [et] financières (...). L’élévation du niveau des prix sur des marchés protégés fit que les marges bénéficiaires s’accrurent et que les firmes internationales gagnèrent plus à faire fabriquer sur place qu’à continuer d’importer.»* (LACOSTE, 1981: 178).

Conforme tivemos oportunidade de ver, as políticas iniciadas por Getúlio Vargas e, principalmente, a implantação do “*Programa de Metas*” de Kubitschek, permitiram o desenvolvimento de uma forte política de fomento industrial, substitutiva de importações. Contudo, esse crescimento económico de curto prazo revelou ter uma “factura pesada”, o endividamento externo para a aquisição dos bens de equipamento necessários ao projecto modernizador e industrializador da sociedade brasileira, aliado a um aumento “desregrado” do consumo privado resultado das melhorias salariais, aumentou exponencialmente a dívida externa e a inflação.

Deste modo o crescimento económico, *per se*, mostrou não ser sinónimo de Desenvolvimento. De facto, todo o sucesso económico do governo Kubitschek acabou por não ter aspectos redistributivos, sendo o rendimento acrescido “engolido” pela inflação.

A inflação, decorrente das constantes emissões de papel-moeda, desvalorizou os salários e aumentou o custo de vida. Deste modo, o modelo económico de Kubitschek beneficiava, antes de mais, os empresários e a classe média-alta, capaz de comprar bens de consumo duráveis (caso dos automóveis ou dos electrodomésticos), permitindo satisfazer «(...) *as aspirações de uma minoria de consumidores potenciais mais bem aquinboados e aspirantes sedentos aos padrões da sociedade de consumo norte-americana e europeia.*» (OLIVEIRA, 1996: 293)

Durante o período da Ditadura Militar, a manutenção da estratégia de “*Industrialização por Substituição de Importação*” e do apoio decisivo do governo à actividade económica resultou em elevados ritmos de crescimento económico, nomeadamente no sector industrial⁸², ficando este período conhecido, para a história, como o “*Milagre Brasileiro*”. Este crescimento esteve relacionado com os grandes investimentos feitos pelo regime militar em infra-estruturas e com o duro controle sobre as manifestações dos trabalhadores, que garantiam uma mão-de-obra barata. Estes factores, conjugados, levaram à atracção de novos investimentos estrangeiros.

Contudo, o “*milagre brasileiro*” estava assente em determinados pressupostos que vieram a revelar-se como pontos vulneráveis. No entender de Boris Fausto «o *principal ponto vulnerável estava em sua excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações (...)* [e pela importância] *cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo.*» (FAUSTO, 1997: 486)

De facto devemos ter presente que «*entre meados da década de 50 e o final dos anos 70, o desenvolvimento económico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Estado, cujas bases foram a intervenção direta na*

⁸² «*La production industrielle croît certaines années de 25%!*» (TAÏEB e BARROS, 1989: 27)

produção e a forte concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública. Durante toda a década de 80 e início dos anos 90, a economia brasileira foi e tem sido marcada por uma profunda crise fiscal financeira do Estado, bem como por uma desordem nas finanças da maioria dos estados federados. Essa crise exauriu a poupança pública e esvaziou, por consequência, a capacidade de investimento do Estado, o que fez cair o padrão de intervenção estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos. Nesse quadro, ficam esvaziadas as políticas industrial e regional, ambas controladas pelo governo federal.» (AMARAL FILHO, 1996: 53)

A crise do petróleo de 1973⁸³ marca o fim do “*milagre brasileiro*”. Apesar de as taxas de crescimento económico durante o período 1974-1979 serem ainda significativas, são inferiores às do período 1968-1973⁸⁴. Na tentativa de sair da crise, o Brasil insiste no fomento industrial, através da “*Substituição de Importações*”. Esta política económica vai conduzir a um forte endividamento externo, resultando na já referida “*crise da dívida*”, que terá impactos importantes sobre as condições macroeconómicas do Brasil. Pelo que «*o elevado crescimento do montante da dívida externa, concomitante à crise económica da década de 80, mostra que o Brasil destinou a maior parte dos seus recursos para pagar o serviço da dívida. Esses recursos comprometiam no final da década de 80 mais de um terço do Produto Nacional Bruto.*» (OLIVEIRA, 1996: 295)

Segundo F. Lustosa da Costa e A.P. Guimarães Cunha durante grande parte da segunda metade do século XX, «*as políticas governamentais de desenvolvimento, no Brasil, surgiram baseadas em um paradigma que entendia o Estado como principal agente responsável pelo take off da economia (...). A existência de desigualdades nas taxas de acumulação de capital entre as diversas regiões do país não era um fato novo, pois se constituía em uma característica estrutural desde os tempos da colonização. (...) Apesar disso, a concentração territorial do desenvolvimento só começaria a ser discretamente amenizada nos anos 60 e 70, quando políticas de crédito e fiscais, aliadas a programas de modernização da infra-estrutura de transportes e energia, procuraram fomentar o crescimento do produto industrial das regiões Norte e Nordeste e mais tarde a expansão da agroindústria no Centro-Oeste. O processo de desenvolvimento induzido pelo Estado revelou-se vulnerável quando, a partir do final dos anos 70, entrou em crise o mecanismo de financiar gastos e investimentos públicos através do endividamento interno e externo, mecanismo que sustentava o modelo nacional-desenvolvimentista. Somou-se a essa crise no padrão de financiamento o efeito de profundas transformações no sistema económico capitalista, desencadeadas, ao longo dos anos 80 e 90 (...).*» (COSTA e CUNHA, 2002: 1)

A estruturação da base económica da área em estudo teve na sua génese dois momentos históricos particularmente importantes: o desenvolvimento da agricultura cafeeira no século XIX e a formação de uma cintura industrial em torno da Cidade de São Paulo, apoiada, sobretudo no sector da produção automóvel, durante a segunda metade do século XX.

⁸³ Um dos efeitos principais da crise de 1973 na economia brasileira correspondeu ao «*enfrentar de fortes impulsos inflacionários de origem externa.*» (MUNHOZ, 2002: 290)

⁸⁴ Segundo TAÏEB e BARROS (1989: 35).

Contudo, face à situação económica actual, num contexto de crescente globalização, é provável que nos próximos anos, haja uma reconversão industrial envolvendo a diminuição da dependência face ao sector que, no momento inicial, foi responsável pela formação de uma base produtiva ligada às actividades de transformação – o sector automóvel. A Geografia Económica do ABCD poderá constituir, assim, um processo em mutação, cujos traços definitivos ainda não são completamente claros. No entanto, se o processo de reconversão industrial permitir uma eficaz exploração das economias de aglomeração ou de vizinhança, poderão criar-se condições para manter/desenvolver um “*Mega-Cluster*” associado às actividades de transformação. De facto, «*a base industrial do ABCD ainda tem peso específico relevante, não apenas em termos relativos, mas também na determinação do sentido geral da evolução das respectivas economias.*» (ANAU, 2004: 297)

Para crescer a longo prazo a estratégia de desenvolvimento deve valorizar outros factores como: «*capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente. A valorização desses fatores tem a vantagem de acionar o núcleo criativo e criador da sociedade e da economia, e faz com que experimentem inovações e saltos contínuos em suas bases. (...) até recentemente esses fatores eram considerados, pelos modelos tradicionais de crescimento e desenvolvimento econômicos, e também pelas elites políticas latinoamericanas, em geral, e elites brasileiras, em particular, como fatores ou variáveis exógenas. Em outras palavras, esses fatores eram considerados como variáveis ceteris paribus, ou seja, variáveis com grau de determinação quase nulo sobre o desenvolvimento econômico.*» (AMARAL FILHO, 1996: 59)

As mudanças mais marcantes do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, referem-se à menor proporção do emprego industrial e aos maiores níveis de desemprego. Destaca-se ainda a tendência de aumento do trabalho informal.

Um contraponto ao processo de desconcentração industrial no ABCD é dado pela expansão do sector terciário, facto marcante na região nos últimos anos. De facto, uma das características marcantes na economia da RMSP nas últimas décadas – que ocorre de forma ainda mais intensa na cidade de São Paulo – é a terciarização das actividades produtivas, se por um lado ajuda a manter os níveis de emprego, por outro implica uma depreciação do rendimento médio disponível.

Conforme tivemos oportunidade de referir São Paulo é uma cidade de contrastes económicos e sociais “gritantes” e com um grau de segregação espacial muito vincado, traduzido na metáfora “*Metrópole das Desigualdades*”⁸⁵. Neste sentido, se por um lado temos alguns dos mais complexos problemas sociais, urbanísticos e habitacionais do mundo, por outro lado, São Paulo possui uma série de instituições e

⁸⁵ Neste sentido ver, por exemplo, BORJA e CASTELLS (1997: 73).

recursos humanos, financeiros e materiais capazes de ombrear com as maiores cidades dos principais Países Desenvolvidos, podendo constituir-se numa “*Cidade Global*”, uma vez que se inclui «(...) *em redes de quartéis gerais de corporações transnacionais ou centros bancários interligados, e que constituem um elemento importante para a compreensão dos aspectos da organização e do gerenciamento atual da economia mundial.*» (GUNN e VAN WILBERODE, 2004: 116)

Tendo em consideração a caracterização dos Municípios de São Paulo e do ABCD efectuada no presente capítulo e a identificação das suas potencialidades e constrangimentos ao Desenvolvimento e considerando os aspectos teóricos tratados no Capítulo II, apresentaremos no Capítulo IV uma série de projectos e iniciativas que, no nosso entendimento, poderão constituir importantes factores de Desenvolvimento Local e Regional para o território em análise.

IV. INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DO ABCD

4.1. INTRODUÇÃO

Conforme tivemos oportunidade de ver no capítulo II – *Os Novos Paradigmas da Geografia Económica e do Desenvolvimento Regional e Local*, as autarquias e outras instituições de poder local e regional podem ter uma acção fundamental no incentivo, promoção e concretização de acções e medidas que visam o Desenvolvimento Local, nomeadamente se associadas ao Poder Central e, principalmente, aos agentes económicos locais.

No caso do Brasil, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição, o Estado brasileiro passou a ser extremamente descentralizado, promovendo os municípios à categoria de entidades autónomas da Federação, com autonomia de gerirem as suas próprias políticas públicas, algo, até então, inexistente no Brasil. No entanto, ao promover esta descentralização, o Estado brasileiro deu um passo enorme rumo ao processo de desenvolvimento económico, uma vez que, as políticas passariam a ter carácter específico para cada nível sub-nacional, respeitando as especificidades de cada região, ao contrário do que acontecia antes, quando as políticas eram centralizadas. *«Both the federal government and local officials have tacitly agreed that national government should remain in the background, using its money but not its muscle to bring about economic change.»* (BLAKELY e BRADSHAW, 2002: 42)

O estabelecimento de boas práticas de Governancia torna-se pois fundamental para um correcta interacção entre a sociedade civil organizada, as empresas e o poder público, dado que, neste modelo de desenvolvimento económico todos os agentes participam, com suas respectivas experiências, cooperando, com vista a criar um ciclo virtuoso de aprendizagem e difusão do conhecimento. (LOPES e SILVA, s.d: 2).

Não obstante, há a necessidade de incorporação de uma visão de longo prazo nas gestões públicas locais, uma vez que: *«As gestões municipais no Brasil nunca se caracterizaram por planeamento de acções, muito menos o planeamento estratégico orientado para a construção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento, equacionando o desenvolvimento económico com a melhoria das condições sociais e com a preservação do meio ambiente. (...) Poucas são as prefeituras que realizam algum tipo de planeamento de acções ou planos de desenvolvimento articulados com a sociedade e com os potenciais agentes promotores do desenvolvimento. (Hoffmann, 2003, p. 26).»* (LOPES e SILVA, s.d: 11)

Neste sentido, e face à caracterização e análise do território em estudo feita no capítulo III da presente Dissertação, apresentaremos agora um conjunto de iniciativas empreendidas nos oito municípios em estudo, relevantes para a dinamização da economia e do desenvolvimento local.

A pesquisa deste conjunto de iniciativas foi feita exclusivamente através da *Internet*, nomeadamente nos *sites* dos órgãos político-administrativos dos municípios em análise (Prefeituras e Câmaras Municipais⁸⁶), da Agência e do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, de periódicos e de um conjunto de instituições que actuam na área em estudo, entre outros *sites*.

Longe de ser uma escolha exaustiva, a selecção dos projectos e iniciativas a apresentar incidiu naqueles que poderão dar um contributo inexorável para o Desenvolvimento Local, divididos em cinco grandes áreas temáticas:

«(1) *Educação, saúde e segurança alimentar, que formam as bases sustentadoras do capital humano: investimentos em educação, saúde e segurança alimentar significam investir no principal fator de produção — a força de trabalho —, pela simples razão de que esse fator se apresenta como o único inteligente dentro de qualquer função de produção. Graças ao capital humano, a evolução da produção social e das relações sociais está livre da evolução mecânica, típica de qualquer sistema estático. No Brasil, os investimentos nessas três áreas tornaram-se vitais tanto para o resgate da dívida social e da ampliação da cidadania, quanto para melhorar o nível de eficácia e eficiência no uso dos fatores físicos, para aumentar sua produtividade e diminuir o nível de desperdício. Além disso, ao aumentar investimentos e destinar recursos públicos para as áreas de educação (primeiro e segundo graus) e saúde, os estados estarão também se ajustando ao novo modelo de federalismo desenhado pela Constituição de 1988, que atribui aos estados e municípios maiores responsabilidades nesses setores.*

(2) *Ciência e tecnologia e/ou pesquisa e desenvolvimento: esses fatores formam a base qualitativa do crescimento e desenvolvimento, e são, ao mesmo tempo, produtos e extensões do capital humano. Assim, sua promoção compete tanto ao Estado quanto ao capital privado. O primeiro, ao atuar por meio de sua clássica política científica e tecnológica, capacitação e extensão, via universidades, empresas mistas de incubação e pacto de cooperação; e o segundo, por meio da capacitação e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.*

(3) *Informação e conhecimento: a circulação rápida de informações sobre o mercado de compra e venda de matérias-primas e produtos finais, sobre disponibilidade de tecnologias alternativas, utilizáveis e disponíveis, etc., é de fundamental importância para qualquer sistema, pois esse processo intensifica o conhecimento. A quantidade e a qualidade desses*

⁸⁶ De referir que no Brasil, a Prefeitura representa o órgão de poder executivo do município (o que corresponderá, aproximadamente, à Câmara Municipal em Portugal) e a Câmara Municipal representa o órgão de poder legislativo do município (o que corresponde, aproximadamente, à Assembleia Municipal em Portugal).

fatores têm a vantagem de melhorar a interconexão entre os agentes e o nível e a rapidez de suas decisões dentro do sistema, além de melhorar a produtividade e os custos nos níveis micro e macro. A informação e o conhecimento estão intimamente associados aos dois fatores mencionados anteriormente, porque deles dependem para melhorar a divulgação e a captação do conhecimento e da informação. Assim, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, mais informação e conhecimento melhoram e aceleram o processo de aprendizagem dos agentes.

(4) Instituições: públicas e privadas, visíveis e invisíveis, adequadas ao desenvolvimento em escala ampliada — a modernização e adequação das instituições devem preparar e tornar a sociedade e a economia, ou o aparelho estatal e o mercado (locais ou regionais), mais abertos e flexíveis aos novos paradigmas de desenvolvimento, de maneira que as inovações se tornem uma rotina dentro do sistema. Contudo, o papel das instituições também é importante para apoiar a manutenção do equilíbrio entre cooperação e concorrência entre os agentes do sistema.

(5) Meio ambiente: a consciência ambiental é um fator que deve estar associado à utilização dos insumos (racionalização) e ao impacto ambiental produzido pelo produto final das empresas e famílias (poluição); enfim, deve-se compatibilizar o crescimento e a taxa de uso dos recursos regionais com a taxa de reposição desses recursos, bem como a minimização ou eliminação da produção de poluição. Já referenciada pela Conferência de Roma e a ECO 92, no Rio de Janeiro, e por inúmeros outros movimentos ambientalistas, a preservação do meio ambiente é não somente um fator de crescimento sustentável, mas também uma questão de saúde pública e qualidade de vida.» (AMARAL FILHO, 1996: 60-62)

Deste modo, é apresentado um conjunto de iniciativas em áreas como o Empreendedorismo, a Fiscalidade, a Educação, a Formação Profissional, o Ambiente ou o Turismo, que podem contribuir decisivamente para o Desenvolvimento Local.

A perspectiva que procurámos empreender no presente trabalho assenta mais numa lógica de crescimento económico local. Neste sentido, torna-se óbvio que medidas com a Educação, a Formação Profissional e o apoio ao Empreendedorismo foram privilegiadas nesta dissertação, por oposição a acções centradas no combate directo à pobreza, como é o caso, por exemplo, das apresentadas por LÚCIO (2003: 275-364).

De facto, «na formulação de políticas e programas destinados a superar pobreza é possível (...) formular outros tipos de políticas (sem dúvida, não excludentes com as anteriores), cujo objetivo essencial seja identificar e impulsionar novos projetos produtivos e atividades geradoras de emprego em nível local, a fim de criar fontes endógenas de crescimento económico e complementar assim as ações de tipo redistributivas antes citadas com iniciativas locais de desenvolvimento.» (ALBUQUERQUE, 1998)

Começaremos por apresentar as iniciativas referentes ao Município mais importante da área em estudo, numa lógica de região metropolitana e de dimensão demográfica, económica e, até, territorial, que corresponde à Cidade de São Paulo.

Em seguida apresentaremos os projectos enquadrados pelo Consórcio Municipal do Grande ABC. De facto, considerando que deste consórcio fazem parte todos os setes municípios do ABCD, existem programas comuns aos vários municípios que optámos por apresentar mais detalhadamente aqui, observando posteriormente os aspectos individuais mais relevantes para cada município.

Segue-se a apresentação das iniciativas referentes a cada município do ABCD e, por fim, uma análise conjunta e de resumo dos diferentes projectos apresentados.

4.2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

Mais do que estímulos vocacionados para a captação de investimentos para a cidade⁸⁷, trata-se de instrumentos que visam estimular a instalação de empresas em localizações específicas, normalmente associadas a processos de reabilitação e reconversão de bairros problemáticos. Um exemplo recente e paradigmático destas iniciativas ocorreu no Bairro da Nova Luz, denominado expressivamente de “*crackolândia*”. Através da Lei n.º 14096 de 2005, a Prefeitura Municipal promulgava a concessão de descontos de 50% no Imposto Territorial Predial e Urbano (IPTU) e de descontos no Imposto Sobre Serviços (ISS), que se reduzia para 2%, para quem se instalasse na área. As empresas poderiam ainda obter até 80% do valor do investimento no imóvel em incentivos fiscais, convertidos em Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID’s). O objectivo era transformar o bairro num pólo de serviços, educação, comunicação e tecnologia.

Foram seleccionadas 23 empresas das áreas da tecnologia, cultura, *call center* e publicidade, com destaque para a IBM Brasil e a Microsoft. A Prefeitura participou ainda na remodelação de infra-estruturas num

⁸⁷ São Paulo tem um volume de exportações na ordem dos 7,1 mil milhões de dólares e um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 76 mil milhões de dólares, cerca de 11% do PIB nacional. Cerca de 63% das multinacionais instaladas no Brasil encontra-se em São Paulo. É ainda nesta cidade que são organizadas 85% das feiras de negócios do País, o que evidencia um turismo de negócios vivaz, capaz de gerar receitas da ordem dos 4 mil milhões de dólares anuais. São Paulo apresenta, ainda, a maior frota de helicópteros do mundo (www.prefeitura.sp.gov.br). Para mais informações sobre a economia de São Paulo consultar o *website* www.investimentos.sp.gov.br.

total de 13 milhões de reais, parcialmente financiados pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento.

Outro exemplo deste tipo de iniciativas é o estabelecimento de um Programa de Incentivos Selectivos para Regiões da Zona Leste do Municípios de São Paulo⁸⁸, no ano de 2004, que estabelece que as indústrias, estabelecimentos comerciais e empresas prestadoras de serviços que se instalarem nessa área da cidade, por um período mínimo de 10 anos, poderão ter acesso a uma série de benefícios fiscais, nomeadamente: a redução de 50% no IPTU; de 60% no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de 50% do Imposto Sobre Serviços de Construção Civil referentes ao imóvel do investimento; de 50% do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); e concessão de CID's, com uma validade de 5 anos.

Em consequência, o número de empresas na região Leste aumentou acentuadamente, com destaque para as indústrias têxteis; de construção civil (mais de 1000 empresas); os estabelecimentos comerciais e para cerca de 15 mil empresas prestadoras de serviços. O número total de micro-empresas na região é, segundo dados de 2007, próximo das 120 mil.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br; www.camara.sp.gov.br; Lei Municipal n.º 13833 de 2004 e Lei Municipal n.º 14096 de 2005

- Incentivos à Constituição de Micro e Pequenas Empresas⁸⁹:

A Lei n.º 10816 de 1989 estipula que as microempresas têm direito a um regime tributário privilegiado.

Em 2006, através da Lei Complementar n.º 123 desse ano foi instituído o Programa Supersimples. Este, constitui um novo sistema tributário, que reúne um conjunto de incentivos destinados a micro e pequenas empresas. Entre esses incentivos destaca-se o Regime Único de Arrecadação que permite a recolha de um total de oito impostos através de um único documento. Esta medida enquadra-se no Programa de Parcelamento Incentivado, que permite a liquidação de débitos tributários e não tributários com redução de até 100% dos juros e de 75% da multa, se o contribuinte iniciar o pagamento, parcelado, dos seus débitos fiscais. A adesão a este programa já soma mais de 137 milhões de reais em dívidas renegociadas.

As iniciativas mencionadas visam o estímulo à criação de novas micro e pequenas empresas, assim como a legalização de empresas já existentes. Das cerca de 2,6 milhões de micro e pequenas empresas

⁸⁸ Lei n.º 13833 de 2004. A Zona Leste apresentava já nessa altura uma população superior a 4 milhões de habitantes, sofrendo, no entanto, com um elevado índice de desemprego, superior a 20% da população economicamente activa nessa zona da cidade.

⁸⁹ É grande a importância das micro e pequenas empresas para o contexto económico nacional e regional, no Estado de São Paulo existem um total de 1,3 milhões de milhões de micro e pequenas empresas, que são responsáveis por cerca de 7,5 milhões de empregos, constituindo cerca de 28% da receita total do sector formal da economia.

informais existentes, 600 mil abriram ou estão em processo de formalização dos seus negócios. Os micro-empresários paulistas foram responsáveis, em 2006, pela criação de quase 300 mil postos de trabalho!

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br; www.camara.sp.gov.br; Lei Municipal nº 10.816 de 1989; Lei Complementar nº 123 de 2006

- Posto de Atendimento ao Empreendedor:

Posto de atendimento a micro-empresários ou pessoas que desejem abrir uma empresa, onde é fornecido auxílio ao nível da gestão de empresas, contratação de funcionários, solicitação de micro-crédito, resolução de problemas económicos, planeamento e estratégia empresariais.

O posto é resultante de uma parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e 12 Organizações Não-Governamentais (ONG's) que actuam na área. A primeira unidade está localizada em Itaquera, na Zona Leste, um antigo pólo industrial, que já abriga actualmente cerca de 118 mil micro-empresas.

O sucesso desta iniciativa levou já à instalação de mais três postos na cidade, sempre associados, à imagem da iniciativa-piloto, o Centro de Apoio ao Trabalhador.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Programa de Concessão de Créditos a Empresas (Banco do Povo):

Através do Programa Crédito Solidário – São Paulo Confia, também denominado como “*Banco do Povo*”, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Caixa Económica Federal⁹⁰, empresta dinheiro a indivíduos de baixos rendimentos que não conseguem acesso ao crédito através do sistema bancário tradicional, com o objectivo de promover a sua inclusão social e estimular o empreendedorismo nas classes sociais mais carenciadas. Os destinatários devem ainda apresentar prova que possuem já um empreendimento informal há pelo menos 6 meses. Mais do que uma “mera” iniciativa de micro-crédito, surge também a noção de micro-finanças que, para além de abranger as tradicionais operações de crédito, inclui também a formalização das actividades, a abertura de contas, a movimentação das mesmas através de cartões de débito e de crédito, direito a seguro, entre outros aspectos inovadores.

O “*Banco do Povo*” desenvolve, ainda, alguns programas específicos, como por exemplo uma iniciativa voltada para os taxistas, que procura estimular a substituição de combustível por Gás

⁹⁰ A Prefeitura participa com 10% do valor dos empréstimos e a Caixa Económica Federal com os restantes 90%.

Natural Veicular (GNV) e a actualização da frota de táxis, diminuindo assim, as emissões de dióxido de carbono.

O sucesso desta iniciativa levou a que se procurasse abrir novas unidades do Banco do Povo noutras áreas da cidade. Em 2007, abriu já uma nova unidade na Zona Leste, com uma capacidade financeira para conceder empréstimos, na ordem de 1 milhão de reais. Espera-se, deste modo, servir um total de cerca de 500 mil micro-empresendedores.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

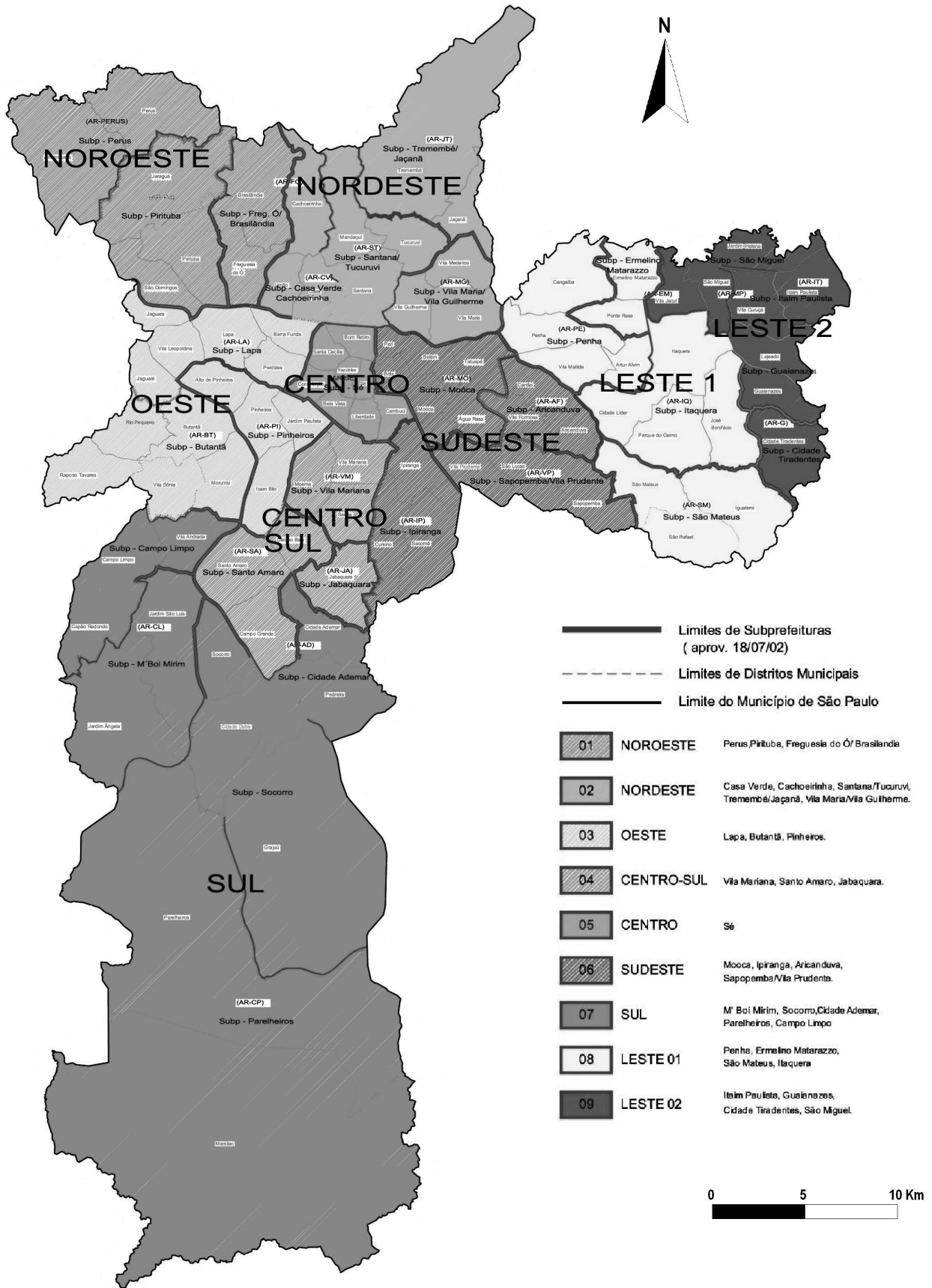
- Projecto Fábrica Verde:

Projecto conjunto das Sub-Prefeituras⁹¹ de Parelheiros e Itaím Paulista⁹², em parceria com a Prefeitura Municipal, com vista à criação de postos de emprego autónomos, à diversificação da estrutura económica da cidade, à formação e qualificação profissional de jovens dessas regiões e à promoção e preservação ambiental de mananciais hídricos do Município, que está a ser “invadido” pelo crescimento populacional desenfreado e pela urbanização de génese ilegal.

⁹¹ As Sub-prefeituras são divisões administrativas de alguns municípios brasileiros, como é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, embora não seja uma divisão frequente como ocorre, por exemplo, com as freguesias em Portugal. A autoridade máxima do Poder Executivo numa subprefeitura é o subprefeito, normalmente indicado directamente pelo prefeito do município.

⁹² Estas duas áreas da cidade de São Paulo são consideradas as mais vulneráveis em termos de desemprego, possuindo, no seu conjunto, a maior parte da população desempregada na cidade. Por exemplo, Itaím Paulista tem uma população de cerca de 360 mil pessoas, com elevados índices de exclusão, desemprego e violência. Cerca de 60% dos responsáveis pelos domicílios apresentam rendimentos inferiores a três salários mínimos. Dos 444 sectores censitários da Sub-prefeitura, apenas um não se encontra abaixo do limiar de pobreza.

Figura 24 – Sub-prefeituras do Município de São Paulo



Adaptado de: www.prefeitura.sp.gov.br

O projecto consiste na promoção de um Pólo Agrícola em Parelheiros, onde se organiza o cultivo de produtos hortícolas e frutícolas, de especiarias, ervas aromáticas e medicinais e ainda de plantas ornamentais e decorativas. Já começaram a ser organizadas as hortas comunitárias cujos produtos cultivados se destinam a consumo próprio e à comercialização.

Foi já montado no local um centro de empreendedorismo e formação agrícola ambiental. Está em execução a instalação de um entreposto para a venda dos produtos resultantes da “Fábrica Verde”.

Em Itaím Paulista proceder-se-á ainda à instalação, para além de hortas comunitárias, de uma unidade industrial para processamento e embalagem dos produtos destinados à comercialização. Esta fábrica surge através do estabelecimento de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Eletropaulo⁹³. Procurar-se-á beneficiar, em termos da comercialização, os produtores de trabalharem em associação, surgindo deste modo um estímulo ao cooperativismo.

Figura 25 – Hortas Comunitárias em Itaím Paulista



Fonte: www.itaimpaulista.com.br

O objectivo a curto prazo é capacitar os actuais e futuros produtores locais através de acções de formação, possibilitadas pelo estabelecimento de uma parceria com a Escola de Agronomia da Universidade de São Paulo. A longo prazo espera-se a formação de uma região de micro e

⁹³ A Eletropaulo é uma empresa privada de distribuição de energia eléctrica (<http://www.eletropaulo.com.br>).

pequenos empresários agrícolas, numa lógica de Distritos Industriais *Marshallianos*, conforme o Capítulo II.

Para este projecto foi seleccionado um total de 190 jovens residentes nestas duas áreas da cidade de São Paulo, 100 em Parelheiros e 90 em Itaim Paulista, para receberem formação durante um período de seis meses, sendo atribuído a cada um, uma bolsa de estudo no valor de 200 reais.

Face à necessidade de preservação ambiental, foram também organizadas equipas de recolha de resíduos sólidos na região, tanto os gerados pela produção agrícola, quer os gerados pelas actividades domésticas. Também estes trabalhadores receberam formação direccionada para a colecta, triagem e reutilização dos materiais recolhidos.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Projecto de Criação de Ruas-Modelo:

Protocolo firmado entre a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial, em 2007, para incentivar os lojistas a recuperar as fachadas e os acessos aos seus estabelecimentos, bem como a legalizar a sua situação fiscal. Foram seleccionadas cinquenta ruas-modelo comerciais, espalhadas um pouco por toda a cidade, onde se desenvolverá esta iniciativa.

As acções de melhoria poderão incluir medidas como pintura, transformação estética, reciclagem e reaproveitamento de materiais. Por exemplo, neste último caso, placas indicativas da actividade comercial, retiradas por não estarem de acordo com as directrizes de um programa mais abrangente no qual esta iniciativa se insere, o Programa “Cidade Limpa”.

Os lojistas que aderirem a esta iniciativa beneficiarão de incentivos fiscais, nomeadamente no Imposto Predial e Territorial Urbano.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Programa de Modernização da Gestão:

Programa que resulta de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Movimento Brasil Competitivo, com o apoio técnico do Instituto de Desenvolvimento Gerencial. Foi estabelecido um plano de acção em três frentes: gestão de receitas, gestão de despesas e melhoria de processos. O objectivo deste programa é aumentar a recolha de rendimentos da Prefeitura sem aumentar a carga fiscal, procurando até, na medida do possível, a redução de impostos.

Deste modo, iniciativas como o programa da nota fiscal electrónica, o aumento da fiscalização das empresas registadas do Município e as boas práticas administrativas na gestão dos contratos da Prefeitura, têm vindo a demonstrar resultados positivos.

Por exemplo, o incentivo à emissão de Nota Fiscal Electrónica (NF-e) está orientado para fomentar a melhoria na capacidade de arrecadação de impostos, combatendo e diminuindo a fuga e evasão fiscal. Permite ainda, a quem aderir a este programa, o acesso a crédito que poderá ser abatido em sede do IPTU, até 50% do seu valor. Os prestadores de serviços têm ainda benefícios em termos de cálculo e emissão automática do documento referente ao ISQN.

Desde que esta iniciativa foi lançada, no ano de 2006, foram já emitidas 100 milhões de notas fiscais electrónicas, o que resultou na arrecadação de 3,4 mil milhões de reais de impostos. Deste valor, 154 milhões de Reais são resultantes de créditos para abatimento em IPTU. Inicialmente, a estimativa de emissão era de 3 milhões de NF-e mensais. Esse valor foi quadruplicado em pouco mais de um ano após a implementação da iniciativa. O sucesso desta iniciativa na cidade de São Paulo levou já à sua aplicação na gestão de outras cidades entre as quais o Rio de Janeiro e Manaus.

Em 2006, o município tinha estimado como meta uma arrecadação tributária adicional de mil milhões de reais, tendo sido efectivamente arrecadados 984 milhões de reais. A meta para 2007 foi estabelecida em 1,2 mil milhões de Reais. No início de Outubro tinham já sido arrecadados 867 milhões de Reais.

Estes rendimentos extraordinários permitiram aumentar os investimentos públicos em cerca de 15% nas áreas da Saúde e da Educação.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Projecto de Arranjo Produtivo Social (APS):

Projecto resultante de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e Instituto Brasileiro de Trabalho e Educação Cristã (IBRATEC). O seu objectivo centra-se na parceria entre ONG's e a Prefeitura, com o objectivo de fomentar a inserção social e económica a partir de talentos da comunidade e do fortalecimento de laços de cooperativismo.

Esta iniciativa inclui a implementação de cursos de formação, o estabelecimento de pesquisas de vocação local das áreas escolhidas⁹⁴, incentivo ao cooperativismo e disponibilização de consultoria para

⁹⁴ Este projecto actua nas sub-prefeituras de Itaquera, Guaianases, São Miguel, Itaim Paulista, Jaçanã, Vila Maria e Sé.

o empreendedorismo, nomeadamente análises de mercado, captação de fornecedores e clientes, entre outros aspectos.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Organização do Pólo de Resseguros:

A Lei Complementar 126/07 prevê o estabelecimento na cidade de São Paulo de um Pólo de Resseguros⁹⁵ de nível nacional. O mercado de seguros do Brasil é o maior da América Latina e o 19.º maior do mundo. Entre os variados tipos de seguros, o país movimenta anualmente 30,39 mil milhões de dólares. Actualmente nove empresas internacionais actuam no Brasil, cinco delas na cidade de São Paulo, movimentando um total de cerca de 3,5 mil milhões de dólares por ano, assumindo-se assim como um sector de grande importância para a economia brasileira.

A criação deste pólo captou já o interesse de mais de 20 resseguradoras internacionais que pretendem aí iniciar as suas actividades no Brasil.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Parcerias Público-Privadas (PPP's):

A Lei Estadual n.º 11688/04 define as PPP's como mecanismos de colaboração entre o estado e o sector privado, com vista ao cumprimento dos seguintes objectivos:

- Implantação, ampliação, melhoramento, reforma e manutenção/gestão das infra-estruturas e equipamentos públicos.
- Prestação de serviços públicos e exploração de bens públicos.
- Exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Estado, como marcas, patentes, estruturas de gestão pública, etc.

O primeiro projecto abrangido por esta legislação foi a implantação da Linha 4 do Metro de São Paulo, em Dezembro de 2005, que previa investimentos privados na ordem dos 340 milhões de dólares (USD), complementados pelos 922 milhões de USD do governo paulista. Entre as outras obras viabilizadas pela aplicação deste modelo de gestão, na cidade de São Paulo, destacamos o Expresso Aeroporto; o Trem de Guarulhos e o Corredor de Exportação Campinas – Vale do Paraíba – Porto de São Sebastião.

As principais áreas de PPP's são a saúde, o saneamento, as infra-estruturas de transportes e comunicações e a educação. As expectativas de captação total de investimento privado

⁹⁵ Os resseguros funcionam como seguros para as seguradoras.

cifravam-se, no momento da implementação desta iniciativa, nos 3 mil milhões de dólares, a ser investidos em obras e serviços considerados pelo Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Fontes: www.prefeitura.sp.gov.br; www.investimentos.sp.gov.br; www.camara.sp.gov.br; Lei Estadual nº 11688 de 2004

- Atlas do Trabalho e do Desenvolvimento:

Trata-se da criação de uma aplicação informática que divide a cidade em 31 sub-prefeituras, 96 distritos e 454 micro-regiões, isto é Unidades de Desenvolvimento Humano, classificando-as de acordo com um conjunto de mais de 200 indicadores de desenvolvimento, considerando os temas da educação, saúde, rendimento e trabalho.

O objectivo é facilitar o planeamento de acções públicas e privadas, através da constituição de uma ferramenta de produção de informação e de apoio à decisão. Permite a navegabilidade e a realização de estudos de análise espacial através da utilização de um Sistema de Informação Geográfico (SIG). O Atlas inclui dados do Sistema de Informações Socioeconómicas (SISEM) e do Atlas do Ambiente, agrupando assim, num único ambiente computacional, informações várias que podem servir como diagnóstico, auxiliando, deste modo, a tomada de decisão pública e privada.

Através das potencialidades oferecidas pelo Atlas têm sido já desenvolvidas políticas públicas de emprego e desenvolvimento socio-económico. A sua utilização pela iniciativa privada tem-se cingido ao estabelecimento de acções de expansão e instalação de empresas, baseada em técnicas de *GeoMarketing* potenciadas pelo Atlas⁹⁶.

O Atlas foi desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as Fundações SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e João Pinheiro, e encontra-se disponível *online* no *website* da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Este *website*, em conjunto com outros relacionados com diferentes temáticas (por exemplo: www.investimentos.sp.gov.br ou www.cidadedesao Paulo.com) também funciona como mecanismo de promoção empresarial e turística do município, permitindo o acesso a funcionalidades tão variadas, como por exemplo, o “*Conheça São Paulo*” e o “*Negócios na Cidade*”.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br;

⁹⁶ Neste sentido ver, por exemplo, ROSA e LÚCIO (2002: 151-165)

Formação e Qualificação Profissional

- Implantação de Cursos de Formação:

São inúmeros os programas deste tipo, desenvolvidos no Município de São Paulo, entre os quais destacamos:

- *Bolsa Estágio-Trabalho:* Programa de aperfeiçoamento profissional através do recurso a estágios semestrais, organizados por empresas e órgãos governamentais. A Prefeitura subsidia os custos dos estágios. Podem recorrer a este serviço jovens entre os 16 e os 29 anos, desempregados e residentes há pelo menos dois anos em São Paulo, desde que frequentem alguma instituição de ensino médio ou superior, apresentando relatórios de frequência escolar igual ou superior a 85%. A oferta, mesmo considerando apenas as vagas para estudantes do Ensino Superior, ascende a 2500 vagas de estágios remunerados através de bolsas.
- *Escola Municipal de Formação:* Dirigida essencialmente a funcionários do sector público, visa a promoção da formação e desenvolvimento de competências dos funcionários públicos do Município, aumentando deste modo o nível de qualificações desses trabalhadores.
- *Programa ProJovem:* Programa que proporciona a formação de jovens carenciados, até aos 24 anos de idade, elevando o seu nível de escolaridade e de qualificação profissional, em áreas específicas como a informática, o turismo e a alimentação. Os participantes com os melhores resultados passam a ter direito a uma bolsa mensal, com a duração de um ano. São disponibilizadas, em cada ano, um total de cerca de 10800 vagas.
- *Planteq São Paulo*⁹⁷: Uma das directrizes deste programa é o estabelecimento de acções diversas de formação para jovens e adultos, especialmente os que se encontrem em situações sociais problemáticas. Através do estabelecimento de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério do Trabalho, foi possível, neste âmbito, criar acções de formação e qualificação diversas e atribuir bolsas de estudo, permitindo o transporte e alimentação de todos os alunos participantes. O investimento do Governo Federal rondou os 20 milhões de reais, acrescidos por 2 milhões disponibilizados pela Prefeitura. Os cursos disponibilizados abrangiam áreas tão diversas como, informática, *telemarketing* ou corte e costura. O total de vagas inicialmente disponíveis foi de 12 mil para jovens dos 18 aos 24 anos, e de mais 3700 para adultos. Os indivíduos que entraram na primeira fase do programa já concluíram a sua formação. Em termos positivos será de salientar que as taxas de desistência foram reduzidas.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

⁹⁷ Plano Territorial de Qualificação Profissional do Município de São Paulo.

- Centro de Apoio ao Trabalho (CAT):

Actua em diversas frentes como por exemplo, a qualificação profissional e o suporte à actividade e criação de micro empresas; centradas na persecução de um objectivo geral, auxiliar a requalificação profissional, promover o emprego e o desenvolvimento económico do Município. O Município conta já com seis unidades a funcionar, às quais estão acopladas, em alguns casos, os postos de atendimento ao empreendedor, acima mencionados.

Nos primeiros três meses de funcionamento conjunto, os CAT atenderam mais de 48 mil pessoas, das quais 40% foram encaminhadas para entrevistas e cerca de 2000 conseguiram um emprego. Dos restantes, 7500 foram encaminhados para cursos de formação profissional.

Até Fevereiro de 2007, 27 meses depois da sua entrada em actividade, a Prefeitura de São Paulo conseguiu, através dos CAT's, que mais de 45 mil pessoas conseguissem emprego, num total de cerca de 350 mil desempregados registados, o que significa um índice de empregabilidade da ordem dos 14%.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

- Alfabetização de Jovens e Adultos:

O Projecto Educação de Jovens e Adultos (EJA) opera no Município de São Paulo, destinado a todos os que, com idade superior a 14 anos, desejem retomar os seus estudos e concluir o ensino fundamental. As aulas funcionam em regime diurno, nos 14 Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos, e em regime pós-laboral, nas mais de 300 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio. São, anualmente, abrangidos por esta iniciativa quase 120 mil alunos.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br;

- Ampliação da Inclusão e Literacia Informática:

Parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal e a Microsoft com vista a aumentar o acesso a meios computacionais e a promover a inclusão informática, através da disponibilidade de acesso gratuito à *Internet* ou do aumento da oferta de computadores pessoais à população carenciada. A parceria inclui a criação de um Telecentro Incubadora, cuja organização e sucesso permitirão a criação de mais Telecentros Multimédia, com acesso generalizado e gratuito à utilização de computadores e *Internet*. Será ainda construído um centro de reciclagem de computadores, resultante de uma parceria entre a Prefeitura e a FUNDETEC (Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia, Educação e Comunicação), onde serão ministrados cursos de qualificação profissional em informática a cerca de 240 alunos por ano.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Planeamento e Estratégias Turísticas:

A elaboração e execução das políticas de turismo da Cidade de São Paulo é da responsabilidade da empresa São Paulo Turismo (SPTuris)⁹⁸, cuja principal função é o cumprimento das directrizes definidas no Plano Municipal do Turismo (Platum), onde se encontram expressos os programas e acções necessárias ao fomento da actividade turística da cidade. É ainda da responsabilidade deste órgão, pertencente ao Conselho Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de São Paulo, a gestão do *site* Oficial do Turismo de São Paulo (www.cidadedesao paulo.com), onde podem ser consultadas informações variadas como a agenda cultural, os pontos turísticos e a história da cidade de São Paulo.

Faz também parte das funções da SPTuris a formação e especialização de operadores e agentes de viagem brasileiros na promoção e venda da cidade como destino turístico, a produção de material de promoção e divulgação, como os folhetos da série “*Destino São Paulo*”, e a participação em feiras e eventos internacionais da área do turismo, o Projecto de Sinalização Turística Viária é também da sua responsabilidade.

De salientar ainda o programa “*Fique Mais um Dia*” que, como o nome indica, visa prolongar a estadia dos turistas. É uma oferta orientada para o turismo de negócios e para aqueles que vêm participar em eventos internacionais. Se cada turista que visita a cidade ficar “mais um dia”, o valor acrescido na economia da cidade seria de cerca de 1,5 mil milhões de reais/ano.

A vocação da cidade em termos de turismo tem-se salientado em três segmentos principais:

1. *Destino de Negócios:* São Paulo possui o maior centro de convenções da América Latina, o Parque Anhembi, que entre outros equipamentos inclui um Pavilhão de Exposições (a ser renovado através de uma parceria entre a Prefeitura e o Governo Federal), um Palácio de Convenções e um Sambódromo. Tem-se ainda procurado criar a imagem de uma cidade ideal para o destino de viagens para funcionários de empresas.
2. *Destino de Lazer e Eventos:* A oferta de entretenimento tem sido diversificada e melhorada, nomeadamente através da promoção turística, com destaque para o Carnaval. O Carnaval de 2007 registou um total de visitantes cerca de 20% superior a 2006 (23 mil pessoas). Dos visitantes desse ano, quase 20% eram turistas estrangeiros, que gastaram cerca de 600 Reais por dia, quase o dobro do gasto médio diário dos turistas brasileiros, com uma estadia média de três

⁹⁸ Decreto Municipal n.º 46649/05

dias na cidade. O valor total movimentado de forma directa pelo turismo no Carnaval rondará os 30 milhões de reais.

Dados da SPTuris demonstram que o Carnaval de São Paulo interagia com mais de 50 sectores de actividade económica, de que resultaram investimentos na ordem dos 80 milhões de Reais, que permitiram criar cerca de 25 mil empregos temporários e efectivos. Outros eventos importantes em que a cidade tem apostado são, entre outros: o Grande Prémio de Fórmula 1 de Interlagos; o Salão Automóvel; a Bienal de Artes; a Mostra de Cinema de São Paulo e o *Boat Show*.

3. *Destino de Compras*: Abundam na cidade ofertas de consumo comercial diversificadas e abrangentes. Uma pesquisa realizada nas Centrais de Informação Turística (CIT's) da cidade revelou que cerca de 50% dos turistas estavam interessados nos centros comerciais da cidade, 25% nas ruas de comércio especializado e 20% em feiras de arte, bazares e antiguidades. Cerca de 8% dos turistas que vão ao Brasil fazem a sua viagem exclusivamente para compras, o que significa que extrapolando esta percentagem para São Paulo, a cidade poderá receber cerca de 700 mil turistas por ano.

O gasto médio em compras de um turista na cidade de São Paulo é de cerca de 390 Reais. Deste modo é fácil compreender a aposta na criação e melhoria das ofertas de consumo. A cidade tem actualmente 66 centros comerciais, estando a serem construídos outros cinco, que reúnem mais de 7500 lojas. Só o *Shopping Center Norte* é visitado por 45 milhões de pessoas por mês. Existem 59 ruas temáticas de comércio especializado, que chegam a reunir, como no caso da Rua 25 de Março, cerca de 500 mil visitantes por dia.

O retorno de todas as acções mencionadas, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, da formação profissional, da construção e gestão de equipamentos comerciais, da promoção e marketing da cidade, das suas ofertas turísticas e comerciais e dos eventos disponíveis ao longo do ano; tem sido extremamente significativo, como se pode verificar pelos seguintes dados:

- A taxa de ocupação hoteleira subiu no primeiro semestre de 2007 de 62% para 66%, quando comparada com homólogo período de 2006. Durante o Grande Prémio de Formula 1 do Brasil em Interlagos, a ocupação hoteleira atingiu o seu pico com uma taxa de ocupação de 88%, o que equivaleu a cerca de 200 milhões de reais movimentados durante o evento, relacionados directamente com a actividade turística. Se compararmos com 2004, o crescimento das taxas de ocupação hoteleira foi de 15% em três anos. A receita por cada apartamento alugado a turistas na cidade de São Paulo subiu mais de 90% em apenas um ano.

- Em relação ao segmento dos negócios, a cidade de São Paulo atrai anualmente cerca de 5 milhões de turistas, o que equivale a quase 50% do total de turistas recebidos. Os principais países emissores são os Estados Unidos da América, a Argentina e a Alemanha. Quase 70% dos norte-americanos e 60% dos alemães que chegam ao Brasil têm como destino a cidade de São Paulo.
- Os sectores directamente associados ao Turismo, como por exemplo a Hotelaria e as Agências de Viagens, viram as vendas subir em 2007, 17% face ao ano transacto, o que representa um aumento de quase 90% face ao valor de 2001.
- São Paulo foi eleita em 2007 pela revista Viagem & Turismo de São Paulo como a terceira melhor cidade brasileira para fazer turismo. Sendo esta a terceira edição deste ranking foi a melhor classificação de sempre. Destaque ainda para a nota mais elevada no que refere ao item da alimentação, com um total de 4,92 pontos num máximo de 5.

Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br; www.cidadesaopaulo.com

4.3. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC

4.3.1. Enquadramento institucional

O Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Bilings ou, como é mais conhecido, o **Consórcio Intermunicipal do Grande ABC**, foi criado em Dezembro de 1990 com o intuito de equacionar e adoptar medidas conjuntas, indutoras de desenvolvimento para a região do ABCD. Fazem parte desta associação os oito municípios em estudo, com excepção de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, cuja partilha de problemas, desafios e objectivos comuns induziu a participação no dito organismo intermunicipal.

As primeiras actividades do Consórcio centraram-se nas questões ambientais. Foram promovidos programas ao nível da reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e efluentes industriais e da educação ambiental. Progressivamente, as temáticas de intervenção foram-se diversificando para áreas diversas como o uso do solo, transportes e acessibilidades e para as esferas económica e social da Região. Esta diversificação de áreas temáticas originou, em 1995, modificações na estrutura organizativa do Consórcio. Foram criados grupos de trabalho com objectivos específicos e variados, como por exemplo, as Equipas Técnicas Sectoriais do Circuito Cultural, da Educação, do Ambiente, do Sistema Viário e Circulação.

Uma das entidades constituintes do Consórcio é a **Câmara Regional**, criada em 1997. Esta instituição surge como um órgão sem personalidade jurídica, cuja função consiste em fornecer apoio administrativo aos diversos grupos de trabalho criados. É constituída por diversos actores institucionais, nomeadamente elementos do poder público, representantes do Governo do Estado de São Paulo e dos sete municípios, bem como da sociedade civil, representantes de empresários e trabalhadores e grupos de moradores.

No ano seguinte, em 1998, foi criada, por deliberação da Câmara Regional do Grande ABC, a **Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC**, cuja missão consiste na união de esforços por parte de instituições públicas e privadas, de forma a potenciar o desenvolvimento económico sustentável da região. É uma Organização Não-Governamental Mista, em cuja constituição participam representantes das Prefeituras dos sete municípios incluídos no Consórcio, de Associações Comerciais, do SEBRAE, das Empresas do Pólo Petroquímico, de Instituições do Ensino Superior da região e de Sindicatos de Trabalhadores.

A Agência tem vindo a orientar diversos projectos, em quatro principais frentes de actuação:

- Marketing Regional: Construção e divulgação de uma imagem (interna e externa) da Região;
- Apoio e Fomento: Suporte, atracção e desenvolvimento de empresas e negócios;
- Informação: Recolha, sistematização e difusão de informações sobre a Região, de forma a captar novos investimentos geradores de rendimento;
- Trabalho e Qualificação: Apoio a acções e programas de qualificação e inserção profissional.

Fontes: www.consorcioabc.org.br e www.agenciagabc.com.br

4.3.2. Planeamento Regional Estratégico

O Consórcio Intermunicipal procura estabelecer uma política regional, através da qual se procuram identificar as principais valências e vocações de cada um dos municípios constituintes, estabelecendo uma estratégia de complementaridade económica inter-municipal com benefícios para o conjunto.

Neste contexto, em 2000, estabeleceu-se como objectivo de aplicação ao longo de uma década, um conjunto de directrizes regionais de planeamento estratégico, que permitam a eliminação da competição económica “predatória” entre municípios em favor de uma política de cooperação regional, com vista ao cumprimento de um cenário de prosperidade e crescimento económico sustentado para a Região.

No âmbito destas directrizes estratégicas assumiu-se como expectável um total de investimentos superior a 2 mil milhões de USD, provenientes de fontes estatais (federais, regionais e municipais) e privadas.

Foram então estabelecidas, no âmbito da política de planeamento regional estratégico, duas áreas de actuação no sentido do fortalecimento económico da Região:

- No Sector Terciário: Fomentar a posição do ABCD como centro do terciário avançado (sector “quaternário”) a nível nacional e como um dos eixos de vanguarda na metrópole de São Paulo. Este objectivo deverá ser concretizado pelo equilíbrio entre novos investimentos e a base económica local já existente. O cenário futuro deverá então reunir iniciativas como a dinamização do comércio de rua nas áreas centrais das cidades da região; o estímulo ao turismo regional em geral; a criação de núcleos de apoio e desenvolvimento da produção local e o desenvolvimento de serviços de lazer e entretenimento adequados às necessidades da população.
- No Sector Secundário: Renovar e aperfeiçoar a capacidade industrial já existente, estimulando, em simultâneo, o aparecimento de novas tendências industriais adequadas às especificidades da Região. Deste modo, constituem prioridades o cumprimento de directrizes como: a manutenção das indústrias automóveis já instaladas na região, assim como do parque industrial regional de componentes; o apoio à criação de incubadoras de empresas de base tecnológica; o estímulo à criação de cooperativas de indústrias; o fortalecimento das relações capital-trabalho; a modernização e aumento da produção do Pólo Petroquímico de Capuava e o desenvolvimento do Pólo do Sertãozinho; o apoio ao desenvolvimento industrial/empresarial através da melhoria do acesso ao crédito; o fortalecimento e modernização das PME’s, o aumento das disponibilidades energéticas e de reutilização de água a preços económicos

No estabelecimento da política de Planeamento Regional Estratégico, por parte do Consórcio Intermunicipal, foram definidos sete Eixos Estruturantes (EE), que consistem em grupos temáticos de programas, acções e directrizes orientadas de forma a cumprir o cenário de desenvolvimento sócio-económico sustentável idealizado para o futuro da região:

- EE1 – Educação e Tecnologia: Apoia-se na premissa de que a manutenção da preponderância industrial da Região e o desenvolvimento das actividades dos serviços serão unicamente alcançados se apoiados na inovação tecnológica e na qualificação profissional da mão-de-obra local. Para isso, foram definidas iniciativas como o fomento à educação/formação de crianças e jovens adultos e a implantação de um Pólo Tecnológico no ABCD constituído por Centros de Investigação & Desenvolvimento e de Apoio e Difusão Tecnológica; Instituições de Ensino Superior; Incubadoras Tecnológicas e Parques Tecnológicos.
- EE2 – Sustentabilidade dos Mananciais de Águas: Centra-se na necessidade de valorização das áreas de mananciais, que englobam mais de metade do território da Região, quer em termos

ambientais, com vista ao aproveitamento para fornecimento de água potável, quer como pólos de criação de mais-valias económicas compatíveis com a sua conservação.

- EE3 – Acessibilidades e Infra-Estruturas: Inclui preocupações como a regionalização do planeamento dos transportes colectivos, do armazenamento de cargas e das operações de tráfego; a integração do sistema viário regional com outras infra-estruturas de circulação; melhorias acentuadas ao nível do acesso às redes de telecomunicações; estabelecimento de políticas energéticas, de tratamento e reutilização de água, nomeadamente para fins industriais, e ao nível do saneamento básico.
- EE4 – Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas: Propõe-se, através deste eixo, a aplicação de medidas que promovam a criação de PME's de base tecnológica; o aumento da competitividade das indústrias petroquímica e do sector automóvel; a criação de centros industriais e de serviços, através da aplicação de políticas sectoriais, de incentivos fiscais e da criação de núcleos de apoio à produção; o fomento do turismo regional sustentável, com destaque para os segmentos do turismo ecológico, empresarial, cultural e desportivo; o fortalecimento do comércio de rua; a evolução dos níveis salariais e do emprego como reflexo do aumento de produtividade.
- EE5 – Ambiente Urbano de Qualidade: Instituição de medidas de renovação e reabilitação urbana e de conservação e recuperação do património histórico e cultural. Implementação de programas de saneamento, de recolha e tratamento de resíduos sólidos e de reabilitação ambiental e paisagística dos espaços públicos.
- EE6 – Identidade Regional e Estruturas Institucionais: Modernização administrativa dos órgãos políticos e institucionais municipais; estímulo à organização de uma comunidade cívica regional; apoio a negócios de base local, principalmente de pequenas empresas; estabelecimento de parcerias público-privadas com vista à viabilização de investimentos.
- EE7 – Inclusão Social: Estabelecimento de medidas que permitam, entre outros, o cumprimento dos seguintes objectivos: Criação de emprego e rendimento; estabelecimento de Bancos de Crédito Popular; organização de Cooperativas de empresas e de trabalhadores; urbanização de favelas; segurança pública; saúde pública; maior acesso à educação.

Fonte: www.consortioabc.org.br

4.3.3. Projectos no Âmbito do Planeamento Regional Estratégico⁹⁹

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção:

- Política Regional de Incentivos Selectivos:

Criação a nível regional e municipal de legislação e incentivos com vista ao estabelecimento ou ampliação de empresas, principalmente se investirem em Investigação & Desenvolvimento de base tecnológica.

- Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED):

Realização de estudos em parceria com a Fundação SEADE que permitam a criação de uma base de dados económicos e a preparação de iniciativas de promoção social e empresarial da região. Os resultados têm demonstrado uma diminuição das taxas de desemprego anuais nos últimos anos. A criação de emprego tem ocorrido principalmente na indústria.

- Aumento da Competitividade das Cadeias Produtivas do ABCD:

Desde 1997 que a Câmara Regional prevê o apoio a sectores produtivos já instalados na Região com o objectivo de estimular o seu desenvolvimento tecnológico, aumentando assim a sua competitividade. Os principais sectores são:

- *Sector Automóvel:*

Uma das iniciativas propostas neste âmbito diz respeito ao Programa de Renovação de Frota de Veículo que, tal como o nome indicia, consiste no estabelecimento de estímulos fiscais para a troca e renovação da frota automóvel das empresas da Região. Este projecto inclui a criação de uma Central de Reciclagem de Veículos a localizar no Município de São Bernardo do Campo. As expectativas referem-se a incrementos de produção automóvel na ordem dos 150 mil veículos logo no primeiro ano de implementação da iniciativa, para além de melhorias consideráveis a nível ambiental e de segurança rodoviária¹⁰⁰.

⁹⁹De entre todos os projectos desenvolvidos foram seleccionados apenas os mais importantes para a temática em estudo. Para consulta dos projectos, ver www.consortioabc.org.br.

¹⁰⁰Dados disponíveis em www.consortioabc.org.br referem que 70% dos acidentes de trânsito com vítimas e 80% da poluição do ar são causados por veículos antigos.

Os trabalhadores deste sector beneficiam, ainda, de acções de formação e qualificação profissional transversais, principalmente nos ramos da informática, línguas (inglês e espanhol), técnicas de gestão e produção, mecânica e electrónica.

A Região concentrava, em 2005, quase um quarto da produção nacional de veículos automóveis, em grande parte resultado de iniciativas, directas ou indirectas, de fomento à produção e modernização tecnológica.

- *Sector Petroquímico (Química, Plásticos, Cosméticos):*

Modernização e ampliação do Pólo de Capuava. Neste contexto foi fechado um acordo com a Petrobrás com vista ao fornecimento de 100 mil toneladas de matéria-prima para a expansão do Pólo; a construção do colector-tronco veio permitir também o afastamento de efluentes industriais e a melhoria da qualidade da água. Ainda neste sector destaque para o Projecto Alquimia e para o Projecto ABC-Milano¹⁰¹.

Em 2001, o Consórcio, através da Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC, organizou a Feira de Créditos e Financiamento da Indústria do Plástico do Grande ABC, no sentido de estimular o estabelecimento de linhas de crédito para as empresas do sector. Para além disto, desde 1998, que se realiza um seminário anual subordinado ao sector dos plásticos.

- *Sector da Construção Civil:*

A indústria de construção civil é um dos sectores mais importantes na Região, principalmente ao nível do emprego e das PME's. O Consórcio Intermunicipal tem desenvolvido várias iniciativas direccionadas para o sector, principalmente no âmbito da qualificação profissional e no desenvolvimento de um mercado associado à construção de pequena dimensão, pequenos reparos ou serviços e à auto-construção.

- *Sector do Mobiliário:*

Em 1998 foi assinado o primeiro acordo para o sector, o Plano para uma Política de Revitalização do Sector Moveleiro (i.e. Mobiliário) do Grande ABC. Foram, entretanto, também estabelecidas directrizes para a implantação de Centros de Apoio e Difusão Tecnológica e Cursos Técnicos. Procurou-se também criar uma parceria de destaque, entre o Consórcio e o CETEMO-RS – Centro de Tecnologia do Mobiliário do RS. Desta parceria

¹⁰¹ Estes projectos serão analisados mais à frente ainda neste documento.

resultaram várias iniciativas, de entre as quais: Capacitação em pintura; reestruturação de *lay-out* e processos; desenvolvimento de análise de necessidades; assessoria técnica, entre outras.

Como resultados destas iniciativas podemos destacar alguns resultados: redução do consumo de tinta até 30%; melhor qualidade dos equipamentos, materiais, higiene e mão-de-obra; redução dos riscos de acidentes até 15%; e o aumento da produtividade até 20%. Para além dos anteriores acordos, também o estabelecimento de parcerias com o SEBRAE (Projecto MóvelAcção para criação de um Centro Cooperativo de Design, com vista ao desenvolvimento da capacidade de design dos produtos) e com a Universidade de São Paulo, para desenvolvimento de novos materiais.

- *Sector do Vestuário:*

Campanhas de formação profissional, principalmente em termos de técnicas de desenho e costura e na gestão empresarial, dirigidas para trabalhadores independentes, micro-empresas ou cooperativas.

Fontes: www.consortioabc.org.br

- Manutenção da Competitividade no Comércio Retalhista:

Foi definido um plano de acção voltado para o comércio retalhista, procurando o cumprimento de três iniciativas principais: elaboração e fornecimento de estudos de mercado; transferências tecnológicas entre as grandes redes e os pequenos comerciantes; e incentivos legais à abertura de PME's.

Fonte: www.consortioabc.org.br

- Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas – Projecto ABC-Milano:

Projecto desenvolvido inicialmente para os sectores industriais do mobiliário e dos plásticos, resultante do estabelecimento de uma parceria entre o Consórcio Intermunicipal, a Promos de Milão, a Câmara Italo-Brasileira de Indústria e Comércio e o SEBRAE. O objectivo principal desta iniciativa consiste no estabelecimento de linhas de apoio e intercâmbio entre os sectores públicos e privados das duas regiões, visando o fomento do desenvolvimento de PME's.

Esta parceria tem apresentado resultados positivos, proporcionando o contacto entre instituições públicas e privadas, no sentido de melhorar as condições de trabalho, segurança e qualificação, e a criação de negócios e acordos de colaboração técnica entre os sectores público e privado das duas regiões. Verificou-se um aumento de investimentos de empresários italianos no ABCD, assim como das

exportações desta região para a Itália, surgiram também novos canais de comunicação entre os empresários de ambas as regiões. Não foi só a nível empresarial, mas também a nível universitário que se verificou o estabelecimento desta “cultura de intercâmbio” de experiências e iniciativas. Destaque também para a oferta, pela Agência Promos, de instalações e logística em Milão, com vista à utilização pelos municípios do ABCD.

Fonte: www.consortioabc.org.br

- Incubadoras de Empresas:

Data de 2000 o plano de instalação de cinco incubadoras¹⁰² na Região do ABCD, resultantes de parcerias entre a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC (que coordena e administra os processos), as Prefeituras Locais (que disponibilizam os locais) e o SEBRAE (que participa com os recursos financeiros e a tecnologia). Estas incubadoras constituem organizações de desenvolvimento e apoio às micro, pequenas e médias empresas.

As empresas seleccionadas para participar deste projecto passam a contar com infra-estruturas para a realização dos seus negócios, assessoria administrativa, disponibilização de equipamentos e local de trabalho a custos reduzidos e, ainda, acesso a cursos de qualificação.

Cada uma destas organizações apresenta especificidades de actuação relacionadas com os objectivos principais da sua implantação. O seu sucesso já levou ao planeamento de uma nova estrutura de incubadoras de empresas, desta vez no Município de Ribeirão Pires. Por exemplo, a Incubadora In.Nova de Santo André (Incubadora Tecnológica de Santo André) apresentou, entre 2003 e 2004, um aumento na facturação na ordem dos 200%, passando de 110 mil para 330 mil reais.

Fonte: www.consortioabc.org.br; www.agenciagabc.com.br; Informativo Grande ABC – Julho/Agosto 2001 e Especial Dezembro de 2002; www.incubadorainnova.com.br e www.iebmaua.com.br

- Arranjo Produtivo Local (APL):

Projecto criado em 2004, com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE e com o objectivo de estimular e sustentar o crescimento de micro, pequenas e médias empresas dos sectores de componentes para automóveis, ferramentas e plásticos. Promove a integração e o cooperativismo dos empresários que, deixando de ser concorrentes, passam a beneficiar das vantagens proporcionadas pelo trabalho em associação. O acordo para a criação deste projecto prevê, ainda, o estabelecimento de parcerias com universidades para promoção e integração de iniciativas de investigação e desenvolvimento, numa

¹⁰² A proposta inicial previa a instalação de duas incubadoras em Mauá (uma delas com o apoio da Petrobrás), uma em Santo André, uma em São Caetano do Sul e outra em Diadema, que se vêm juntar a uma já existente no Município de São Bernardo do Campo e implantada em 1999. A primeira dessas cinco unidades foi implantada no ano de 2001, em Mauá – Incubadora de Empresas Barão de Mauá; em 2002 iniciou a actividade a de Santo André e, em 2003, a de Diadema.

lógica semelhante à dos “*Clusters*” ou Sistemas Produtivos Locais apresentados no capítulo II do presente trabalho.

Esta iniciativa tem proporcionado uma maior competitividade das empresas participantes: dados de 2003 demonstram que as empresas que participam do APL Grande ABC facturavam cerca de 136 milhões de reais/ano e empregavam cerca de 1700 pessoas. Em 2004, após a criação do APL e respectiva integração no mesmo, a facturação e os postos de trabalho cresceram para 184 milhões de reais e 2100 empregados. O crescimento anual destas empresas cifra-se, em média, nos 20% por ano.

Fonte: www.consorcioabc.org.br; www.agenciagabc.com.br; Informativo Grande ABC – Junho 2004/Julho 2004 e Setembro 2004/Octubre 2004

- Promoção à Instalação de Bancos e Linhas de Crédito:

Dentro desta linha de acção destacamos a instalação, na Região, do Posto Avançado do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), que tem como objectivo facilitar o acesso ao crédito por parte de micro e pequenas empresas.

Dos atendimentos efectuados até 2005, quase metade eram do sector secundário, correspondendo cerca de um terço a actividades de serviços. Mais de metade das empresas atendidas foram micro-empresas. De entre os vários produtos disponíveis, os mais requisitados foram o BNDES Automático (35% do total, para financiamentos vários), e o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) (28%). Entre 2003 e 2004, o total de transferências do BNDES do ABCD apresentou um aumento da ordem dos 220%, cifrando-se, no último ano, na ordem dos 1,095 mil milhões de reais. Para além de toda esta actividade, o BNDES tem actuado ainda, na organização de palestras e programas temáticos, como por exemplo, o programa “*É hora de investir e vender*”, em parceria com a Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, Banco do Brasil e Visanet, com vista à divulgação dos seus produtos e das potencialidades empresariais da Região.

Fonte: www.consorcioabc.org.br; www.agenciagabc.com.br; Informativo Grande ABC – Abril 2003/Maio 2003

- Medidas de Apoio à Exportação:

Estabelecimento de uma parceria entre a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC e a Agência de Promoção às Exportações (APEX), que tem vindo a resultar em iniciativas de promoção empresarial e comercial da Região, com o objectivo de estimular as exportações. São, ainda, organizados através desta parceria, cursos, palestras e *workshops* destinados a orientar os pequenos empresários que desejem iniciar actividades exportadoras.

Para além desta iniciativa, foi criado, em 2004, o Programa de Apoio à Exportação da Agência Grande ABC, com o objectivo de oferecer informações e dar apoio às iniciativas de pequenas e médias empresas que queiram começar a exportar.

Comparando dados de 2003 e 2004, podemos perceber alguns impactos positivos destas medidas: A Região do ABCD era responsável, em 2004, por mais de 40% do saldo positivo da balança comercial do Estado de São Paulo. O *superávit* comercial do ABCD, nesse ano, foi de 1,67 mil milhões de USD, o que representa um acréscimo de 27% face ao ano de 2003. A Região contribuiu, no ano de 2004, para 5% do total de importações a nível nacional.

Fontes: www.consortioabc.org.br; www.agenciagabc.com.br

Formação e Qualificação Profissional

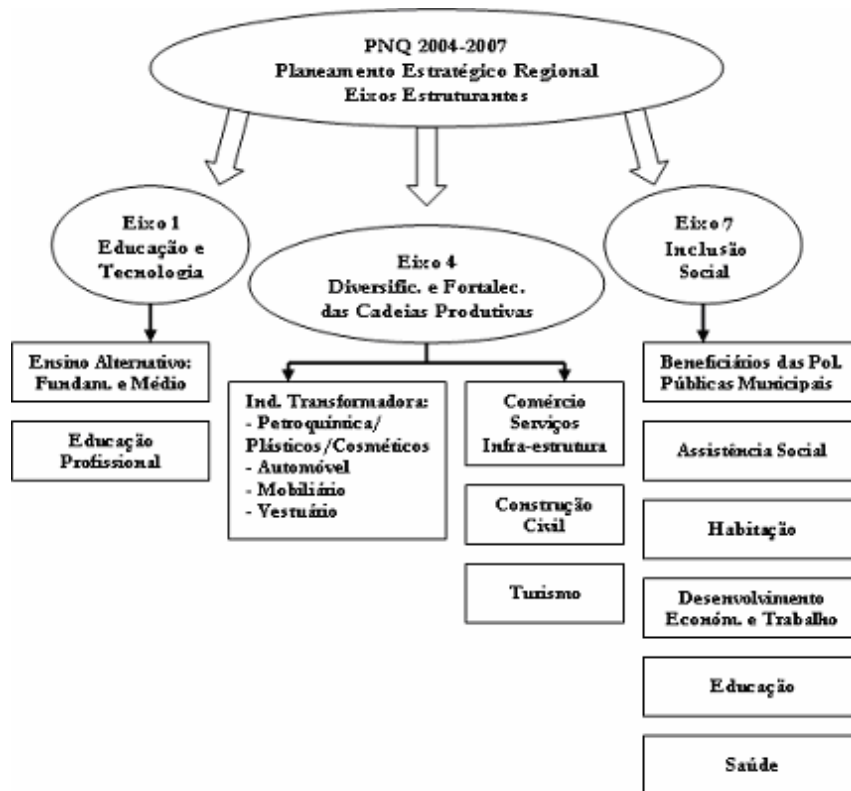
- PLANTEQ – ABC (Formação e Qualificação Profissional):

Alicerçando as suas bases metodológicas no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), começou a ser desenvolvido pelo Consórcio Intermunicipal, no ano de 2003, o Plano Territorial de Qualificação do Grande ABC (PLANTEQ–ABC), com o objectivo de adaptar as directrizes propostas pelo plano de nível nacional, à realidade local. Assim, uma das características principais deste PLANTEQ regional é a sua adequação às directrizes estruturais da política de planeamento regional estratégico.

Foi, assim, definido que o PLANTEQ plurianual (cuja primeira fase de implantação foi orientada para o período 2004-2007) teria a sua actuação vocacionada para três dos sete Eixos Estruturantes definidos, a saber, os EE1, EE4 e EE7¹⁰³. Num diagnóstico prévio acerca das necessidades locais de qualificação, foi definido um conjunto de áreas de actuação, organizadas de acordo com os três EE definidos, e que estão identificadas na Figura 26. Simultaneamente, foram utilizados dados das Centrais de Trabalho e Renda dos sete municípios, relativos às solicitações de cursos profissionais por parte dos trabalhadores desempregados da Região, que se apresentam na Figura 27.

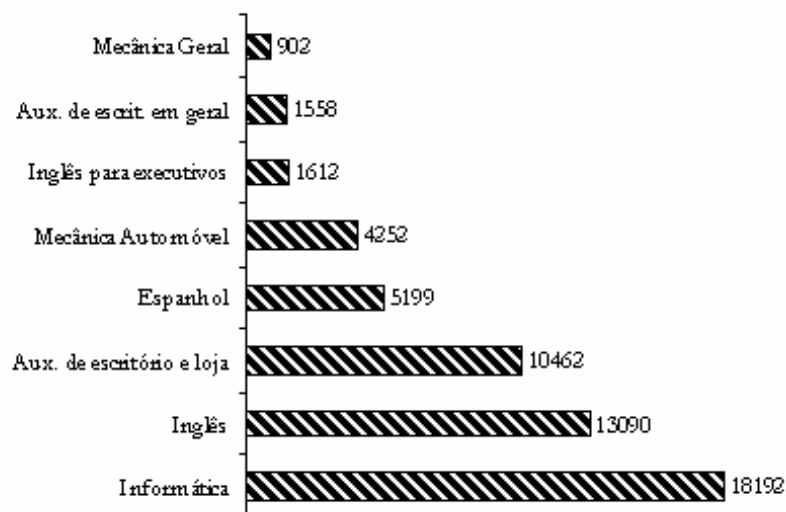
¹⁰³ Respectivamente: EE1 – Educação e Tecnologia; EE4 – Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas; EE7 – Inclusão Social.

Figura 26 – Plano Estratégico de Qualificação (Procuras Estruturais)



Fonte: www.consorcioabc.org.br

Figura 27 – Cursos mais solicitados pelos trabalhadores desempregados na região do ABCD, na Central de Trabalho e Renda



Fonte: Central de Trabalho e Renda (disponível em www.consorcioabc.org.br).

Através destes dados, tornou-se possível a adequação do PLANTEQ, estruturado com base em premissas do PNQ e do Planeamento Regional Estratégico do ABCD, às necessidades locais de qualificação. Tornou-se objectivo geral do projecto a promoção de ofertas de qualificação profissional

suficientes para atender mais de 6000 trabalhadores/ano, ou seja, cerca de 0,5% da População Economicamente Activa¹⁰⁴.

Com o término do período estipulado para aplicação da primeira fase do programa, no final de 2007, entrar-se-á numa fase de avaliação e análise, com vista à produção de relatórios finais, centrados nos seguintes tópicos:

- Pesquisa de Alunos Inscritos e Seleccionados: Identificação do perfil socioeconómico dos alunos inscritos e seleccionados, para o total da região e para cada município;
- Avaliação dos Cursos Oferecidos: Verificação da compatibilidade real dos cursos oferecidos com as necessidades e capacidades económicas da região e com o perfil socioeconómico da população;
- Pesquisa de Acompanhamento da Infra-estrutura e Recursos Humanos: Avaliação das condições de acesso ao local dos cursos, dos equipamentos e materiais de trabalho, qualidade da formação, entre outros;
- Pesquisa do Abandono Escolar: Terá como objectivo perceber as causas das desistências por parte de alunos e estabelecer estratégias de combate a esse problema;
- Avaliação Participativa dos Beneficiários no Final do Programa: Percepção dos alunos face às novas perspectivas proporcionadas pela frequência e aproveitamento nos cursos de qualificação;
- Pesquisa da Inserção no Mercado de Trabalho: Verificação acerca de qual a situação ocupacional e também ao nível da auto-estima dos alunos, após o término dos cursos frequentados.

Uma das principais características do projecto é a sua capacidade de articulação com propostas já existentes na Região ao nível da formação e qualificação profissional. De entre estas podemos destacar dois programas cuja criação e gestão é também da responsabilidade do Consórcio Intermunicipal:

- Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA):

Movimento de integração laboral e para a cidadania que visa a promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população, em especial adulta, que não teve possibilidades de escolarização. Este projecto é resultante de parcerias entre as prefeituras municipais, empresários, sindicatos, igrejas, movimentos populares e faculdades.

¹⁰⁴ A População Economicamente Activa (PEA) da Região à altura da implantação do programa cifrava-se em cerca de 1,25 milhões de pessoas, maiores de 16 anos, ocupadas ou desocupadas, no sector formal e informal (dados disponíveis em www.consorcioabc.org.br).

Os resultados deste projecto, presente em seis dos sete municípios do Consórcio Intermunicipal do ABCD, sendo São Caetano do Sul a excepção.

Os dados do quadro seguinte referem-se ao total de pessoas beneficiadas, anualmente, nos sete municípios, em cerca de 500 salas de aula.

Quadro 15 – Número de Indivíduos beneficiados pelo Programa MOVA entre 1995 e 2006

	Diadema	Santo André	S. Bernardo do Campo	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	TOTAL
1995	780						780
1996	1134						1134
1997	2200	600					2800
1998	3078	1060	1100	1300	850		7388
1999	3064	1500	2568	1313	832		9277
2000	2930	3103	2439	1106	800	247	10625
2001	3136	2892	2606	1171	1079	498	11382
2002	3692	2025	2752	1464	860	750	11543
2003	3742	2016	1395	1380	940	730	10203
2004	4294	2844	902	2992	973	575	12580
2005	2270	1990	650	100	*****	150	5160
2006	2306	2140	716	95	*****	140	5397
TOTAL	32626	20170	15128	10921	6334	3090	88269

Fonte: <http://www.movaabc.org.br>

Posteriormente apresentaremos as análises específicas para cada município nos pontos respectivos.

Fonte: www.movaabc.org.br

- Projecto Alquimia:

Programa de qualificação e requalificação profissional sectorial, orientado para o fortalecimento das indústrias do sector petroquímico, com maior enfoque no segmento dos plásticos. Decorre do estabelecimento de parcerias entre a Câmara do Grande ABC, a Secretaria da Empresa e Relações do Trabalho (SERT), prefeituras municipais, empresários e o Sindicato dos Químicos do ABCD.

Nos primeiros dois anos da sua actividade, 1998 e 1999, foram abrangidos cerca de 4000 alunos, com uma taxa de crescimento anual, entre esses dois anos, na ordem dos 60%. Em 2001 foram abrangidos cerca de 1330 trabalhadores do sector.

Fontes: www.consortioabc.org.br; Informativo Grande ABC – Julho/Agosto 2001; www.movaabc.org.br

Transportes e Acessibilidades:

- Ferroanel, Rodoanel e Articulações – Função Regional do ABCD, Obras e Influência na Estrutura Urbana:

Desde 2000 que têm vindo a ser efectuados trabalhos no sentido de melhorar o escoamento da produção, em especial das empresas ligadas ao Pólo Petroquímico.

A elaboração, em 2001, do Plano Director do Sistema Viário Regional, em concordância com a legislação urbanística dos municípios, vem estabelecer as directrizes de actuação para a concretização do processo de integração intermunicipal do sistema estrutural de tráfego. Foram assim estabelecidas melhorias nos sistemas existentes e propostas novas articulações rodoviárias e ferroviárias de ligação da Região à cidade de São Paulo e a infra-estruturas portuárias e aeroportuárias de nível regional e nacional possibilitadas por investimentos públicos e por parcerias com os privados.

A passagem do Ferroanel Estadual pela Região do ABCD possibilitará a inclusão da Região no maior *hub* ferroviário da América Latina, aumentando de forma exponencial o acesso das empresas da Região a importantes eixos de exportação. Para além das suas valências económicas, o Ferroanel Sul, trecho que abrange o ABCD, implicará, ainda, ganhos acrescidos a nível ambiental, nomeadamente face ao transporte rodoviário.

Do mesmo modo, o sector Sul do Rodoanel, com uma extensão superior a 50km, apresenta um traçado similar ao seu “homólogo” ferroviário. Está planeada a ligação directa entre a Região do ABCD e o restante território da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo a metrópole, e os portos/aeroportos de âmbito regional.

Para além das enormes vantagens em termos da acessibilidade e da redução dos preços dos transportes de cargas na Região, esta infra-estrutura apresentará também valências ambientais, na medida em que irá constituir uma barreira à ocupação ilegal dos mananciais de águas, servindo como protecção e recuperação das barragens Billings e Guarapiranga.

Fontes: www.consortioabc.org.br; Informativo Grande ABC – Junho/Julho 2002 e Janeiro/Fevereiro 2005

Turismo e Ambiente:

- Promoção e Desenvolvimento do Turismo Regional:

Uma vez que este sector foi apontado como uma alternativa ao desenvolvimento económico da Região, face à crise do sector industrial, estabeleceu-se, em 1999, um Plano de Acção Regional, baseado no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Deste modo, em 2002, foi criado um documento intitulado “*Turismo Grande ABC – 7 Estrelas*”, contendo as principais atracções turísticas dos sete municípios da Região. Esse documento tem vindo desde então a ser promovido dentro e fora da Região em feiras, congressos, exposições e outros eventos. A imagem do Município é ainda promovida através da criação do slogan “*Grande ABC. Aqui Você Tá Com Tudo*”.

Em 2003 foram desenvolvidas novas propostas para o desenvolvimento do Turismo Regional, entre as quais a continuação e ampliação das iniciativas de promoção dos municípios, envolvendo a produção de um filme institucional sobre o ABCD, a criação de um suplemento de turismo e de um Guia Gastronómico, em parceria com o Diário do Grande ABC. Foram ainda definidas acções de preservação e optimização das potencialidades culturais, históricas e ambientais da região, entre as quais, a recuperação e restauração de monumentos e caminhos de circulação. É caso dos Caminhos do Mar – Pólo Ecoturístico que constituem já uma oferta turística desde 2004, tendo na fase inicial esgotado as reservas para passeios por mais de três meses; da capacitação da Serra do Mar e Represa Billings para actividades de lazer, como a pesca amadora e os passeios de barco; da divulgação de eventos culturais; ou da construção de um Centro de Convenções no ABCD para o turismo de negócios.

Fontes: www.consorcioabc.org.br; Informativo Grande ABC – Junho/Julho 2004

- Colector-Tronco e Águas Industriais:

Incluído no Plano de Afastamento dos Efluentes Industriais e Esgostos Domésticos colectados na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Grande foi definido, em 1998, a construção dos colectores-tronco, proporcionada por financiamentos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. Este projecto iniciou-se em 2003, estando concluído em 2006. O colector permite o afastamento de 100% dos esgotos produzidos em Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e no complexo industrial Solvay, em Santo André. O custo total da obra rondou os 27,4 milhões de Reais e assume-se que venha a beneficiar, directa ou indirectamente, mais de 55 mil famílias.

De destacar, ainda, o estabelecimento de um acordo, no ano 2000, com o objectivo de viabilizar a construção de uma Estação de Produção de Água para Fins Industriais, para abastecimento do Pólo Petroquímico de Capuava e das indústrias localizadas ao longo do Rio Tamanduateí. Este equipamento permite a recolha e tratamento da totalidade dos efluentes domésticos do município de Mauá.

Fontes: www.consortioabc.org.br; Informativo Grande ABC – Abril/Maio 2003 e Setembro/Outubro 2004

4.4. MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Promoção Empresarial do Município :

A edilidade santandrense, através do Observatório Económico¹⁰⁵ e com apoio de instituições de ensino e investigação e dos parceiros económicos municipais e regionais, tem criado veículos de comunicação com a sociedade, dos quais se destaca um informativo trimestral disponível na *Internet*, criado em Fevereiro de 2003, que tem a denominação de Boletim do Observatório Económico. Esta publicação constitui um mecanismo de divulgação de dados económicos municipais, destacando-se, assim, na promoção do Município.

Através do Projecto Modernização Administrativa, instituído em 1997, foram desenvolvidas iniciativas diversas ao nível da melhoria do acesso e contacto com os diversos organismos municipais. Com este projecto desenvolveu-se uma nova forma de governância – o Governo Electrónico, que aposta na utilização por parte do Município de plataformas *online*, quer para permitir um contacto mais fácil com os cidadãos e empresas municipais, quer para a divulgação *online* de informações sobre o Município, efectuando, assim, a sua promoção. Neste contexto de informatização destaca-se, ainda, o *e-projecto SIGPro*, que constitui uma iniciativa de disponibilização de informações municipais em ambiente SIG disponível no *site* da Prefeitura.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Projecto Eixo Tamanduatehy :

Abrangendo uma área de 12,8km², este projecto, iniciado em 1998, conjuga vários objectivos ao nível da requalificação urbana, económica, social e ambiental da área industrial histórica localizada na várzea

¹⁰⁵ O Observatório Económico é um organismo público, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Acção Regional da Prefeitura Municipal de Santo André. Esta Secretaria foi criada em 1997.

do Rio Tamanduateí e ao longo do Caminho-de-Ferro, através de contributos do Governo Municipal, da comunidade local, de iniciativas privadas e de instituições públicas.

Espera-se que o projecto esteja concluído em 2020. Em 2002 cerca de 20% encontrava-se já finalizado ou em fase de implementação. Nos primeiros anos do Projecto foram criados cerca de 3000 empregos directos e 7000 indirectos. Estão já instaladas na área do Eixo, cerca de 50 empresas de ramos de actividade e dimensões diferentes, estando ainda em fase de implantação inúmeros condomínios industriais e habitacionais, para além de empreendimentos de pequena e média dimensão nos ramos comercial e da distribuição.

Espera-se que, no final do projecto, tenha sido alcançada a meta de 14 mil empregos criados, de forma directa ou indirecta. A nível de investimentos privados em novos empreendimentos na cidade, o valor que se espera atingir é de 250 milhões de reais, acrescidos de 30 milhões em obras públicas de infra-estruturas urbanas. Também a nível ambiental está projectada a criação de mais de 30 mil m² de áreas verdes qualificadas.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Programa Cidade Policêntrica:

Procura o desenvolvimento dos centros comerciais do Município através da realização de estudos de mercado em diferentes áreas do Município. O objectivo prioritário desta iniciativa, desenvolvida entre 2006 e 2008, é a redução do índice de “mortalidade” das empresas da cidade, através de incentivos ao associativismo e de requalificação urbana.

Até 2008 está previsto que a iniciativa actue de forma a atender cerca de 1000 empresários. Este projecto resulta de uma parceria da Prefeitura Municipal com o SEBRAE e Pequenas Empresas e com a Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA).

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Programa Incubadora de Cooperativas e Associações:

Sistema de ajuda à constituição de cooperativas e associações. Inclui o acompanhamento e consultoria, nas áreas jurídica, administrativa, contabilística, económica, de relações sociais, promoção e divulgação dos produtos, e formação de quadros directivos e mão-de-obra das associações criadas.

Esta iniciativa resulta do estabelecimento de parcerias entre a Prefeitura, a Fundação Santo André, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), a Incubadora

Tecnológica de Cooperativas Populares (Inteccope), a Financiadora de Estudos e Projectos (FINEP) e o BNDES.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Banco do Povo:

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que, desde 1998, concede “micro-créditos solidários”, a juros reduzidos, a pequenos e médios empresários, com o objectivo de diminuir a exclusão social na sua área de actuação. Aposta nos pequenos empreendedores, permitindo que estes invistam na compra de mercadorias, matérias-primas, ferramentas e novas tecnologias.

Dados de Dezembro de 2006 demonstram que, em oito anos de funcionamento na cidade de Santo André, mais de 5100 pessoas tiveram acesso a créditos que ultrapassam já, em termos de valor absoluto, os 11 milhões de reais, cerca de 62% desse montante foi investido em actividades comerciais, 30% no sector dos serviços e 4% na produção.

As tabelas seguintes respeitam à actividade do Banco do Povo entre os anos de 1998 e 2003:

Quadro 16 – Comparativo do desempenho do Banco do Povo entre 1998 e 2003

Ano	N.º de Créditos Concedidos	Valor Total Emprest. (em Reais)	Valor da Carteira Activa (em Reais)	Valor Méd. dos Créditos (em Reais)
1998	184	420758,85	262673,71	2226,24
1999	567	1329123,86	434766,69	2397,04
2000	1150	2780939,15	384774,55	2418,21
2001	1669	4190091,34	636189,16	2510,54
2002	2485	5843038,69	965195,12	2351,32
2003	3751	8462394,78	1400512,89	2256,04

Fonte primária: Banco do Povo, DGER, SDET, PMSA

Quadro 17 – Créditos atribuídos, por valor, entre 1998 e 2003

Valor (em Reais)	% de Créditos
Até 1000	37,4
De 1001 a 3000	42,6
De 3001 a 5000	14,5
Acima de 5000	5,4
TOTAL	100

Fonte primária: Banco do Povo, DGER, SDET, PMSA

Quadro 18 – Créditos atribuídos por género entre 1999 e 2003

Ano	Masculino (%)	Feminino (%)
1999	57	43
2000	55	45
2001	53	47
2002	52	48
2003	49,6	50,4

Fonte primária: Banco do Povo, DGER, SDET, PMSA

Quadro 19 – Créditos atribuídos por sector entre 1999 e 2003

Ano	Sector formal (%)	Sector informal (%)
1999	48	52
2000	51	49
2001	53	47
2002	42,8	57,2
2003	31,3	68,7

Fonte primária: Banco do Povo, DGER, SDET, PMSA

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária (IEPS):

Incluída no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Rendimento de Santo André reflecte a procura, por parte da edilidade, da implantação de uma política de promoção do desenvolvimento. O destaque desta iniciativa dirige-se para a criação de condições e infra-estruturas que propiciem a constituição e desenvolvimento de redes e cadeias produtivas de empreendimentos populares e solidários, adequadas ao desenvolvimento económico local. Com esta iniciativa, a Prefeitura procura a criação de empregos, nomeadamente referentes ao trabalho autónomo e à criação de empreendimentos auto-geridos.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Programa de Fomento ao Comércio:

Desde 2002 que este programa visa melhorar a agilidade e o desenvolvimento de actividades comerciais no Município. Procura ainda estimular a criação de associações de comerciantes locais, o desenvolvimento do tecido comercial do Município e a promoção das ofertas comerciais disponíveis a nível municipal.

Uma das principais actividades vinculadas a este programa diz respeito à realização de pesquisas para o desenvolvimento de centros comerciais na cidade.

Desde 2002 que a Secretaria de Desenvolvimento Económico e Acção Regional da Prefeitura de Santo André tem vindo a organizar, em parceria com o SEBRAE e o Diário do Grande ABC, o Festival Comida de Botequim. Os seus principais objectivos passam pela promoção e valorização do ambiente comercial destes estabelecimentos, promovendo a melhoria dos serviços prestados, quer em termos da preparação dos alimentos, quer em termos de marketing e empreendedorismo.

Este Festival conheceu a sua primeira edição em 2002, tendo deste então vindo a ser realizado anualmente. A última edição do festival reuniu cerca de 12 mil visitantes. O balanço, em termos do número de “botequins” (“tascas”) participantes, encontra-se expresso na tabela seguinte:

Quadro 20 – Número de Botequins apoiados entre 2002 e 2006

Ano	Botequins
2002	22
2003	53
2004	58
2005	69
2006	61

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR):

A Comissão Municipal de Emprego, constituída pelo Decreto 13894 de Junho de 1997, é um órgão deliberativo que procura criar e gerir um sistema público de emprego no Município. Esse sistema apresenta, actualmente, a sua expressão através do CPETR. Esta estrutura efectua a intermediação entre os trabalhadores e o mercado de trabalho, através do acompanhamento psicológico, inscrição em bancos de dados de emprego sectoriais, cursos de formação e qualificação profissionais, apoio e consultoria à constituição de negócios pessoais, entre outras iniciativas:

Quadro 21 – Acções empreendidas pelo Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda

Acções	Metas	N.ºs atingidos
Cadastros de trabalhadores	28072	107873
Vagas oferecidas	13167	25348
Trabalhadores colocados	9000	9250
Habilitações de seguro-desemprego	3200	6379

Fonte: Boletim do Observatório Económico, nº 15

(disponível em http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/programas/OE_ABC15.pdf)

- Apoios à Inovação Tecnológica das Empresas:

A Prefeitura desenvolve iniciativas que visam a aquisição de conhecimento científico e inovação tecnológica por parte das empresas do Município. Entre essas iniciativas podem-se destacar: apoio ao relacionamento empresa-universidade; orientação sobre serviços tecnológicos; suporte à elaboração de projectos para captação de recursos em agências de fomento à inovação; orientação sobre a legislação de apoio à inovação; estímulo a segmentos prioritários no Município, na sua Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior; e concessão de incentivos às empresas que apostarem na inovação tecnológica.

Neste contexto é ainda de destacar a criação de duas incubadoras – a Incubadora Tecnológica e a Incubadora Educacional. A primeira foi criada em 2002 e constitui um instrumento de promoção, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias para variados sectores e segmentos empresariais. Tem o apoio do SEBRAE e da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC.

A Incubadora Educacional de Santo André, lançada em 2005, é uma iniciativa pioneira a nível nacional, criada com o objectivo de estimular a economia local, incentivando o surgimento e manutenção de negócios no sector da educação, através da diminuição da distância entre os meios académico e empresarial.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br; www.incubadorainnova.com.br

- Sistema de Apoio à Exportação (SAX):

Lançado em 2001, este Programa procura fomentar, através de iniciativas de capacitação de empresas, formação em empreendedorismo, auxílio à internacionalização e promoção comercial, a exportação de produtos provenientes do tecido económico municipal. A tabela seguinte demonstra que, apesar da diminuição entre 2003 e 2004, Santo André é o segundo maior exportador do ABCD, fruto, também, da acção deste programa, implantado em 2001.

Quadro 22 – Exportações dos Municípios do ABCD

Município	2003 (em USD)	2004 (em USD)	Variação 2003/04 (%)	% no total da região em 2004
Santo André	507999544	484488375	-4,63	12
S. Bernardo do Campo	2050048757	2789944103	36,09	67
São Caetano do Sul	213474631	335132341	56,99	8
Ribeirão Pires	38328344	57527254	50,09	1
Rio Grande da Serra	3819755	2701534	-29,27	0
Mauá	234532689	281690027	20,11	7
Diadema	172095140	224044339	30,19	5
TOTAL	3220298860	4175527973	29,66	100

Fonte: Boletim do Observatório Económico, nº 9

(disponível em http://www.santoandre.sp.gov.br/bnews3/images/multimedia/programas/OE_ABC09.pdf)

Formação e Qualificação Profissional

- Implantação de Cursos de Qualificação Profissional:

Neste ponto, assume particular destaque o Programa Educação Profissional com Elevação de Escolaridade, iniciado em 2001 e dirigido a alunos adultos trabalhadores, com vista a melhorar as suas qualificações e níveis de escolaridade. Consiste no desenvolvimento de cursos profissionalizantes em áreas tão diversas como Informática, Estética, Artesanato, ou Construção Civil, entre outras. São abrangidos, por esta iniciativa, cerca de 1700 alunos por ano.

A Prefeitura aposta ainda na qualificação profissional dos seus trabalhadores. Desde 2007 que através da Escola de Formação em Administração Pública Paulo Freire (EFAP Paulo Freire) são ministrados cursos, seminários e reuniões que estimulam o desenvolvimento profissional dos trabalhadores públicos, nomeadamente nas áreas do Atendimento ao Público, Educação e Saúde. Nos Centros Públicos de Formação Profissional do Município são também oferecidos vários cursos de formação e qualificação, dirigidos a diversos segmentos da sociedade.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Alfabetização de Adultos:

O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA de Santo André foi o segundo da Região do ABCD a entrar em actividade, dois anos depois de Diadema, ou seja em 1997. É também, logo após Diadema, o segundo Município onde a iniciativa tem conhecido mais sucesso

As políticas de alfabetização de jovens e adultos assumem expressão, no Município de Santo André através do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA). Este programa faculto o acesso à educação para todos os que, de algum modo, tenham sido excluídos do acesso ao sistema escolar. A quantidade total de vagas do SEJA é de 4200 alunos/ano. Este conjunto de iniciativas tem permitido melhorar a taxa de alfabetização no Município que atinge já valores superiores a 95%.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

- Projecto Rede Cidadania – Inclusão Digital:

Este projecto desenvolve acções de inclusão digital, estimulando a utilização, por parte dos munícipes, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Não se resume unicamente à oferta de cursos profissionais nesta área, mas conjuga essa formação com iniciativas como a criação de espaços públicos de consulta e evolução pessoais na utilização das TIC's. Os Centros de Acesso oferecem, assim, a possibilidade de livre navegação na *Internet*, a criação e acesso a um *e-mail*, formação e Introdução à

Informática e *Internet* e o acompanhamento, por parte de monitores, para orientação e esclarecimento de dúvidas.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Vila Turística de Paranapiacaba:

A Prefeitura de Santo André realizou, em 2001, um programa de revitalização desta vila ferroviária e industrial, fundada em 1874, e que tinha servido de residência aos funcionários da companhia inglesa de comboios São Paulo Railway. Este programa fez disparar o número de turistas em mais de 500% entre 2001 e 2006, como se pode verificar na tabela abaixo. Esta vila é ainda o palco do FIP – Festival de Inverno de Santo André, que engloba diversas actividades e vai já na sua 7.^a edição.

Quadro 23 – Evolução do número de visitantes da Vila Turística de Paranapiacaba

Ano	Visitantes por ano (incluindo durante o FIP)	Visitantes durante o FIP
2001	41000	12000
2002	56000	20000
2003	103000	50000
2004	154000	69000
2005	207000	93000
2006	221000	117000
TOTAL	782000	361000

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br

4.5. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Promoção Empresarial do Município:

Dentro desta temática destacam-se essencialmente duas iniciativas. A primeira diz respeito à publicação, por iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Económico de São Bernardo do Campo de uma publicação mensal, desde Abril de 2007, disponível *online* no *website* da Prefeitura Municipal, denominada Boletim Económico. Esta publicação efectuada a promoção e demonstração de casos de sucesso empresarial, ocorridos no Município, ao nível de empresas/marcas, projectos e iniciativas de empreendedorismo.

A outra iniciativa consistiu na aquisição, por parte da Prefeitura, de dados estatísticos do Município e a promoção empresarial de São Bernardo do Campo, através da criação de uma ferramenta de *WebGIS* denominada GeoPortal, acessível também através do *website* da edilidade são-bernardense. Entre as funcionalidades disponíveis neste SIG, podem-se destacar um Compêndio Estatístico Municipal, Cartografia Temática do Município, uma Ficha de Informação Cadastral e informações textuais e espaciais sobre Legislação Urbanística.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

A Lei número 5570, de 31 de Agosto de 2006 “*dispõe sobre [a concessão] de benefícios fiscais selectivos para empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, visando o desenvolvimento económico do Município de São Bernardo do Campo*”.

Entre as disposições desta Lei podemos identificar a isenção ou redução de receitas tributáveis e outras taxas¹⁰⁶, durante um período que pode ir até aos 60 meses, com o objectivo de atracção de novos investimentos, manutenção dos já existentes e consequente, criação e manutenção de postos de trabalho e fomento do crescimento económico. São também de notar os incentivos concedidos à exportação, aquisição de veículos e expansão de empresas.

Os resultados destes incentivos podem ser verificados pela análise dos seguintes dados:

Quadro 24 – Criação de empresas durante o 1.º semestre de 2007

	Total em Dezembro de 2006	Movimento durante 1.º semestre de 2007			Total em Junho de 2007
		Abertas	Encerradas	Saldo	
Indústria	1260	11	9	2	1262
Comércio	9697	308	222	86	9783
Serviços	45673	2030	1477	553	46226
TOTAL	56630	2349	1708	641	57271

Fonte: Boletim Económico, número 5, Agosto 2007 (disponível em www.saobernardo.sp.gov.br)

Fontes: Boletim Económico, números 1, 2, 4, 5 e 6, respectivamente de Abril, Maio, Julho, Agosto e Setembro de 2007 (disponível em www.saobernardo.sp.gov.br); www.saobernardo.sp.gov.br

¹⁰⁶ Por exemplo, ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e Taxas Municipais Diversas como Taxa de Fiscalização de Obras, Taxa de Publicidade, Taxa de Colecta de Lixo ou Taxa de Conservação de Estradas Municipais.

- Projecto Araçari:

Trata-se de um projecto da Prefeitura, iniciado em 1998, que procura atingir três objectivos, nomeadamente, a preservação ambiental, a inclusão social de jovens economicamente desfavorecidos e a criação de rendimentos. O projecto organiza-se de forma faseada: em primeiro lugar, a formação dos alunos-artesãos, a que se segue a profissionalização, ou seja, a aprendizagem técnica do processo de reciclagem do papel e da sua transformação em produtos artesanais. Já passaram pelo projecto quase 200 artesãos, trabalhando nele actualmente dez. Os principais clientes são empresas municipais, mas também se tem verificado uma proliferação de encomendas provenientes do estrangeiro, por exemplo, do Norte da Europa e da Alemanha. Em termos de variedade, a linha de produção alberga já cerca de 50 itens diferentes. A produção de papel reciclado, matéria-prima para os itens confeccionados, atinge já a média de 40 folhas diárias.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Projecto Incubadora de Empresas:

Através deste projecto, iniciado em 1999, a Prefeitura, em parceria com o SEBRAE, o Sindicato das Indústrias de Móveis do Grande ABC, o Banco do Brasil e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), proporciona às empresas “incubadas”, apoio técnico, consultivo e de gestão, assim como um espaço físico para operar. Dados de 2007 referem que a “Incubadora” conta actualmente com 21 empresas, tendo já sido apoiadas anteriormente outras 31. Foram, ainda, geradas cinco patentes, três projectos aprovados pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 140 postos de trabalho directos, e uma facturação empresarial superior a 7,3 milhões de reais.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Fomentos à Exportação:

Desde 2006 que a edilidade concede apoios logísticos e de consultoria a todas as empresas locais que se desejem lançar em mercados externos, quer operem no sector secundário, quer no terciário. Esses apoios, associados à melhoria das acessibilidades, à consolidação do tecido industrial do Município e à política selectiva de incentivos fiscais, têm permitido manter São Bernardo do Campo como o quarto maior Município exportador de todo o Brasil.

Dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referentes a 2006, apontam para um total de exportações anuais no Município, de 4,5 mil milhões de dólares, o que implica um *superávit* na balança comercial do Município na ordem dos 2,667 mil milhões de USD. Do total de exportações, o sector automóvel destaca-se nitidamente, com 3,15 mil milhões de USD, ou seja, 72% do total.

Entre as empresas mais exportadoras encontramos a Daimler-Chrysler, a Scania, a Volkswagen, a Ford e a Colgate-Palmolive. O crescimento do valor dos produtos exportados foi, nesse ano, de 22,26%. Os principais destinos dos produtos exportados foram a Argentina (20,46%) e os Estados Unidos da América (12,05%).

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Banco do Povo Paulista:

Concede micro-financiamentos a juros reduzidos, 1% ao mês, a pequenos e médios empresários locais, presentes quer no sector formal, quer no sector informal da economia do Município. Os financiamentos podem ser aplicados em diversas vertentes de valorização dos negócios. Entre os requisitos de concessão do crédito estão a obrigatoriedade de residência e desenvolvimento do negócio no Município, ter baixos rendimentos e a inexistência de restrições a créditos no Serviço de Protecção ao Crédito (SPC). Em média, são assinados 36 contratos de concessão de crédito mensalmente.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Conselho de Desenvolvimento Económico de São Bernardo:

Organismo criado em 2007 com o objectivo de promover e acompanhar o desenvolvimento económico Municipal. A sua actividade tem permitido aumentar a criação de empregos, compatibilizar interesses públicos e privados e propor políticas de criação de parcerias entre o poder público Municipal e outras entidades.

São várias as medidas desenvolvidas por esta entidade desde a sua criação em Abril de 2007, nomeadamente na área do emprego. A elaboração do Projecto de Municipalização do Sistema de Empregos, entre outras iniciativas, prevê o estabelecimento de uma parceria com o Governo Estadual a fim de efectuar a adequação entre oferta e procura de emprego no Município, através da promoção de cursos de qualificação profissional, principalmente para o sector gráfico e das peças para automóveis¹⁰⁷.

Tal iniciativa tem sido positiva para a criação de emprego no Município, como se verifica pela tabela seguinte:

¹⁰⁷ Esta iniciativa conta também com o contributo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Quadro 25 – Criação de emprego durante o 1.º semestre de 2007

	Total em Dezembro de 2006	Movimento durante 1.º semestre de 2007			Total em Junho de 2007
		Admitidos	Demitidos	Saldo	
Indústria	94996	9776	8581	1195	96191
Comércio	32292	8075	7144	931	33223
Serviços	104748	22691	19549	3142	107890
Outros	3201	1374	1482	-108	3093
TOTAL	235237	41916	36756	5160	240397

Fonte: Boletim Económico, número 5, Agosto 2007 (consultado em www.saobernardo.sp.gov.br);

A tabela anterior é referente à variação ocorrida no primeiro semestre do ano de 2007. No entanto, é de destacar o comportamento, também positivo, verificado já em 2006. Nesse ano, o nível de emprego cresceu em 9422 postos de trabalho, valor que poderá ser ultrapassado este ano, se os ritmos de crescimento de postos de trabalho se mantiveram constantes.

Também a promoção empresarial do Município tem constituído uma das apostas deste organismo através, por exemplo, e como já foi referido, da criação da publicação mensal “*Boletim Económico*”. Têm também sido prestadas homenagens a empresas empreendedoras e às que mais investem no Município.

Têm também sido organizadas palestras e fóruns de esclarecimento sobre temáticas variadas como empreendedorismo, competitividade e qualificação da mão-de-obra, entre outras.

Fontes: Boletim Económico, números 1 e 5, respectivamente de Abril de 2007 e Agosto 2007 (consultados em www.saobernardo.sp.gov.br); www.saobernardo.sp.gov.br

Transportes e Acessibilidades

- Investimentos em Logística e Acessibilidades:

Uma das vantagens competitivas de São Bernardo do Campo diz respeito à sua localização privilegiada, a apenas 20 km de São Paulo e a menos de 50 km do Porto de Santos e do maior aeroporto internacional do Brasil – Guarulhos. Daí que a Prefeitura tente otimizar cada vez mais estas vantagens locativas, através da melhoria das condições de acessibilidade, como importante factor de desenvolvimento económico.

Neste contexto, pode ser destacado o Projecto São Bernardo Moderno, lançado em 2007, que prevê 25 grandes intervenções no valor total de 254 milhões de dólares, parcialmente financiados pelo Banco

Interamericano de Desenvolvimento, que visam a melhoria das condições de acessibilidade e escoamento da produção.

Fonte: Boletim Económico, número 5, Agosto 2007 (disponível em www.saobernardo.sp.gov.br);
www.saobernardo.sp.gov.br

Formação e Qualificação Profissional

- Implantação de Cursos de Qualificação Profissional:

Desde 1999 que a Prefeitura oferece, através da Secretaria de Desenvolvimento Económico e Turismo, um leque alargado de cursos profissionalizantes, dirigidos a cinco núcleos temáticos fixos: Moda, Beleza, Construção Civil, Costura Industrial e Decoração.

Uma das componentes principais destes cursos diz respeito à sua viabilidade a nível da empregabilidade dos formandos. São no total cerca de 50 cursos profissionalizantes oferecidos pela Prefeitura, totalizando mais de 1000 vagas anuais, dirigidas aos moradores da cidade com menores rendimentos e idades superiores a 16 anos. Os cursos visam a qualificação, requalificação, inclusão no mercado de trabalho e obtenção de fontes de rendimento pessoais. Desde 1999 que a Prefeitura, através de uma parceria com a Bacardi-Martini, oferece cursos de formação na profissão de *barman*, tendo sido já qualificados 260 munícipes. São de destacar as ofertas de formação e qualificação proporcionadas pela Guarda Civil Municipal, quer aos seus membros, quer a outros funcionários da Prefeitura.

Estão a ser delineados neste momento pela Prefeitura, através de uma parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cursos de qualificação da mão-de-obra nas áreas da estampanaria e ferramentaria, dirigidos ao sector gráfico e das peças para automóveis, segmentos industriais fortes no contexto produtivo da cidade.

Fonte: Boletim Económico, número 6, Setembro 2007 (disponível em www.saobernardo.sp.gov.br);
www.saobernardo.sp.gov.br

- Alfabetização de Adultos:

O Programa MOVA – São Bernardo do Campo foi instituído em 1998. Os cursos certificados são, normalmente, ministrados nas escolas públicas dos bairros da cidade. Os custos com os professores são suportados ou pelos próprios, por empresas, comerciantes ou por outras entidades profissionais. Esta iniciativa constitui um movimento de integração para a cidadania e laboral, através da promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população, especialmente adulta.

Para além desta iniciativa, opera ainda no Município, um outro programa de alfabetização, que actua em complementaridade com o MOVA. É o Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania (PROMAC), especialmente orientado para a instrumentalização do indivíduo para o exercício da cidadania.

No ano 2000 foi também instituída uma iniciativa moderna, denominada Telecurso 2000, que oferece um programa educacional variado, procurando não só a alfabetização, mas também a continuação da formação, organizada em módulos, até ao Ensino Médio.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Ensino Técnico e Superior:

Para além da divulgação, no *website* da prefeitura, de uma listagem relativa à oferta de estabelecimentos de Ensino Superior, no Município e na Região, podem ser destacadas duas outras iniciativas de apoio ao Ensino Técnico e Superior no Município. A primeira diz respeito à concessão de bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior, existindo a possibilidade de restituir o seu valor à Prefeitura no final do curso, em dinheiro ou por prestação de serviços. O outro projecto, Programa Municipal de Estágios, diz respeito à oferta de estágios em instituições públicas ou privadas do Município, para alunos finalistas ou recém-formados de cursos superiores. Estas duas iniciativas, iniciadas em 2007, visam, não só o estímulo à formação de nível superior, mas também a melhoria dos níveis de qualificação da mão-de-obra do Município.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Empreendedorismo nas Escolas:

Desde 2007 que se coloca em estudo a hipótese de inserção da disciplina de Empreendedorismo nos programas curriculares das instituições de ensino do Município. Esta iniciativa insere-se na aplicação do “Programa Jovens Empreendedores” desenvolvido pelo SEBRAE em São Bernardo do Campo.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Promoção Turística do Município:

Para além da ferramenta *WebGIS* já mencionada e das suas potencialidades, também ao nível da promoção turística do Município, a Prefeitura efectua regularmente campanhas de promoção através da divulgação de informações e da distribuição de mapas, cartões postais e folhetos do Município. De destacar ainda o apoio à criação e promoção de empresas e agências turísticas no Município.

Para além desta iniciativa, a cidade tem em processo de desenvolvimento, desde 2007, a criação de uma imagem de marca: “*São Bernardo – Capital do Automóvel*”. O custo total deste projecto, que inclui a implantação de infra-estruturas turísticas e de complexos de lazer e entretenimento, rondará os 7,6 milhões de Reais, dos quais 80% serão provenientes de verbas do Governo Federal.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

- Parque Municipal Estoril:

Desde 2007 que existe um Parque turístico localizado nas margens da Represa Billings, numa área de protecção ambiental. As suas principais atracções são um teleférico e um jardim zoológico, onde são desenvolvidos estudos de reprodução animal e outras iniciativas ao nível da educação ambiental.

Possui ainda uma praia artificial, restaurantes, áreas para caminhadas e outros espaços de lazer e convívio em comunhão com a natureza.

Fonte: www.saobernardo.sp.gov.br

4.6. MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Promoção Empresarial do Município:

A promoção empresarial do Município tem sido realizada desde 2007, principalmente, através de dois conjuntos de medidas: por um lado, a Prefeitura utiliza a divulgação de dados estatísticos para se afirmar regionalmente e captar investimentos e novos habitantes. Assim, o facto do Município estar cotado, quer em termos sociais¹⁰⁸, quer económicos¹⁰⁹, como um dos mais apelativos de todo o Brasil, aliado a uma localização territorial privilegiada, na região de maior destaque económico do País, a uma boa rede de infra-estruturas de acessibilidades, comunicações, saúde, serviços e educação, e a recursos humanos qualificados, são trunfos utilizados pela Prefeitura para atrair empresas.

¹⁰⁸ Por exemplo, melhor Índice de Desenvolvimento Humano – 0.919 e menor Índice de Exclusão Social – 0.864 do Brasil (Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br).

¹⁰⁹ Os habitantes do Município possuíam, em 2004, o segundo maior rendimento *per capita* do Brasil – 834,00 Reais mensais e um PIB per capita de 49457,00 Reais. Foi, ainda, considerada em 2006, segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, uma das 12 melhores cidades do Brasil para se trabalhar.

Para além disso, a Prefeitura tem desenvolvido, ao longo do último ano, campanhas publicitárias, que incluem a produção de material de divulgação: kits de apresentação da cidade, livros, *CD-ROMs*, *website* oficial da Prefeitura, vídeo institucional do Município.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

- Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITE-SCS):

Esta entidade, que conta com o apoio de órgãos vários como a Prefeitura Municipal, a FIESP, a Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (ACISCS), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o SEBRAE e a Universidade IMES, tem como função a definição e manutenção de iniciativas que estimulem a criação de um tecido empresarial tecnológico na cidade.

De entre os projectos do ITE-SCS para um futuro recente, podem-se destacar o Arranjo Produtivo Local de Tecnologias da Informação, que tem como objectivo conseguir que as 16 empresas participantes cresçam 20% ao ano; a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, cuja entrada em funcionamento deverá ocorrer já em Janeiro de 2008; a implantação de uma rede *wi-fi* sobre a cidade, possibilitando, assim, o acesso à *Internet* sem fios, em banda larga e a baixos custos.

Em 2007, assinou uma parceria com o Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) com vista à aproximação entre o tecido produtivo e o meio académico. Entre as iniciativas previstas por esta parceria, podem-se destacar: a promoção dos cursos do IMT nas empresas do Município; a criação de novos cursos, voltados para as necessidades empresariais do Município/Região; ou o estímulo à realização de investimentos em tecnologia, por parte das empresas sedeadas no Município.

Por exemplo, já este ano, a General Motors Corporation, investiu cerca 300 milhões de USD, na sua unidade de São Caetano do Sul¹¹⁰, da qual a maior parte foi destinada para a expansão do seu Centro Tecnológico.

Fontes: www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.itescs.com.br

- Banco do Povo Paulista:

Esta instituição entrou em funcionamento no Município em 2001 e tem constituído uma alternativa viável à obtenção de micro-crédito, por parte de pequenos e médios empresários, dos sectores formal e informal. Os empréstimos podem ser utilizados para compra de matérias-primas, máquinas, ferramentas; conserto de máquinas e equipamentos, incluindo veículos do negócio; reforma ou ampliação de empreendimentos. As taxas de juro praticadas no Município, na ordem de 1%, são consideradas encorajadoras. A Prefeitura realizou, ainda, parcerias com o Banco do Brasil e a Caixa

¹¹⁰ Dados de 2000, revelam que esta empresa do sector Automóvel apresentava a maior receita líquida do Município.

Económica Federal, para viabilizar a concessão de créditos de montantes mais elevados, que podem chegar aos 20 mil Reais.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

Desde 2006 que o Programa de Parcelamento Incentivado permite que os contribuintes devedores do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, possam parcelar a sua dívida, até 180 meses, permitindo ainda descontos até 75% da multa e 60% dos juros, caso o pagamento seja efectuado de uma só vez.

Na tentativa de combater o desemprego em estratos etários mais avançados, o Município confere também benefícios fiscais às empresas que contratem trabalhadores com mais de 55 anos, permitindo-lhes, por exemplo, o pagamento parcelado de algumas Taxas Municipais.

Ao nível dos trabalhadores, a Prefeitura concede também incentivos fiscais aos recém-licenciados que se queiram estabelecer no Município, com vista à fixação de uma mão-de-obra mais qualificada. Entre os benefícios fiscais está, por exemplo, a isenção do ISS¹¹¹ por um ano, a contar da data de conclusão da licenciatura.

Fontes: www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.camarascsp.gov.br

- Rondas de Negócios Sectoriais:

Iniciativa organizada pela Directoria de Desenvolvimento Económico da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, com o objectivo de colocar em contacto fornecedores e compradores, procurando, assim, animar a economia do Município através da criação de negócios de base local.

A edição deste ano da Ronda de Negócios foi subordinada ao sector Alimentar. As anteriores três edições direccionaram-se para os sectores da Metal-Mecânica, das Tecnologias de Informação e do Comércio Retalhista.

Na actual edição participaram 11 empresas compradoras, principalmente empresas de grande porte, e cerca de 100 fornecedoras. Participaram, ainda, instituições variadas, que expuseram os seus serviços, como por exemplo: a ACISCS, a FIESP, o CIESP, o SEBRAE, o Banco do Povo ou a Associação Paulista de Supermercados (APAS).

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.rodadaalimentos.com.br

¹¹¹ ISS: Imposto Sobre Serviços.

- Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (ACISCS):

Realiza acções diversas, por exemplo, ao nível da promoção de produtos locais, pela realização de campanhas temáticas; serviços de apoio à gestão do empreendedor, através da realização de palestras e cursos de formação gratuitos; o Projecto Empreender, que visa a reunião de empresas do mesmo segmento, com vista à criação de uma cooperativa; serviço de protecção ao crédito nas transacções comerciais.

Relativamente a este último tópico, destacamos a importância desta associação, uma vez que se posiciona em primeiro lugar no *ranking* da procura de crédito do ABCD e em sétimo no Estado de São Paulo. Este serviço tem conhecido um acentuado crescimento, tendo a procura de crédito aumentado no último ano, em cerca de 25%.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

Formação e Qualificação Profissional

- Alfabetização de Adultos:

A Educação é um dos principais focos de actividade e investimento da Prefeitura, correspondendo a mais de 35% do Orçamento Municipal.

Neste contexto, opera no Município, desde o ano 2000, o Programa de Alfabetização de Adultos (ProAlfa), resultante de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o IMT. Até hoje, já foram alfabetizados pelo programa mais de 3700 munícipes.

Na altura da constituição do ProAlfa, São Caetano do Sul apresentava já um dos menores índices de analfabetismo do país¹¹². Em 2007, fruto de iniciativas como esta, São Caetano foi um dos 64 municípios brasileiros, de entre mais de 5 mil, a receber o Selo de Município Livre do Analfabetismo, por ter apenas 0,3% da população não alfabetizada.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

- Programa Graduar :

A Prefeitura Municipal implantou, em 2006, este Programa Municipal de Acesso ao Ensino Superior, que visa a atribuição de bolsas de estudo a alunos do Município, para que estes possam prosseguir os

¹¹² Segundo dados do Atlas IDH do Brasil (2000), a taxa de analfabetismo no Município era de apenas 2,99%. Dados do mesmo ano, da Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados, atribuíam a São Caetano do Sul, uma média de 9,76 anos de anos de estudo entre a população de 15 a 64 anos (www.saocaetanodosul.sp.gov.br).

seus estudos, conduzindo assim, quer a uma maior democratização do acesso ao Ensino Superior, quer a uma qualificação da mão-de-obra presente no Município e na Região.

Em 2007, foram concedidas bolsas de estudo, integrais ou parciais, a mais de 3 mil estudantes. As bolsas podem ser atribuídas de forma directa, para alunos que se candidatem à rede pública de ensino superior municipal, ou indirecta, para escolas particulares que se comprometam a atribuir bolsas aos seus alunos, através da redução do ISS.

O programa concede, ainda, auxílio a estudantes residentes em São Caetano do Sul que pretendam ir estudar para fora do município, mas apenas em cursos não oferecidos pelas universidades locais.

Esta iniciativa inclui, ainda, a realização de parcerias com empresas Municipais, através do Centro de Integração Empresa-Escola, com vista à colocação dos bolsistas recém-licenciados no mercado laboral do Município.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

- Universidades Públicas do Município:

O Ensino Superior de São Caetano do Sul destaca-se a nível regional. O Município tem realizado fortes investimentos neste sector, quer na melhoria das condições do ensino prestado, quer na adaptação das opções de cursos às necessidades do mercado de trabalho e do tecido empresarial local. Podem-se destacar, como instituições de ensino superior público operando no Município, a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (IMES), que oferece cursos de 1.º e 2.º Ciclo, constituindo-se, ainda, como um pólo de investigação e de cidadania. Em 2004, face às necessidades de ampliação da sua oferta, construiu-se um pólo secundário, conhecido como Campus II, que abriga cursos na área da Saúde, Direito e Pós-Graduações. O número de alunos tem sido crescente ao longo dos anos. O Instituto Mauá de Tecnologia tem vindo a destacar-se pela sua oferta de cursos na área das tecnologias e pela pesquisa e desenvolvimento de projectos nessa mesma área. Na Faculdade de Tecnologia de São Caetano do Sul (FATEC), resultante de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de São Paulo, funciona o curso de Análise de Sistemas e Tecnologias da Informação, que alberga, actualmente, 200 alunos.

Fontes: www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.imes.edu.br

- Projecto Aprender São Caetano:

Através deste projecto, desenvolvido em parceria com o Grupo Positivo desde 2007, um dos maiores grupos educacionais do País, a Prefeitura procura a integração da tecnologia no ensino do Município. Deste modo, uma das iniciativas consistiu em equipar escolas da cidade com ferramentas tecnológicas,

abrangendo um universo estudantil superior a 25 mil alunos. Entre as ferramentas disponibilizadas podem ser contabilizados computadores, *softwares* educativos, módulos electrónicos ou o acesso à *Internet*.

Outra importante iniciativa deste projecto consistiu na criação da Escola Municipal de Informática, onde são leccionados cursos gratuitos sobre “Básicos de Informática” e “Montagem e Manutenção de Micros”. Conta, actualmente, com 650 alunos. Em 2008, esse leque será alargado a alunos com deficiências auditivas ou visuais, uma vez que têm sido levadas a cabo, através de uma parceria entre a Escola e a Fundação Anne Sullivan, iniciativas várias de adaptação de materiais e professores a esse novo público.

Fonte: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

- Implantação de Cursos de Formação:

O projecto Escola da Vida de São Caetano do Sul, instituído pela Lei Municipal 3853, de 24 de Novembro de 1999, procura a qualificação ou requalificação profissional dos munícipes. Está aberto a todas as pessoas que, residindo no Município, e tendo mais de 16 anos, estejam desempregadas ou laborem no mercado informal. São diversificados os cursos oferecidos, desde a Panificação Artesanal à Pintura de Tecidos, passando pela Confecção de Bijuterias ou as Técnicas de *Telemarketing*.

Outra entidade municipal que tem promovido, desde a sua instauração em 2005, a formação profissional dos habitantes locais é o Fundo Social de Solidariedade, destinado essencialmente à população com menores rendimentos. Entre os cursos ministrados podem ser destacados, por exemplo, o de *Webdesigner*, Corte e Costura ou Padaria Artesanal. Os cursos têm assumido um crescente protagonismo, tendo o seu número de alunos aumentado de ano para ano. Já em 2007, alguns destes cursos passaram a ter uma oferta itinerante, através de tutores voluntários que se deslocam a cada bairro.

A Prefeitura realiza também, com regularidade, acções de formação junto dos seus funcionários e de elementos da Guarda Civil Municipal, com destaque para as áreas da educação, pedagogia e saúde.

Fontes: Lei Municipal nº 3853, de 24/11 de 1999 (consultada em www.saocaetanodosul.sp.gov.br);

www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.camarascsp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Medidas de Preservação Ambiental:

Já no decorrer de 2007, São Caetano do Sul aderiu ao projecto estadual Município Verde, que visa o desenvolvimento de políticas de planeamento estratégico no âmbito da preservação do ambiente

urbano. Foram estabelecidas, legalmente, metas que visam a melhoria das condições ambientais do Município e, por conseguinte, da qualidade de vida dos seus habitantes.

A cidade de São Caetano do Sul será também, em breve, a primeira cidade da Região Metropolitana de São Paulo com 100% dos seus esgotos tratados, graças às obras actualmente em curso em dois emissores. Espera-se que os indicadores relativos ao tratamento de resíduos, à colecta de esgotos e ao fornecimento de água potável atinjam uma taxa de cobertura de 100%.

Fontes: www.saocaetanodosul.sp.gov.br e www.camarascsp.gov.br

- Roteiro Histórico de São Caetano do Sul:

Com o objectivo de criar rendimentos na área do Turismo e aproveitando o legado histórico da cidade, a Prefeitura Municipal elaborou um Roteiro Turístico, demonstrativo dos momentos mais marcantes da história da cidade, englobando igrejas, infra-estruturas ligadas às velhas linhas de caminho-de-ferro do Município, um antigo parque industrial e um museu-histórico municipal, entre outros edifícios.

Fontes: www.saocaetanodosul.sp.gov.br

4.7. MUNICÍPIO DE DIADEMA

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção:

- Promoção Empresarial do Município:

A Prefeitura mantém, desde 2000, uma política de construção de uma imagem mais positiva do Município. Apostou, desde 2002, na revitalização dos centros dos bairros, a nível de infra-estruturas, acessibilidades e segurança, procurando quer o estabelecimento de novas actividades, principalmente comerciais, quer a ampliação das já existentes.

A melhoria das condições de segurança e de inserção social na cidade, aliadas à promoção das vantagens decorrentes da localização privilegiada e da boa rede de acessibilidades e transportes, que facilitam o escoamento das produções, têm contribuído para o aumento das actividades empresariais no Município. Em 2000, a cidade possuía 11257 empresas, estimando-se que actualmente sejam mais de 18 mil.

Também o *website* da Prefeitura tem sido utilizado para este processo de promoção do município, ao disponibilizar um conjunto alargado de serviços *online*, dirigidos quer para os trabalhadores (elaboração

e submissão de *curriculum vitae* e consulta de linhas de transporte), quer para as empresas (consulta e simuladores de cálculo de impostos, entre outros).

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Jornal Cidade – Dezembro 2005 (consultado em www.diadema.sp.gov.br)

- Banco do Povo Paulista :

Foi lançado em 1998, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Estado de São Paulo. Destina-se à concessão de micro-crédito a pequenos e médios empresários, dos sectores formal ou informal. Os empréstimos podem ser concedidos para compra de matérias-primas, máquinas, ferramentas; reparação de máquinas e equipamentos, incluindo veículos comerciais; restauro ou ampliação do empreendimento em causa. É destinado, essencialmente, a pequenas empresas e pessoas físicas que trabalham por conta própria, ou detentoras de um negócio que contribua para o rendimento familiar; ou cooperativas/associações legalmente estabelecidas. Existem alguns condicionantes de atribuição dos empréstimos, por exemplo, ter endereço fixo, residir ou ter negócio há mais de seis meses no município ou apresentar número de vendas anual superior a um valor pré-estabelecido. Não podem, ainda, possuir qualquer restrição ao SPC.

Desde a sua instalação em Diadema, já foram concedidos por esta entidade, mais de 11 mil créditos, correspondentes a um valor de 18 milhões de reais. O Banco do Povo funciona no CPETR.¹¹³

As duas anteriores iniciativas (Banco do Povo Paulista e CPETR), quando associadas, por exemplo, à criação dos Pólos dos Cosméticos e dos Componentes para Automóveis, foram, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), responsáveis pelo acréscimo de 17% em termos de postos de trabalho criados, verificado nos primeiros cinco meses deste ano, em relação ao período homólogo de 2006. Das 2349 vagas criadas, mais de metade ocorreram no sector da indústria. Já desde 2004 que o Município tem registado valores fracamente positivos na criação de empregos, principalmente nas indústrias do sector químico e metalúrgico, e na construção civil, com crescimentos anuais de postos de trabalho criados superiores a 10%.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Giro Digital, n° 8, ano 1 – 02 a 09 de Julho, 2007 (disponível em www.diadema.sp.gov.br);

Jornal Cidade – Setembro 2005 (disponível em www.diadema.sp.gov.br)

- Criação de Pólos Industriais Temáticos:

A primeira iniciativa organizada neste sentido teve lugar em 2002, referindo-se ao sector dos Cosméticos, e consistiu na criação de uma associação que reúne as indústrias deste ramo no Município.

¹¹³ O CPETR foi implantado em 2006, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal e tem vindo, desde aí, a realizar importantes iniciativas ao nível das políticas sociais e da inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho do município.

O Pólo dos Cosméticos foi possível graças ao estabelecimento de parcerias entre a Prefeitura Municipal e entidades variadas, como a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), o CIESP Diadema, o Serviço Social da Indústria (SESI), a SENAI, a Fundação Florestan Fernandes e a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC.

A estrutura original do Pólo dos Cosméticos englobava 72 empresas. As principais apostas têm sido: autonomização cooperativa do sector, como por exemplo, a realização de compras colectivas de matérias-primas o que permitiu a diminuição dos seus custos até 40%; na promoção e desenvolvimento do tecido industrial do sector, através da participação em feiras industriais internacionais, por exemplo; e incentivo à exportação da produção, principalmente para outros países da América do Sul.

Em 2006, as empresas do Pólo dos Cosméticos eram já responsáveis por 5% das receitas municipais. Foram criados cerca de 9 mil postos de trabalho directos, a que se podem acrescentar outros 4 mil indirectos, pelas empresas do Pólo. É notória a contribuição do Pólo para o aumento, na ordem dos 10%, do emprego verificado no Município, no ano de 2004, correspondendo à criação de quase 8000 postos de trabalho. No ano de 2005 foram criados, 5531 postos de trabalho.

Também ao nível das exportações se verificaram aumentos significativos. Dados de 2006 indicavam que 20 das empresas do Pólo eram já exportadoras, gerando receitas crescentes: em 2005 foram de 2,8 milhões de USD e em 2006 de 3 milhões de USD.

O sucesso alcançado pela anterior iniciativa induziu, em 2005, a criação do Pólo dos Componentes para Automóveis, englobando empresas dos sectores da borracha, plásticos e metalomecânica. A totalidade do sector engloba cerca de 25000 trabalhadores nas mais de 300 empresas do Município. Destas, aderiram, inicialmente a esta iniciativa, cerca de um terço das empresas, empregando mais de 9 mil trabalhadores.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; www.polodecosmeticos.com.br; Jornal Cidade – Agosto 2005 (disponível em www.diadema.sp.gov.br)

- Projecto Incubadoras de Empreendimentos Auto-Gestionários:

Projecto inserido no conjunto de políticas municipais de “*Geração de Trabalho e Renda*”. Constitui, no fundo, um programa de apoio ao aparecimento de novas empresas, à formalização de empresas já existentes no mercado informal e à melhoria dos negócios. Visa a assessoria e a capacitação dos empreendedores. Constitui, ainda, um incentivo à formação de cooperativas de empresas, como modo de autonomização empresarial e fortalecimento das condições laborais dos trabalhadores.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

O primeiro conjunto de iniciativas deste tipo foi implantado em 2004, por meio do programa “Diadema Incentiva a Produção”, através do qual eram concedidos descontos de 25 a 40% no IPTU, para todas as empresas que, tendo a sua situação fiscal regularizada, apresentassem acréscimo de vendas, face ao ano anterior. Logo no primeiro ano desta iniciativa foram beneficiadas 14 empresas do município.

A formação de cooperativas auto-gestionárias passou a ser, já em 2007, para além dos benefícios advindos do programa Incubadora de Empreendimentos Auto-Gestionários, valorizada através da concessão de descontos até 80% no IPTU.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br

- Compra Directa Local da Agricultura Familiar:

Este programa, instituído em 2005, visa o cumprimento de dois objectivos: o fortalecimento da agricultura familiar e o combate à fome. Os alimentos são comprados directamente pela Prefeitura a “agricultores familiares locais”, registados no programa através do Sindicato dos Agricultores e da Casa dos Agricultores, e distribuídos por instituições sociais do município, nomeadamente o Banco de Alimentos e o Restaurante Popular de Diadema. Os agricultores beneficiam, assim, de uma maior facilidade de escoamento dos produtos e de uma maior margem de lucro, uma vez que as compras municipais são efectuadas a preço de mercado.

Actualmente participam neste programa, 78 produtores. Somando os valores referentes aos anos de 2005 e 2006, verifica-se uma acumulação de produtos adquiridos superior a 196 toneladas.

Fonte: Secretaria de Abastecimento de Diadema (www.diadema.sp.gov.br)

- Projecto Empreendedor Popular:

Este projecto direcciona-se para o mercado de trabalho informal, com o objectivo de conceder, a possibilidade de formalização da sua actividade, com vantagens a nível económico. São objectivos específicos deste projecto, a identificação e regularização destas micro-empresas e a consequente acomodação em espaços adequados ao crescimento da sua actividade. Assim, foram realizadas iniciativas como o cadastro de um total superior a 1300 empreendedores populares e a formalização de um “*Shopping Popular*”, onde estão instalados 241 dos antigos empresários informais.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br

- Programa de Inserção de Municípios no Comércio Internacional – ExportaCidade:

Em 2005, mais de 300 indústrias do Município, de sectores variados como a metalomecânica, a química, os plásticos e a borracha, exportavam os seus produtos. Entre 2002 e 2004, registou-se uma subida de vendas para o exterior de quase 98%.

Face a este perfil exportador, Diadema foi uma das 10 cidades brasileiras (a única no Estado de São Paulo) a integrar o programa ExportaCidades da Secretaria do Comércio Exterior do Governo Federal (SECEX). A iniciativa procura, simultaneamente, facilitar a inserção de novas empresas nos mercados externos e ampliar as vendas das empresas já exportadoras, através do fomento da interacção entre os sectores público e privado.

Dados de 2006 revelam que 20% das empresas do município eram já exportadoras, para mercados diversos como a China, os EUA e a Europa, no caso do ABCD as empresas exportadoras correspondiam a 35% do total. Neste último ano, as exportações em Diadema conheceram um acréscimo da ordem dos 43%.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Jornal Cidade – Março 2006 (consultado em www.diadema.sp.gov.br)

Formação e Qualificação Profissional

- Projecto Mov@di:

Iniciado em 2004, este projecto, resultante do estabelecimento de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Fundação Florestan Fernandes e o Comité para Democratização da Informática em São Paulo (CDISP), procura efectuar a “alfabetização digital” da população, nomeadamente através da organização de cursos de Iniciação à Informática e de Acesso à Internet. Diadema conta já com cerca de 40 laboratórios de informática. Logo no ano de inauguração do projecto foram atendidas cerca de 1300 pessoas.

Ainda no âmbito da informática, é de destacar a actuação da Prefeitura Municipal, que tem organizado, desde 2005, a criação de Laboratórios de Informática nas escolas municipais.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Jornal Cidade – Junho 2005 (consultados em www.diadema.sp.gov.br);

- Implantação de Cursos de Formação:

Desde 1996 que através do seu programa “*Treinamento e Capacitação*”, desenvolvido no âmbito da Política de Recursos Humanos do Município, a Prefeitura desenvolve acções de qualificação e capacitação dirigidas a funcionários municipais em áreas diversas, das quais se poderão destacar, por

exemplo, a Informática, a Saúde ou o Desenvolvimento Gerencial (i.e. Gestão). Os cursos são ministrados na Escola de Diadema de Administração Pública (EDAP) através de parcerias diversas com entidades governamentais e privadas.

Em particular na área da Saúde, pode ser destacada a criação, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Campus de Diadema da Universidade Federal de São Paulo, do curso de especialização em Gestão Hospitalar. O curso é gratuito para os funcionários municipais do sector da Saúde, sendo actualmente frequentado por 41 alunos.

Têm também sido realizados investimentos na formação dos elementos da Guarda Civil Municipal, seja ao nível da formação geral. Cerca de 80% dos elementos destas forças policiais têm um curso superior, seja no ensino de línguas ou na formação específica: Mediação de Conflitos, Direito Penal, Medicina Legal, entre outras.

Falar de cursos de formação e qualificação profissional em Diadema, implica destacar a Fundação Florestan Fernandes. Criada em 1996, atendeu já mais de 117 mil munícipes¹¹⁴, dos quais 20 mil, entre 2001 e 2006, através da oferta de cursos gratuitos, com duração variável entre três meses e um ano. Os cursos profissionalizantes disponibilizados centram-se em áreas tão diversificadas como; Estética, Informática, Recepção e Atendimento, Construção Civil ou Jardinagem. Para além da simples formação, esta instituição procura ainda o estabelecimento de parcerias com entidades empregadoras, de forma a facilitar a inserção profissional dos seus alunos. Um exemplo recente destas parcerias teve lugar na criação do curso de Técnica de Qualidade e Produtividade, assumindo a empresa TRW Automotive alguns dos custos e disponibilizando-se para aceitar estagiários no final do curso.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Giro Digital, nº 15, ano 1 – 27 Agosto a 03 Setembro, 2007 (disponível em www.diadema.sp.gov.br)

- Implantação do Campus de Diadema da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo):

Resultante de uma parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, o *Campus* de Diadema da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) iniciou as suas aulas já no decorrer do ano de 2007. Estão em funcionamento quatro cursos de ensino superior público e gratuito, número que será ampliado no próximo ano lectivo, onde se irão abrir também algumas vagas para o regime nocturno.

Este investimento inclui, ainda, a construção de uma Central de Ensaios, que conta com equipamentos tecnológicos avançados, dirigida quer às actividades de docência, quer à investigação e

¹¹⁴ Os cursos são unicamente disponibilizados para residentes no Município com mais de 18 anos.

desenvolvimento. Estão também já previstas, parcerias entre a universidade e indústrias regionais e locais, com vista ao desenvolvimento de novas tecnologias e à qualificação da mão-de-obra da região.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br ; Jornal Cidade – Abril 2005; Junho 2005; Agosto 2005 (consultados em www.diadema.sp.gov.br); www.unifesp.br

- Alfabetização de Adultos:

Em 1995 foi instituído o programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Diadema – MOVA Diadema. Esta iniciativa constitui um movimento de integração para a cidadania e laboral, através da promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população, especialmente adulta.

De destacar quer o pioneirismo demonstrado por Diadema na implementação deste programa, quer o seu sucesso relativo. É o Município com mais participantes envolvidos, desde 2001.

Fonte: www.movaabc.org.br/mova

Transportes e Acessibilidades

- Melhoria e Promoção dos Transportes e Acessibilidades Municipais:

No âmbito da rede de transportes colectivos, vigoram as directrizes estabelecidas em 2002, através da Lei n.º 2143 de 11 de Julho. No que respeita às acessibilidades, têm vindo a ser realizadas, com maior incidência desde 2005, diversas obras de grande porte, das quais se podem destacar a construção de três viadutos, financiados pelo BNDES, e de um novo ramal de acesso à Rodovia dos Imigrantes, no quadrante Norte da cidade. Esta última iniciativa permitiu uma economia de cerca de 20 minutos em relação à antiga opção, sendo frequentada por cerca de 100000 veículos mensalmente, dos quais 500/dia são camiões.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br; Jornal Cidade – Junho 2005 (consultado em www.diadema.sp.gov.br); Lei Municipal nº 2143 de 11 de Julho de 2002; www.etc.com.br/modules/witinerário.

Turismo e/ou Ambiente

- Festival dos Sabores de Diadema :

A Prefeitura Municipal, em parceria com estabelecimentos gastronómicos da cidade e com a Sehal – Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABCD, organizou este festival em 2006, com vista à promoção da cidade, o fomento da actividade turística e o crescimento económico do Município. O evento reuniu mais de 50 restaurantes do Município.

Fonte: www.diadema.sp.gov.br

4.8. MUNICÍPIO DE MAUÁ

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Promoção Empresarial do Município:

Foi criada, em 2005, a Feira de Artesanato de Mauá (FEIRAMA), que a Prefeitura tem apoiado, a nível de promoção e equipamentos.

No mesmo ano, teve lugar a I Feira Empresarial da Mauá. Criada com o objectivo de integração das actividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços do Município, a diversas escalas (local, regional, nacional e, mesmo, internacional), já vai na sua terceira edição. A edição deste ano, contou com um maior número de empresas participantes (150, face às 95 do ano anterior e às 66 da primeira edição) e visitantes (cerca de 10 mil).

Para além das anteriores iniciativas, a Prefeitura, em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mauá (ACIAM) tem realizado campanhas de promoção de produtos e empresários locais, em datas comemorativas, com o objectivo de fomentar o comércio e incentivar o consumo no Município.

Também em ambiente *online*, essencialmente através do *website* da Prefeitura Municipal, foram criadas várias funcionalidades de promoção do município, englobadas no Projecto Perfil Municipal. Esta iniciativa engloba dois momentos: 1). A elaboração de um banco de dados municipal, com vista ao registo das principais empresas, associações ou organismos/equipamentos municipais; 2). A divulgação das referidas empresas.

Como objectivos principais deste projecto podem ser destacados, a coordenação da estrutura empresarial e de equipamentos oferecidos pelo município, com as políticas de planeamento a aplicar; e uma melhor facilidade de acesso aos dados sobre a cidade, permitindo assim contribuir para a expansão de uma visão mais positiva de Mauá.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

O programa Sistema Administrativo de Recuperação de Crédito (SARC), criado em 2003, permitia a redução ou isenção total dos juros a todas as empresas que regularizassem a sua situação fiscal, a nível tributário, até um prazo de 120 dias após a promulgação da lei.

Fonte: Lei n.º 3629, de 3 de Dezembro de 2003

Baseado na anterior iniciativa, a Prefeitura criou, posteriormente, o Parcelamento de Imposto Municipal (PIM), com as mesmas funcionalidades: redução ou isenção tributária, a nível mobiliário, imobiliário e permitindo ainda o parcelamento da dívida até 120 meses.

A Prefeitura concede ainda, desde 2005, isenção até 50%, nos impostos e taxas municipais às empresas que se instalem no município ou que, já estabelecidas, ampliem o seu empreendimento.

Fonte: Lei n.º 3629, de 3 de Dezembro de 2003 (disponível em www.maua.sp.gov.br)

- Programa MAEX (Mauá Apoio à Exportação):

Programa de apoio e consultoria gratuita, facultada por representantes da empresa Porti Plus e suportada pela Prefeitura Municipal, aos empresários interessados em integrarem-se no mercado internacional. Esta iniciativa, criada em 2005, tem permitido aumentar o volume das exportações industriais do Município. Só no primeiro semestre de 2007, o acréscimo das exportações foi de 9,14%, em comparação com o período homólogo de 2006. Do total das indústrias que laboram no Município, 40% utilizam já o Maex, estimando-se na mesma percentagem, as empresas municipais que já exportam ou que estão já em negociações para participarem no mercado internacional. As principais apostas de mercado externo têm sido os Estados Unidos e a China.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

- Projecto Incubadoras de Empresas:

Realizado pela Prefeitura em parceria com o SEBRAE e a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC desde 2001 visa, tal como o nome indica, incentivar o surgimento de novas empresas e a formalização de empresas já existentes, mas que operam no mercado informal. As entidades patrocinadoras oferecem instalações para os novos empreendimentos e apoio tecnológico e de gestão.

Em 2006, as empresas beneficiárias desta iniciativa registaram, em conjunto, um facturamento superior a cinco milhões de Reais. Foram, ainda, gerados mais de 150 postos de trabalho. Neste momento, são catorze as empresas ao abrigo desta iniciativa, tendo já sido “graduadas” outras onze.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

- Programa Nacional do Primeiro Emprego:

Programa implantado em parceria com o Governo Federal em 2005. Visa a inserção, no mercado de trabalho, de jovens e adultos, entre os 16 e os 24 anos, que preencham um conjunto de requisitos de adesão. São concedidos benefícios monetários às empresas empregadoras, proporcionais às horas de trabalho dos novos empregados.

No contexto do combate ao desemprego, a Prefeitura Municipal tem ainda trabalhado no desenvolvimento dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT's). Nos vários locais do município onde funciona este organismo, os cidadãos podem procurar novas ofertas de trabalho, registrar-se em bolsas de emprego, ou assistir a cursos de qualificação, entre os quais, Gestão de Pequenos Negócios, Rotinas Administrativas ou Atendimento ao Cliente.

Em termos de resultados, a iniciativa PAT Mauá, tem-se revelado a mais “empregadora” de todos os municípios do ABCD. Por exemplo, foram empregues no começo deste ano, 91 trabalhadores do município, o que representa uma subida de 16 postos de trabalho criados face a igual momento no ano anterior.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

- Projecto de Aquisição de Alimentos e Apoio à Agricultura Familiar:

Este projecto, criado em 2007, apresenta dois objectivos, em primeiro lugar, constitui um mecanismo de combate à fome, através da distribuição dos alimentos hortofrutícolas produzidos pelos “agricultores familiares locais”, por várias instituições sociais, que os encaminham depois para os munícipes mais carenciados. Simultaneamente, a articulação entre a produção desses pequenos agricultores municipais e a procura por parte dos programas sociais, permite aumentar o rendimento das famílias e o fomento da produção agrícola municipal. O pequeno agricultor é ainda valorizado, uma vez que a compra é efectuada directamente no local da agricultura familiar, aumentando a capacidade de escoamento dos produtos e, conseqüentemente, a margem de lucro. Estão registados neste programa um total de 197 agricultores.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

Formação e Qualificação Profissional

- Ensinos Técnico e Superior:

Resultante de um termo de Cooperação Técnico-Educacional celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mauá e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) teve início, em 1998, o ensino do Curso Técnico de Química em Mauá, que funcionou por um período de três anos, correspondente ao prazo do protocolo celebrado entre as duas entidades).

Quadro 26 – Quantidade de Alunos do Curso Técnico em Química, 1998 – 2001

Ano	Alunos
1998	40
1999	120
2000	70
2001	35

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (disponível em www.maua.sp.com.br)

Em 2003, abriu o Curso Técnico de Informática, leccionado na Extensão Mauá da Escola Técnica Estadual (ETE) Lauro Gomes de São Bernardo do Campo e, em 2006, já nas instalações da ETE de Mauá, aprovada legalmente em 2004, iniciou-se o Curso Técnico de Administração.

Quadro 27 – Quantidade de Alunos dos Cursos Técnicos em Informática e de Administração, 2003 – 2006

Ano	Informática	Administração
2003	80	-
2004	240	-
2005	196	-
2006	163	38

Fonte: 2003/2004 – Escola Técnica Estadual Lauro Gomes / Extensão Mauá, 2005 em diante – ETE Mauá (disponível em www.maua.sp.gov.br)

No Ensino Superior Estadual, assume relevância a criação, em 2002, da FATEC Mauá. Destaque para o curso de Informática aplicada à Gestão de Negócios, com duração de três anos.

Quadro 28 – Quantidade de Alunos da FATEC Mauá, 2003 – 2006

Ano	Alunos
2003	240
2004	400
2005	441
2006	449

Fonte: Faculdade de Tecnologia (FATEC) Mauá, Março de 2006 (disponível em www.maua.sp.gov.br)

Para além da oferta disponível a nível de cursos superiores, o Município facultava a alunos de outros cursos do Ensino Superior, Público ou Particular, a hipótese de realizarem estágios anuais, custeados

através de um sistema de bolsas atribuídas pela Prefeitura Municipal, procurando, quer a profissionalização e inclusão destes estudantes no mercado de trabalho Municipal, quer a melhoria da estrutura de qualificação dos empreendimentos em funcionamento no Município, quer ainda a criação de sinergias de integração empresa-escola. Em 2007 foram oferecidas 170 vagas para estagiários.

Fonte: www.maua.sp.gov.br; www.etelg.com.br e www.fatecmaua.com.br

- Alfabetização de Adultos:

Em 1998 entrou em actividade no município o programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Mauá – MOVA Mauá. Esta iniciativa constitui um movimento de integração cidadã e laboral, através da promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população com idade superior a 15 anos.

O Programa MOVA – Mauá insere-se numa política de apoio à EJA que vigora, na agenda política municipal, com mais proeminência desde 2000. Procura cumprir três funções: uma função reparadora, ou seja, de reposição do direito à escolaridade para todos os cidadãos; uma função equalizadora, possibilitando o retorno à escola de todos os que interromperam os estudos e uma função qualificadora, de actuação ao nível da reciclagem progressiva de conhecimentos¹¹⁵.

Durante o último ano, a Prefeitura tem realizado campanhas de atribuição de kits didácticos, contendo material escolar e uniformes (roupas e calçado) a alunos. Neste âmbito foram já beneficiados mais de 2 mil alunos.

Assume também destaque, neste contexto, a iniciativa “*Ouvindo Braille*”, destinada à alfabetização dos portadores de deficiência visual, com vista à a sua inserção socio-económica.

Estas iniciativas de combate ao analfabetismo têm-se demonstrado eficazes, permitindo a redução progressiva, principalmente desde 2000, da taxa de analfabetismo para pessoas acima de 10 anos de idade. A este decréscimo não terão sido alheios os esforços da Prefeitura no estabelecimento de políticas de expansão do ensino fundamental obrigatório no Município.

Fonte: www.maua.sp.gov.br e www.movaabc.org.br/mova

- Implantação de Cursos de Formação:

Neste âmbito, tem assumido particular importância a actuação do Fundo Social de Solidariedade de Mauá. Esta entidade municipal, tem organizado desde 2005 cursos profissionalizantes, sobre temáticas

¹¹⁵ Segundo PAZ, Carolina Rodriguez (2003) **Comunidade EJA On-Line – Uma Proposta para Integração dos Profissionais e Pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na WEB**, Dissertação de Mestrado, pp. 33-34, citada em www.maua.sp.com.br.

variadas. O objectivo destas acções de formação, passa por facultar aos alunos conhecimentos que lhes permitam a qualificação e competitividade produtiva individual no mercado informal de trabalho.

Entre as ofertas disponíveis, com a duração de dois meses, podemos destacar os cursos Reciclar a vida, Padaria Artesanal, Confeitaria e Corte e Costura de Bolsas. Nos últimos meses foram oferecidos cursos e oficinas temáticas gratuitas em Culinária e Segurança Alimentar, que superaram os 1400 alunos aprovados.

Podem participar nestas ofertas homens e mulheres com idades superiores a 15 anos, alfabetizados e com rendimentos próprios inferiores a meio salário mínimo. Só nos últimos seis meses mais de 200 pessoas concluíram com sucesso estes cursos.

Também no âmbito do Projecto de Inclusão Social da Moradia do Município de Mauá (Prismma), foi oferecida, pela Prefeitura Municipal, a hipótese de frequência de uma série de cursos com vista à inserção profissional e social dos munícipes. Entre os cursos oferecidos, podem-se destacar o de Pedreiro, Electricista, Canalizador, Costura ou *Telemarketing*, que se espera que sejam frequentados, até 2008, por 800 moradores.

Um último destaque nesta área vai para o Projecto Qualificar, implantado em 2005. Através desta iniciativa são oferecidos pela Prefeitura Municipal, cursos profissionalizantes com a duração média de 40 horas. Em 2007, foram formados de entre os 32 cursos oferecidos, um total superior a 2300 alunos, valor que supera já o do ano anterior, que foi de 1500 munícipes.

Fonte: www.maua.sp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Medidas de Preservação Ambiental:

As directrizes para o planeamento ambiental do Município de Mauá foram estabelecidas legalmente, em 1999, através da aprovação da Lei n.º 3222 de 8 de Dezembro. São, nesse documento, estabelecidas as orientações e objectivos a cumprir na definição de programas de organização do sistema de gestão ambiental municipal, bem como quais as estratégias que deverão nortear a qualificação, protecção, recuperação, e revitalização ambiental do Município.

No referido documento estratégico, figuram várias áreas de intervenção, das quais se podem destacar, por exemplo, a Educação Ambiental, a Recolha e Separação de Resíduos e o Saneamento Básico.

No respeitante às intervenções face a este último tópico, é de destacar a criação da Saneamento Básico do Município de Mauá (SAMA), cuja missão principal consiste em garantir a regularidade, universalidade e continuidade no abastecimento de água e que sofreu um importante processo de reorganização administrativa em 2002, visando aumentar a eficiência dos seus serviços.

No âmbito da Educação Ambiental e da Recolha e Separação de Resíduos, assume destaque o Programa AGIR – Mauá, criado em 2007 e que visa, simultaneamente, a promoção da recolha selectiva, o encaminhamento para a triagem e reciclagem de resíduos de todo o município e a criação de postos de trabalho, fomentando a criação e progressiva autonomia de cooperativas de reciclagem. Este projecto é possível pelo estabelecimento de parcerias entre a Prefeitura Municipal, a Directoria Regional de Ensino, a empresa Suzano Petroquímica, a Faculdade de Mauá (FAMA) e a Fundação Santo André.

Fonte: Lei n.º 3464, de 1 de Fevereiro de 2002 (disponível em www.maua.sp.gov.br)

4.9. MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Promoção Empresarial do Município:

O Município tem vindo a desenvolver, desde 2005, campanhas de promoção e atracção de investimento. As principais vantagens locais enunciadas e exploradas pela Prefeitura são: a sua localização estratégica; as acessibilidades (interfaces de transportes públicos e vias de circulação regionais e nacionais); a segurança patenteada por ter um dos menores índices de criminalidade da Região Metropolitana de São Paulo; com questões de salubridade e qualidade de vida a nível ambiental; a conjuntura económica local e a atribuição de incentivos fiscais para indústrias e prestadores de serviços.

O *website* da Prefeitura Municipal tem-se assumido, neste contexto, como uma mais-valia na promoção do Município. Para além do acesso a formas de contacto com tutelas administrativas variadas, inclui secções como “*Invista em Ribeirão Pires*”, onde os empresários podem informar-se acerca das vantagens comparativas para a implantação ou ampliação de empresas no Município; “*Balcão de Empregos*”, projecto que efectua a mediação entre os munícipes em busca de emprego e o tecido empresarial do Município; ou ainda “*Serviços ao Contribuinte*”, onde é possibilitada a pesquisa de informações e certidões do imóvel/empresa, numa tentativa de poupar tempo e recursos ao contribuinte. É ainda possibilitado

o acesso ao programa GISS Online, que constitui uma “*Ferramenta de Escrituração Electrónica com Controle e Gestão Completa do ISSQN*”.

Os investimentos efectuados no *website* da Prefeitura Municipal têm-se verificado compensatórios, uma vez que se verificou, entre Janeiro e Maio de 2007, um total superior a 36 mil acessos efectuados, o que representa um acréscimo de 112% face ao período homólogo do ano anterior.

- Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas:

A Lei n.º 4838 de 9 de Maio de 2005 prevê a atribuição de incentivos fiscais às empresas que se instalem ou se expandam no Município. Esses incentivos concretizam-se através da concessão de benefícios fiscais progressivos às empresas que desenvolvam processos industriais ao nível da tecnologia de ponta, informática, telecomunicações e *telemarketing*. As empresas com actividades de pesquisa científica ou tecnológica; e as que prestem serviços nas áreas do transporte de cargas e logística ou do ensino superior são também beneficiadas. Entre os benefícios fiscais previstos, assumem relevância a isenção fiscal de ISSQN, IPTU e ITBI e outras taxas municipais, por um período de até 12 anos.

- Programa de Financiamento Fiscal para Pessoas Físicas e Jurídicas:

Este programa, instituído em 2006, direcciona-se ao pagamento de créditos municipais dispensando, nalguns casos, a aplicação de juros e multas, se o pagamento não for parcelado, ou reduzindo a quantia dessas obrigações fiscais. É válido apenas para débitos superiores a trinta mil reais. Esta iniciativa permite, assim, a possibilidade das empresas regularizarem a sua situação, facilitando o desempenho da sua actividade, e estimulando, em simultâneo, o crescimento económico do Município.

Para dívidas menores, foram também organizadas algumas medidas, como a possibilidade de parcelamentos da dívida, até 60 vezes, isentos de juros, e a instalação de uma Central de Atendimento do Contribuinte, onde é possível efectuar o pagamento de todos os impostos.

O conjunto das três medidas anteriores levadas a cabo com o intuito de recuperar a economia da cidade, acopladas à promoção de iniciativas turísticas e de empreendedorismo/apoio aos produtores locais, das quais assume particular relevância o Festival do Chocolate, tem-se demonstrado bem sucedido, tendo já granjeado ao Município o troféu “*Destaques do Ano de Livre Mercado*”, prémio regional dirigido a iniciativas públicas relevantes para o crescimento económico.

Desde 2005 que o Município apresenta uma situação de *superávit*, tendo-se verificado uma recuperação orçamentária de 29% durante este período. Dados relativos ao primeiro quadrimestre de 2007

demonstram que a cobrança de impostos pela Prefeitura Municipal aumentou 6% face ao mesmo período de 2006. Este resultado estará associado às facilidades de pagamento concedidas, uma vez que não se verificou o aumento desses impostos. Em termos de captação de investimentos de iniciativa privada, o Município tem também verificado grandes encaixes de verbas neste período, que são já superiores a 80 milhões de reais.

Fontes: Lei Municipal nº 4838 de 9 de Maio de 2005; Lei Municipal nº 5.033 de 12 de Dezembro de 2006; www.ribeiraopires.sp.gov.br; www.gissonline.com.br e <http://portal.gissonline.com.br>

Transportes e Acessibilidades

- Obras Públicas com vista à Melhoria das Acessibilidades:

Desde 2007 que está em construção uma nova Rodoviária Municipal, denominada Terminal Rodoviário Turístico de Ribeirão Pires, o qual deverá representar um importante salto qualitativo no que respeita aos transportes públicos, estando prevista a integração com outros sistemas rodoviários e ferroviários, com o turismo e com o desenvolvimento da cidade. Os custos serão suportados pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE).

Fonte: www.ribeiraopires.sp.gov.br

Formação e Qualificação Profissional

- Escolas Técnicas e Centros de Formação Profissional:

Desde 2006 que o Município oferece gratuitamente aos seus munícipes, através do Centro de Formação Professor Paulo Freire, a oportunidade de formação profissional em várias áreas temáticas. São leccionados cursos, que vão desde a Informática à Marcenaria, passando pelo Corte e Costura ou pelas Práticas Administrativas. Paralelamente, são também promovidas diversas oficinas temáticas, de entre as quais podemos assinalar a Pintura Decorativa em Tecido e a de Introdução e Interpretação de Desenho Técnico.

Os cursos e oficinas temáticas são leccionados a jovens e adultos. Entre os critérios de selecção de candidatos encontramos o rendimento familiar, o grau de escolaridade ou a situação laboral.

No primeiro semestre deste ano de 2007 foram ministrados 18 cursos técnicos, que produziram a atribuição de certificações a 595 alunos, a que se acrescentam os 150 certificados a alunos das Oficinas. O número de inscrições tem também sido crescente, aumentando cerca de 50% no último semestre.

Existe ainda a Escola Técnica Estadual (ETE) de Ribeirão Pires – José Martimiano da Silva que forma, gratuitamente, os seus alunos em cursos tão variados como os de Turismo, Química, *Web Design* ou Administração. Funciona em período diurno e nocturno e alberga, actualmente, cerca de 500 alunos. Resulta de uma parceria, assinada em 2006, entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

Fontes: www.ribeiraopires.sp.gov.br e www.vestibulinho2007.com.br

- Implantação de Cursos de Formação:

Para além da formação disponibilizada através das anteriores instituições, a Prefeitura tem criado, desde 2007, várias campanhas de formação, que procuram atingir segmentos variados da população. Por exemplo, para os munícipes registados no Balcão de Empregos da Prefeitura, foram organizados cursos de empreendedorismo e formação profissional no ramo da construção civil. Estes eventos foram organizados em parceria com a Hidelpa¹¹⁶.

Para os funcionários públicos municipais a aposta tem sido na formação com vista à melhoria do atendimento dos munícipes. Assim, foram organizadas palestras e cursos acerca da “*Excelência no Atendimento*” e das técnicas de “*Comunicação Suplementar e Alternativa*”, no atendimento e inserção social de deficientes, que aliás se assume como uma das principais áreas de intervenção da Prefeitura. Veja-se, entre outras iniciativas, a criação do Centro de Apoio à Inclusão Escolar – Lei Municipal n.º 5071 de 23 de Abril de 2007.

A área da saúde tem sido uma das mais beneficiadas com iniciativas deste tipo, com acções de formação constantes, sobre temáticas variadas. Destaque, por exemplo, para a acção de formação sobre Vigilância Epidemiológica; para o Projecto Facilitadores em Educação Permanente, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, que visa aperfeiçoar o atendimento e acompanhamento psicológico e social dos pacientes; e para o Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, ministrado por profissionais da Faculdade de Medicina do ABCD, resultante de uma parceria entre esta instituição e o Consórcio Intermunicipal.

Também na área da Educação têm surgido iniciativas várias, com incidência na formação de professores de diversos graus de ensino, no ensino a deficientes visuais, nas boas práticas educativas na sala de aula, na formação artística e na educação infantil problemática. Foram também concedidos, em 2007, aumentos salariais de até 50% para os professores do município.

¹¹⁶ Empresa de equipamentos eléctricos e sanitários para o lar, localizada em Ribeirão Pires (<http://www.hidelpa.com.br>).

Estas iniciativas, juntamente com o estabelecimento de parcerias com entidades diversas (por exemplo, com a empresa de brinquedos Lego, com a Fundação Volkswagen ou com o Instituto Ayrton Senna, que ostenta o título de Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano da UNESCO, para a implantação dos programas Circuito Campeão e Gestão Nota 10), têm apresentado resultados positivos, colocando a cidade no terceiro lugar, em termos do nível de escolaridade do ABCD.

Fontes: Lei Municipal nº 5071 de 23 de Maio de 2007; www.ribeiraopires.sp.gov.br e www.camararp.sp.gov.br/camara.html

- Alfabetização de Adultos:

Em 1998 entrou em actividade no município o programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Ribeirão Pires – MOVA Ribeirão Pires. Esta iniciativa constitui um movimento de integração laboral e para a cidadania, através da promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população adulta.

O sucesso desta iniciativa tem justificado recentes expansões ao programa no Município. Existem, actualmente, 48 núcleos de ensino entre escolas municipais e estaduais, associações de bairro ou Centros de Referência em Assistência Social. Os professores que ministram as aulas recebem da Prefeitura uma bolsa-auxílio e vales de transporte. Actualmente são mais de 600 os alunos envolvidos no programa, tendo sido entregues recentemente 180 diplomas a alunos que completaram os programas.

Fontes: www.movaabc.org.br/mova e www.ribeiraopires.sp.gov.br

Turismo e Ambiente

- Criação e Promoção do Festival do Chocolate e Outros Eventos:

O Festival do Chocolate comemorou, em Julho de 2007, a sua terceira edição anual. Em termos turísticos tem-se revelado uma iniciativa de sucesso: Nesta terceira edição foi estabelecido um novo recorde de afluência, com 520 mil visitantes, o que evidencia uma subida em relação aos 325 mil da edição anterior que, por sua vez já tinha registado um aumento de 240% face ao número de visitantes da primeira edição.

O desempenho económico do festival tem também crescido de ano para ano, tendo facturado, nesta edição de 2007, 3 milhões de reais, que compensam largamente os investimentos realizados pela Prefeitura. Nesta última edição, segundo inquéritos realizados aos vendedores presentes, as vendas também cresceram cerca de 15%, resultado não só da maior afluência de público, mas também do crescente consumo médio de cada visitante. São criados todos os anos mais de um milhar de postos de trabalho temporário em toda a cidade.

Este evento, organizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ribeirão Pires (ACIARP), tem vindo a projectar a cidade, tornando-se num dos elementos caracterizadores da identidade cultural daquela que é já conhecida como “a Cidade do Chocolate”.

A Prefeitura tem assim aproveitado a crescente notoriedade do festival para diversos fins: promover a imagem do município (recorrendo a grandes investimentos ao nível da segurança); a sensibilização ambiental (com iniciativas relacionadas com a reciclagem dos lixos decorrentes do festival); a divulgação das actividades culturais, artísticas (mostras de artesanato, carpintaria, pintura, teatro, confecção de vestuário), turísticas e desportivas realizadas no município; e a promoção dos empresários e artistas locais.

O Festival surge ainda como elemento catalisador da realização de inúmeras campanhas de formação. Vários cursos relacionados com a temática do evento (por exemplo os de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e Rotulagem ou o de Produção de Trufas, Bolos e Bombons; ou mesmo o de Chocolateiro, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o SEBRAE), no qual são também leccionadas noções de empreendedorismo e mercados, que fomentam o desenvolvimento da vocação da cidade nesse ramo de negócio.

Fontes: www.ribeiraopires.sp.gov.br e www.ribeiraopires.sp.gov.br/festival3/festival.php

- Organização de Circuitos Turísticos:

A Prefeitura tem vindo a promover, desde 2007, uma série de pontos de interesse turístico no município, procurando a criação de uma oferta turística eclética, que vai desde o turismo em espaços naturais até à de cariz cultural. A Prefeitura tem vindo a organizar, desde o Verão de 2007, passeios monitorizados por estagiários dos cursos de Turismo ministrados no Município, que se incluem em dois projectos – o *Ciclotur* e o *Citytour*.

Através do *Ciclotur* os turistas têm a possibilidade de realizar passeios de bicicleta guiados, pelos marcos turísticos da cidade. No *Citytour* a deslocação é efectuada num autocarro cedido pela Prefeitura. Deste último, pode-se destacar uma variante, o *Citytour* Ecológico, que envolve uma caminhada na Mata Atlântica.

Estes projectos assumiram um grande destaque durante a última edição do Festival do Chocolate e, também, nos festejos do 53.º aniversário do Município. São ambos projectos de sucesso: por exemplo,

logo na sua primeira edição, o *Ciclotur* reuniu cerca de 120 participantes, cuja continuidade e regularidade de ocorrência, principalmente no período de Verão, parece continuar a ser uma aposta.

Fonte: www.ribeiraopires.sp.gov.br

- Promoção do Ecoturismo:

O território de Ribeirão Pires está situado numa área de mananciais hídricos, daí que uma das apostas da “*Estância Turística de Ribeirão Pires*” em 2007 se tenha centrado nas práticas de turismo ecológico. Um dos primeiros passos para esse fim foi a organização do I Seminário do Turismo de Ribeirão Pires, que reuniu mais de 230 participantes, entre estudantes de turismo, agentes públicos e outros especialistas do sector. Foram, aí, discutidas temáticas como o Planeamento Sustentável, o Ecoturismo e o Planeamento e Gestão de Trilhos Turísticos. Como resultado, têm vindo a ser tomadas iniciativas de aproveitamento desses caminhos ecológicos, através da promoção de actividades de caminhada e percursos de moto ou Jipe, em parceria com o Jeep Clube de Ribeirão Pires. Também as actividades radicais, como a escalada ou o *rappel*, têm representado uma crescente aposta da Prefeitura na oferta turística do Município.

Fontes: www.ribeiraopires.sp.gov.br

- Medidas de Preservação Ambiental:

Em 2007 o Município veio, através de campanhas de consciencialização ambiental e do estabelecimento de protocolos e parcerias diversos, estimular a preservação ambiental e paisagística. Têm assumido particular destaque as questões da reciclagem do lixo e da utilização de energias alternativas.

Aderiu, recentemente, ao Programa Município Verde do governo estadual, sendo que, através desse mecanismo, todas as medidas bem sucedidas, ao nível da preservação ambiental, poderão ser revertidas em verbas públicas, aplicáveis em novas campanhas de protecção ambiental.

Entrou também em curso, já neste ano de 2007, a maior obra de saneamento básico alguma vez realizada no Município. Esta, resultante de uma parceria entre a Prefeitura e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), vai garantir água potável, a despoluição da Represa Billings e esgotos tratados. Ribeirão Pires será a primeira cidade do ABCD, a contar com estações de monitorização da qualidade da água dos lençóis subterrâneos, através da concretização de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a SABESP e as empreiteiras AOS e Saenge.

Fontes: www.ribeiraopires.sp.gov.br

4.10. MUNICÍPIO DE RIO GRANDE DA SERRA

Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção

- Instituição dos Títulos de Empresário Emérito da Indústria, Comércio e Construção:

Desde 1998 que a atribuição destes títulos visa o reconhecimento de empresários, das áreas consideradas, que tenham contribuído para o progresso do Município, visando assim reconhecer e incentivar o empreendedorismo e o investimento privado no Município.

Fonte: Lei Municipal n.º 1053 de 30 de Abril de 1998¹¹⁷

- Criação de Incentivos Fiscais Selectivos para o Desenvolvimento Socio-Económico:

Esta iniciativa, criada em 1998, procura o estabelecimento de uma política tributária que, através da criação de incentivos fiscais selectivos, visa fomentar a revitalização do desenvolvimento económico e social do Município, numa perspectiva regional. Estes incentivos podem actuar através da restituição de tributos ou impostos diversos ou da isenção de taxas e emolumentos na regularização de projectos de construção ou na implantação ou expansão de novos empreendimentos.

Podem beneficiar desta iniciativa todas as empresas que pretendem estabelecer-se no município e as que, estando já instaladas, expandam as suas actividades. As condicionantes para os valores dos incentivos a atribuir dizem respeito aos resultados de uma avaliação, que inclui variáveis como a geração de emprego, os impactos ambientais ou os investimentos efectuados.

Fonte: Lei Municipal n.º 1092 de 22 de Junho de 1998

- Adopção de Incentivos Fiscais às Pequenas e Micro-Empresas:

Desde 2000 que se concede, através destes incentivos, a possibilidade de as micro e pequenas empresas se estabelecerem e funcionarem na residência dos seus titulares, desde que cumpridos alguns requisitos urbanísticos por parte do imóvel. As empresas deverão ainda atestar o cumprimento de normas de higiene, segurança e respeito pelo ambiente. Os imóveis ocupados serão, assim, considerados de uso residencial para efeito do lançamento do IPTU.

Não são englobados por estes incentivos, os estabelecimentos de ensino, as clínicas médicas e veterinárias com internamentos, o comércio de químicos, combustíveis, armas e munições ou as casas de diversões.

Fonte: Lei Municipal n.º 1299 de 12 de Junho de 2000

¹¹⁷ Todas as Leis Municipais podem ser consultadas no *website* da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, através do *site*: www.camarargserra.sp.gov.br/home_legislacao.html.

- Criação de Incentivos Selectivos para o Desenvolvimento Económico:

Concessão, desde 2001, de incentivos selectivos às empresas que investirem no Município através da implantação, expansão ou modernização tecnológica da empresa.

Deste modo ficaram aptas à partida, para a recepção destes incentivos, todas as empresas industriais ou de turismo (hotéis, agências, parques temáticos, entre outras) já instaladas ou que se venham a instalar no Município.

Os incentivos manifestam-se sob a forma de isenção de tributos e rendas variados (ISSQN; IPTU; ITBI; taxas e emolumentos municipais) decorrentes do investimento efectuado.

Fonte: Lei Municipal n.º 1379 de 7 de Dezembro de 2001

- Participação no Projecto do Banco do Povo Paulista:

O Banco do Povo Paulista é um programa do Governo do Estado de São Paulo criado em 2002 e destinado à concessão de microcrédito para microempreendedores populares do sector formal ou informal. Procura o atendimento de pessoas com acesso limitado às instituições financeiras tradicionais. A sua actuação ocorre em parceria com a Prefeitura Municipal, que participa com 10% dos recursos financeiros e oferecem equipamentos para os agentes de crédito, participando o Estado de São Paulo com os restantes 90%.

O empréstimo pode ser utilizado para: compra de matérias-primas, máquinas, ferramentas; manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo veículos comerciais; remodelação ou ampliação do empreendimento em causa. É destinado, essencialmente, a pequenas empresas e pessoas físicas que trabalham por conta própria, ou que são detentoras de um negócio contribuinte para o rendimento familiar; ou cooperativas/associações de produção com existência jurídica reconhecida. Há também algumas condicionantes na atribuição dos empréstimos, tais como: ter endereço fixo, residir ou ter negócio há mais de dois anos no município; apresentar número de vendas anual superior a um valor pré-estabelecido.

Fonte: Lei Municipal nº 1415 de 15 de Agosto de 2002 e www.riograndedaserra.sp.gov.br/banco_povo.html

- Organização do I Encontro de Empreendedores da Cidade:

Apesar de recente, Março de 2007, esta iniciativa parece constituir um despertar da Prefeitura para a intenção de fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento económico a nível municipal. Foram discutidas propostas de turismo para o município, empreendedorismo e orientações sobre como dinamizar e ampliar negócios.

Com a participação de mais 150 pessoas, entre empreendedores, comerciantes, artesãos e representantes de instituições envolvidas no município como o SEBRAE, a Secretaria Regional do Trabalho, o Posto de Atendimento ao Trabalhador, a Associação Comercial ou o Banco do Povo.

Fonte: www.riograndedaserra.sp.gov.br

Constituição/Participação em Entidades Promotoras do Desenvolvimento

- Instituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Rio Grande da Serra:

Em 1999 constituiu-se uma entidade municipal de natureza consultiva, sem fins lucrativos, à qual cabe a apresentação de propostas, ao Poder Executivo Municipal, à Câmara Regional do Grande ABC e ao Fórum da Cidadania do Grande ABC, de promoção do marketing público, de criação de uma imagem positiva do Município e ainda de geração de empregos e riqueza, face ao contexto competitivo criado pelo processo da globalização.

Os trabalhos do Fórum deverão centralizar-se em três grandes eixos: o Desenvolvimento Económico, o Desenvolvimento Social; e o Desenvolvimento Urbano e do Ambiente.

Fonte: Lei Municipal n.º 1124 de 22 de Março de 1999

Formação e Qualificação Profissional

- Colaboração Mútua com a Fundação MUDES:

Estabeleceu-se em 1997 um protocolo de colaboração entre a Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Económico e Social (MUDES).

Os serviços prestados por esta Fundação e que a Prefeitura deseja trazer para o município são diversos e respeitam à inserção e capacitação de estudantes, através, por exemplo, de estágios profissionalizantes, e à qualificação e capacitação profissional dos trabalhadores, através da oferta de vários cursos a estudantes e empresas.

Fonte: Lei Municipal n.º 823 de 6 de Abril de 1994 e www.mudes.org.br

- Alfabetização de Adultos:

Em 1997 instituíram-se cursos certificados de alfabetização de adultos, a serem ministrados nas escolas públicas dos bairros e acompanhados pelas associações de moradores.

O objectivo inicial era fazer com que cada bairro contasse com pelo menos uma sala de aulas. Em 1998, a edilidade deliberou que os cursos básicos de alfabetização passariam a funcionar nos horários vagos das salas de aulas de todas as escolas municipais.

Os custos com os professores são suportados, ou pelos próprios (voluntariado), ou pelas empresas, comerciantes ou outras entidades profissionais.

No ano seguinte, é dado um novo e importante passo, através da instituição do programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de Rio Grande da Serra – MOVA Rio Grande da Serra. Esta iniciativa constitui um movimento de integração laboral e para a cidadania, através da promoção de campanhas de alfabetização e escolarização da população (em especial adulta), que começou a laborar no ano 2000.

De salientar o exemplo dado pela Prefeitura Municipal às empresas privadas do Município, iniciando em 1999 um processo de alfabetização de funcionários públicos municipais, com aulas ministradas em regime pós-laboral, sendo os cursos coordenados pela Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Lei Municipal n.º 999, de 16 de Outubro de 1997; Lei Municipal n.º 1103 de 24 de Julho de 1998; Lei Municipal n.º 1190 de 29 de Junho de 1999 e www.movaabc.org.br/mova

- Implantação de Cursos Profissionalizantes:

Simultaneamente com a tomada de medidas contra o analfabetismo, foi implementada em 1997 a criação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos, que são ministrados em parceria com o SENAI, o SESI, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o SEBRAE e outras entidades. O Executivo Municipal fica encarregado da concessão das ajudas de custo.

Actualmente, dez anos depois do início desta iniciativa, são ministrados alguns cursos regulares com o patrocínio da Prefeitura Municipal (através das Secretarias de Educação e Cultura do Fundo de Solidariedade Municipal), designadamente: Inclusão Digital; Padaria Artesanal; Noções Básicas de Restauração e Qualificações Básicas da Empregada Doméstica.

Fonte: Lei Municipal nº 1000 de 16 de Outubro de 1997

Turismo e/ou Ambiente

- Criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA:

Órgão essencialmente consultivo, criado em 1994 com o objectivo de propor directrizes para a aplicação da política ambiental do município.

Tem efectuado, ao longo dos anos, inúmeras campanhas de formação e consciencialização ambiental, quer junto dos empreendedores, quer dos estudantes do município, quer ainda da população em geral,

promovendo, campanhas de modernização tecnológica das indústrias; plantação de árvores; recolha selectiva de lixo; diminuição de efluentes tóxicos e emissões de gases; melhoria da qualidade das águas e da rede de esgotos; intervenções urbanísticas, principalmente, em áreas de risco ambiental.

- Criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e de Fundos Municipais para o Turismo:

Órgão deliberativo criado em 2000 cuja principal função é a implantação da política municipal de turismo, com vista ao desenvolvimento de um “Turismo Sustentável”, encarado como factor de desenvolvimento socio-económico e cultural e, ainda, como veículo de preservação ambiental.

Esta entidade engloba, na sua composição, representantes de diversas áreas, desde o Poder Executivo, até representantes de actividades empresariais do sector (hotelaria, agências de viagens, guias turísticos), passando por outros empresários (comércio; indústria; artesanato) e, ainda, por representantes de ONG’s e outras associações de defesa do ambiente.

Compete a esta instituição, entre outras funções: a elaboração de um Plano Municipal do Turismo; o desenvolvimento de iniciativas e a promoção das potencialidades turísticas municipais, procurando captar turistas e eventos para a cidade; propor planos financeiros e de parceria com varias instituições financeiras, públicas e privadas.

Afecto ao COMTUR está, a partir de 2002, o Fundo Municipal de Turismo (FUTUR), cujos recursos são provenientes de várias fontes: créditos orçamentais; doações ou contribuições públicas ou privadas e receitas da promoção turística do Município.

Em 2004, é ainda criado o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Turismo (FAELT), com a finalidade de aquisição e gestão de financiamento para o investimento em programas e projectos específicos nas três áreas abrangidas. Este fundo, que se encontra na dependência da Secretaria do Governo, deve ser aplicado na formação de recursos humanos, promoção de estudos e na criação de infra-estruturas e equipamentos nas áreas do desporto, lazer e turismo.

Fonte: Lei Municipal n.º 1311 de 25 de Julho de 2000; Lei Municipal n.º 1418 de 27 de Agosto de 2002; Lei Municipal n.º 1481 de 2 de Julho de 2004

- Promoção Turística:

Desde 2007 que o Município tem vindo a desenvolver a sua “imagem” turística, através de estratégias de divulgação, inclusive no *website* da Prefeitura. Tem procurado colocar-se no segmento do Turismo Radical ou de Adrenalina, principalmente em contacto com o meio ambiente “selvagem” fomentando a

prática de desportos radicais, como o *rappel*, os caminhos pedestres e de jipe, entre tantos outros “tipos de aventura”.

Fonte: www.riograndedaserra.sp.gov.br

4.11. RESUMO

O conjunto de projectos e iniciativas que acabamos de apresentar, referente aos oito municípios em estudo, encontra-se classificado em quatro grandes categorias temáticas: Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção; Formação e Qualificação Profissional; Transportes e Acessibilidades; e Turismo e Ambiente. No caso de Rio Grande da Serra, devido a natureza multi-temática do projecto “Instituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Rio Grande da Serra”, centrado em três grandes eixos, (Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Urbano e do Ambiente), levou a que o classificássemos numa nova categoria intitulada Constituição/Participação em Entidades Promotoras do Desenvolvimento.

Da análise do Quadro-Síntese ressalta imediatamente a preponderância de projectos na área dos Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção, seguida pela Formação e Qualificação Profissional e em relativamente menor número pelo Turismo e/ou Ambiente e pelo Transportes e Acessibilidades.

No caso do Município de São Paulo refere-se a Lei Estadual n.º 11688/04, que estabeleceu o enquadramento jurídico das Parcerias Público-Privadas. O primeiro projecto realizado neste âmbito foi a construção da Linha 4 do Metro de São Paulo em 2005. Desde então outras Parcerias Público-Privadas permitiram a construção do Expresso Aeroporto, do Trem de Garulhos e do Corredor de Exportação Campinas-Vale do Paraíba-Porto de São Sebastião. O Plano Plurianual 2004-07 prevê ainda que cerca de 3 mil milhões de dólares originários da iniciativa privada possam ser aplicados em projectos relacionados com saúde, saneamento, transportes e comunicações e educação;

Em relação às iniciativas do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, destaca-se a implementação do Eixo Estruturante 6 – Identidade Regional e Estruturas Institucionais, no sentido em que incentiva o estabelecimento de parcerias público-privadas com vista à viabilização de investimentos, além de procurar modernizar os órgãos políticos e institucionais municipais, fomentar o surgimento de uma comunidade cívica regional e apoiar os pequenos negócios de base local.

Quadro 29 – Quadro-Síntese das iniciativas analisadas

	São Paulo	Consortócio Intermunicipal	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul	Diadema	Mauná	Ribeirão Preto	Rio Grande da Serra
Incentivos às Empresas/ Empreendedores e à Produção	Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas Incentivos à Constituição de Micro e Pequenas Empresas Porto de Atendimento ao Empreendedor Programa de Concessão de Créditos a Empresas (Banco do Povo) Projecto Fibra Verde Projecto de Criação de "Fora-Modelo" Programa de Modernização da Gestão Projecto de Apoio Produtivo Social Organização do Polo de Resseguros Parcerias Público-Privadas Atlas do Trabalho e do Desenvolvimento	Política Regional de Incentivos Selectivos Pesquisas de Emprego e Desemprego (PEL) Aumento da Competitividade das Cadeias Produtivas do ABCD Manutenção da Competitividade no Comércio Retailista Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas Incubadoras de Empresas Avanço Produtivo Local (APL) Promoção à Instalação de Bancos e Linhas de Crédito Medidas de Apoio à Exportação	Projecto Eixo Tamandará Programa Cidade Politécnica Programa Incubadoras de Cooperativas e Associações Banco do Povo Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária Programa de Fomento ao Comércio Centro Público de Emprego, Trabalho e Banda Apoio à Inovação Tecnológica das Empresas Sistema de Apoio à Exportação	Promoção Empresarial do Município Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas Projecto Araçuaí Projecto Incubadora de Empresas Fomentos à Exportação Banco do Povo Paulista Conselho de Desenvolvimento Económico de São Bernardo	Promoção Empresarial do Município Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul Banco do Povo Paulista Rondas de Negócios Sectoriais Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul	Promoção Empresarial do Município Banco do Povo Paulista Criação de Pólos Industriais Temáticos Projecto Incubadoras de Empreendimentos Auto-Gerenciados Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas Compra Directa Local da Agricultura Familiar Projecto Empreendedor Popular Programa de Inserção de Municípios no Comércio	Promoção Empresarial do Município Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas Programa MAEX (Mauná Apoio à Exportação) Projecto Incubadoras de Empresas Programa Nacional do Purotiro Emprego Projecto de Aquisição de Alimentos e Apoio à	Promoção Empresarial do Município Concessão de Incentivos Fiscais às Empresas Programa de Financiamento Fiscal para Pessoas Físicas e Jurídicas Adopção de Incentivos Fiscais às Pequenas e Médio-empresas Criação de Incentivos Selectivos para o Desenvolvimento Económico Participação no Projecto do Banco do Povo Paulista Organização do I Encontro de Empreendedores da Cidade	Instituição dos Títulos de Expansão Urbana da Indústria do Comércio e da Criação de Incentivos Fiscais Selectivos para o Desenvolvimento Socio-Económico Adopção de Incentivos Fiscais às Pequenas e Médio-empresas Criação de Incentivos Selectivos para o Desenvolvimento Económico Participação no Projecto do Banco do Povo Paulista Organização do I Encontro de Empreendedores da Cidade
Formação e Qualificação Profissional	Implantação de Cursos de Formação Centro de Apoio ao Trabalho Alfabetização de Jovens e Adultos Ampliação da Inclusão e Literacia Informática	PLANITEQ – ABC Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos Projecto Alquimia	Implantação de Cursos de Qualificação Profissional Alfabetização de Adultos Projecto Rede Cidadania – Inclusão Digital	Implantação de Cursos de Qualificação Profissional Alfabetização de Adultos Curso Técnico e Superior Empreendedorismo nas Escolas	Alfabetização de Adultos Programa Grábur Universidades Públicas do Município Projecto Aprender São Caetano Implantação de Cursos de Formação	Projecto Mov@di Implantação de Cursos de Formação Implantação do Campus de Diadema da UNIFESP Alfabetização de Adultos	Curso Técnico e Superior Alfabetização de Adultos Implantação de Cursos de Formação	Escolas Técnicas e Centros de Formação Profissional Implantação de Cursos de Formação Alfabetização de Adultos Implantação de Cursos de Formação Profissionalizantes	Colaboração Mútua com a Fundação MUDES Alfabetização de Adultos Implantação de Cursos de Formação Profissionalizantes
Turismo e/ou Meio Ambiente	Plano de Estratégias Turísticas	Colector-Tonco e Águas Industriais Promoção e Desenvolvimento do Turismo Regional	Vila Turística de Parapijacaba	Medida de Preservação Ambiental Roteiro Histórico de São Caetano do Sul	Medida de Preservação Ambiental Festival dos Sabões de Diadema Alfabetização de Adultos	Medida de Preservação Ambiental	Medida de Preservação Ambiental	Criação e Promoção do Festival do Chocolate e Outros Organização de Cursos Turísticos Promoção do Ecoturismo Medidas de Preservação	Criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente Criação do Conselho Municipal de Turismo e de Feados Municipais para o Turismo Promoção Turística
Transportes e Acessibilidades	Parque Nacional e Articulações	Parque Municipal Estron	Investimentos em Logística e Acessibilidades		Melhoria e Promoção dos Transportes e Acessibilidades Municipais			Obras Públicas com vista à Melhoria das Acessibilidades	
Constituição/Participação em Entidades Promotoras do Desenvolvimento									Instituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Rio Grande da Serra

Considerando a influência dos níveis de alfabetização e de escolaridade nas capacidades e no potencial do Capital Humano, em termos laborais, técnicos e, até, de inovação tecnológica e organizacional, compreendemos a importância deste programa, e de outros semelhantes, na “alavancagem” dos processos de Crescimento Económico e Desenvolvimento à escala regional e local do ABCD.

De facto, conforme podemos observar no Quadro-Síntese apresentado na página anterior, existe uma plêiade de iniciativas no âmbito da *Formação e Qualificação Profissional* que vêm demonstrar a relevância política e social destas acções, além da já referida importância em termos económicos e de desenvolvimento.

Neste sentido, o caso do MOVA (Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos) surge como uma das mais importantes iniciativas do Consórcio Intermunicipal, não só porque se encontra presente em seis dos sete municípios do ABCD (sendo São Caetano do Sul a excepção), mas porque tem um importante papel na alfabetização e escolarização da população, em especial adulta, que não teve possibilidades de escolarização. Este projecto destaca-se ainda por agregar esforços de várias entidades, tais como prefeituras municipais, empresários, sindicatos, igrejas, movimentos populares e universidades.

Além da supracitada alfabetização de Adultos, existem ainda iniciativas de formação na área da informática e computação, do Ensino Técnico e Profissionalizante, do Ensino Superior, do Empreendedorismo e outras que, tivemos de oportunidade de explicar ao longo do presente capítulo.

De facto, a promoção e difusão do Empreendedorismo, do auto-emprego e da criação de micro-empresas é uma constante presente em várias das iniciativas apresentadas e agrupadas na categoria dos *Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção*.

No Município de São Paulo, o “Banco do Povo” abriu, em 2007, um Posto de Atendimento ao Empreendedor no âmbito do Programa “*Crédito Solidário – São Paulo Confia*” na Zona Leste da Cidade, uma das mais pobres e problemáticas. O sucesso desta iniciativa levou a que se abrissem novas unidades noutras zonas da cidade de forma a servir cerca de 500 mil potenciais micro-empreendedores. Também os Centros de Apoio ao Trabalho têm apoiado os micro-empreendedores, estando alguns deles ligados aos Postos de Atendimento ao Empreendedor.

Ainda em São Paulo, o Pólo Agrícola de Parelheiros tem um centro de formação e empreendedorismo. Também o Programa Arranjo Produtivo Social, resultado de uma parceria entre a Prefeitura e o IBRATEC, desenvolve várias iniciativas, nomeadamente a promoção do empreendedorismo.

No âmbito das iniciativas do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, o Sistema de Apoio à Exportação (SAX) oferece formação em Empreendedorismo.

Também no Município de Santo André o “Banco do Povo” financia e auxilia a implantação de micro-empresamentos. Por outro lado, a Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária (IEPS) apoia empreendimentos populares e solidários com vista ao trabalho autónomo e auto-gerido. No âmbito do Festival Comida de Botequim, a Secretaria de Desenvolvimento Económico e Acção Social de Santo André, associada à SEBRAE e ao Diário do Grande ABC, presta apoio no âmbito do *Marketing* e Empreendedorismo.

Em São Bernardo do Campo a edilidade, através da sua publicação mensal “Boletim Económico”, faz a divulgação e promoção do empreendedorismo. Um outro aspecto relevante relaciona-se com a possibilidade de introdução de uma disciplina de Empreendedorismo em todas as escolas do Município no âmbito do Programa Jovens Empreendedores.

No que diz respeito a São Caetano do Sul, a respectiva Associação Comercial e Industrial oferece serviços de apoio e gestão ao empreendedor.

Em Diadema desenvolve-se o Projecto Incubadoras de Empreendimentos Auto-Gestionários, através de um programa de apoio a novas empresas, formalização de empresas presentes no mercado informal e assessoria e captação de empreendedores. Neste âmbito, os incentivos fiscais podem chegar a uma redução de 80% no Imposto Predial Territorial e Urbano. Também o Programa Empreendedor Popular procura legalizar micro-empresas já existentes no mercado informal.

No Município de Ribeirão Pires, o Programa de Financiamento Fiscal para Pessoas Físicas e Jurídicas, apoia o empreendedorismo. Também a Prefeitura tem possibilitado aos munícipes registados no Balcão de Empregos, a frequência de cursos de formação em parceria com a empresa Hidelpa, o que inclui cursos de empreendedorismo. De referir ainda que, também no âmbito do Festival do Chocolate, têm sido realizados cursos de empreendedorismo.

A edilidade riograndeserrense, através da Lei Municipal n.º 1053, atribui o título de Empresário Emérito, reconhecendo a iniciativa privada e o empreendedorismo no Município. A semelhança de outros

municípios analisados, o “Banco do Povo” financia os potenciais micro-empresários, entrando o Município com 10% do valor das participações. De destacar ainda a organização, em 2007, do I Encontro de Empresários da Cidade.

Ainda no âmbito dos *Incentivos às Empresas/Empresários e à Produção* merecem especial destaque as iniciativas que visam a criação de Incubadoras de Empresas¹¹⁸, procurando criar um “*Meio Inovador*”, conforme definido no capítulo II da presente dissertação.

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC promove várias iniciativas neste sentido. Considerando a importância do sector secundário na região, procura-se criar condições propícias à manutenção das indústrias automóveis já instaladas na região; assim como ao parque industrial regional de componentes, através do apoio à criação de incubadoras de empresas de base tecnológica, do estímulo à criação de cooperativas de indústrias e do fortalecimento das relações capital-trabalho.

Também as iniciativas enquadradas pelo Eixo Estruturante 11 – Educação e Tecnologia, visam a implantação de um Pólo Tecnológico no ABCD, constituído por Centros de Investigação & Desenvolvimento e de Difusão Tecnológica, Centros de Investigação Universitária; Incubadoras Tecnológicas e Parques Tecnológicos.¹¹⁹

Em 2000 estabeleceu-se um plano para a instalação de cinco incubadoras na Região do ABCD, no âmbito de parcerias entre a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC, que coordena e gere os processos. As Prefeituras fornecem os terrenos e o SEBRAE oferece os recursos financeiros e a tecnologia. Estas incubadoras surgem como estruturas de apoio e desenvolvimento às micro, pequenas e médias empresas. As empresas escolhidas para participar deste projecto passam a dispor de infra-estruturas, apoio administrativo, disponibilização de equipamentos e local de trabalho a baixo custo, para além de acesso a cursos de qualificação profissional.

¹¹⁸ Uma incubadora de empresas é um projecto que tem como objectivo a criação ou o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, apoiando-as nas primeiras etapas do seu processo de crescimento. As incubadoras universitárias de empresas têm como objectivo abrigar empresas inovadoras, fruto de projectos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Nas incubadoras a universidade propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento da empresa, oferecendo apoio ao nível da gestão, contabilidade, financeiro e jurídico. Por outro lado, a presença de várias empresas no mesmo espaço permite economias de escala, reduzindo os custos fixos (segurança e limpeza das instalações, despesas com a energia eléctrica e telecomunicações) aumentando o potencial de crescimento das empresas seleccionadas.

¹¹⁹ Para uma apresentação e análise do principal Parque de Ciência e Tecnologia português, o *TagusPark* ver, por exemplo, MELO e BAPTISTA (2002: 51-79).

O Consórcio desenvolve ainda o Programa Incubadora de Cooperativas e Associações, que oferece acompanhamento e consultoria, nas áreas jurídica, administrativa, contabilística, económica, de divulgação dos produtos e formação profissional às empresas que se queiram associar.

No Município de Santo André, a Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária, enquadrada pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Rendimento, oferece condições propícias ao desenvolvimento de redes e cadeias produtivas de empreendimentos populares e solidários, potenciando o Desenvolvimento Económico Local.

Também em São Bernardo do Campo podemos encontrar um projecto de Incubadoras de Empresas, onde a Prefeitura, em parceria com o SEBRAE, o Sindicato das Indústrias de Móveis do Grande ABC, o Banco do Brasil e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, oferecem às empresas, apoio técnico e de gestão, assim como um local para se instalarem.

Em São Caetano do Sul, o Instituto de Tecnologia desenvolve uma Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, cuja entrada em funcionamento ocorrerá no início de 2008.

Em 2007, a edilidade sulsancaetanense promoveu um acordo com o Instituto Mauá de Tecnologia com vista à aproximação entre o tecido produtivo e o meio científico académico. As iniciativas abrangidas por esta parceria, incluem a promoção dos cursos do IMT nas empresas do Município; a criação de novos cursos, orientados para as necessidades empresariais do Município e o incentivo à realização de investimentos em tecnologia, por parte das empresas locais.

Uma vez mais, também Mauá têm um Projecto Incubadoras de Empresas, em parceria com o SEBRAE e a Agência de Desenvolvimento Económico do Grande ABC, que procura incentivar o surgimento de novas empresas, mas também a formalização das empresas já existentes. As entidades patrocinadoras fornecem instalações para os novos empreendimentos, além de apoio tecnológico e de gestão.

Outro aspecto interessante no conjunto das iniciativas descritas no presente capítulo é que elas fomentam as “*economias de proximidade*” ou, se preferirmos, que procuram o surgimento de “*Clusters*” ou “*Sistemas Produtivos Locais*”.

No Município de São Paulo, nomeadamente em Itaím Paulista, procura-se instalar hortas comunitárias, associadas a uma unidade industrial de processamento. Ao mesmo tempo incentivam-se os produtores locais existentes e tenta-se atrair novos agricultores, através de

acções de formação em parceria com a Escola de Agronomia da Universidade de São Paulo. A expectativa é criar um pólo de micro e pequenos empresários agrícolas na região, permitindo o surgimento de economias de proximidade.

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC apresentou, em 2004, o projecto de desenvolver um Arranjo Produtivo Local (ou “*Sistema Produtivo Local*”), com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE, que visa sustentar o crescimento de micro, pequenas e médias empresas nos sectores dos componentes para automóveis, das ferramentas e dos plásticos. Promove ainda a integração e a cooperação entre empresários que, sendo antigos concorrentes, beneficiam agora das vantagens do trabalho em associação. Este projecto prevê ainda parcerias com universidades em acções de Investigação & Desenvolvimento.

Este último projecto pode revestir-se de grande importância para a economia local e regional, onde a indústria automóvel (e outros sectores associados, com destaque para os componentes), têm uma grande importância em termos de produto e de emprego.

Tendo em consideração a análise e caracterização do território em estudo, realizada no capítulo IV da presente dissertação, podemos constatar que estamos na presença de uma área fortemente urbanizada e industrializada, que contém importantes “bolsas” de pobreza e urbanização deficiente no seu interior. Deste modo é, de certa forma, surpreendente a existência de um número bastante razoável de iniciativas no sector do Turismo.

De facto, iniciativas como o Plano Municipal do Turismo, o Projecto de Sinalização Turística Viária e o programa “*Fique Mais um Dia*”, vêm demonstrar a crescente importância do Turismo na Cidade de São Paulo, nomeadamente ao nível do Turismo de Consumo e, principalmente, do Turismo de Negócios (5 milhões de turistas, quase 50% do total).

Por outro lado, eventos como o Grande Prémio de Fórmula 1 de Interlagos, o Salão Automóvel, a Bienal de Artes, a Mostra de Cinema de São Paulo e o *Boat Show* atestam a importância de São Paulo como um importante destino turístico. Em 2007, São Paulo foi mesmo eleita como a terceira melhor cidade brasileira para fazer turismo pela revista *Viagem & Turismo* de São Paulo.

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, através da aplicação do Eixo Estruturante 4 – Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas, procura fomentar o turismo regional sustentável, com destaque para os sectores do turismo ecológico, empresarial, cultural e desportivo.

Em 1999 estabeleceu-se um Plano de Acção Regional baseado no Programa Nacional de Municipalização do Turismo e, em 2002, foi criado um documento intitulado “*Turismo Grande ABC – 7 Estrelas*” que apresenta os principais pontos turísticos dos sete municípios da Região. A imagem da região tem ainda sido promovida através da criação do slogan “*Grande ABC. Aqui Você Tá Com Tudo*”.

De referir ainda a produção de um filme institucional sobre o ABCD; a criação de um suplemento de turismo e de um Guia Gastronómico em parceria com o Diário do Grande ABC; a recuperação e restauração de monumentos e caminhos de circulação, por exemplo, os Caminhos do Mar – Pólo Ecoturístico; o uso da Serra do Mar e da Represa Billings para actividades como a pesca amadora e os passeios de barco; divulgação de eventos culturais; e a construção de um Centro de Convenções no ABCD orientado para o turismo de negócios.

A Prefeitura de Santo André concretizou, em 2001, um programa de revitalização da vila ferroviária e industrial de Paranapiacaba, o que permitiu aumentar o número de turistas em mais de 500%, entre 2001 e 2006. Nesta vila realiza-se ainda o Festival de Inverno de Santo André que vai já na sua 7ª edição.

Também ao nível da promoção turística do Município, a edilidade santoandrense realiza campanhas através de divulgação e de distribuição de mapas, cartões postais e folhetos do Município. De destacar ainda o apoio à criação e promoção de empresas e agências turísticas no Município.

Por seu lado São Bernardo do Campo criou uma imagem de marca: “*São Bernardo – Capital do Automóvel*”. Este projecto, que inclui a implantação de infra-estruturas turísticas e de complexos de lazer e entretenimento, custará cerca de 7,6 milhões de Reais, dos quais 80% serão financiados pelo Governo Federal.

São Caetano do Sul criou um Roteiro Histórico, que engloba os momentos mais marcantes da história da cidade; igrejas; infra-estruturas ligadas às velhas linhas de caminho-de-ferro do Município; um antigo parque industrial e um museu-histórico municipal, com o objectivo de criar rendimentos na área do Turismo e aproveitar o legado histórico da cidade.

A Prefeitura Municipal de Diadema, em parceria com estabelecimentos gastronómicos da cidade e com o Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABCD, organizou este festival com vista à promoção da cidade e o desenvolvimento da actividade turística.

Ribeirão Pires organiza o Festival do Chocolate que, em 2007, ia já na sua terceira edição anual. Esta iniciativa tem sido um sucesso e tornou-se num dos elementos caracterizadores da identidade daquela que é já conhecida como “a Cidade do Chocolate”.

Também têm sido organizados Circuitos Turísticos que incluem passeios de bicicleta monitorizados por estagiários dos cursos de Turismo ministrados no Município no âmbito dos projectos *Ciclotur* e *Citytour*.

Face às características hidrológicas de Ribeirão Pires apostou-se no desenvolvimento da “*Estância Turística de Ribeirão Pires*” orientada para o turismo ecológico. De salientar também a organização do I Seminário do Turismo de Ribeirão Pires onde foram discutidas temáticas como o Planeamento Sustentável, o Ecoturismo e o Planeamento e Gestão de Trilhos Turísticos. Como resultado deste seminário foram tomadas iniciativas de promoção de actividades de caminhada, percursos de moto ou Jipe, escalada ou *rappel*.

Em Rio Grande da Serra criou-se o Conselho Municipal de Turismo, como um órgão deliberativo cuja principal função será a implantação da política municipal de turismo, com vista ao desenvolvimento do “Turismo Sustentável”, encarado como factor de desenvolvimento e preservação ambiental. Afecto a este Conselho criou-se ainda, a partir de 2002, o Fundo Municipal de Turismo e, em 2004, foi ainda criado o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Turismo.

O Município tem ainda desenvolvido o segmento do Turismo Radical, incentivando a prática de desportos radicais diversos, como o *rappel*, os caminhos pedestres e de jipe, entre outros.

Do conjunto das iniciativas apresentadas, algumas incluem-se no âmbito das medidas de protecção ambiental, centradas em grande parte em questões ligadas ao saneamento básico.

No Município de São Paulo o Projecto da Fábrica Verde tem procurado defender a área de mananciais hídricos da “invasão” resultante do crescimento populacional e urbanístico.

Um dos aspectos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal no âmbito do Eixo Estruturante – Ambiente Urbano de Qualidade diz respeito à implementação de programas de saneamento, de recolha e tratamento de resíduos sólidos e de reabilitação ambiental e paisagística dos espaços públicos.

Em Santo André o Projecto Eixo Tamanduatei abrange vários objectivos ao nível da requalificação urbana, económica, social e ambiental da área industrial histórica localizada na várzea do Rio Tamanduateí e ao longo do Caminho-de-Ferro.

Em 2007, São Caetano do Sul aderiu ao projecto estadual Município Verde, que procura o desenvolvimento de políticas de preservação do ambiente urbano. Foram ainda estabelecidas metas, do ponto de vista legal, que visam a melhoria das condições ambientais do Município. São Caetano do Sul será também o primeiro município da Região Metropolitana de São Paulo com taxas de cobertura de esgotos tratados, tratamento de resíduos sólidos e fornecimento de água potável de 100%.

Mauá estabeleceu, em 1999, as directrizes para o planeamento ambiental do Município com vista à definição de programas de organização do sistema de gestão ambiental municipal e das estratégias que orientarão a qualificação, protecção, recuperação e revitalização ambiental do Município. No referido documento estratégico figuram ainda várias áreas de intervenção, nomeadamente a Educação Ambiental, a Recolha e Separação de Resíduos e o Saneamento Básico.

No âmbito da Educação Ambiental e da Recolha e Separação de Resíduos, assume particular destaque o Programa AGIR – Mauá, criado em 2007 e resultado de uma parceria entre a Prefeitura, a Directoria Regional de Ensino, a empresa Suzano Petroquímica, a Faculdade de Mauá e a Fundação Santo André.

Em Ribeirão Pires têm sido realizadas campanhas de consciencialização ambiental e assinaram-se vários protocolos e parcerias com vista à preservação ambiental e paisagística, com especial destaque para as questões da reciclagem do lixo e da utilização de energias alternativas.

O Município aderiu também ao Programa Município Verde do governo estadual, com o objectivo de que as medidas bem sucedidas encetadas ao nível da preservação ambiental possam ser revertidas em verbas públicas, a ser aplicadas em novas campanhas de protecção ambiental.

Em 2007 iniciou-se a maior obra de saneamento básico alguma vez realizada no Município, que garantirá água potável, a despoluição da Represa Billings e esgotos tratados, resultante de uma parceria entre a Prefeitura e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Ribeirão Pires será também o primeiro município do ABCD com estações de monitorização da qualidade da água dos lençóis subterrâneos, através de uma parceria entre a Prefeitura, a SABESP e as empreiteiras Saenge e AOS.

Rio Grande da Serra criou, em 1994, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente como um órgão essencialmente consultivo e com o objectivo de propor directrizes para a aplicação da política

ambiental municipal. Desde essa data têm-se realizado inúmeras campanhas de formação e consciencialização ambiental junto dos empreendedores, dos estudantes do município e da população em geral, além de se promoverem: campanhas de modernização tecnológica das indústrias; plantação de árvores; recolha selectiva de lixo; diminuição de efluentes tóxicos e emissões de gases; melhoria da qualidade das águas e da rede de esgotos; e intervenções urbanísticas em áreas de risco ambiental.

Um aspecto importante das iniciativas apresentadas refere-se à modernização administrativa e melhoria dos instrumentos de tomada de decisão por parte dos serviços municipais, nomeadamente recorrendo à implementação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG's).

O Município de São Paulo, implementou o Atlas do Trabalho e Desenvolvimento, instalado num SIG, que agrega 200 indicadores temáticos sobre educação, saúde, rendimento e trabalho, surgindo como um instrumento de apoio à tomada de decisão sobre iniciativas públicas e privadas, recorrendo a técnicas de *Geomarketing*.

Santo André instituiu, em 1997, um Projecto de Modernização Administrativa que levou ao desenvolvimento de diversas iniciativas com vista à melhoria do acesso à informação e contacto entre os diversos organismos municipais. Com este projecto procurou-se desenvolver uma nova forma de governância – o Governo Electrónico, que aposta na criação de serviços *online* com o objectivo de melhorar a comunicação com os cidadãos e as empresas municipais. Neste âmbito destaca-se ainda o *projecto SIGPro* que consiste numa iniciativa de disponibilização de informações municipais em ambiente SIG a partir do *site* da Prefeitura.

A outra iniciativa semelhante consistiu na aquisição, por parte da Prefeitura de São Bernardo do Campo, de dados estatísticos do Município e a sua disponibilização através da criação de uma ferramenta de *WebGIS* denominada GeoPortal e acessível *online*. Entre as funcionalidades disponíveis destaca-se um Compêndio Estatístico Municipal, Cartografia Temática do Município, Fichas de Informação Cadastral e informações textuais e espaciais sobre a legislação urbanística municipal.

Em síntese podemos dizer que o conjunto de iniciativas locais de desenvolvimento apresentadas é extremamente variado. Demonstra-se existir um dinamismo municipal, em que entidades públicas (locais, estaduais ou federais) actuam sozinhas ou em parceria com o sector privado e com entidades não-governamentais, sem fim lucrativo (3.º sector), com o objectivo de promover o Desenvolvimento Local.

V. NOTAS FINAIS

Conforme tivemos oportunidade de referir o centro da geografia económica brasileira variou de posição ao longo dos séculos, em função dos diversos ciclos de produção-exportação de produtos primários (“*pau-brasil*”, açúcar, diamantes, borracha, café, etc.). De facto, foi preciso esperar até ao século XIX para que São Paulo, graças à importância do cultivo do café, começasse a assumir a importância que actualmente tem a nível económico e demográfico no contexto do Brasil.

Porém foi apenas nas décadas de 30 e, principalmente, de 50, que São Paulo (e a sua Região Metropolitana) se assumiu como o principal pólo industrial do Brasil. Foi precisamente o “*Plano de Metas*” empreendido durante a presidência de Juscelino Kubitschek na década de 50 que levou a introdução massiva de indústrias transformadoras, com destaque para a indústria automóvel, na periferia industrial localizada a sudoeste de São Paulo conhecida como ABCD.

Face ao “gigantismo” demográfico de São Paulo, a maior metrópole da América Latina, mas principalmente às suas infra-estruturas, à oferta de serviços de padrão mundial e à concentração de funções de coordenação e comando associadas a empresas transnacionais, São Paulo pode configurar-se como aquilo a que se tem vindo a designar de “*Cidade Global*”. Apesar de São Paulo ser também a “*Metrópole das Desigualdades*”, com elevados contingentes populacionais a viver em situações de pobreza e exclusão social, associado a uma urbanização caótica e a um parque habitacional degradado, não deixa de possuir em determinadas áreas da cidade (Avenida Paulista, Marginal Pinheiros, Avenida Luiz Carlos Berrini), um conjunto de empresas, de infra-estruturas e equipamentos e de mão-de-obra altamente qualificada, capaz de ombrear com as principais “*Cidades Globais*” a nível mundial, como seja Nova Iorque, Londres ou Tóquio.

Também não nos devemos esquecer que São Paulo é a “capital” de um sub-contidente cujos recursos são estratégicos (petróleo, cereais, carne, floresta) para o Planeta.

A implantação de indústrias transformadoras, com destaque para as indústrias automóvel, petroquímica e de componentes para automóveis, no ABCD radicou numa lógica essencialmente funcionalista, em que o território surgia como um mero suporte físico para a implementação da Estratégia de Desenvolvimento previamente estabelecida. A linha de pensamento seguida perspectivava que o crescimento centrado nos sectores e territórios mais desenvolvidos possibilitaria, numa fase posterior, a promoção do desenvolvimento nas áreas circundantes. Contudo, verificou-se que a área de localização

do pólo industrial exercia uma acção centrípeta sobre a periferia envolvente, limitando ou impedindo o desenvolvimento da mesma.

As crises petrolíferas da década de 70 marcaram o fim do “período de ouro” do ABCD. O processo de Reestruturação Produtiva empreendido desde então tem levado a que algumas indústrias abandonem esta área, quer fruto do chamado “*custo ABCD*” (“*deseconomias de aglomeração*” e “*externalidades negativas*”), quer da “*Guerra Fiscal*” entre os diferentes Estados brasileiros com vista à atracção de investimento. No entanto, dados recentes têm demonstrado que algumas das empresas têm mantido ou aumentado o investimento da região, optando por deslocalizar os segmentos de actividade que exigem maior uso de mão-de-obra intensiva e/ou possuem menor valor acrescentado. Com efeito, apesar da crescente terciarização do ABCD, o número de postos de trabalho criados e os níveis salariais praticados não parecem “compensar” o nível de emprego perdido na indústria.

No entanto, se o processo de reconversão industrial permitir uma exploração mais eficaz das “*economias de aglomeração*”, julgamos estarem reunidas as condições para o desenvolvimento de um “*Distrito Industrial*”, “*Sistema Produtivo Local*” ou “*Cluster*” associado às actividades transformadoras.

Neste processo de reconversão industrial, as autoridades políticas locais poderão desempenhar um papel relevante, através da articulação entre os diferentes actores intervenientes no território, efectivando as condições necessárias para o “*Desenvolvimento Endógeno*” e/ou o surgimento do “*Meio Inovador*”.

A participação dos grupos interessados ou beneficiários na definição, execução e acompanhamento de políticas de “*Desenvolvimento Endógeno*” é determinante. Os argumentos apresentados em favor da participação destacam a sua importância para a eficácia das Políticas de Desenvolvimento, da boa Governância, da sustentabilidade, da formação e acumulação de Capital Social, assim como para a democratização e fortalecimento da sociedade civil.

A eficácia é alcançada por meio de um conhecimento mais apurado das necessidades dos diferentes grupos sociais e da percepção destes quanto aos melhores meios para satisfazê-las. A Governância melhora na medida em que a participação favorece o conhecimento e o consenso em torno das normas e instituições que regulam as decisões colectivas, bem como favorece o controlo mais estreito da comunidade sobre a conduta e as acções dos dirigentes políticos e outros actores sociais.

Tradicionalmente, no Brasil, o poder político, a todos os níveis territoriais, tem uma posição hegemónica ao nível da tomada de decisão sobre o “interesse público”. Essa concentração costuma ser

acompanhada de uma autonomia decisória que, não raramente, ultrapassa os limites de competências desejáveis para o adequado equilíbrio governativo e a formação de espaços mais democráticos de formulação, execução e controle das acções públicas.

Neste sentido, a “concentração decisória” por parte dos diferentes poderes públicos revela-se incompatível com os requisitos do “*Desenvolvimento Endógeno*” auto-sustentável, cujo principal fundamento é, precisamente, a apropriação colectiva dos mecanismos de decisão e implementação de políticas públicas.

Esta mudança nos paradigmas de Desenvolvimento teve dificuldade de ser aplicada no Brasil, em virtude das contradições internas da sua sociedade e do modelo de Desenvolvimento funcionalista até aí empreendido.

De facto, às crises petrolíferas da década de 70, aliou-se a crise fiscal e as pressões liberais, crescentemente desregulamentadoras, no sentido de acabar com um modelo de Desenvolvimento fortemente controlado e financiado pelo Estado.

Deste modo, o Brasil vive, desde o final dos anos 80, um período de transição, de resultados ainda imprevisíveis, entre uma cultura política autoritária e uma cultura democrática, que privilegia a igualdade entre os actores, a construção negociada de normas e instituições e a participação directa dos grupos interessados nas decisões colectivas e no controle das políticas públicas.

Como os melhores resultados desta transição política, salientamos as experiências de governância municipal como o “orçamento participativo” ou a “cidade constituinte” que são exemplos seguidos um pouco por todo o mundo.

Deste modo percebe-se que a tipologia de projectos a desenvolver deve privilegiar a participação das estruturas associativas locais, através da necessária articulação entre instituições públicas, nacionais, estaduais, regionais e locais e instituições privadas, socorrendo-se de ferramentas de intervenção tão diversas, como o “*Planeamento Estratégico*”, o “*Marketing Territorial*”, as “*Parcerias Público-Privadas*” ou as “*Agências de Desenvolvimento*”, enquadrando-se naquilo a que podemos designar de “*Empreendedorismo Territorial*” e “*Nova Gestão do Território*”.

Foi neste sentido que seleccionamos o conjunto de projectos e iniciativas de Desenvolvimento Local apresentados, referentes à área em estudo. Os projectos e iniciativas anunciados referem-se a áreas tão

diversas como o Empreendedorismo, a Educação, a Formação Profissional, a Fiscalidade, o Ambiente ou o Turismo.

De forma a facilitar a análise, o conjunto de projectos e iniciativas apresentados foi classificado em quatro grandes categorias temáticas: *Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção; Formação e Qualificação Profissional; Transportes e Acessibilidades; e Turismo e/ou Ambiente.*

A preponderância vai para os projectos na área dos *Incentivos às Empresas/Empreendedores e à Produção*, seguida pela *Formação e Qualificação Profissional* e, em relativamente menor número, pelo *Turismo e/ou Ambiente* e pelos *Transportes e Acessibilidades*.

Considerando alguns dos pressupostos referentes a teorias como a do “*Desenvolvimento Endógeno*” ou do “*Meio Inovador*”, compreendemos que muitas das iniciativas apresentadas se centram em questões como a educação e formação profissional ou o apoio ao empreendedorismo e às pequenas e médias empresas.

De facto, é uma constante, em todos os municípios analisados, a existência de vários projectos e iniciativas orientadas para a promoção e difusão do Empreendedorismo, a criação de micro-empresas e do auto-emprego, nomeadamente através de incentivos fiscais e da criação de incubadoras de empresas.

Considerando a importância do factor “*Conhecimento*” na melhoria das capacidades e do potencial do Capital Humano, compreendemos a relevância que programas relacionados com as temáticas da educação e formação profissional podem ter em termos da melhoria das condições laborais, técnicas e de inovação tecnológica e organizacional nas empresas da região. Seguindo esta linha de pensamento, é de destacar a existência de um ambicioso programa de alfabetização de adultos, o MOVA (Movimento Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos) presente em praticamente todos os municípios analisados, além de numerosos outros projectos nesta área, mas de menor dimensão e impacto.

De destacar ainda a existência de alguns projectos que visam o fomento das “*economias de proximidade*” e da cooperação empresarial, no sentido da constituição de “*Clusters*” ou “*Sistemas Produtivos Locais*”.

Em resumo, pode-se referir que o conjunto de projectos e iniciativas locais de desenvolvimento apresentadas é extremamente variado, apesar de muitas destas iniciativas serem ainda bastantes recentes (ou não sendo tão recentes, não apresentem ainda resultados mensuráveis). Parece existir uma dinâmica nos municípios analisados em que as diferentes entidades públicas, locais, estaduais ou federais, se “*aliam*” ao sector privado ou a ONG’s e associações sem fim lucrativo (o chamado 3.º sector), com o

propósito de promover um “*Desenvolvimento Endógeno*” local e sustentável, com o objectivo último de promover a melhoria de vida das populações.

Longe de constituir um fim em si mesma, a presente Dissertação apresenta alguns “caminhos” possíveis para o futuro de São Paulo e do ABCD. Neste sentido, as linhas de investigação a seguir deverão verificar a concretização das medidas apresentadas, o seu grau de adequação à realidade e os impactos gerados.

Outra linha de pesquisa interessante poderá ser a transposição da análise efectuada para os restantes municípios da Região Metropolitana de São Paulo ou mesmo para as regiões de Campinas e Santos, nomeadamente se considerarmos a polarização exercida por São Paulo e a expansão da respectiva área de influência metropolitana na direcção destas regiões.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M.P. (1990) “Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945”, in ABREU, M.P. (org.) (1990) **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989**, Editora Campos, Rio de Janeiro, pp. 73-104.
- ABREU, M.P. (org.) (1990) **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989**, Editora Campos, Rio de Janeiro.
- ADDAS, M. (2002) [1998] **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**, Editora Moderna, São Paulo.
- ALBERGARIA, H. (2002) “A teoria da localização”, in COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, pp. 61-121.
- ALBUQUERQUE, F. (1998) “Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza”, in **Desenvolvimento Econômico Local e Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**, Banco do Nordeste, Fortaleza. (Disponível em: www.coordinationsud.org/Abong1/IMG/doc/desenvolvimento_e_fomento_produtivo_local.doc)
- ALVES, M. Brandão (2002) “A formação dos sistemas urbanos”, in COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, pp. 123-157.
- AMARAL FILHO, J. (1996) “Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista”, in **Revista Planejamento e Políticas públicas** – 14, IPEA (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>)
- ANAU, R.V. (2004) “Evolução Econômica Recente do ABC Paulista”, in SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 283-305.
- ANDRADE, M. Correia de (1987) **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**, Atlas, São Paulo.
- ASCHER, R. (1995) “Dynamiques métropolitaines et Enjeux SocioPolitiques. Globalisation et Métapolisation”, in **Futur Antérieur**, 29, pp. 147-162.
- AZZONI, C.R. (2001) “Economic growth and regional income inequality in Brazil”, in **The Annals of Regional Science**. vol. 35, n.1 2001, Alemanha, pp. 133-152.
- BAER, W. (2002) **A Economia Brasileira**, Livraria Nobel S.A., São Paulo.
- BAILY, A. e GIBSON, L.J. (2004) “Regional Science: directions for the future”, in **Papers in Regional Science** 83 – 2004, pp. 127-138.
- BARBOSA, R.K. e MIOTO, B. (2007) “O desenvolvimento local em perspectiva: explorando alguns ângulos do debate”, in **Anais da 6ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina**, de 16 a 19 de Maio de 2007. (Disponível em: www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA1012%20-%20Artigo.doc)
- BEAVERSTOCK, J.V., SMITH, R.G. e TAYLOR, P.J. (2000) “World City Network: A New Metageography?”, in **Annals of The Association of American Geographers**, 90(1): pp. 123–34
- BECATTINI, G. (1994) [1992] “O Distrito Marshalliano”, in BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) **As Regiões Ganhadoras -Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica**, Celta Editora, Oeiras, 1994, pp. 19-31.

- BECKER, B. e EGLER, C. (1993) **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**, Editora Bertrand Brasil, S.A., Rio de Janeiro.
- BENKO, G. (1990) “La dynamique spatiale de l'économie contemporaine: une introduction”, in BENKO, G.B. (dir.) **La dynamique spatiale de l'économie contemporaine**, Éditions de l'Espace Européen, Paris, 1990, pp. 11-31.
- BENKO, G. (1995) **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**, HUCITEC, São Paulo.
- BENKO, G. (1999) **A Ciência Regional**, Celta Editora, Oeiras.
- BENKO, G. (2001) “A recomposição dos espaços”, in **Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 1, n. 2, Março de 2002, pp. 7-12.
- BENKO, G. (2006) “O Planeamento Urbano e as estações de Ski na perspectiva do Marketing”, in **GeoInova n.º 12**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 9-38.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) (1994) [1992] **As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica**, Celta Editora, Oeiras.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) (2000) **La Richesse des Régions: la nouvelle géographie socio-économique**, PUF, Paris.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997) **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de información**, Taurus, Madrid.
- BOYER, R. (1994) [1992] “As Alternativas ao Fordismo”, in BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) **As Regiões Ganhadoras -Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica**, Celta Editora, Oeiras, 1994, pp. 121-142.
- BRANCO, R. (2006) “Competitividade metropolitana e governância em Montreal e Lisboa”, in **GeoInova n.º 12**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 129-160.
- BRUSCO, S. (1992) “The Emilian Model: Productive Decentralisation and Social Integration”, in **Cambridge Journal of Economics n. 6 1992**, pp. 167-184.
- BUSTELO, P. (1999) **Teorías Contemporáneas del Desarrollo Económico**, Editorial Síntesis, Madrid.
- CABUGUEIRA, A.C.C.M. (2000) “Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de Política Económica Regional”, in **Gestão e Desenvolvimento, 9 – 2000**, pp. 103-136 (Disponível em: http://www2.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf).
- CAMAGNI, R. (2002) “Papel económico y contradicciones de las ciudades globales: el contexto funcional, cognitivo y evolutivo”, in BECATTINI, G.; COSTA, M.T. e TRULLÉN, J. (dir. e coord.) **Desarrollo Local: teorías y estrategias**, Civitas Ediciones, Madrid, 2002, pp. 215-242.
- CARDOSO, F.H. e FALLETO, E. (1984) [1967] **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 7.^a edição.
- CARLOS, A.F. (2003) “São Paulo: Dinâmica Urbana e Metropolização”, in **Revista Território, ano VII – n.º 11, 12 e 13 – set./out. 2003**, Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (2003) **A Sociedade em Rede**, Vol. I e II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CHORINCAS, J.; MARQUES, I. e RIBEIRO, J.F. (2001) ““Clusters” e Políticas de Inovação: Conceitos, Experiências Europeias e Perspectivas de Aplicação a Portugal”, in **Prospectiva e Planeamento, Vol. 7, 2001**, pp. 43-104. (Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/clusters.pdf>).

- CLAVAL, P. (1987) **Geografia do Homem**, Livraria Almedina, Coimbra.
- CLAVAL, P. (1990) “Les nouveaux espaces industriels: réalités, théories et doctrines”, in BENKO, G.B. (dir.) **La dynamique spatiale de l'économie contemporaine**, Éditions de l'Espace Européen, Paris, 1990, pp. 35-51.
- COFFEY, W. (1992) “Géographie, économie, science régionale”, in BAILLY, A. et al. (dir.) (1992) **Encyclopédie de géographie**, Economica, Paris.
- COLISTETE, R.P. (2002) “A Força das Ideias: a CEPAL e o Industrialismo no Brasil no Início dos Anos 50”, in SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo, 2002, pp. 121-146.
- CONCEIÇÃO, J.J. (2004) “A Globalização da Economia e os Reflexos no Mercado de Trabalho na Região do ABC”, in SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 272-282.
- CORDEIRO, H.K. (1994) “A ‘cidade mundial’ de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano”, in SANTOS, M. *et al.* (orgs.) **O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização**, Editora HUCITEC, São Paulo, pp. 318-331.
- CORSI, F.L. (2002) “Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo”, in SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo, 2.^a edição, 2002, pp. 3-16.
- COSTA, F.L. e CUNHA, A.P.G. (2002) “Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos”, in **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 08-11 Outubro, Lisboa, Portugal** (Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>)
- COSTA, J. Silva (coord.) (2002) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra.
- COUTO, J. (1995) **A Construção do Brasil**, Edições Cosmos, Lisboa.
- COUTO, R.C. (1999) **Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985**, Record, Rio de Janeiro.
- CREVOISIER, O. (2003) “A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas”, in **Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 4, n. 7, Setembro de 2003, pp. 15-26.
- DE GROOT, H.L.F. *et al.* (2001) “Knowledge spill-overs, innovation and regional development”, in **Papers in Regional Science 80 – 2001**, pp. 249-253.
- DEMANGEOT, J. (1972) **Le Continent Brésilien**, S.E.D.E.S., Paris.
- DOMINGUES, A. (1996) “Política Urbana e Competitividade”, in **Sociedade e Território n.º 23**, Porto, pp. 31-42.
- FAUSTO, B. (1997) [1994] **História do Brasil**, EDUSP, São Paulo, 5.^a edição.
- FERRISSON, J. (2006) “A Influência dos Contextos Locais de Governância na Capacidade de Gestão Estratégica de Trajetórias Territoriais de Desenvolvimento”, in **GeoInova n.º 12**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 161-186.
- FERRISSON, J.P.C.C. (2005) **Das Estratégias dos Actores à Estratégia do Território: o papel dos contextos locais de governância face ao processo de Mundialização**, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- FERNANDES, A.M.P. (2006) **Planeamento do Território e as Novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento**, Dissertação de Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.
- FERRÃO, J. (2002) “Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação”, *in* **Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 3, n. 4, Março de 2002, pp. 17-26.
- FERREIRA, J. Whitaker (2003) “São Paulo, o mito da cidade-global: ideologia e mercado na produção da cidade”, *in* **Anais do VI Seminário Internacional de Desarrollo Urbano**, Buenos Aires, 3 e 4 de Julho de 2003. (Disponível em http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/mercocidades.doc).
- FERREIRA, J. Whitaker (2004) “O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo”, *in* **Revista Pós FAUUSP – Dezembro de 2004**, Universidade de São Paulo, São Paulo. (Disponível em http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/pos2.doc).
- FISLOW, A. (2004) **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica**, Paz e Terra, São Paulo.
- FIX, M. *et al.* (2003) “The case of São Paulo, Brazil”, *in* **Understanding Slums Case Studies For The Global Report On Human Settlements 2003**, Institute for Environment and Development, London.
- FONSECA, Pedro C.D. (2002) “Nacionalismo e Economia: o Segundo Governo Vargas”, *in* SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo, 2.ª edição, 2002, pp. 17-30.
- FÓRUM SÃO PAULO SÉC XXI (1999c) “Terceiro Setor”, *in* **Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI – 8**. (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/forum/cadernos/Terceiro Setor.pdf>).
- FÓRUM SÃO PAULO SÉC XXI (1999d) “Trabalho e Emprego”, *in* **Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI – 9**. (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/forum/cadernos/Trabalho e Emprego.pdf>).
- FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI (1999a) “Indústria”, *in* **Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI – 11**. (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/forum/cadernos/Industria.pdf>).
- FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI (1999b) “Habitação e Desenvolvimento Urbano”, *in* **Cadernos do Fórum São Paulo Século XXI – 5**. (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/forum/cadernos/Habitacao e Desenvolvimento Urbano.pdf>).
- FRANK, A. Gunder (1977) **Subdesenvolvimento e Capitalismo**, DINALIVRO, Lisboa.
- FREYRE, Gilberto (1938) [1933] **Casa-Grande e Senzala**, Schmidt-Editor.
- FREYRE, Gilberto (1968) [1936] **Sobrados e Mucambos**, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- FRÚGOLI JR., H. (2000) **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**, Cortez e EDUSP, São Paulo
- FUGITA, M. e KRUGMAN, P. (2004) “The new economic geography: past, present and the future”, *in* **Papers in Regional Science 83 – 2004**, pp. 139-164.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P. e VENABLES, A.J. (2000) [1999] **Economía Espacial – las ciudades, las regiones y el comercio internacional**, Ariel Economía, Barcelona.
- FURTADO, C. (1976a) **Le mythe du développement économique**, Editions Anthropos, Paris.
- FURTADO, C. (1976b) **Teoria e Política do Desenvolvimento Económico**, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- FURTADO, C. (1986) **Formação Econômica do Brasil**, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

- FURTADO, C. (1995) **Globalisation et exclusion: le Brésil dans l'ordre mondial émergent**, Publisud, Paris.
- GILBERT, G. (2002) "Financer les partenariats public-privés: perspectives de théorie économique", in **Les séminaires de la Caisse des Dépôts "Partenariat Public-Privé et Collectivités Territoriales"**, La documentation française, Paris, pp. 181-194.
- GRABOWSKY, R. e SHIELDS, M.P. (1996) **Development Economics**, Blackwell Publishing, Oxford e Cambridge.
- GUNN, F. e VAN WILBERODE, D. (2004) "Os Sentidos Múltiplos de Urbanização e Forma Urbana numa 'Época de Globalização'", in SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 115-137.
- HANSEN, N. (1981) "Development from Above", in STOHR, W. e TAYLOR, D. (1981) (eds.) **Development from Above or Below?**, John Wiley and Sons, New York, pp. 15-38.
- HENSHALL, J.D. e MOMSEN JR., R.P. (1976) **A Geography of Brazilian Development**, G. Bell & Sons, Ltd, London.
- HERRICK, B. e KINDLEBERGER, C. (1983) **Economic Development**, McGraw-Hill International Editions, Singapore.
- IGLESIAS, W.T. (2002) "O Estado, a Capital e a "Nova Cidade" de São Paulo", in **Revista de Sociologia e Política nº 18 Junho de 2002**, Curitiba.
- JACOBI, P. (2001) "The Metropolitan Region of São Paulo: problems, potentials and conflicts", in **Institute for National, Regional and Local Planning, ETH Zurich, Switzerland**, Electronic Journal DISP 147-7/2001. (Disponível em: www.orl.arch.ethz.ch/disp/pdf/147/147_3.pdf).
- JOHNSTON, R.J. (1979) **Geography and geographers: Anglo-American human geography since 1945**, Arnold, London.
- JULIÃO, R.P. (2001) **Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional**. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional (Novas Tecnologias em Geografia) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- KLIKSBERG, B. (1999) "Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo", in **Revista de la CEPAL, n. 69, diciembre 1999**, Santiago de Chile, pp. 85-102.
- KRUGMAN, P. (1991) **Geography and Trade**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- KRUGMAN, P. (1995) **Development, Geography and Economic Theory**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- LACOSTE, Y. (1981) [1965] **Géographie du Sous-Développement**, PUF, Paris.
- LEITE, M.P. (2000) "Sindicatos e desenvolvimento econômico: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil", in DE LA GRAZA TOLEDO, E. (coord.) **Reestructuración productiva, Mercado de Trabajo y Sindicatos en América Latina**, CLASCO, Buenos Aires, pp. 87-120. (Disponível em: www.clasco.org/wwwclasco/espanol/html/libros/trabajo2/4.pdf).
- LENCIONI, S. (1994) "Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo", in SANTOS, M. *et al.* (orgs.) **O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização**, Editora HUCITEC, São Paulo, pp. 198-209.
- LENCIONI, S. (2004) "O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização", in SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 153-165.

- LEOPOLDI, M.A.P. (2002) “O Difícil Caminho do Meio: Estado, Burguesia Industrial e Industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)”, in SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo, 2.ª edição, 2002, pp. 31-80.
- LIMA, Z. (2005) Enclaves globais em São Paulo: urbanização sem urbanismo?, in **arquitectos 59 – Abril de 2005** (Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059_02.asp).
- LIMONCIC, F. (sem data) **A insustentável civilização do automóvel. A indústria automotiva brasileira em tempos de reestruturação produtiva.** (Disponível em <http://www.brasil sustentavel.org.br/textos/automoveis.zip>).
- LOPES, J.V. e SILVA, S.Q. (s.d.) **Iniciativas Locais de Desenvolvimento Endógeno** (Disponível em: <http://www.webinbox.com.br/showfile.asp?id=Artigo%20-%20%20Silfarney.pdf&idCliente=20>).
- LÚCIO, J. (1997) **Gestores do Território: estudo da inserção do geógrafo nas actividades de planeamento e gestão do espaço**, Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional – Gestão do Território apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- LÚCIO, J. (2003) **O Papel das Comunidades de Base no Desenvolvimento Local. A Importância da Doutrina da Igreja Católica em Diadema**, Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional (Economia e Sociedades) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- LÚCIO, J. (2004) “Usos do Solo e Base Económica Local no Município de Diadema”, in **GeoInova n.º 7**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 237-246.
- MAILLAT, D. (1995) “Milieux Innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales”, in **Actas do Encontro Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local**, Coleção Estudos e Investigações, n.º 9, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 13-30.
- MAILLAT, D. (2002) “Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção”, in **Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 3, n. 4, Março de 2002, pp. 9-16.
- MANTEGA, G. (1987) **A Economia Política Brasileira**, Polis/Vozes, Rio de Janeiro.
- MARCOU, G. (2002) “Le partenariat public-privé: retrait ou renouveau de l'intervention publique”, in **Les séminaires de la Caisse des Dépôts “Partenariat Public-Privé et Collectivités Territoriales”**, La documentation française, Paris, pp. 13-51.
- MELO, J. e BAPTISTA, A.J. Mendes (2002): “Taguspark: inovação, imagem e território” in **Revista GeoInova, n.º 5**, Universidade Nova de Lisboa, pp. 51-79.
- MÉNDEZ, R. (2004) **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**, Ariel Geografía, Madrid.
- MÉNDEZ, R. e CARAVACA, I. (1999) **Organización Industrial y Territorio**, Editorial Síntesis, Madrid.
- MONCAYO JIMÉNEZ, E. (2001) **Evolución de los paradigmas y modelos interpretativos del desarrollo territorial**: ILPES (Serie Gestión Pública, 13), Santiago de Chile.
- MUNHOZ, D.G. (2002) [1996] “Inflação Brasileira: de Aliado a Inimigo Mortal”, in SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo, pp. 267-298.
- MUÑIZ OLIVERA, I. (2002) “La teoría marshallina del crecimiento: del desarrollo endógeno al crecimiento endógeno”, in BECATTINI, G.; COSTA, M.T. e TRULLÉN, J. (dir. e coord.) **Desarrollo Local: teorías y estrategias**, Civitas Ediciones, Madrid, 2002, pp. 107-133.

- MURTEIRA, M. (1990) **Lições de Economia Política do Desenvolvimento**, Editorial Presença, Lisboa.
- NUNES, A.J. Avelãs (1982) **Industrialização e Desenvolvimento**, Boletim da Faculdade de Direito Vol. XXIV/XXV, Coimbra.
- OCAMPO, J.A. (2001) “Raul Prebisch y la Agenda del Desarrollo en los albores del siglo XXI”, *in* seminário “**La teoría del desarrollo en los albores del siglo XXI**”, Agosto de 2001, Santiago do Chile.
- OERLEMANS, L.A.G. *et al.* (2001) “Firm clustering and innovation: determinants and effects”, *in* **Papers in Regional Science 80 – 2001**, pp. 337-356.
- OLIVEIRA, A.U. (1996) “A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial”, *in* ROSS, J.L.S. (org.) **Geografia do Brasil**, EDUSP, São Paulo, 1996, pp. 291-325.
- ORENSTEIN, L. e SOCHACZEWSKI, A.C. (1990) “Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961”, *in* ABREU, M.P. (org.) **A Ordem do Progresso: cem anos de política económica republicana, 1989-1989**, Editora Campos, Rio de Janeiro, 1990, pp. 171-195.
- PERROUX, F. (1971) [1955] “Note on the Concept of 'Growth Poles'”, *in* LIVINGSTONE, I. (edit.) **Economic Policy for Development**, Penguin Books, Harmondsworth, 1971, pp. 278-289.
- PERROUX, F. (1978) “O conceito de pólo de crescimento”, *in* FAISSOL, S. (org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento económico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. pp. 97-110.
- PIANCASTELLI, M. (2004) “A Guerra Fiscal entre os Estados Brasileiros”, *in* SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 138-151.
- Planning local Economic Development: theory and practice**, Sage, Londres e Nova Déli.
- POLÈSE, M. (1998) **Economia Urbana e Regional**, APDR, Coimbra.
- PONTES, J.P. e SALVADOR, Regina (2002) “A Nova Geografia Económica”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, 2002, Coimbra, pp. 263-281.
- PORTER, M. (1993) **A Vantagem Competitiva das Nações**, Editorial Campus, Rio de Janeiro.
- PORTER, M. (1999) “A vez das Reformas Micro”, *in* **Economia Pura, Setembro 1999**, pp. 38-41.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1983) **A Cidade de São Paulo – Geografia e História**, Editora Brasiliense, São Paulo.
- REIS, J. (1992) **Os Espaços da Indústria: a regulação económica e do desenvolvimento local em Portugal**, Edições Afrontamento, Porto.
- RIBEIRO, N.R. (1988) **A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise**, Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- ROLNIK, R. e NAKANO, K. (2000) “Cidades e Políticas Urbanas no Brasil: Velhas Questões, Novos Desafios”, *in* RATTNER, H. (org.) **Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**, EDUSP, São Paulo, pp. 105-124.
- ROSA, G. e LÚCIO, J. (2002) “Geomarketing na óptica dos serviços de apoio ao investimento” *in* **Revista GeoInova, n.º 5**, Universidade Nova de Lisboa, pp. 151-165.
- ROSS, J.L.S. (org.) (1996) **Geografia do Brasil**, EDUSP, São Paulo.
- SACHS, Céline (1999) [1990] **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**, EDUSP, São Paulo, 1999.
- SALVADOR, Regina (1997) “Goeconomia: Uma Crítica à Representação Económica Dominante”, *in* **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas n.º10 – O Conceito de Representação**, Lisboa, pp. 233-239.

- SALVADOR, Regina (1999) “Geografia e Economia: Um casamento de conveniência”, *in* **GeoInova n.º 0**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 133-145.
- SALVADOR, Regina (2004a) **Brasil: o Desenvolvimento Adiado**, Lição de Síntese apresentada no âmbito das Provas de Agregação na Disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento (Grupo de Disciplinas de Geografia e Planeamento Regional) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (2004b) **Teorias e Políticas de Desenvolvimento**, Relatório sobre o Programa e os Conteúdos da Disciplina apresentado no âmbito das Provas de Agregação na Disciplina de Teorias e Políticas de Desenvolvimento (Grupo de Disciplinas de Geografia e Planeamento Regional) apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (2006) “Empreendedorismo Urbano e Nova Gestão do Território: o caso de Sintra”, *in* **GeoInova n.º 12**, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, pp. 325-357.
- SALVADOR, Regina; JULIÃO, R.P. e FERREIRA, J. (1999) “Bacia do Rio Guadiana: o “far-west” português?”, *in* **Actas do VI Encontro Nacional da APDR**, APDR, Braga.
- SANTOS, D. (2002a) “O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, 2002, pp. 189-200.
- SANTOS, D. (2002b) “A perspectiva territorialista”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, pp. 218-228.
- SANTOS, D. (2002c) “Teorias de inovação de base territorial”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, 2002, pp. 285-313.
- SANTOS, Milton (1992) “Modernité, milieu technico-scientifique et urbanisation au Brésil”, *in* **Annales de Géographie 564**, mars-avril 1992, pp. 130-146.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. (2001) **O Brasil: Território e Sociedade no início do séc. XXI**, Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo.
- SASSEN, S. (1991) **The Global City: New York, London, Tokyo**, Princeton University Press, NJ.
- SASSEN, S. (2004) “Globalização da Economia e das Cidades”, *in* SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 42-48.
- SCARLATO, F.C. (1996a) “O Espaço Industrial Brasileiro”, *in* ROSS, J.L.S. (org.) **Geografia do Brasil**, EDUSP, São Paulo, 1996, pp. 329-380.
- SCARLATO, F.C. (1996b) “População e Urbanização Brasileira”, *in* ROSS, J.L.S. (org.) **Geografia do Brasil**, EDUSP, São Paulo, pp. 383-463.
- SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo.
- SCHIFFER, S.R. (2004) “A Dinâmica Urbana e Socioeconómica da Região Metropolitana de São Paulo: 1975-1995”, *in* SCHIFFER, S. (2004) (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**, HUCITEC e FAPESP, São Paulo, pp. 166-196.
- SCOTT, A. (1998) **Regions and the World Economy**, Oxford University Press, Oxford.
- SCOTT, A. (2001) **Global City-Regions and the New World System** (Disponível em: <http://www2.ucsc.edu/globalinterns/cpapers/scott.pdf>)

- SILVA, M.R. E SILVA, S. (2002) “Modelos de crescimento regional”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, 2002, pp. 159-234.
- SIMÕES LOPES, A. (1995) **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria, modelos**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SIMÕES LOPES, A. (2002) “O espaço económico”, *in* COSTA, J. Silva (coord.) **Compêndio de Economia Regional**, ADPR, Coimbra, pp. 35-59.
- SOARES, P.R. (2000) **Processos de Reestruturação Industrial e Desemprego – Implicações Geográficas. O eixo Setúbal – Palmela – Montijo – Alcochete**, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SOUZA FILHO, J.R. (s.d.) **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. (Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>).
- SOUZA, M.A. Aparecida de (1994) **A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo**, HUCITEC e EDUSP, São Paulo.
- SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.) (2002) [1996] **História econômica do Brasil Contemporâneo**, HUCITEC, ABPHE e EDUSP, São Paulo.
- TAÏEB, É. e BARROS, O. (1989) **Économie et société brésiliennes: croissance ou développement?**, NATHAN, Pollina, Luçon.
- TAPIA, J.R.B. (2005) “Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália”, *in* **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.1, jan./mar. 2005, pp. 132-139. (Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a12.pdf).
- TAVARES, M.C. (1986) **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**, Editora da UNICAMP, Campinas.
- THERY, H. (2000) **Le Brésil**, Armand Colin, Paris.
- TODARO, M. (2000) **Economic Development**, Pearson Education Limited, Edinburgh Gate, England.
- TOLOSA, H.C. (1972) “Pólos de crescimento: teoria e política econômica”, *in* HADDAD, P.R. (ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**, Rio de Janeiro, pp. 189-243.
- VALE, M. (1999) **Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização. Imbricação Espacial do Sistema AutoEuropa**, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2002) “Crecimiento Endógeno o Desarrollo Endógeno?”, *in* BECATTINI, G.; COSTA, M.T. e TRULLÉN, J. (dir. e coord.) **Desarrollo Local: teorías y estrategias**, Civitas Ediciones, Madrid, 2002, pp. 83-106.
- VEIGA, J. Elias da (2002) “A face territorial do desenvolvimento”, *in* **Interações – Revista internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 3, n. 5, Setembro de 2002, pp. 5-19.
- VIANNA, S.B. (1990) “Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954”, *in* ABREU, M.P. (org.) (1990) **A Ordem do Progresso: cem anos de política económica republicana, 1989-1989**, Editora Campos, Rio de Janeiro, pp. 123-150.

“Sítios” da *Internet* consultados:

<http://portal.gissonline.com.br>
<http://www.agenciagabc.com.br>
<http://www.camara.sp.gov.br>
<http://www.camarargserra.sp.gov.br>
<http://www.camararp.sp.gov.br>
<http://www.camarascsp.gov.br>
<http://www.cidadedesao paulo.com>
<http://www.consortioabc.org.br>
<http://www.diadema.sp.gov.br>
<http://www.eletropaulo.com.br>
<http://www.etcd.com.br/modules/witinerário>
<http://www.etelg.com.br>
<http://www.fatecmaua.com.br>
<http://www.gissonline.com.br>
<http://www.hidelpa.com.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.iebmaua.com.br>
<http://www.imes.edu.br>
<http://www.incubadorainnova.com.br>
<http://www.investimentos.sp.gov.br>
<http://www.itaimpaulista.com.br>
<http://www.itescs.com.br>
<http://www.maua.sp.gov.br>
<http://www.movaabc.org.br>
<http://www.mudes.org.br>
<http://www.polodecosmeticos.com.br>
<http://www.prefeitura.sp.gov.br>
<http://www.ribeiraopires.sp.gov.br>
<http://www.riograndedaserra.sp.gov.br>
<http://www.santoandre.sp.gov.br>
<http://www.saobernardo.sp.gov.br>
<http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br>
<http://www.stm.sp.gov.br/rmsp.htm>
<http://www.unifesp.br>
<http://www.usp.br/fau>
<http://www.vestibulinho2007.com.br>